

PATRÍCIA FERRAZ DO NASCIMENTO

**TURISMO RURAL NAS MONTANHAS CAPIXABAS:
COMO VIVEM E TRABALHAM MULHERES E HOMENS
EM UM CAMPO EM TRANSFORMAÇÃO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

**VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2013**

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

N244t
2013

Nascimento, Patrícia Ferraz do, 1988-

Turismo rural nas montanhas capixabas : como vivem e trabalham mulheres e homens em um campo em transformação / Patrícia Ferraz do Nascimento. – Viçosa, MG, 2013.

xxii, 193f. : il. (algumas color.) ; 29cm.

Inclui anexos.

Inclui apêndices.

Orientador: Ana Louise de Carvalho Fiúza

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 153-161

1. Turismo. 2. Sociologia rural. 3. Vida rural. 4. Relação homem-mulher. 5. Mulheres do campo. 6. Venda Nova do Imigrante (ES). 7. Domingos Martins (ES). I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Economia Rural. Programa de Pós-Graduação em Economia Rural. II. Título.

CDD 22. ed. 338.4791

PATRÍCIA FERRAZ DO NASCIMENTO

**TURISMO RURAL NAS MONTANHAS CAPIXABAS: COMO VIVEM E
TRABALHAM MULHERES E HOMENS EM UM CAMPO EM
TRANSFORMAÇÃO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 02 de abril de 2013.



José Ambrósio Ferreira Neto



Vicente Paulo dos Santos Pinto



Nora Beatriz Presno Amodeo
(Presidente)

Dedico essa dissertação aos meus pais, Nildete e José, que apesar de todas as dificuldades que passaram na vida, sempre me ensinaram o valor do trabalho sério, do estudo, do comprometimento e da honestidade.

SIMPLICIDADE

Vai diminuindo a cidade.
Vai aumentando a simpatia.
Quanto menor a casinha,
Mais sincero o bom dia.
Mais mole a cama em que durmo.
Mais duro o chão que eu piso.
Tem água limpa na pia.
Tem dente a mais no sorriso.
Busquei felicidade.
Encontrei foi Maria.
Ela, pinga e farinha...
E eu sentindo alegria.
Café tá quente no fogo.
Barriga não tá vazia,
Quanto mais simplicidade,
Melhor o nascer do dia.

Pato Fú
“Toda cura para o mal 2005”.
Faixa 5: Simplicidade.

AGRADECIMENTOS

Grande foi a caminhada, mas quem acredita sempre alcança e eu não estive sozinha, compartilho essa vitória com todos aqueles que caminharam comigo.

Primeiramente, agradeço a Deus, que me protegeu, me amparou e me carregou em seus braços nos momentos de fraqueza e dor, me dando coragem e força para seguir em frente e colocando pessoas boas no meu caminho.

A minha mãe, exemplo de mulher, que me deu a chance que ela não teve de estudar, que acreditou nos meus sonhos, que sofreu junto comigo e que me criou para a vida, me ensinando a lutar por meus objetivos e a ser independente.

Ao meu pai, o homem mais honesto e trabalhador que conheço, pelo exemplo de vida, de honestidade e pelo zelo e cuidado que sempre teve comigo.

Ao meu irmão, Rafael, meu eterno companheiro de infância, por tantos momentos e detalhes compartilhados, pela cumplicidade e por ter me ensinado a dividir.

Ao meu noivo, Leo, pelo apoio em todas as etapas do mestrado, pelas aulas grátis de estatística, por não ter medido esforços para me ajudar e proteger durante a coleta de dados, pelo amor e compreensão e por ter sabido me esperar.

A minha madrinha Maria de Lourdes, pelas muitas novenas, orações, conselhos e carinho. Sem as suas preces eu não teria ido tão longe.

As minhas amigas que se tornaram irmãs – Vanessa, Janaína, Isabella (Bellinha) e Sharinna - que me ensinaram o significado da amizade verdadeira e desinteressada, tornando minha vida em Viçosa mais leve e mais feliz.

Aos amigos de República e agregados: Ana Angélica, Simone, Zé Junior, Daniela e Ana Lúcia pelas conversas e acolhimento.

Agradeço ao Programa de Mestrado em Extensão Rural do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa e aos professores que fizeram parte do meu aprendizado nesse período, pela oportunidade de expandir meus horizontes. E, em especial, quero agradecer a minha orientadora professora Ana Louise de Carvalho Fiúza pela dedicação e intenso trabalho desenvolvido que me proporcionou um conhecimento intelectual jamais tido até então em minha trajetória acadêmica. Agradeço aos esforços despendidos a me proporcionar a melhor orientação possível graças às várias reuniões e conversas.

Aos meus coorientadores que muito contribuíram para o desenvolvimento desse trabalho, a professora Neide Maria de Almeida Pinto pelas excelentes indicações de leitura e ao professor Marco Aurélio Marques Ferreira por ter me apresentado um universo novo através da estatística.

Aos funcionários do DER, especialmente à Carminha, à Anízia e ao Romildo, que acompanharam os bastidores do mestrado sempre com uma palavra amiga e um gesto carinhoso.

Aos integrantes do GERAR que muito colaboraram com as suas discussões e conversas para o amadurecimento desse trabalho: Aline, Lidiane, Gustavo, Paula e em especial a Nayhara e Edilene.

Aos professores José Ambrósio Ferreira Neto e Vicente Paulo dos Santos Pinto por aceitarem o convite para participar da banca.

As amigas Érika e Rosi pela leitura atenta que fizeram desse trabalho. E ao Roni pela ajuda com a extração de dados secundários.

A minha querida turma de mestrado pelo aprendizado, troca de idéias, amizade e momentos felizes, angustiantes e engraçados que vivemos juntos, em especial a: Poliana, Carla, Telma, Renata, Tete, Natan, Kamil, Fátima, Regina e Elisa. Sentirei saudades das festinhas, conversas e encontros!!! Obrigada!!!

A professora Daniela Rezende por ter aceitado tão prontamente participar como debatedora na construção dessa dissertação e pelas suas preciosas contribuições.

Ao CNPQ pelas bolsas concedidas, sem as quais eu não teria condições de cursar o mestrado.

A toda equipe do INCAPER de Venda Nova do Imigrante e Domingos Martins: Agno, Eraldo, Cida, Vera, João, Luís, Adrielle, Equipe da Fazenda do Estado e, em especial, a Rita Zanúncio, exemplo de profissional e de ser humano, que me recebeu como a uma filha e não mediu esforços para me ajudar. Sem a sua contribuição essa pesquisa de campo não seria possível.

A Dona Rozangela Schunk que muito contribuiu para a coleta de dados no distrito de Paraju e as meninas do restaurante e pousada Beija-flor pelo acolhimento sincero.

E por fim, a todas as famílias que me abriram as portas e me receberam com tanto carinho, me confiando parte de suas vidas. Não tenho nem palavras para agradecer.

BIOGRAFIA

PATRÍCIA FERRAZ DO NASCIMENTO, filha de José Aparecido do Nascimento e Nildete da Silva Ferraz do Nascimento, nasceu em 21 de abril de 1988, em Guiricema Minas Gerais. cursou o ensino fundamental e médio em escolas públicas estaduais na sua cidade natal, sendo as escolas: Escola Estadual Coronel Luiz Coutinho e Escola Estadual Prefeito Antônio Arruda. No ano de 2006, iniciou sua graduação em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa-MG. Durante a Graduação foi bolsista do Programa de Educação Tutorial- PET por 3 anos, Programa esse que lhe proporcionou inserir-se em projetos voltados para pesquisa, ensino e extensão, com ênfase nos projetos voltados para o mundo rural. Em março de 2011 ingressou no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, em nível de mestrado, do Departamento de Economia Rural da UFRV.

SÚMARIO

	Página
LISTA DE SIGLAS -----	xi
LISTA DE QUADROS -----	xii
LISTA DE TABELAS -----	xiii
LISTA DE GRÁFICOS -----	xvi
LISTA DE FIGURAS -----	xvii
RESUMO -----	xix
ABSTRACT -----	xxi
1. CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS -----	1
1.1 Problema de Pesquisa -----	4
1.2 Objetivos -----	5
1.2.1 Objetivo Geral -----	5
1.2.2 Objetivos Específicos -----	6
1.3 Hipóteses -----	6
1.4 Procedimentos Metodológicos -----	6
1.4.1 População e Amostra -----	7
1.4.2 Método e técnicas de Coleta e Análise de Dados -----	11
1.5 Organização dos capítulos -----	13
2. AS TEORIAS EXPLICATIVAS ACERCA DOS PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE RURAL -----	15
2.1 O campo e o rural enquanto objeto de estudo da sociologia: de que campo e de rural estamos falando? -----	15
2.2 As concepções teóricas acerca das transformações do rural: <i>a Concepção do Campo como parte de uma Civilização Urbana e a concepção das peculiaridades relativas ao “rural”</i> -----	18

2.2.1	A Concepção do Campo como parte de uma Civilização Urbana -----	19
2.2.2	As perspectivas da permanência das peculiaridades relativas ao “rural” -----	25
2.3	Pluriatividade e atividades não agrícolas -----	29
2.4	A opção pela distinção conceitual entre “campo” e “rural” -----	33
2.5	Indicadores do processo de transformação do campo face a expansão da cultura urbana: a passagem do trabalho como <i>bricolage</i> ao trabalho como <i>métier</i> -----	35
3.	PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DO RURAL: investigação dos determinantes do modo de vida rural - urbano pela modelagem logística -----	41
3.1	Modos de vida rural e urbano -----	41
3.2	Delimitação do estudo e Fonte de dados -----	42
3.3	O uso da regressão logística para a análise do modo de vida rural e urbano -----	44
4.	TRABALHO E AUTONOMIA DA MULHER RURAL -----	54
4.1	As concepções relativas ao poder da estrutura -----	54
4.2	A concepção relativa ao poder de agencia: a ação das mulheres na sociedade -----	55
4.3	A situação da mulher na agricultura: trabalho e autonomia -----	57
4.4	O lugar e o papel das mulheres no rural em transformação -----	60
4.5	Trabalho e autonomia da mulher nas atividades não agrícolas em sociedades rurais em processo de transformação -----	62
5.	TURISMO RURAL: DE VOLTA AO CAMINHO DA ROÇA? -----	68
5.1	A Evolução do turismo rural -----	68
5.2	O turismo rural na região serrana do Espírito Santo -----	72
5.3	Características da atividade turística e das propriedades rurais -----	77
6.	TRABALHO, ESTUDO E MODOS DE VIDA NAS MONTANHAS CAPIXABAS: as transformações advindas com o turismo rural -----	90

6.1	A diversificação produtiva e as combinações de trabalho -----	90
6.2	Entre a escola e o trabalho -----	99
6.3	Do trabalho pela subsistência ao trabalho pelo lucro e pelo consumo: o poder do dinheiro -----	102
6.4	A lógica do <i>mais ou menos</i> e o poder da previsão -----	109
6.5	A vivência do não trabalho: “No verão aqui a nossa venda é fraca, aí dá pra descansar.” -----	113
7.	A VENDA NOVA DO TURISMO: O RURAL REINVENTADO -----	115
7.1	A festa camponesa -----	115
7.2	As representações do rural dos gestores do turismo -----	123
8.	AS QUESTÕES DE GÊNERO, TRABALHO E AUTONOMIA DA MULHER -----	128
8.1	Os desafios da empreendedora de turismo rural para ampliar a sua autonomia -----	128
8.1.1	O acesso ao crédito -----	128
8.1.2	Título de posse do empreendimento -----	130
8.1.3	Autonomia de escolha quanto a realização do empreendimento -----	131
8.1.4	Realização de atividades domésticas -----	132
8.1.5	A tomada de decisão na agricultura -----	134
8.1.6	A questão da contabilidade -----	135
8.1.7	A atribuição de valor ao trabalho da mulher -----	136
9.	CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	156
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	153
	APÊNDICES -----	162
	A- Termo de consentimento livre e esclarecido -----	162
	B- Questionário -----	163

C- Pedido de autorização para a realização da pesquisa de campo encaminhado as prefeituras dos municípios pesquisados -----	171
ANEXOS -----	172
A- Roteiro dos circuitos turísticos estudados -----	172
B- Modelo de declaração de apoio do Escritório do INCAPER de Venda Nova do Imigrante para a pesquisa de campo -----	191
C- Autorização do Prefeito de Domingos Martins para a realização da pesquisa de campo -----	192
D- Autorização do Prefeito de Venda Nova do Imigrante para a realização da pesquisa de campo -----	193

LISTA DE SIGLAS

ABRATURR – Associação Brasileira de Turismo Rural

AFEPOL – Associação da Festa da Polenta

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDAF- Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal

INCAPER – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural

ONU – Organização das Nações Unidas

PNAD – Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílios

PRONAF - Programa Nacional da Agricultura Familiar

PEA – População Economicamente Ativa

SEBRAE – Serviço Brasileira de Apoio a Micro e Pequenas Empresas

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Indicadores de mudanças nos modos de vida, via processo de transformação 40

QUADRO 2: Indicadores do processo de autonomia da mulher 67

QUADRO 3 - Palavras que compõem os elementos centrais da representação do rural vinculadas pelos folders e panfletos de turismo rural 122

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Quantidade de empreendimentos existentes e pesquisados de acordo com o circuito ao qual pertencem	11
TABELA 2: Análise exploratória das variáveis métricas, de acordo com a situação censitária (S.C.)	45
TABELA 3: Carga horária de trabalho no campo e na cidade	47
TABELA 4: Teste de Omnibus	49
TABELA 5: Testes <i>Cox & Snell Nagelkerke</i>	49
TABELA 6: Teste Hosmer e Lemeshow	50
TABELA 7: Classificação do modelo de regressão logística	50
TABELA 8: Variáveis na equação	51
TABELA 9: Distribuição dos respondentes entre seus países de descendentes	74
TABELA 10: Porcentagem dos empreendimentos visitados de acordo com o circuito turístico ao qual pertencem.	78
TABELA 11: Média do número de trabalhadores do turismo e da agricultura nos empreendimentos de turismo	79
TABELA 12: Motivos que levaram os respondentes a iniciarem a atividade de turismo rural	81
TABELA 13: Motivos que levaram algum membro da família a não apoiar a atividade de turismo rural	82
TABELA 14: Desvantagens do turismo rural	83

TABELA 15: Vantagens do turismo rural	87
TABELA 16: Relação entre trajetória na agricultura e tipos de atividades desenvolvidas na propriedade	90
TABELA 17: Atividades desenvolvidas no turismo rural	91
TABELA 18: Fontes de aprendizagem do trabalho no turismo rural	93
TABELA 19: Mudanças na forma de realizar o trabalho	95
TABELA 20: Participação em sindicatos, associações e cooperativas	98
TABELA 21: Nível de escolaridade dos respondentes	99
TABELA 22: Porcentagem de alimentos comprados fora da propriedade	102
TABELA 23: Renda familiar total e do advinda do turismo rural	104
TABELA 24: Destino do dinheiro adquirido com o trabalho no turismo rural	106
TABELA 25: Motivos que levaram os empreendedores realizar a contabilidade do negócio	109
TABELA 26: Motivos pelos quais os respondentes realizam a contabilidade <i>mais ou menos</i>	110
TABELA 27: Motivos pelos quais os empreendedores não realizam a contabilidade	110
TABELA 28: Relação entre tipo de atividades desenvolvidas e a realização da contabilidade	111
TABELA 29: Motivos que levam os empreendedores do turismo a não tirar férias	114
TABELA 30: Representações do rural relacionadas ao gosto por viver no campo	124

TABELA 31: Relação entre sexo de quem teve a iniciativa e o sexo de quem consta como proprietário do empreendimento de turístico	132
TABELA 32: Tomada de decisão no turismo rural por sexo e tipo de atividade	134
TABELA 33: Sexo do responsável pela tomada de decisão por setor nas propriedades pluriativas.	135
TABELA 34: Sexo de quem realiza a contabilidade por tipo de atividade	136
TABELA 35: Motivos que tornariam o trabalho feminino mais valorizado no turismo do que na agricultura.	137
TABELA 36: Variáveis intervenientes na autonomia feminina	140
TABELA 37: Nível de concordância com assertivas sobre a condição de vida e trabalho da mulher rural	142

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Trajetória na agricultura e naturalidade dos respondentes nos municípios de Venda Nova do Imigrante e Domingos Martins.	75
GRÁFICO 2: Modalidades de turismo rural	78
GRÁFICO 3: Fontes de aprendizagem do trabalho no turismo rural	93
GRÁFICO 4: Fonte de renda mais importante para as famílias	104
GRÁFICO 5: Destino do crédito rural	113
GRÁFICO 6: Frequência com que os elementos centrais que compõe a representação do rural aparecem nos panfletos	122
GRÁFICO 7: Frequência de destino do crédito por sexo	129
GRÁFICO 8: Título de posse do empreendimento turístico por sexo e tipo de atividade	131

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Praça Arthur Gerhardt	8
FIGURA 2: Pórtico do município	8
FIGURA 3: Avenida principal do município	9
FIGURA 4: Loja da Associação	9
FIGURA 5: Mapa de localização dos municípios pesquisados	10
FIGURA 6: Loja de agroturismo <i>Tia Cila</i>	79
FIGURA 7: Restaurante <i>Dom Lorenzoni</i>	79
FIGURA 8: Socol em período de maturação	84
FIGURA 9: Pedra Azul - Formação de gnaisse e granito	85
FIGURA 10: Pesquisadora escalando a Pedra	86
FIGURA 11: Vista do Parque	86
FIGURA 12: Sede do Parque	86
FIGURA 13: Máquina de ferver caldo	97
FIGURA 14: Batedeira de açúcar	97
FIGURA 15: Porta de correr	97
FIGURA 16: Caldeirão vertendo a polenta	116

FIGURA 17: Preparo da polenta	117
FIGURA 18: Objetos antigos pendurados na parede	118
FIGURA 19: Ferro de passar à brasa	118
FIGURA 20: Panelas antigas enfeitando o jardim	118
FIGURA 21: Moedores de café manuais	118
FIGURA 22: Mesa feita de rodas de carro de boi e tampo de vidro	119
FIGURA 23: Lavabo misturando elementos rústicos em madeira com um bojo de louça	119

RESUMO

NASCIMENTO, Patrícia Ferraz do, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, abril de 2013. **Turismo rural nas montanhas capixabas: como vivem e trabalham mulheres e homens em um campo em transformação.** Orientadora: Ana Louise de Carvalho Fiúza. Coorientadores: Marco Aurélio Marques Ferreira e Neide Maria de Almeida Pinto.

Sabe-se pela literatura sociológica e de gênero que as relações e os papéis femininos e masculinos sempre tiveram um caráter rígido e desigual em contextos rurais tradicionais. Porém, com as transformações sociais, econômicas e culturais pelas quais vêm passando a sociedade rural, as condições de vida e trabalho das mulheres parecem estar se modificando também, devido ao crescimento da importância das atividades não agrícolas nas propriedades. Assim, o presente estudo buscou analisar as transformações ocorridas na sociedade rural trazidas pela aproximação dos modos de vida rural e urbano, engendradas pelo turismo rural e a sua relação com as condições de vida e trabalho de mulheres e homens no campo e com a autonomia feminina. Para tanto, utilizou-se a análise de dados secundários extraídos da base de microdados da PNAD, envolvendo o estado do Espírito Santo e questionários aplicados em dois municípios Capixabas: Venda Nova do Imigrante e Domingos Martins. Os dados foram sistematizados e analisados com a ajuda do software SPSS 20.0 e de forma complementar a partir da análise das falas dos respondentes. A dissertação trouxe uma discussão sobre as principais teorias utilizadas para se refletir as relações rural e urbano, a partir das transformações pelas quais a sociedade rural vem passando em termos de modo de vida e trabalho, bem como uma revisão sobre as questões de gênero e autonomia feminina no campo. A partir dos dados coletados conseguiu-se descrever a progressiva passagem do trabalho no campo da *bricolage* para o *métier* e de como se estabelecem todas as outras mudanças em torno dos modos de vida. De forma geral observou-se um hibridismo e uma linha tênue de separação entre as duas formas de se pensar o trabalho, no entanto as estatísticas revelaram uma tendência maior em apontar para o trabalho enquanto *métier*. Vale destacar também a influência do turismo na diversificação dos grupos sociais que residem no campo, mostrando que esse deixou de ser pensado apenas pelo viés agrícola, tornando-se espaço de consumo, voltado para atividades de residência e lazer. Em relação às questões de gênero, trabalho e autonomia

da mulher, observou-se que as variáveis referentes à formação, divisão sexual do trabalho, título de posse empreendimento, poder de decisão em relação a atividade de turismo e valorização do trabalho feminino evidenciaram a importância e valor da mulher no turismo rural. Já em relação à execução de atividades domésticas, escolaridade, acesso ao crédito e tomada de decisão na agricultura o avanço foi menor. Assim, a pesquisa corrobora com a perspectiva de que as mulheres envolvidas com o turismo rural estão conseguindo romper com as barreiras que lhes são impostas, a partir desse novo trabalho, apesar das históricas desigualdades entre os sexos, essas mulheres estão se afirmando como protagonistas de sua própria história.

ABSTRACT

NASCIMENTO, Patrícia Ferraz do, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, April, 2013. **Rural tourism in the mountains of Espírito Santo State, Brazil: “The way women and men live and work in countryside in transformation”**. Advisor: Ana Louise de Carvalho Fiúza. Co-Advisors: Marco Aurélio Marques Ferreira and Neide Maria de Almeida Pinto.

It is known by the sociological and gender literature that male and female relations and their roles have always had a hard and uneven character under traditional rural settings. But, with the social, economic, and cultural transformations that are coming to the rural society, the conditions of women life and work seem to be changing; the growing importance of non-agricultural activities on properties is among the reasons for that. Thus, the present study aims to analyze the changes in rural society due to the approach of urban livelihoods caused by rural tourism and its relation to the life and work conditions of women and men in the countryside and with female autonomy. For this purpose, analysis of secondary data was used extracted from microdata base of Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio-PNAD (National Survey of Sampled Households) involving the state of Espírito Santo, Brazil, and questionnaires applied to some residents of Venda Nova do Imigrante and Domingos Martins. Data were systematized and analyzed using SPSS 20.0 software and complementarily by the analysis of the respondents' statements. The dissertation brought a discussion on the main used theories for considering the rural and urban relationships and implications on rural livelihoods and work transformations, as well as a review of gender issues and women's autonomy in the countryside. Based on collected data, it was possible to describe the gradual transition from bricolage (DIY - Do It Yourself) to métier (professional work) in field working and how all other changes occur around the livelihoods. Overall, a hybridity and a thin line of separation between the two ways of thinking about the work were observed; however, the statistics revealed a greater tendency to point the work as a professional work. It is important also to highlight the tourism influence on the diversification of social countryside groups, showing that the tourism is no longer thought only by agricultural bias, but it becomes a consumer space, facing residence and leisure activities. In relation to gender, work, and women autonomy, it was observed

that the variables related to training, sexual division of labor, title of ownership, project, decision-making power in relation to tourism activity, and valuation of women's work showed the women importance and value in rural tourism. Regarding to domestic activity fulfillment, education, credit access, and decision-making in agriculture, there was less progress. Thus, the research confirms the view that women involved in rural tourism are managing to break the barriers resulting from this new work, despite the historical gender inequalities. These women are asserting themselves as protagonists of their own history.

1. CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

A presente dissertação buscou analisar as condições de vida de mulheres e homens que vivem no campo a partir do crescimento de ocupações rurais não agrícolas, dando ênfase aos contextos marcados pela presença do turismo rural. As desigualdades de gênero em sociedades rurais nas quais as atividades agrícolas predominavam já se constituíram em objeto de estudo de inúmeras pesquisas. Contudo, apesar do tema da autonomia feminina ter começado a expor a faceta mais pró-ativa das mulheres rurais, especialmente, quando estas se envolviam em situações de exceção, nas quais participavam de movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos, ou até mesmo em empreendimentos voltados para a geração de renda, ainda são escassos os estudos que se voltam para analisar as possibilidades de autonomia da mulher rural considerando o processo de transformação da própria sociedade rural, em termos da sua diversificação produtiva e do estreitamento das suas relações com a cidade. Também, vale destacar, que o tema tratado na presente dissertação faz parte da história de vida da pesquisadora, em virtude desta ser filha e neta de agricultores, nascida e criada no campo, ouvinte dos *causos dos mais velhos*, conhecedora da realidade rural, do modo de vida e dos hábitos daqueles que vivem em sociedades rurais.

Sabe-se pela literatura sociológica e de gênero que as relações e os papéis femininos e masculinos sempre tiveram um caráter muito rígido e desigual em contextos rurais tradicionais. Porém, atualmente, com as transformações sociais, econômicas e culturais pelas quais vêm passando o campo, as condições de vida das mulheres parecem estar se modificando. Assim, um conjunto de atividades diferentes das tradicionais vem sendo desenvolvidas no campo, atividades essas que vêm acompanhando o processo mais amplo de transformação da sociedade rural, em que o modo de vida urbano adentra o campo sob variadas formas, trazendo consigo mudanças de valores e hábitos rurais, que, por sua vez, refletem-se nas condições materiais de existência dessas populações.

Dentro desse processo de reestruturação do campo as mulheres vêm se tornando as principais responsáveis pelo desenvolvimento de atividades não agrícolas nas propriedades, como tem constatado diversos estudos, tais como: Lunardi e Souza

(2009); Staduto *et. al.* (2008); Silva *et. al.* (2005); Boni (2008). Mello e Sabato (2009) em diagnóstico sobre o trabalho da mulher rural a partir da utilização de microdados da PNAD e do IBGE entre os anos de 1993 e 2006 observaram que houve uma tendência decrescente na ocupação de pessoas em atividades agropecuárias de 27,4% em 1993 para 19,3% em 2006. Essa queda deveu-se em parte, à diminuição da participação das mulheres em atividades agrícolas no campo, cuja taxa caiu de 24% em 1993 para 15% em 2006. Notou-se, assim, que a diversificação da ocupação feminina pelos setores econômicos ampliou-se; acentuando-se a participação das mulheres nas atividades não agrícolas.

Para Staduto *et. al.* (2008) as atividades rurais não agrícolas promovem a inserção das mulheres no mercado de trabalho, semelhante ao que já vem ocorrendo há mais tempo nas cidades. A vivência do trabalho como profissão, como *métier*¹, ao invés daquela atividade passada informalmente de mãe para filha, tal como na *bricolage*², pode significar uma mudança para a mulher, em termos das suas condições de vida. Nesse sentido, a presente dissertação buscou descrever e analisar as condições de trabalho, de vida, bem como as suas possibilidades de autonomia no contexto de um campo pluriativo, marcado pela presença do turismo rural, sob a influência da sociedade urbana, diferenciado, portanto, das condições de vida típicas de um campo marcadamente agrícola. A pesquisa foi realizada durante o ano de 2012 nos municípios capixabas de Domingos Martins e Venda Nova do Imigrante, marcados pela pluriatividade³, devido ao grande fluxo de turismo rural combinado com atividades agrícolas presentes na região.

A importância de se estudar a autonomia feminina está explícita no II Plano Nacional de Políticas para as mulheres (2008) que contem os princípios básicos para a elaboração de políticas nacionais voltadas para as desigualdades de gênero que têm como um de seus princípios norteadores a autonomia feminina. O plano define a autonomia como poder de decisão das mulheres sobre a sua vida e seus corpos, assim como a possibilidade de influenciar nos acontecimentos em sua comunidade e no contexto mais amplo, rompendo, assim, com o legado histórico marcado pelos ciclos e

¹ Termo da língua francesa, utilizado por Rambaud (1973): Tipo de ocupação manual ou mecânica que exige um aprendizado e que é fundamental à sociedade moderna.

² Termo da língua francesa, utilizado por Rambaud (1973): Trabalho em que a técnica é improvisada, adaptada aos materiais, às circunstâncias.

³ Pluriatividade – combinação de atividade agrícola e não agrícola que reflita novas relações entre campo-cidade e rural-urbano (CARNEIRO, 1998)

espaços de dependência, de exploração e de subordinação nos planos pessoal, econômico, político e social.

A autonomia das mulheres e a igualdade de gênero são reconhecidas como um dos grandes objetivos na Declaração do Milênio, adotada pelos 191 países membros das Nações Unidas para melhorar a vida de todos os habitantes do planeta até 2015. A Declaração afirma a necessidade de promover a igualdade entre os sexos e a autonomia da mulher como meios eficazes de combater a pobreza, a fome e as doenças, além de estimular um desenvolvimento verdadeiramente sustentável. Mas, de acordo com a CEPAL⁴ essa meta ainda está longe de ser atingida, visto que as condições materiais existentes apontam para as desigualdades de gênero, para a morte materna, para a gravidez na adolescência, para o emprego precário ou para a insólita concentração do trabalho doméstico não remunerado realizado pelas mulheres (PORTAL BRASIL, 2012).

A escolha da atividade de turismo rural como a atividade não agrícola norteadora da análise deve-se ao fato dessa atividade se desenvolver em um contexto, supostamente, de menor precarização das condições de vida, em virtude de se inserir em uma sociedade mais dinamizada social, econômica e culturalmente. Mas as melhoras nas condições de autonomia da mulher que vive no campo, trabalhando em atividades não agrícolas, como o turismo rural, estaria se dando de fato? O turismo poderia ser analisado pelas teorias de transformação do campo como mediador de um entrelaçamento dos modos de vida de citadinos e rurais? Poderia ser analisado, também, pelas perspectivas teóricas de gênero em virtude de, supostamente, se constituir, no campo, em uma atividade predominantemente feminina?

A importância da participação feminina nas atividades turísticas está implícita em alguns documentos como a Declaração do Milênio das Nações Unidas (2000), no Código Mundial de Ética do turismo (1999) e em eventos como o Dia Mundial do Turismo de 2007, que têm contribuído para iniciar uma maior discussão sobre o trabalho feminino no setor, como meio de promover a igualdade de gênero, de contribuir com as políticas de autonomia da mulher (KATO, 2008) e de desenvolvimento rural.

⁴ Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

Segundo Carvalho (2006), das quase 5.000 propriedades elencadas pela ABRATURR que trabalhavam com turismo rural em 2000, constatou-se que 92% eram geridas por mulheres. De acordo com pesquisa realizada pelo Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina, dos 30 empreendimentos de hospedagem rural da região, 14 eram gerenciados por mulheres. Em outra pesquisa realizada na região sul do Rio grande do Sul observou-se que 40,5% dos empreendimentos de turismo rural eram chefiados por mulheres (SANTOS 2005 APUD LUNARDI, 2006).

Segundo dados do SEBRAE, divulgados em 2010, o turismo rural é uma das atividades econômicas que mais se desenvolve no País, apresentando um crescimento de aproximadamente 30% ao ano. No ranking mundial, o Brasil ocupa a quarta posição no segmento, perdendo apenas para a Espanha, Portugal e a Argentina. Segundo a Organização Mundial do Turismo, o crescimento internacional do setor é de 6% ao ano e pelo menos 3% dos turistas do mundo vêm direcionando as suas viagens para destinos rurais (SEBRAE, 2010).

Por fim, pode-se justificar ainda a importância desta pesquisa em termos do seu caráter inovador, dado que a maioria dos trabalhos acadêmicos sobre pluriatividade no campo focam aspectos referentes ao aumento da renda da propriedade e a possibilidade de diminuição do processo de migração, sendo poucos os estudos que analisam as relações de gênero em contextos pluriativos, marcados pelo processo de transformação do rural e das relações sociais a partir da proximidade entre rural e urbano.

1.1 Problema de Pesquisa

Recorrendo ao contexto histórico, pode-se observar as raízes das desigualdades de gênero na sociedade rural na obra de Freyre (2004), *Sobrados e Mucambos*, na qual o autor ao descrever a decadência do patriarcado rural durante o primeiro processo de urbanização pelo qual o Brasil passou no século XVII e na primeira metade do século XIX, apontou que esse processo introduziu mudanças nos modos de vida, nos valores, nos hábitos de consumo e nas relações de gênero e geração. Essas mudanças, segundo o autor, trouxeram conseqüências positivas para a vida das mulheres brasileiras.

Atualmente, as novas relações entre o campo e a cidade estão impulsionando mudanças na própria noção de trabalho rural, através da introdução de atividades não agrícolas. Estando as mulheres que vivem no campo grandemente envolvidas em atividades de caráter não agrícola tornou-se pertinente, então, investigar que tipo de

mudanças o processo de diversificação produtiva pelo qual o campo vem passando tem trazido para a vida dessas mulheres. Dentre as atividades não agrícolas com expressiva participação feminina destaca-se o turismo rural, que vem se constituindo como uma atividade característica dessas mudanças, em virtude de promover um estreitamento do diálogo entre citadinos e rurais, consolidando um novo modo de vida no campo.

Neste contexto, os estudos de gênero destacam que, embora o acesso da mulher à renda possa se constituir em um fator favorável à modificação do seu papel dentro da família, por outro lado, este fator em si mesmo não deve ser percebido como determinante para a sua maior autonomia. Assim, não seria o fato da mulher auferir uma renda própria através do turismo que apontaria para a sua possibilidade de maior autonomia, mas, antes, seria o fato de o turismo ser um dos indícios de uma sociedade mais diversificada e mais flexível, quando comparada a sociedade rural marcada pela predominância da agricultura e dos valores tradicionais, face aos quais a mulher está inserida dentro de uma estrutura de complementaridade hierarquizada.

Assim, esta pesquisa procurou analisar as possibilidades de autonomia para a mulher em uma sociedade rural marcada pelo estreitamento das relações entre citadinos e rurais, através do turismo. Neste contexto, propõem-se analisar as seguintes questões: Os processos de transformação da sociedade rural favorecem a configuração de relações de gênero com maior possibilidade de autonomia para a mulher? A proximidade dos modos de vida dos rurais com o dos citadinos trazido pelo turismo rural provoca mudanças das condições de vida para as mulheres que vivem no campo? Como se estabelece o processo de transformação da sociedade rural? Esse processo de aproximação com o modo de vida urbano lhes possibilita a ampliação do seu capital social, cultural e econômico? O turismo proporciona um status de profissionalização ao trabalho rural realizado pela mulher? O envolvimento da mulher com o turismo rural provoca uma nova concepção do seu trabalho dentro da família? O acesso da mulher à renda se mostra importante para modificar o seu papel dentro da família?

1.2Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

- Analisar as transformações ocorridas na sociedade rural trazidas pela aproximação dos modos de vida rural e urbano, engendradas pelo turismo rural, e a sua relação com as condições de vida e trabalho de mulheres e homens no campo.

1.2.2 Objetivos Específicos

- 1- Estabelecer diferenças e similaridades entre os modos de vida rurais e urbanos em nível estadual;
- 2- Investigar e descrever os indicadores do processo de transformação dos modos de vida, envolvidos com a passagem do trabalho da *bricolage* ao *métier* nos dois municípios investigados na pesquisa;
- 3- Traçar o perfil do turismo rural, das propriedades e dos gestores;
- 4- Descrever as condições de trabalho e de vida de homens e mulheres envolvidos com o turismo rural nos dois municípios pesquisados;
- 5- Descrever e interpretar as representações do rural vinculadas ao turismo;
- 6- Verificar e analisar a presença de indicadores de autonomia das mulheres que trabalham com turismo, tais como aqueles relativos: ao nível de escolaridade; ao acesso e controle sobre a renda da unidade produtiva; à possibilidade de tomada de decisão nos negócios; a valorização do trabalho, ao acesso ao crédito e ao título de propriedade do empreendimento;

1.3 Hipóteses

H1- Os processos de *transformação* pelos quais o rural vem passando modifica as relações de trabalho no campo, em função do caráter de *bricolage* presente nas atividades agrícolas tradicionais ganhar a conotação de *métier* (profissão), em atividades não agrícolas, como o turismo.

H2- As atividades voltadas ao turismo rural oportunizam a mulher maior autonomia profissional em relação ao homem, bem como a possibilidade de tomada de decisões por si mesma e a oportunidade de gerenciamento sobre o rendimento advindo do próprio trabalho, em relação às atividades agrícolas.

1.4 Procedimentos Metodológicos

A fim de alcançar os objetivos enunciados, verificar as hipóteses formuladas e responder ao problema de pesquisa, buscou-se na investigação uma combinação de desenhos de pesquisa de caráter individualizantes e generalizantes. De acordo com Weber (1994) *apud* Cherobim (2003) o pesquisador deve saber integrar os métodos individualizantes e generalizantes. Assim, pelo método individualizante, o cientista

seleciona os dados da realidade que deseja pesquisar, destacando a singularidade e os traços que definem seu objeto, procurando dar ênfase aos aspectos qualitativos e singulares de um fenômeno. Já o método generalizante se fundamenta no princípio da causalidade, que objetiva estabelecer relações entre fenômenos e variáveis, dirigindo atenção para os caracteres quantitativos do fenômeno sob investigação.

Landim *et al* (2006) ao promoverem uma reflexão sobre a abordagem teórico-metodológica da integração qualitativo-quantitativa ressaltaram a importância de cada método, segundo as suas características. Assim, para os pesquisadores os métodos qualitativo e quantitativo não se opõem, nem se excluem, mas se complementam no propósito de revelar, da forma mais completa possível, as nuances de dado fenômeno ou realidade social, podendo auxiliar na clarificação de vínculos e significados. Assim, o processo de produção do conhecimento necessita transitar entre as disciplinas, como forma de ampliar seu potencial de interpretação acerca dos fenômenos sociais.

1.4.1 População e Amostra

O presente estudo foi realizado em duas etapas. A primeira etapa consistiu na análise de dados secundários extraídos da base de microdados da PNAD a fim de averiguar se ainda existem diferenças significativas entre os modos de vida dos habitantes do campo e da cidade, a partir de indicadores sugeridos pelas teorias que descrevem as transformações da sociedade rural em face da urbanização, que tem em Placide Rambaud (1973), um dos seus principais teóricos. Essa análise envolveu todo o Estado do Espírito Santo, a fim também de estabelecer um panorama geral sobre o contexto no qual os municípios analisados estavam inseridos.

A segunda etapa do estudo foi realizada com a população de dois municípios Capixabas: Venda Nova do Imigrante e Domingos Martins, que se destacam na região sudeste do país, pelo desenvolvimento crescente do turismo rural, combinado com atividades agrícolas. Estes municípios foram escolhidos por poderem ser considerados como representantes de um campo sob forte influência da sociedade e da cultura urbana, combinando atividades agrícolas e não agrícolas, as quais apontam para a diferenciação produtiva e social desta região da serra capixaba. Analisou-se, portanto, na segunda etapa da pesquisa, as particularidades do processo de transformação do campo nesses municípios e as condições de vida das mulheres envolvidas nas atividades de turismo rural, em termos das suas possibilidades de autonomia.

Segundo os dados do IBGE (2010), Domingos Martins (Figuras 1 e 2) possui uma população de 31.847 habitantes, sendo que 24.106 (75,69%) residem no campo. O município conta com 4.753 propriedades rurais, sendo 90% de caráter familiar. A base econômica da cidade está no cultivo do café, seguindo-se da exploração das belezas naturais e do clima por meio do turismo rural. O município de colonização alemã, pomerana e italiana reúne um amplo suporte para o desenvolvimento do turismo rural, como hotéis, pousadas, sítios para hospedagem e lazer, cafés coloniais e campings. As propriedades rurais com suas comidas típicas, paisagens e peculiar modo de vida recebem aqueles que buscam o contato com a vida no campo. Nas propriedades podem ser adquiridos queijos, biscoitos, licores, vinhos, doces, iogurtes, geléias e embutidos. O visitante tem, ainda, a oportunidade de participar da colheita de cereais, frutas, legumes e presenciar o processamento dos produtos. Algumas fazendas têm alojamento e proporcionam ao turista a participação em atividades rurais e passeios por trilhas na mata atlântica (PREFEITURA DE DOMINGOS MARTINS, 2011).

FIGURA 1: Praça Arthur Gerhardt



Fonte: www.domingosmartins.es.gov.br

FIGURA 2: Pórtico de Domingos Martins



Fonte: www.domingosmartins.es.gov.br

Venda Nova do Imigrante (Figuras 3 e 4), conta com uma população de 20.447 habitantes, sendo que 5.638 habitantes, 27,57%, residem no campo. O município tem a sua economia baseada na agricultura, principalmente, do café (90% das propriedades). Antes mesmo da colonização, grandes fazendas de café floresceram no altiplano serrano, onde mais tarde nasceria Venda Nova. Entre as fazendas destacam-se: Providência, Lavrinhas, Tapera, Bananeiras e Viçosinha. Contudo, com a abolição da escravidão, essas fazendas caíram em abandono até que surgiram os colonos, imigrantes italianos, originários da Região do Vêneto e do Trento (Itália). Inicialmente eram apenas de 18 a 20 famílias (IBGE, 2010).

FIGURA 3: Avenida principal de VNI



Fonte: skyscrapercity.com

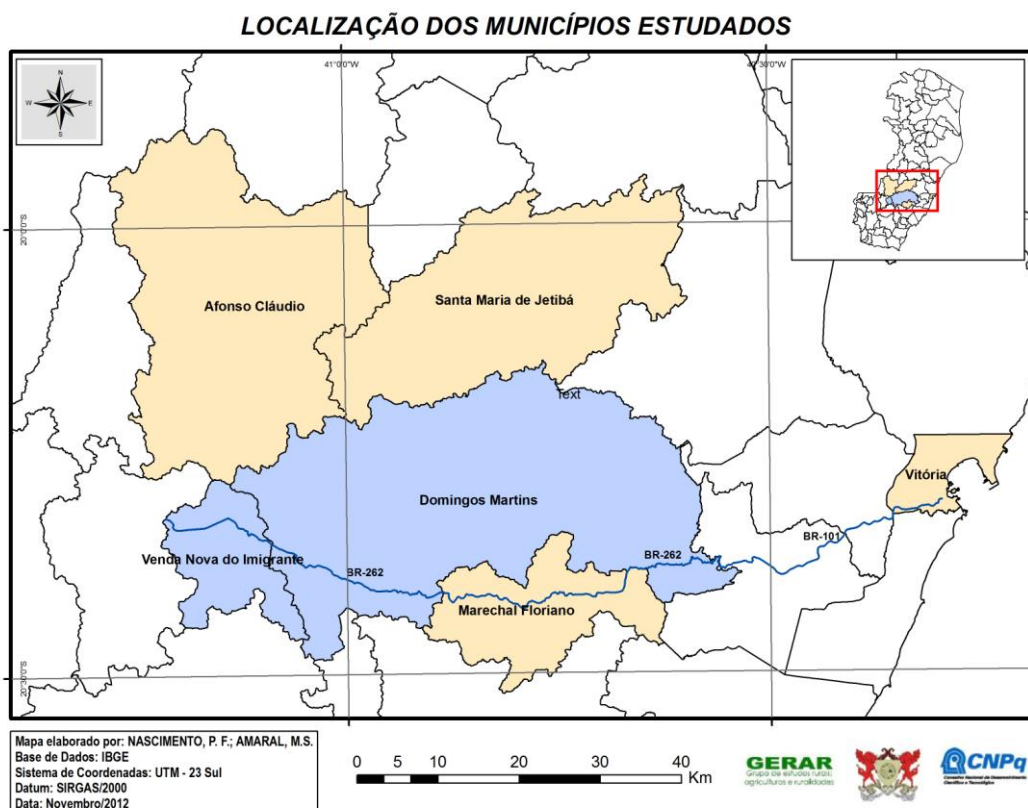
FIGURA 4: Loja do AGROTUR



Fonte: Resultados da pesquisa, 2012.

A comunidade que surgiu com a chegada dos primeiros imigrantes, em 1892, conserva traços fortes da cultura dos mesmos até hoje. Entretanto, destaca-se atualmente, pela sua inserção no turismo rural, dado que a mesma é conhecida como a *Capital Nacional do Agroturismo*, atividade em plena expansão (IBGE, 2010). Desde 1991, os produtores se associaram ao Centro de Desenvolvimento Regional do Agroturismo, criando e organizando roteiros de visitação para os turistas e organizando festas. A Associação conta, atualmente, com uma loja para a venda de seus produtos no centro do município (PREFEITURA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE, 2011). Por fim, vale destacar que os dois municípios são vizinhos e se inscrevem dentro de um mesmo território de rotas e caminhos turísticos, que compõe os destinos turísticos das Serras Capixabas.

FIGURA 5: Mapa de localização dos municípios pesquisados



Para seleção da amostra foi utilizado uma listagem fornecida pelo INCAPER (Instituto Capixaba de Pesquisa e Extensão Rural) e outra listagem fornecida pela Prefeitura Municipal de Domingos Martins, que continham informações sobre as famílias que trabalhavam com o turismo rural, seus respectivos endereços e telefones (anexo). Os empreendimentos de turismo rural se encontravam distribuídos em oito circuitos turísticos, sendo que um (1) ficava localizado em Venda Nova dos Imigrantes e os outros sete (7) em Domingos Martins. Ao todo identificou-se 111 empreendimentos rurais nos dois municípios, os quais recebiam, regularmente, turistas. Na pesquisa de campo constatou-se que existia um número maior de empreendimentos, porém alguns não constavam nas listagens, sendo, portanto, impossível precisar com exatidão a quantidade de empreendimentos, já que os mesmos fogem do controle dos órgãos públicos.

Com base no número da população, de fato, existente, tentou-se realizar um censo a fim de se alcançar a totalidade da população envolvida com o turismo rural,

porém em alguns casos os gestores não foram encontrados nas propriedades, em função da época de realização desta pesquisa ter acontecido no período de baixa temporada de turismo na região, quando alguns estavam viajando e outros viviam na capital do Estado, tornando-se impossível o acesso às informações. Também houve casos em que os gestores estavam hospitalizados, ou mesmo casos em que os gestores se negaram a responder o questionário, ou que marcavam com a pesquisadora e não compareciam nos locais e horários estabelecidos para o encontro. Assim, aplicou-se, ao todo, 88 questionários, em todos os circuitos, como se pode perceber pela tabela abaixo:

TABELA 1: Quantidade de empreendimentos existentes e pesquisados de acordo com o circuito ao qual pertencem.

Nome do Circuito	Quantidade existente	Quantidade pesquisada
Circuito do Agroturismo de Venda Nova	30	30
Circuito Turístico de Orgânicos e Naturais	7	4
Circuito Turístico da Pedra Azul	34	27
Circuito do Chapéu	3	2
Circuito Turístico Vale da Estação	4	1
Circuito turístico de Paraju	24	18
Circuito Turístico da Sede	6	3
Circuito Turístico do Galo	3	3
Total	111	88

Fonte: Resultados da pesquisa, 2012.

Cabe ressaltar que a aplicação dos questionários foi viabilizada com ajuda do INCAPER que disponibilizou alojamento para pesquisadora na região, além do apoio dos extensionistas que se prontificaram a colaborar levando a pesquisadora para visitar as propriedades turísticas.

1.4.2 Método e técnicas de Coleta e Análise de Dados

A pesquisa constou de duas etapas. Primeiramente, recorreu-se a dados secundários extraídos da base de dados da PNAD referentes ao Estado do Espírito Santo. Os dados foram extraídos através do Software Stata 11.0 e tratados como uma base de dados complexa, sendo sistematizados e analisados com a ajuda do software SPSS 20.0. Utilizou-se nessa primeira etapa indicadores de trabalho, renda, perfil familiar, acesso a bens de consumo, serviços e tecnologias de informação e comunicação.

Na segunda etapa utilizou-se o delineamento tipo Survey. Foram aplicados questionários estruturados, contendo questões abertas e fechadas aos gestores das atividades turísticas nos municípios de Domingos Martins e Venda Nova do Imigrante. As questões dos questionários foram formuladas em função da teoria, de maneira que permitissem responder às hipóteses e objetivos da pesquisa. Giraram em torno de quatro elementos centrais: trabalho, renda, consumo e a autonomia feminina. Utilizou-se, também, de forma complementar, como fontes de dados, panfletos, propagandas, jornais e sites da região sobre o turismo rural.

Os dados obtidos na primeira etapa foram analisados utilizando-se uma abordagem quantitativa, que se baseou em uma Análise Exploratória dos Dados (AED) e o método de Regressão Logística. De acordo Triola (2005) a AED é o processo de uso das ferramentas estatísticas, tais como gráficos, medidas de centro e medidas de variação para investigar conjuntos de dados com o objetivo de compreender e descrever suas características importantes. Já a regressão linear logística é uma técnica utilizada em situações em que se deseja prever ou explicar valores de uma variável dependente em função de valores conhecidos das variáveis independentes. No caso de se identificar uma relação significativa entre elas obtêm-se um modelo que pode servir para estimar o referido resultado em função de futuras observações das variáveis independentes (CORRAR E FILHO, 2009). Serão dadas maiores explicações sobre este método durante a dissertação.

Os dados obtidos por meio dos questionários foram analisados a partir de abordagem quantitativa e qualitativa. Os dados foram tabulados e submetidos à análise estatística com a ajuda do software *SPSS 20.0*. Para a descrição dos dados, partiu-se de uma análise exploratória (AED). Posteriormente, foram realizados testes de hipóteses, sendo estes: testes de médias para as variáveis métricas e teste *Qui-quadrado* para algumas variáveis nominais. Também utilizou-se a técnica de correlação (Pearson), adotando-se um nível de significância de 5% para todos os testes. Segundo Hair *et al* (2005) uma hipótese é uma suposição sobre a natureza de um fenômeno ou de uma situação específica, possibilitando que os pesquisadores expliquem e testem fatos ou fenômenos propostos. A hipótese nula é sempre aquela que supõe que não há diferença nas médias dos grupos, já a hipótese alternativa estabelece que existem diferenças entre as médias.

O teste t pode ser usado para testar uma hipótese que estabelece que as médias para as variáveis associadas com amostras ou grupos independentes serão iguais. Sendo assim, o teste t avalia se as diferenças de médias observadas ocorrem por acaso ou se houve uma diferença verdadeira (HAIR ET AL, 2005). Já o teste qui-quadrado é utilizado para testar a significância estatística entre as distribuições de frequência de dois ou mais grupos, para variáveis categóricas. Um dos métodos mais simples para descrever conjuntos de relações é a tabulação cruzada. Na tabulação cruzada com o uso do *qui- quadrado* tabula-se as respostas para cada grupo e as compara, permitindo, assim, testar se há diferenças entre os grupos (HAIR ET AL, 2005). Já a correlação é uma técnica que procura avaliar se existe uma relação coerente e sistemática entre as variáveis de um estudo. A correlação de Pearson mensura a associação linear entre duas variáveis métricas (HAIR ET AL, 2005).

1.5 Organização dos capítulos

A presente dissertação está organizada da seguinte forma: o capítulo 2 versa sobre as principais teorias utilizadas para se refletir sobre as relações rural e urbano, campo e cidade, a partir das transformações pelas quais a sociedade rural vem passando. Utiliza-se de duas correntes teóricas para explicar as diferentes interpretações que estudiosos atribuem a essas transformações. Também traz à tona uma discussão sobre atividades não agrícolas e pluriatividade no campo. Finaliza-se o capítulo descrevendo como a mudança nos modos de vida dos rurais são incorporadas no trabalho, apresentando assim como se estabelece a passagem da *bricolage* ao *métier*.

O capítulo 3 busca analisar se ainda existem diferenças significativas entre os modos de vida dos habitantes do campo e da cidade, a partir do uso da regressão logística a fim de estimar a razão de chance do indivíduo ser rural ou urbano, variável dependente dicotômica. A análise foi feita utilizando-se de dados retirados do banco de dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD), referentes ao estado do Espírito Santo. Teve-se por objetivo compreender se indicadores sócio econômicos, referentes a: trabalho, renda, perfil familiar, acesso a bens de consumo e serviços e acesso á tecnologias de informação e comunicação são variáveis que se relacionam com o fato do indivíduo poder ser classificado como rural ou urbano.

O capítulo 4 descreve as teorias relativas às questões de gênero e da mulher rural. Inicialmente mapeia-se duas abordagens teóricas: uma que considera as

transformações socioeconômicas como fatores determinantes para a aquisição de maior autonomia por parte da mulher, e outra que considera que os fatores geradores das desigualdades de gênero estão inscritos na ordem das coisas, estando, portanto, arraigados nos costumes e na ordem moral. Posteriormente, agrupam-se duas correntes, uma sobre a situação de autonomia e trabalho da mulher no contexto agrícola e a outra no contexto rural não agrícola.

O capítulo 5 descreve o histórico da atividade de turismo rural e de como essa atividade pode ser interpretada dentro das novas relações campo e cidade para em seguida traçar o perfil e as características da atividade, dos gestores e das propriedades rurais.

O capítulo 6 descreve a progressiva passagem do trabalho no campo da *bricolage* para o *métier*, e de como se estabelecem todas as outras mudanças em torno dos modos de vida no campo. Para tanto, trabalhou-se com variáveis referentes a: tipos de trabalho realizados pelos gestores do turismo rural, formação, tipos de aprendizagem, escolaridade, renda, consumo e tempo, variáveis que estabelecem o plano de fundo para se pensar as relações de gênero e trabalho no campo.

O capítulo 7 apresenta uma análise da Festa da Polenta, que acontece no município de Venda Nova do Imigrante. Analisaram-se através dessa festa as potencialidades conceituais para se pensar o *rural* abertas pelo estreitamento da distância entre campo e cidade propiciada pelo turismo rural, a partir de uma abordagem ancorada na teoria das representações sociais. Optou-se por se trabalhar com panfletos, notícias de jornal e sites, em virtude de serem estes os principais meios de divulgação do turismo rural no contexto estudado.

Por fim, o capítulo 8 procura abordar especificamente a questão referente à autonomia da mulher a partir de variáveis mensuradas na pesquisa, como: acesso ao crédito, título de posse do empreendimento, poder de decisão, execução de atividades domésticas, valorização do trabalho feminino e oportunidades de estudo e trabalho. Embora a perspectiva de gênero, a importância das mulheres na atividade do turismo e as mudanças que o turismo vem trazendo para as suas vidas estejam presentes em todos os capítulos, procurou-se, neste capítulo, abordar essas questões mais detalhadamente.

CAPÍTULO 2

As teorias explicativas acerca dos processos de transformação da sociedade rural.

2.1 O campo e o rural enquanto objeto de estudo da sociologia: de que campo e de que rural estamos falando?

Várias áreas da ciência pesquisam e produzem conhecimento acerca da relação campo-cidade: a economia, a geografia, a história, a sociologia, a antropologia. Enquanto a economia tem uma lógica mais voltada para a questão do mercado e da produção no campo; a geografia dedica-se ao estudo das paisagens, das questões ambientais e territoriais; a sociologia por sua vez, volta-se mais para as relações sociais que se estabelecem no campo e a antropologia tem o foco maior nos estudos sobre a cultura e os aspectos simbólicos da vida cotidiana.

Segundo o filósofo Henri Lefebvre (1986) o período relativo ao século XVII não despertou muito o interesse dos estudiosos em refletir sobre o rural e a vida das populações camponesas. Foi o período relativo à Revolução Industrial (XVIII), que trouxe um crescente número de estudiosos se debruçando sobre o processo que levou ao predomínio da indústria sobre a agricultura e da expansão da cultura urbana no campo. Os estudiosos voltaram-se para o estudo das transformações pelas quais o campo passava em um momento em que a sociedade rural era fortemente afetada pela Revolução Industrial. Esse súbito interesse pela realidade rural pode ser explicado por dois fatores: de um lado havia uma nostalgia frente ao desaparecimento das tradições e do patriarcalismo presente nessas sociedades agrárias. Contraditoriamente, a burguesia que se enriquecia com o desenvolvimento do mercado, ao mesmo tempo, exaltava as formas de vida anteriores à ascensão da economia industrial (LEFEBVRE, 1986).

Moreira *apud* Biazzo (2008) aponta que as representações ligadas à ruralidade foram construídas a partir das relações de poder e expressas em discursos provenientes de elites urbanas. Assim sendo, o campo e o rural foram sendo concebidos como sinônimos e sendo, ambos, associados a um modo de vida típico do feudalismo. A sociologia rural anterior a 1950 teve como orientação teórica um conceito de *rural*

essencializado, descritivo e empírico. A sociedade rural era entendida apoiando-se em uma polarização antagônica de rural-urbano, que opunham as suas características um ao outro. Esta concepção, inclusive, se refletiu em uma representação na forma de um *continuum rural-urbano*, concepção essa baseada em uma lógica de gradação e evolução de um rural profundo em direção ao apogeu da sociedade urbana (SOLARI, 1979).

A clássica definição formulada nos anos 30 do século XX por Sorokin e Zimmermann *apud* Solari (1979) elenca os seguintes traços como marcantes da condição rural em comparação à urbana: as diferenças ocupacionais entre os dois espaços, com maior peso das atividades primárias nos espaços rurais; as diferenças ambientais, com maior dependência da natureza no rural; o tamanho da população; a densidade demográfica; o grau de diferenciação social e de complexidade; as características de mobilidade social; e as diferenças de sentido da migração. É interessante se perceber, também, como nesta primeira abordagem do continuum rural-urbano, o rural é concebido como sinônimo de campo. Na economia, a tradição sempre foi pensar o rural como algo relacionado à agricultura, incorporando, às vezes, aspectos que vão além daqueles diretamente relacionados à produção primária, mas tendo por universo as famílias ou empresas ligadas a essa atividade. É evidente que isso teve durante determinado período um motivo, o fato de que o “rural” era predominantemente agrícola (FAVARETO, 2007).

Segundo Favareto (2007) na sociologia, a própria criação de uma parte dedicada ao rural veio apoiada na oposição comunidade–sociedade, restringindo a sua análise à vida social dos pequenos lugarejos, também, com forte presença da agricultura na determinação da direção das vidas das pessoas ou das economias locais, e sempre pensando essa esfera com uma relativa autonomia e em contraste com a sociedade englobante. Todavia, atualmente, o “rural”, ainda entendido como sinônimo de campo apresenta mudanças estruturais, devido em grande parte ao modelo de desenvolvimento global. Estas mudanças trazem a necessidade de revisão e análise do termo e, nesse contexto, cabe questionar as concepções tradicionais do rural (FAVARETO, 2007). O “rural” transcende o agropecuário e passa a comportar uma série de outras atividades, como a oferta de bens e serviços, entre os quais destaca-se a oferta e cuidado de recursos naturais, os espaços para o descanso, o turismo, a moradia, entre outras. Com isso, mudam as vantagens comparativas do rural em termos das suas possibilidades de

captação das rendas urbanas. A localização, a fertilidade e o preço da terra passam a dividir importância com a acessibilidade, a paisagem, que são chamadas hoje de amenidades rurais (FAVARETO, 2007; ROSA E FERREIRA, 2010).

Dentro dessa perspectiva as relações de proximidade, marcadas por uma relativa homogeneidade se diversificam e os laços de solidariedade que marcavam uma ruralidade passada se afrouxam. A relação com as cidades deixa de se basear na exportação de produtos primários para dar origem a redes territoriais complexas e com múltiplas facetas, baseadas em novas formas de integração dos mercados de trabalho, de produtos, de serviços e de bens simbólicos. De exportador de recursos, tais como bens materiais e trabalho, os territórios rurais passam a ser atrativos de novas populações e de rendas urbanas. Em suma, desaparece todo o sentido em tratar o “rural” exclusivamente como o oposto do “urbano”, em proclamar seu desaparecimento, ou em resumi-lo a apenas uma de suas dimensões: o agrário (FAVARETO, 2007).

Nesse sentido, segundo Lefebvre (1986), o campo não teria mais nada de autônomo. Ele não pode mais evoluir segundo leis distintas, ele se relaciona de múltiplas maneiras à economia geral, à vida urbana e à tecnologia moderna. Contudo, de acordo com Carneiro (1998) seria importante ponderar que o “rural” não está passando por um processo único de transformação em toda a sua extensão e de maneira uniforme. Os efeitos desse processo modernizador seriam percebidos e incidiriam de forma diferente sobre as diferentes populações. Nesse sentido, não se deveria falar de ruralidade em geral (macro categoria), já que ela se manifestaria de formas diferentes em universos culturais, sociais e econômicos heterogêneos (CARNEIRO, 1998).

Wanderley (2001) sustenta que o “rural” seria um modo de vida, por meio do qual os indivíduos enxergariam a si mesmos e o mundo à sua volta. A autora reflete sobre a idéia de “mundo rural”, caracterizando-o como um universo que não estaria isolado do todo, mas que carregaria as suas especificidades, as quais teriam se estabelecido através da história, definindo o “rural” como formação social e histórica concreta. Carneiro (1998) traz como proposta pensar o rural e o urbano de forma a romper com a dualidade inerente às concepções tradicionais que definiam essas categorias, normalmente, tendo a imagem de uma como a negação da outra, com base em critérios puramente descritivos e empíricos veiculados pelo modelo que associa o “rural” ao agrícola e ao atrasado e o urbano ao industrial e ao moderno. Dessa forma, segundo as pesquisadoras torna-se cada vez mais evidente a impropriedade da

delimitação de fronteiras entre os dois a partir de uma classificação baseada em atividades econômicas ou mesmo em hábitos culturais.

Carneiro (1998) propõe a necessidade de análises centradas nas relações sociais que se desenvolvem a partir de processos de integração das aldeias à economia global. Porém, esse processo não é visto como um processo de diluição de diferenças, mas que ao contrário, pode permitir o reforço de identidades apoiadas no pertencimento a uma localidade. Essa lógica tem por base o território sobre o qual a cultura realizaria a interação entre o rural e o urbano de um modo determinado, ou seja, mantendo uma lógica própria que lhe garantiria a manutenção de uma identidade.

Segundo Favareto (2007), com a racionalização da vida rural, se diluiria todo o universo estabelecido sobre a ruralidade agrária, para dar lugar a novas significações. A partir da interposição de dois universos: o “rural” e o “urbano”, que antes eram concebidos como nitidamente separados, geográfica, econômica e culturalmente, pode-se dizer que há o enfraquecimento do *paradigma agrário* que percebia a sociedade rural como sinônimo de sociedade agrária. Já Biazzo (2008), como tantos outros pesquisadores, se distanciam deste *paradigma agrário* diferenciando *campo* e *cidade* como formas concretas, como materialidades que compõem as paisagens produzidas pelo homem, face aos conceitos de *urbano* e *rural* concebidos como representações sociais, como conteúdos das práticas dos sujeitos e das instituições presentes na sociedade. Por isso, urbanidades e ruralidades se combinariam em cada recorte do espaço, nos atos e na visão de mundo de cada indivíduo. *Ruralidades* e *urbanidades* seriam, portanto, racionalidades, construções simbólicas, manifestações ou criações culturais concebidas a partir de hábitos e costumes.

2.2 As concepções teóricas acerca das transformações do rural

Que o rural de hoje já não é o mesmo de outros tempos é fato, porém, as interpretações acerca desse processo de mudança podem se alterar consideravelmente, fazendo com que esse fenômeno seja interpretado, inclusive, a partir de perspectivas completamente antagônicas. A seguir apresenta-se a contribuição de diversos autores agrupados em duas concepções teóricas distintas acerca das transformações pelas quais passa a sociedade rural.

2.2.1 A Concepção do Campo como parte de uma Civilização Urbana

Dentro desta linha interpretativa da relação entre campo e cidade encontram-se aqueles autores que concebem os espaços como marcados por suas peculiaridades culturais, mas integrados em um mesmo momento histórico. Assim, para além de suas especificidades se destacariam os elementos que comporiam o estilo de vida próprio a uma época. Lefebvre (2008) em sua obra a *Revolução Urbana*, cuja primeira edição data dos anos de 1960, argumenta quanto à formação de uma *sociedade urbana*, em que o *urbano* extrapolaria a formação e a delimitação das cidades, incluindo, também, o rural.

Para explicar o processo de urbanização Lefebvre (2008) realiza uma periodização estabelecendo três grandes eras: *a agrária, a industrial e a urbana*. Na *era agrária* teria existido uma nítida separação entre campo e cidade baseada na divisão do trabalho, ficando o campo com o trabalho manual e a cidade com o trabalho intelectual. Na *era industrial* a troca e o comércio teriam se generalizado, o solo teria se transformado em mercadoria e na *era urbana* ocorreria a generalização da realidade urbana, através do consumo de bens e serviços que se incorporariam em modos de vida marcados pela maior automação das tarefas mecânicas, pela maior facilidade de comunicação e deslocamento. No entanto, a teoria de Lefebvre (2008) sobre a urbanização do campo causa muito desconforto e é muito criticada entre os estudiosos que se dedicam a interpretar e explicar as transformações pelas quais passa o campo, em virtude dos seguintes pontos: - a urbanização para o autor está colada à industrialização; - o fato de apontar para uma possível dissolução do rural; - além disso, a análise de Lefebvre sobre a urbanização é vista como uma perspectiva que não considera os grupos sociais inseridos nesse processo.

Wirth (1979) pode, também, ser caracterizado como tendo uma perspectiva própria daqueles autores que enfatizam o processo de “*inclusão das partes no todo*”, ou seja, também ele, defende a perspectiva do “rural” como parte integrante da “*sociedade urbana*”. Ao trabalhar o *urbanismo como modo de vida* aponta para uma tendência de *urbanização dos modos de vida*, sem indicar o *fim do rural*, apoiando-se para tanto em uma perspectiva de *continuum*, destacando a presença do urbanismo como modo de vida presente também no “rural”. De acordo com Wirth (1979) não é a densidade demográfica que caracterizaria o urbano, mas o modo de vida. Segundo o autor, as

cidades exerceriam influências sobre a vida social do homem, em função delas se constituírem no centro controlador da vida econômica, política e cultural “*capaz de atrair as localidades mais remotas do mundo para dentro de sua órbita*” (WIRTH, 1979, p.91), interligando as diversas áreas, os diferentes povos e atividades em um só mundo. Ou seja, para Wirth (1979) se entendermos o conjunto de características do modo de vida e existência urbano delimitado e circunscrito apenas à área ou espaço das cidades estaríamos estabelecendo uma “fronteira arbitrária” em que as influências urbanas interromper-se-iam abruptamente em determinado ponto.

Segundo Wirth (1979) esta generalização do modo de vida tipicamente urbano se deveria ao desenvolvimento do transporte, da comunicação e, também, devido ao poder e à personalidade das instituições citadinas que colocariam a cidade em situação dominante. No entanto, de acordo com Wirth (1979) as influências que a cidade exerceria nos modos de vida não seriam capazes de eliminar completamente os modos de associação humana que predominavam anteriormente. Assim, em maior ou menor escala a vida social possuiria marcas de uma sociedade anterior.

Outro autor que apresenta uma interpretação acerca das transformações que afetam a “sociedade rural” em termos de uma perspectiva de evidenciar o pertencimento da parte ao todo, ou seja, do campo à “*Cultura Urbana*” é Placide Rambaud (1973). Este autor embora já citado por autoras como Wanderley (2009), Carneiro (1998), teve a sua principal obra “*Société rurale et urbanisation*” relativamente pouco explorada, se considerarmos a riqueza do seu arcabouço conceitual e o refinamento da sua concepção teórica. Rambaud, nesta obra, analisa as relações entre “*citadinos*” e “*rurais*” na França no pós Segunda Guerra a partir de uma reflexão sobre o processo de urbanização do campo, apoiando-se na perspectiva da força expansiva da Cultura e do modo de vida urbano sobre a “*sociedade rural*”. Essa força expansiva própria ao modo de vida urbano adviria do fato de a *cultura urbana* se identificar com a “*Cultura*”, já que possuiria componentes e símbolos universais, que propiciariam a “*abertura de espírito*” de uma sociedade a partir do acesso e troca de informações.

No entanto, vale destacar que a perspectiva de *urbanização do campo* cunhada por Rambaud (1973) se diferencia da perspectiva de Lefebvre de 1970. Segundo Rambaud (1973) o termo urbanização geraria muitos mal entendidos, pelo fato de apresentar variados sentidos: o termo é utilizado para se referir a concentração de povoamento em um espaço, ou, ainda, para destacar a concentração de técnicas, meios

de produção, poderes e necessidades em um espaço. Contudo, Rambaud conceitua a *urbanização* como a difusão de um sistema de atitudes e condutas, que se originou na cidade, mas não se restringiu a ela. Para o autor, a noção de *urbanização* descreveria o conjunto dos processos pelos quais a *sociedade rural* buscaria se aproximar da paridade social e econômica com os cidadãos, no que se refere à renda, à mobilidade profissional, às chances de cultura e de gestão dos negócios.

Rambaud (1973) propõe, assim, caracterizar a *urbanização* não somente como a ação da cidade sobre o campo, nem como o aumento da densidade da população das cidades, mas a “*invenção de um modo de vida em vias de se tornar universal e de realizar a unidade do homem social*”, sendo que os agentes dessa transformação são tanto os moradores do campo quanto os da cidade. A urbanização se apresentaria, assim, como um “*movimento complexo, econômico, social, intelectual e afetivo*” externalizando o processo de diferenciação de dada sociedade (RAMBAUD, 1973).

Rambaud (1973) se dedica em sua obra “*Société rurale et urbanisation*” a caracterizar, inicialmente, o “campo ruralizado”, marcado por fortes traços de tradição e fechado sobre si mesmo, detentor, ainda, de uma autonomia relativa. O autor se utiliza da própria representação dos rurais que o descrevem como um lugar de silêncio; de pouca conversa, em função do trabalho pesado, no qual “*a supremacia dada ao fazer torna inútil o falar*” (RAMBAUD, 1973). No entanto, a partir do estreitamento das relações entre a sociedade rural e a urbana estas passariam a compartilhar a vivência de um mesmo tempo e o uso de uma mesma linguagem. Esse processo de aproximação e incorporação de modos de vida se daria a partir de um *diálogo* intenso do rural com a sociedade global.

Entretanto, o processo de aculturação estabelecido através do estreitamento da relação da cultura urbana com a sociedade rural se estabeleceria de forma heterogênea e diferenciada. Alguns segmentos mais que outros dentro da sociedade manifestariam o desejo em equiparar o seu modo de vida ao dos cidadãos. No entanto, segundo Rambaud (1973), este seria um processo marcado por conflitos e contradições. Alguns grupos ou indivíduos seriam mais adeptos à cultura urbana, como as mulheres, os jovens e os não agricultores. Outros, como os idosos, os homens e os agricultores seriam mais resistentes. Alguns se utilizariam do princípio de seleção, fragmentando os seus papéis no tempo, como no caso daqueles que no inverno se tornam monitores de esqui e no verão permanecem como agricultores.

Um aspecto significativo da teoria de Rambaud (1973) é que segundo ele, o processo de urbanização seria, antes de tudo, mental, quer dizer, antes mesmo de existir uma estrutura típica de um campo urbanizado, materialmente, este processo se manifestaria através do ideal dos indivíduos, ou seja, dos seus desejos e projetos de vida. De forma diferenciada, cada grupo ou mesmo cada indivíduo dentro da sociedade rural, montaria o seu “*canivas*” (bordado) como quem escolhe e “pega” da cultura urbana aquilo que lhe interessa. Seria então, a partir das representações e de um processo de “esquematização” acerca da cidade e da cultura urbana que os próprios habitantes do campo elaborariam o seu quadro de referência para lhes servir de guia, orientar as suas atitudes e os seus comportamentos. Assim sendo, a própria idéia de “*canivas*” pressuporia a pré-existência de uma estrutura, no caso, representada pela tela, que seria originalmente rural. Ou seja, não se cogita aqui uma homogeneização ou mesmo o completo desaparecimento do rural e sim do estabelecimento de formas de hibridização entre a cultura rural e a urbana no campo. O enfoque então não é sobre o fenômeno da urbanização do campo por si ou em si, mas sim a diversidade do dinamismo rural diante deste fenômeno.

Candido (1964) na obra *Os parceiros do Rio Bonito*, utilizando-se de uma abordagem bem próxima a de Rambaud (1973), descreve as transformações dos “meios ou condições de vida” em um agrupamento de caipiras, durante os anos de 1948 a 1954 em um município do interior de São Paulo. O autor utilizou-se tanto da antropologia quanto da sociologia, com dados históricos e estatísticos, buscando realizar um equilíbrio entre as duas. Metodologicamente o autor lançou mão de dois recursos a fim de buscar informações sobre a vida do homem do campo, sendo eles, os documentos de relatos de viajantes do século XVIII e XIX, bem como dos relatos de idosos da região a fim de saber deles como era o “tempo dos antigos”. Segundo Candido a cultura e a sociedade rústica/caipira apontavam para o que existia de tradicional no Brasil. Para o autor, a sociedade caipira tradicional caracterizava-se por uma vida social fechada, com base na economia de subsistência e marcada por certa homogeneidade.

Segundo Candido (1964), o termo “*meios de vida*” pressupõe um equilíbrio relativo entre as necessidades de dada sociedade e a sua satisfação por meio de recursos do meio físico. No entanto, as necessidades de uma sociedade não podem ser entendidas apenas pelo seu caráter natural, relativo à existência física dos indivíduos, mas, também, pelo seu caráter social e cultural, ou seja, as necessidades seriam inventadas pelo

homem na vida em sociedade e a sua satisfação dependeria dos recursos por eles disponibilizados. A sociedade, portanto, precisaria se organizar a fim de satisfazer determinada necessidade. A essa organização da sociedade para satisfazer as suas necessidades chamar-se-ia “*meios de vida*” ou “*modos de vida*”. Goodfellow (1939) *apud* Candido (1964) exemplifica bem o constructo meios de vida ao dizer: “*o homem não precisa apenas de comida, mas de uma organização para obter comida*” (GOODFELLOW, 1939 *APUD* CANDIDO 1964, P.11).

Nesse sentido, ao avaliar como se comportou a cultura caipira diante de fatores de perturbação representados pelo latifúndio produtivo comercializável, pelo desenvolvimento urbano, pelo escravo e pelo imigrante, Candido (1964) demonstra que o modo de vida caipira passou por uma redefinição de vínculos de dependência, que incorporaram a órbita da fazenda e das povoações, afastando-se relativamente das estruturas tradicionais típicas. A situação estudada pelo autor seria resultado da coexistência dos fatores de persistência, os quais contribuiriam para a continuidade dos modos tradicionais de vida e dos fatores de transformação que representariam a incorporação de padrões modernos. Diante da realidade de mudança o autor classifica três indivíduos típicos: 1 – o caipira que procura enquadrar-se ao máximo nas novas condições; 2- o que se apega a vida tradicional, procurando conciliá-la com as exigências presentes; 3- o que é totalmente incapaz de ajustar-se a duas condições anteriores.

Além do mais, segundo o autor a realidade seria complexa e não permitiria ver na influência exercida pela urbanização um processo evolutivo simples e unívoco. Na verdade, os fatores tradicionais exerceriam ação reguladora, não raro envolvendo os outros, combinando-se a eles, integrando-os de certo modo no seu sistema. “*A situação não é de substituição mecânica dos padrões; mas de redefinição dos incentivos tradicionais, por meio do ajustamento dos velhos padrões ao novo contexto social.*” (CANDIDO, 1964, p.161). A “acomodação” do caipira aos padrões urbanos se faria conforme o encontro de condições satisfatórias para substituir os seus próprios padrões de vida. Por fim, Candido (1964) argumenta que esse fenômeno não deveria ser encarado em si como expressão de uma cultura vivendo fases do seu desenvolvimento, dentro de uma perspectiva evolutiva, mas, antes, como um fenômeno global de aproximação entre a cultura das cidades que vai absorvendo as variedades culturais

rústicas, desempenhando, portanto, cada vez mais, o papel de cultura dominante, através da imposição de suas técnicas, seus valores e padrões de vida.

Na década de 1990, surge no Brasil uma nova abordagem de análise para os processos de transformação do rural, em que a terminologia *Novo rural* foi cunhada e utilizada para descrever as mudanças pelas quais vem passando o campo brasileiro, dentro de uma perspectiva macroestrutural, centrando o foco das mudanças nas transformações das estruturas sociais e econômicas. De acordo com Graziano da Silva (1997) pensar as diferenças entre rural e urbano se torna cada vez menos importante. Segundo o autor, o rural hoje deve ser entendido como um *continuum* do urbano no nível espacial e no que se refere à estrutura econômica e de trabalho, com “o rural” não podendo ser mais identificado ao agrário e o urbano ao industrial.

De acordo com Graziano da Silva (1997) essas mudanças que estão tornando o campo mais urbanizado são em parte resultado do processo de industrialização da agricultura, do avanço do capitalismo sobre o campo, em que a atividade agrícola deixa ser um sistema autárquico para se integrar à economia geral e por outro lado fruto de mudanças políticas, econômicas e sociais ligadas à questão do status profissional e o encurtamento de distâncias a partir das inovações em comunicação e transporte. O autor aponta, assim, para uma nova sociedade: a pós-industrial. Dentro do chamado *novo rural* o autor destaca a importância de dois processos: a presença da pluriatividade e das atividades não agrícolas no campo. Segundo ele, de um lado, os agricultores e trabalhadores rurais assalariados se dedicariam a agricultura em tempo parcial, combinando-a, de forma crescente, com atividades rurais não agrícolas ou atividades urbanas, de outro, os profissionais de origem urbana, atraídos pela vitalidade do novo rural, passariam a reconhecer no campo a oportunidade para o desenvolvimento de seus negócios.

Veiga (2004) ao analisar o destino da *ruralidade* dentro do processo de globalização utiliza-se de uma abordagem territorial e se baseia em variáveis empíricas. O pesquisador afirma que a dicotomia *rural-urbano* continua a perpetuar em seus extremos duas hipóteses opostas: a da completa urbanização de Henri Lefebvre (1970) e a do renascimento do rural de Kaiser (1972). No entanto, Veiga questiona a utilidade de ambas para a atual situação em que se encontra o rural. Para ele, tanto a hipótese da *urbanização do campo* de Lefebvre, quanto à do *renascimento do rural*, de Kaiser, deveriam ser em partes refutadas e em partes verificadas, o que levaria segundo ele a

uma terceira: “(...) o mais completo triunfo da urbanidade engendra a valorização de uma ruralidade que não está renascendo, e sim nascendo.” (VEIGA, 2004).

Nesse sentido, Veiga (2004) defende que nos últimos vinte anos tornou-se cada vez mais forte a atração exercida pelo rural em todas as sociedades desenvolvidas. Mas essa atração pouco teria a ver com a relação que essas sociedades tiveram com o rural no passado, a atual ruralidade não faz voltar os elementos da ruralidade pretérita e por isso não cabe o termo renascimento, já que essa atração ancora-se em outros elementos, no caso as amenidades rurais. Assim a urbanização tende a revigorar a ruralidade, mediante mutações. Por fim, Veiga (2004) coloca que não cabe falar em um único destino para a ruralidade, mas segundo ele a globalização parece apontar vários destinos.

2.2.2 As perspectivas da permanência das peculiaridades relativas ao “rural”

Dentro desta perspectiva interpretativa das transformações do “rural” se enfatiza as possibilidades de permanência das suas peculiaridades face ao processo de globalização. Bernard Kaiser formula a hipótese do *renascimento* do rural. De acordo com Kaiser (1972) *apud* Veiga (2004):

“O repovoamento, os modos de vida, a recomposição da sociedade em vilarejo (“villageoise”), as atividades não agrícolas, as políticas de ordenamento, a políticas de desenvolvimento local, e as práticas culturais estariam mostrando que a dimensão demográfica seria apenas um indicador do que já estava ocorrendo nos países desenvolvidos: um renascimento rural.” (VEIGA, 2005, pag.19).

Como pode ser visto na citação acima, Kaiser (1972), também, não nega as transformações do “rural”, porém, essas transformações culminariam no *renascimento do rural*. Esta concepção de Kaiser tem recebido críticas, como as de Veiga (2004), que defende que o termo “renascimento” não seria adequado em função de se tratar, de fato, do nascimento de um fenômeno inteiramente novo, ou seja, essas características do rural apresentadas por Kaiser (1972) pouco têm em comum com as do rural tradicional.

No caso específico do Brasil, Maria Isaura de Queiroz (1978), destaca que grande parte dos estudiosos não se preocupou em estudar o rural e o urbano em termos da sua interdependência ou das influências mútuas que um exerceria sobre o outro. Os estudos se preocupavam, segundo Queiroz, em descrever as duas realidades paralelamente expondo as suas semelhanças e divergências e não buscando analisar as duas realidades dentro de um conjunto mais amplo, de uma mesma estrutura. De acordo

com Queiroz (1978) foi em consequência dessa premissa norteadora dos estudos rurais que quando o rural e o urbano se misturam, os elementos rurais são tidos como atrasados em sua evolução e sua influência na cidade entendida como sobrevivência do tradicional e que a penetração de elementos urbanos no campo é entendida como inovação. Dessa forma, à medida que a influência da cidade penetra mais na sociedade rural, entende-se que esta por sua vez vai perdendo suas características próprias, se parecendo cada vez mais com a sociedade urbana, e tendendo, portanto a desaparecer (QUEIROZ, 1978).

No entanto, Queiroz (1978) utiliza-se do recurso histórico e da dialética para combater essa ideia. A autora analisa como se deu o processo de urbanização da sociedade brasileira, demonstrando que a urbanização no Brasil não foi consequência da industrialização, que ela vem antes e se instaura devido à riqueza rural e a importação de hábitos europeus. Ainda segundo a autora os costumes e hábitos da população não sofreriam um processo de transformação e sim de adaptação à nova realidade. Por fim, a autora defende que tanto no passado quanto recentemente o rural e urbano se influenciam mutuamente, ora um se apresentando em situação de dominação, ora o outro, porém ambos mantendo as qualidades que lhes são próprias:

“(...) houve no passado brasileiro um momento em que rural e urbano estiveram estreitamente mais interligados ainda do que agora, quando se teme que a difusão de traços culturais citadinos apague completamente as peculiaridades do campo: durante o período colonial, a interpenetração de ambos era tão importante, tão profunda, que não pudemos representá-la a não ser falando numa *dialética de imanência recíproca*⁵. No entanto, mesmo nessa época, não era possível confundir campo e cidade, fosse do ponto de vista demográfico, fosse do ponto de vista econômico, fosse até do ponto de vista cultural. É possível supor que a atual homogeneidade que hoje ameaça se instalar, obedeça as mesmas condições do passado, no sentido de se interpenetrarem rural e urbano, porém cada qual conservando a sua identidade.” (QUEIROZ, 1978, pag.308).

Carneiro (1998) ao trabalhar com as transformações do “rural” a partir da abordagem da *nova ruralidade* traz uma discussão de ruralidade colada a dois fenômenos no campo: a pluriatividade, prática reconhecida como nova, em decorrência de ser concebida como se manifestando no contexto de intensificação das relações entre “rural” e “urbano” e a procura crescente de formas de lazer e meios alternativos de vida

⁵ Elementos ou termos á primeira vista heterogêneos seguem, no entanto, a mesma direção, se contêm reciprocamente, se interpenetram, são parcialmente imanentes uns aos outros, sem perder sua identidade específica (QUEIROZ, 1978, p.274)

no campo pelos cidadãos. No entanto, diferentemente de Graziano da Silva (1997), a autora trabalha dentro de uma abordagem micro.

Carneiro (1998) entende o “rural” e o “urbano” enquanto categorias simbólicas, fruto das representações sociais. Afirma a autora que atualmente torna-se cada vez mais difícil delimitar as fronteiras entre um e outro espaço dada a aproximação das relações de trabalho e dos modos de vida estabelecida entre eles. A autora defende que uma visão dicotômica, opondo rural-urbano não seria sustentável, apoiando-se em uma análise centrada nas relações sociais que se desenvolveriam a partir do processo de integração entre as chamadas “aldeias” e a economia global, que propiciaria um reforço da idéia de pertencimento a uma localidade. A afirmação de identidades locais face à globalização implicaria em um fortalecimento das novas ruralidades. Segundo Carneiro (1998) as novas experiências vivenciadas com o turismo permitiriam trocas de bens simbólicos e materiais e a ampliação das redes de relações sociais, dando suporte para que ocorresse a diferenciação social e não, necessariamente, a descaracterização da cultura local.

Nesse sentido, para Carneiro (1998) a *nova ruralidade* poderia ser entendida a partir da incorporação de uma lógica urbano-industrial no rural e, também, em decorrência do consumo que a sociedade urbana direciona para os bens simbólicos, materiais e as práticas culturais próprias da sociedade rural. Ou seja, para a autora a expansão da sociedade urbana não implicaria na descaracterização do “rural”, mas na reelaboração de práticas e códigos culturais a partir de uma relação de alteridade com o estrangeiro, o turista. Dessa forma, a noção de localidade, segundo Carneiro, daria maior substrato para se pensar a interação de agentes sociais com a sociedade global, já que o global não excluiria o local. Enquanto representação, o “rural”, então, poderia ser reelaborado a partir de códigos e valores urbanos, já que as representações não seriam fixas e cristalizadas, mas, antes, fruto do momento histórico em que se vive. A “ruralidade” seria fruto, então, de constantes processos de reestruturação da cultura e dos valores (CARNEIRO, 1998).

Wanderley (2009) ao estudar as transformações recentes do “meio rural” e das relações deste com o “meio urbano”, define “rural” a partir de duas características fundamentais: a relação direta dos habitantes do campo com a natureza, através do seu trabalho e habitat e as relações sociais de interconhecimento comuns aos grupos rurais. Porém, segundo a autora não se deve buscar nessas características uma forma a-

histórica do rural, ou seja, não se deve cristalizar essas características, tornando-as uma essência imutável, visto que o “rural” é uma categoria histórica que se transforma e, portanto cabe ao pesquisador buscar a compreensão das diversas formas que o “rural” pode tomar nas sociedades passadas e presentes.

Com base nessa lógica de pensamento Wanderley (2009) se opõe à ideia de que a partir de uma dicotomia campo/cidade, rural/urbano, em suas formas tradicionais estabelecer-se-ia um domínio do “urbano” sobre o “rural”, em que o desfecho seria o fim do rural com a sua urbanização total. Pelo contrário, de acordo com a autora, tanto o rural, quanto o urbano em suas novas e atuais formas permaneceriam adequados para analisar as relações sociais e espaciais da sociedade moderna, apontando, assim, não para o fim do rural, mas para a emergência de uma *nova ruralidade*.

Wanderley (2009) não nega o processo de transformação que sofreram as sociedades rurais tradicionais, devido à perda de sua autonomia relativa a partir de sua integração econômica, social e cultural à sociedade global, bem como não nega que os contatos com as cidades e a influência da cultura urbana se intensificaram, afetando o modo de vida tradicional da população local. Porém, segundo a autora, esses fatores não culminariam na transformação do rural em urbano, mas, sim, em novas formas de ruralidade que seriam fruto do processo histórico.

Para Wanderley (2009) as transformações mais recentes do “rural” seriam resultado de fatores externos e internos. Os fatores externos referir-se-iam aos efeitos das novas relações econômicas e sociais, preponderantes em um mundo cada vez mais internacionalizado, sobre as formas de funcionamento e regulação da produção agrícola e de valorização do espaço rural. Internamente, tal fenômeno se manifestaria a partir de um intenso processo de diversificação do “rural”, fazendo com que as suas relações com o meio urbano perdessem o seu caráter de antagonismo, em função das relações de complementaridade.

Um dos resultados desta transformação seria a *paridade social e econômica* entre habitantes do campo e da cidade produzida pelas crescentes facilidades de acesso da população rural, tanto aos bens e serviços modernos, produzidos na cidade, como a níveis de renda mais próximos aos habitantes da cidade, culminando, assim, numa tendência a uniformização dos modos de vida. Essa paridade social por sua vez favoreceria segundo a autora a redução de fluxos migratórios do meio rural para as cidades e, também, tornaria o rural mais atrativo a outras categorias sociais, como é o

caso dos não agricultores. Outro resultado desse processo seria o crescimento de atividades não agrícolas no meio rural evidenciando que o rural não poderia mais ser concebido apenas como agrário.

Por fim, a autora faz uma análise das teorias sobre a urbanização do campo e a idéia de continuum urbano-rural, utilizando-se de autores como Julliard (1973); Rambaud (1976); Mathieu e Bontron (1973) e Mendras (1959). Wanderley concorda que essas abordagens teóricas avançam no sentido de estabelecer o fim das formas tradicionais de dicotomia rural-urbano, afastando-se daquelas que definiam o rural pelo seu isolamento ou pela oposição em relação à cidade. Porém, Wanderley alerta para o cuidado com o uso dessas teorias, visto que podem assumir significados diferentes para os diversos autores, e que para alguns autores seriam descritas como homogeneização da sociedade e o fim do rural. Apoiando-se em Bruno Jean (1997) a autora afirma que *“o fim das sociedades rurais não significa o fim do rural: assiste-se, nas sociedades modernas, a um processo de recomposição do rural e da emergência da nova ruralidade”* (WANDERLEY, 2009, PG.245). Essa abordagem contesta, assim, o fim das diferenças sociais e espaciais entre o rural e o urbano e aponta para a necessidade de uma nova abordagem que consiga repensar o rural em seus modos contemporâneos e da reestruturação sofrida. Nesse sentido a autora afirma que *“o mundo rural não é mais uma sociedade distinta, mas um segmento da sociedade mais ampla que o domina”* (JEAN, 1997 APUD WANDERLEY, 2009, PG.245), propondo assim a substituição do enfoque clássico, baseado nas sociedades rurais tradicionais.

Assim diante de todas as perspectivas apresentadas a presente dissertação pretende contribuir para essas discussões no sentido de entender o turismo rural e os indivíduos inseridos nessa atividade como agentes desse processo de transformação da sociedade rural.

2.3 Pluriatividade e atividades não agrícolas

De acordo com Carneiro (2006) o tema da pluriatividade foi introduzido no debate acadêmico brasileiro nos anos de 1990. No entanto, antes mesmo de falar da presença da pluriatividade e de atividades não agrícolas no campo, torna-se necessário deixar claro ao leitor o que se entende neste trabalho por pluriatividade, haja vista que não existe um consenso dentro da sociologia rural sobre a aplicação do termo. Inicialmente torna-se necessário distinguir pluriatividade de atividades não agrícolas. A

pluriatividade em termos gerais seria a combinação de atividades agrícolas com não agrícolas, já as atividades não agrícolas referir-se-iam àquelas atividades não relacionadas diretamente com as atividades agrícolas, mas que ainda assim poderiam ser exercidas no campo. Assim, a pluriatividade implicaria na existência de atividades não agrícolas, mas as atividades não agrícolas não implicariam na presença de pluriatividade (SOUZA e SOUZA, 2008).

Sacco dos Anjos (2000) *apud* Souza e Souza (2005) identificou três principais enfoques para a interpretação da pluriatividade: o primeiro buscaria explicar o fenômeno por uma perspectiva macroestrutural, em que o foco seria as mudanças e as transformações das estruturas sociais e econômicas. A pluriatividade, nesse caso, estaria relacionada ao avanço do capitalismo no campo, assim ela estaria mais associada às condições socioeconômicas de uma região específica. Dentro dessa abordagem as atividades não agrícolas concorreriam com as atividades agrícolas. O segundo enfoque, buscaria explicar o fenômeno do ponto de vista micro-estrutural, como sendo fruto de estratégias familiares para a reprodução na unidade familiar, atribuindo assim às famílias rurais o papel de agentes sociais nesse fenômeno. Dentro dessa perspectiva a atividade não agrícola subsidiaria a atividade agrícola. Já o terceiro enfoque seria aquele que buscaria agrupar as duas perspectivas para explicar o fenômeno da pluriatividade. Assim, optou-se, neste trabalho, por entender a pluriatividade a partir do terceiro enfoque como um fenômeno interligado aos processos de transformação do campo, porém não se ignorando o papel das famílias rurais.

Outra crítica direcionada à pluriatividade estaria relacionada ao seu caráter de “novidade” como aponta Carneiro (2006), ou seja, para alguns estudiosos a pluriatividade não pode ser vista como fruto dos processos de transformação da sociedade, essa crítica baseia-se no fato de que a presença de atividades não agrícolas combinadas com atividades agrícolas no campo está presente desde sempre, como era o caso dos antigos moinhos e ferrarias, indústrias essas chamadas de domésticas. No entanto, de acordo com Carneiro (2006) para qualificar a pluriatividade enquanto um fenômeno novo e evitar essa crítica é necessário se ater a determinados contextos em que a combinação das atividades agrícolas com as não agrícolas corresponda a uma dinâmica recente, produzida pelas novas configurações das relações campo-cidade e pelas novas articulações entre agricultura e sociedade.

Candido (1964) contribui para sustentação dessa afirmação dado que ao estudar as transformações dos modos de vida do caipira paulista mostra que esse era desprovido de recursos econômicos e que as chamadas indústrias domésticas eram a sua principal fonte de bens de consumo, sendo estes roupas, alimentos e utensílios, contribuindo assim para autossuficiência da família e servindo também a vizinhança. Observa-se, portanto, que essas chamadas atividades não agrícolas no passado não tinham o mesmo sentido que têm hoje no campo: antes elas eram direcionadas para o consumo familiar e da vizinhança, hoje essas mesmas atividades têm como consumidor o morador das cidades e como fim o lucro e não a subsistência. O termo pluriatividade, nesse sentido, de acordo com Mattei (2007), se caracterizaria por ser um fenômeno decorrente de um processo de revitalização e transformação do mundo rural. Assim, para Carneiro (2006), o significado das atividades não agrícolas não estaria dado pelo tipo de trabalho realizado e, sim, pela maneira como esse trabalho e a renda obtida por meio dele integrar-se-ia à dinâmica de reprodução familiar.

Rambaud (1973), ao estudar o processo de transformação da sociedade rural na França a partir da questão do trabalho rural, fornece uma explicação para a gênese do fenômeno da pluriatividade. O autor esclarece que a noção de profissão quando vivenciada no campo não desaparece com o trabalho agrícola. Porém, a justaposição, de uma atividade agrícola e de outra *profissão* mostra a resistência do primeiro e a pressão do segundo. Ou seja, a presença de atividades agrícolas e não agrícolas no campo implica a coexistência de duas sub-culturas interiorizadas com seus próprios valores.

A noção de pluriatividade, portanto, permitiria analisar com maior precisão a forma como os rendimentos advindos do trabalho seriam alocados pela família. As atividades pluriativas apontariam, também, para o surgimento de padrões individuais de realização do trabalho entre os membros da família, padrões esses que transformam as unidades produtivas familiares em “unidades multidimensionais”, devido à combinação de atividades agrícolas e não agrícolas, que gerariam diferentes tipos de remuneração, (MATTEI, 2007).

No Brasil, a partir dos anos 1990, o crescimento das *ocupações e rendas não agrícolas* (ORNAS) começou a chamar a atenção de alguns pesquisadores, em territórios rurais marcados por uma dinâmica de aproximação do mercado de trabalho, de produtos e de serviços entre o campo e a cidade. O crescimento das ORNAS se deu, segundo Abramovay (2009), Kageyama (2008), Favareto (2007), não como uma

estratégia tradicional e secularmente utilizada de combate às formas de precarização da unidade produtiva familiar, mas, antes, como uma forma de diversificar as opções de renda através da combinação de atividades agrícolas com não agrícolas.

De acordo com dados divulgados pelo Grupo Rurbano no ano de 1997 cerca de quatro milhões de pessoas estariam ocupadas no campo com atividades que fugiam à produção agrícola tradicional. Além disto, quatro em cada dez trabalhadores seriam remunerados por atividades não agrícolas, com um crescimento de 35% em menos de dez anos. Segundo o Censo (2000) haveria aproximadamente 15 milhões de pessoas economicamente ativas no campo no país, com cerca de 1/3 delas trabalhando em ocupações não agrícolas. Essas ocupações estariam ligadas a atividades para o oferecimento de serviços de lazer, turismo, construção de moradias para neorurais e preservação ambiental. Em contrapartida, o emprego ligado exclusivamente ao setor agropecuário, com a utilização das novas tecnologias teria levado à queda de 1,7% (de emprego) ao ano (OLIC, 2001).

Graziano da Silva (1997) utiliza-se de dados da PNAD para mostrar a evolução da população economicamente ativa que reside no campo e trabalha com atividades não agrícolas, a partir do estabelecimento de uma comparação entre a PEA rural e a PEA agrícola; apresentando, também, como o crescimento de setores ligados a serviços como transporte, escolas e hospitais incentivaram a construção de casas de campo e de lazer para finais de semana, atraindo, assim, turistas e aposentados. Por fim, ao analisar comparativamente a renda agrícola e não agrícola das famílias rurais com as famílias urbanas concluiu que as rendas não agrícolas seriam em média maiores que as rendas agrícolas dentro de uma mesma região do país.

Outro aspecto relacionado ao fenômeno da pluriatividade, que deveria ser destacado neste estudo está relacionado a influencia das atividades não agrícolas na diversificação dos grupos sociais que residem e/ou trabalham no campo, aspecto esse abordado por Rambaud (1973), Graziano da Silva (1997) e Wanderley (2009). De acordo com Wanderley (2009) nas sociedades modernas, o dinamismo rural seria capaz de atrair outras atividades econômicas e outros interesses sociais, além dos ligados à agricultura. Fatores como, as facilidades de transporte e comunicação, a idade para a aposentadoria e os estímulos ao desenvolvimento local teriam tornado o campo atrativo a outras categorias sociais. A agricultura, portanto, teria deixado de ser um fator de povoamento e estaria ocorrendo um aumento da população não agrícola no campo, na

medida em que se diversificaria econômica e socialmente o campo. Para Wanderley (2009) ao se pensar o campo para além da sua função de produção agrícola e associá-lo a uma maior qualidade de vida, os espaços rurais tornar-se-iam espaços de consumo, voltados para atividades ligadas à residência, permanente ou secundária, lazer e turismo rural.

2.4 A opção pela distinção conceitual entre “campo” e “rural”

A modificação dos *modos de vida* das pessoas que vivem no campo, mediante o processo de incorporação de novos hábitos de consumo, o acesso às tecnologias da comunicação e da informação, as facilidades de transporte e deslocamento, bem como o acesso aos serviços públicos e às políticas governamentais, têm sido vistos por uma ampla corrente teórica, que se estende dos anos 1930 do século XX aos dias atuais, como se constituindo na expressão do potencial expansivo da “*civilização urbana*” e do “*urbanismo como um modo de vida*”. Assim é, que autores como Sposito e Whitacker (2010), Endlich (2010), Lefebvre (2008), Santos (1996), Wirth (1979), dentre tantos outros defendem a perspectiva de que o “*modo de vida urbano*” nasceu na cidade, mas não se restringiu a ela, ganhando contornos expansivos que vêm atingindo espaços diferenciados, ainda que em ritmos e intensidades próprias a cada contexto. Desta forma, o acesso a bens e serviços materiais e culturais se refletiria no estilo de vida, nas condições materiais de existência, materializando-se no padrão de moradia, no tempo gasto para as pessoas realizarem as suas atividades domésticas e “produtivas”, bem como nas suas formas e possibilidades de lazer.

Ao chamar a atenção para as novas atividades econômicas e de lazer desenvolvidas no campo, Endlich (2010) indaga se o modo de vida das pessoas que vivenciam estas mudanças nas suas condições materiais e imateriais de existência poderia se caracterizar, realmente, como um modo de vida rural. A autora argumenta que a resposta para esta pergunta dependeria da concepção de rural e urbano adotada. Segundo a autora, “rural” e “urbano” poderiam ser tomados como adjetivos relativos àquilo que pertence ao campo e à cidade, respectivamente. Todavia, segundo a autora, “rural” e “urbano” poderiam ser interpretados, também, como “condições de vida”, como para Lefebvre (2008), como “perfil” como para Harris (1971) *apud* Castro (2001), que já chamava a atenção para a presença de um “perfil urbano” em uma pequena cidade brasileira, na década de 60, ou ainda, como “modos de vida” como para Candido

(1964), Wirth (1979), Beaujeu-Garnier (1997), Santos (1996), Sposito e Whitacker (2010). Segundo estes autores, o “modo de vida urbano” embora tenha nascido na cidade, não se restringiu a ela.

Assim, assume-me, nesta dissertação, a perspectiva teórica, a qual concebe “rural” e “urbano” como modos de vida, por acreditarmos que esta perspectiva permitiria percebermos o “campo” e a “cidade” como espaços em movimento, marcados por dimensões sociais, materiais e imateriais, expressas através dos modos de vida que se configuram nestes espaços. Desta forma, fenômenos como os relativos ao crescimento dos neorurais no campo, a pluriatividade, a diversificação das atividades econômicas no campo, estariam apontando para uma revitalização do campo como lugar de moradia e vida. A proximidade entre campo e cidade poderia ser percebida como instalando uma tendência de dissolução dos rótulos de “citadinos” e “rurais”, apontando, antes para a presença de indivíduos, que habitam o campo ou a cidade.

Para Sanchez-Casas (2009), “Campo” e “Cidade” não teriam conteúdo *exclusivamente* ou *predominantemente* espacial. Segundo o autor, os espaços concretizam as *características do modo de assentamento*, as quais refletiriam os efeitos das estratégias de satisfação das necessidades sociais. Assim, o “*modo de vida rural*” e o “*modo de vida urbano*” expressariam-se em *modos de assentamento*, marcados pelas características materiais e imateriais adotadas por determinada sociedade, as quais modelariam o espaço. Desta forma, o espaço traduziria os modos de assentamentos de um grupamento social, o que nos permitiria distinguir características socioespaciais típicas de um “*campo ruralizado*”, de um “*campo urbanizado*”, de uma “*cidade urbanizada*” ou de uma “*cidade ruralizada*”, visto que para além dos critérios territoriais, referentes ao tamanho da população e a densidade demográfica, consideraríamos os *modos de assentamentos* característicos de um modo de vida urbano ou rural.

Segundo Sanchez-Casas (2009), o aparecimento do excedente na agricultura marcaria o processo inicial de diferenciação entre a “cidade” e o “campo”, entretanto, essa *contradição* entre “campo” e “cidade” ficaria subsumida na *contradição* entre “centro e periferia”, que se consolidaria com o surgimento do “Estado Moderno”. A cidade teria mudado, segundo ele, qualitativamente incorporando o campo como sua periferia, constituindo uma relação que unificaria a ambos, campo e cidade, no território nacional, o qual se tornaria a base sobre a qual se estabeleceria o Estado Moderno.

Posteriormente, com a consolidação da globalização ocorreria a perda de capacidade do Estado de territorializar o suporte da formação social. Teria ocorrido, então, um novo salto qualitativo: a dialética “centro-periferia” típica do Estado Moderno teria se *subsumido* na dialética “global-local”. Assim, o global passaria a absorver a autonomia local das diferentes formações sociais. O processo de urbanização não significaria, assim, a perda das especificidades locais, marcada pela cultura enraizada em cada localidade e dos modos de vida que sobre ela foram se tecendo. Este tecido cultural se constituiria em um filtro atuante no processo de interação entre campo e cidade, determinando o ritmo e a intensidade das transformações advindas do estreitamento das relações entre campo e cidade.

Desta forma, quando se utiliza a categoria “Campo Urbanizado” está-se caracterizando um espaço com características físicas específicas, como: pequena densidade demográfica, natureza com pequeno grau de artificialização, mas com a presença de características materiais e imateriais típicas do “*modo de vida urbano*”. Assim, um “campo urbanizado” poderia absorver os padrões urbanos a partir dos filtros estabelecidos pelas especificidades culturais enraizadas na sua história, na sua forma de assentamento.

2.5 Indicadores do processo de transformação da sociedade rural face a expansão da cultura urbana: a passagem do trabalho como *bricolage* ao trabalho como *métier*

Ao trabalhar com as teorias que abordam o processo de transformação do rural elencaram-se alguns indicadores desse processo. Utilizou-se para tal os pesquisadores supracitados apesar das divergências em termos de abordagens existentes entre eles, e principalmente Rambaud (1973), Candido (1964) que parecem ter perspectivas bem próximas em relação a essas transformações. Optou-se em utilizar o termo *transformações da sociedade rural* em função das diferentes perspectivas citadas no trabalho. O processo de transformação da sociedade rural e as modificações nos modos de vida são traduzidas assim em termos de mudanças de concepções em torno de elementos centrais, como: terra, trabalho, tempo, dinheiro, escolarização, representações sociais, acesso a informação, consumo e mudança do papel e lugar ocupada pela mulher rural.

No que se refere à relação com a terra, destaca-se a passagem das terras livres, de uso coletivo, para a terra enquanto mercadoria e propriedade privada, em que a

relação afetiva com a mesma fica subsumida. De acordo com Favareto (2007) quando o campo passa a comportar atividades não agrícolas, a oferecer serviços para o descanso, o turismo, a moradia e o acesso às amenidades, o valor da terra deixa de basear-se apenas em critérios como a localização e a fertilidade, passando a incorporar outros elementos característicos das amenidades rurais como: acessibilidade à natureza e as paisagens do campo.

Já em relação ao trabalho, Rambaud (1973) salienta que as mudanças nas relações de trabalho no campo, foram marcadas pela passagem do trabalho enquanto *bricolage* ao trabalho como *métier*. Essa transformação se constituiria no centro da aculturação sobre o qual se estabeleceria o padrão de urbanização do trabalho, através da utilização de procedimentos técnicos. Segundo o autor, o trabalho agrícola, dentro de um campo arcaico, tradicional, ocuparia todo o tempo da vida, seria voltado para o autoconsumo e realizado sem remuneração com a gratuidade do trabalho dos membros da família. De acordo com Candido (1964) no Brasil essa economia de subsistência seria entendida muitas vezes pelos cidadãos como sinônimo de vadiagem: “*plantava-se para viver*”, não havia uma racionalidade econômica no trabalho. Rambaud (1973) afirma que o trabalho agrícola dentro de uma cultura rural tradicional possuiria um caráter de *bricolage*, de atividade herdada, passada de pai para filho, com uma prática marcada pela improvisação, adaptada aos materiais, às circunstâncias.

Esse caráter de trabalho enquanto *bricolage* contrapor-se-ia ao trabalho urbano, que teria um sentido de profissão. O exercício da profissão seria caracterizado, também, pela delimitação entre o tempo dedicado ao trabalho e à vida. A profissão traria consigo as noções de produtividade, regularidade, segurança, difundindo no campo um modelo ideal de trabalhador. Além disso, a profissão instituiria a necessidade da formação escolar, enquanto que na *bricolage* o trabalho da terra se daria através de uma técnica passada de geração a geração. Além disso, na sociedade industrial-urbana o trabalho se constituiria em uma atividade em que se criariam objetos ou valores de troca para um grupo humano. Essa noção diferenciar-se-ia do valor de uso e de autoconsumo típica do campo ruralizado (RAMBAUD, 1973).

A presença da pluriatividade e das atividades não agrícolas no campo também é apontada como indicadora das mudanças pelas quais passa o “rural” por Graziano da Silva (1997), Carneiro (1998) e Wanderley (2009). Ainda sobre a questão do trabalho, Rambaud (1973) destaca que o próprio tempo dedicado ao trabalho seria diferente: o

trabalho no campo operaria de acordo com o tempo natural, diferente do tempo social, da cidade. Nesse sentido, a transição de uma sociedade tradicional para uma sociedade capitalista, introduziria mudanças nas noções de tempo, ditando um novo conceito de trabalho. De acordo com Candido (1964), no Brasil, também, houve uma profunda alteração do ritmo do trabalho, visto que a expansão do mercado capitalista forçou o caipira a multiplicar seus esforços físicos e atrofiou as formas coletivas de organização do trabalho como os mutirões e outros tipos de ajudas coletivas.

Outro indicador de transformação das relações sociais no campo sob influência urbana poderia ser tomado em relação à presença da “monetarização” de produtos e serviços, que introduziria no campo o sentido da segurança e da garantia de ganho. Na sociedade rural tradicional não existiria uma racionalidade econômica com base no cálculo, a exploração agrícola não teria como objetivo direto o lucro. A monetarização das relações de trabalho e de produção introduziria a lógica do investimento e do lucro. Candido (1964) observou que os bens de consumo se tornaram na maior parte das vezes obtidos através da compra, substituindo a produção no nível doméstico. A partir de então surgiria a necessidade de um orçamento, ainda que mental, situação essa inédita para a sociedade caipira. Dessa forma, de uma fase em que a monetarização da vida social estaria quase ausente, sucederia outra, em que o dinheiro assumiria um caráter cada vez mais poderoso, pelo incremento das relações de compra e venda. O consumo de bens produzidos *in loco*; a troca de bens e serviços; todo o ritmo tradicional da vida, enfim, passaria a condicionar o comportamento econômico, introduzindo o cálculo nas práticas de trabalho cotidianas. De acordo com o autor se imporia, a partir de então a racionalidade da previsão, da relação entre receita e despesa, pois a avaliação monetária se estenderia a setores cada vez mais numerosos.

Quanto ao acesso ao ensino, a escolarização, essa seria representada pelos rurais, em pesquisa realizada por Rambaud, na França, no Pós-Segunda Guerra Mundial, em um campo em transformação, como uma condição para o crescimento do bem estar e do progresso social. A sociedade rural manifesta, em tal pesquisa, desejo cada vez maior de obter escolaridade além do primário, para aprender uma profissão, além daquela de agricultor. Assim, o acesso ao ensino secundário e técnico era percebido como permitindo ao habitante do campo se inserir em um processo complexo de mobilidade profissional, cultural e espacial, (RAMBAUD, 1973).

Porém, esse processo se estabeleceria em meio a muitos obstáculos. Por um lado, os rurais procurariam alcançar a paridade social em relação aos cidadãos, por outro eles dariam uma menor importância à instrução, o que teria como consequência a entrada mais precoce no mundo do trabalho. Isso se deveria ao fato de que em uma sociedade com fortes traços rurais se atribuiria ao trabalho uma importância primordial (RAMBAUD, 1973). Os rurais não valorizariam um longo tempo de formação escolar, dado que as tradições rurais valorizariam condutas práticas, em que o trabalho seria privilegiado em relação ao estudo. Segundo Rambaud (1973) com 17 anos os habitantes do campo teriam duas vezes mais chances que os cidadãos de já estarem no trabalho.

Outro indicador de transformação se relacionaria ao acesso dos rurais aos bens de consumo e aos serviços urbanos, introduzindo no campo uma lógica não mais do trabalho pensado para a subsistência, mas, doravante, destinado à compra de bens, estabelecendo-se, assim, uma ética voltada para o consumo (RAMBAUD, 1973). Segundo Candido (1964) a marcha da urbanização em São Paulo teria favorecido a penetração de bens de consumo desconhecidos ou pouco conhecidos na vida da população caipira, criando assim necessidades novas para esse grupo, intensificando as suas relações com a cidade, destruindo a sua autonomia relativa, ligando, assim, essa população ao ritmo geral da economia. Wanderley (2009) também concorda que um dos resultados da transformação do “rural” seria a *paridade social e econômica* entre habitantes do campo e da cidade produzida pela crescente facilidade de acesso da população rural, tanto aos bens e serviços modernos, produzidos na cidade, como a níveis de renda mais próximos aos habitantes da cidade.

Considerou-se, ainda, como um indicador relevante em termos do processo de transformação da sociedade rural o acesso às tecnologias de comunicação e as mídias, vistas por Rambaud (1973) como ferramentas de unificação, criadoras de comportamentos, a partir da construção de imaginários comuns, aproximando habitantes do campo e da cidade. Outros autores como, Graziano da Silva (1997), Veiga (2004), Wanderley (2009), mesmo utilizando-se de abordagens distintas, também concordam que parte do processo de reestruturação do “rural” se estabeleceria devido ao encurtamento de distâncias a partir das inovações em comunicação e transporte.

Por fim, autores como Rambaud (1973), Carneiro (1998) e Wanderley (2009) apontam para a importância das representações sociais no processo de entendimento e apropriação do “rural” e do “urbano”. Para Rambaud (1973) seria a imagem que os

rurais fariam da cidade, do trabalho e da instrução que poderia os levar a modificar profundamente a sociedade rural, em decorrência do seu desejo de abertura de espírito, de menor isolamento e de possibilidades verdadeiras de diálogo.

Outro indicador do processo de mudança que merece atenção especial nesse estudo está relacionado à questão de ampliação da autonomia da mulher mediante o processo de diferenciação social do campo. Segundo Rambaud (1973) as mulheres estariam mais aptas que os homens a incorporarem as mudanças nos modos de vida trazidas pela urbanização. Isso se deveria em especial ao desejo de romper com o papel de subordinação que ocupavam em uma sociedade rural tradicional.

Sintetizando os indicadores descritos anteriormente, elaborou-se um quadro de referência ilustrativo das variáveis usadas no estudo para traduzir o processo de transformação da sociedade rural, através da modificação dos modos de vida (Quadro 1).

QUADRO 1 : Indicadores de mudanças nos modos de vida, via processo de transformação.

Perfil dos atores	- Diversidade dos respondentes	- Nativos x Estrangeiros - Agricultores X não agricultores
Escolaridade	- Anos de estudo - Formação técnica ou superior	
Trabalho	- Carga horária - Idade com que começou a trabalhar - Tipos de atividades que desempenha - Número de trabalhos anteriores - Existência de outro trabalho	
	- Passagem do trabalho <i>bricolage</i> para o trabalho <i>métier</i>	- Presença de trajetória na agricultura - Existência de contabilidade - Existência de planejamento - Formação na área - Tipo de formação - Mudanças na forma de realizar o trabalho - Hábito de tirar férias - Renda - Participação em sindicatos/cooperativas e associações profissionais - Acesso ao crédito
Consumo	- Produção para o autoconsumo - Acesso a bens e tecnologias - Meio de locomoção - Acesso a serviços de comunicação	

Fonte: Elaboração dos autores com base na teoria, 2012.

O quadro apresentado acima servirá de suporte para o desenvolvimento das análises realizadas nos próximos capítulos.

CAPÍTULO 3

PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DO RURAL: investigação dos determinantes do modo de vida rural - urbano pela modelagem logística.

3.1 Modos de vida rural e urbano

Partindo-se do pressuposto de que atualmente vive-se em um mundo influenciado por tendências globais, o presente capítulo busca analisar se ainda existem diferenças significativas entre os modos de vida dos habitantes do campo e da cidade. Diante disso, o presente capítulo tem por objetivo compreender se indicadores sócio econômicos, referentes à: trabalho, renda, perfil familiar, acesso á bens de consumo e serviços e acesso a tecnologias de informação e comunicação são variáveis que se relacionam com o fato do indivíduo poder ser classificado como rural ou urbano. Para tal utilizou-se uma análise exploratória dos dados e o método de regressão logística a fim de estimar a razão de chance do indivíduo ser rural ou urbano, variável dependente dicotômica. A análise foi feita utilizando-se de dados retirados do banco de dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD), referentes ao estado do Espírito Santo.

Portanto, partiu-se da hipótese de que nem todas as pessoas que vivem no campo podem ser classificadas como rurais, sendo possível a existência de indivíduos que vivem no campo, mas que são classificados como urbanos e de indivíduos que residem na cidade, mas que são classificados como rurais, em função das variáveis referentes ao perfil e ao modo de vida. Nesse sentido, a análise de como o fenômeno de transformação da sociedade rural se expressa por meio de indicadores sociais e econômicos na vida das populações rurais, torna-se de extrema importância dentro da sociologia rural, já que servirá como um aporte para os estudos sobre juventude rural, sucessão familiar na propriedade, relações de gênero, entre outros. Ademais pode servir como suporte para o planejamento e execução de políticas públicas voltadas para a realidade rural, à medida que contesta a concepção do campo como um espaço à parte e isolado das transformações globais da sociedade e que sugere a importância da adaptação de políticas públicas em função dessas características.

3.2 Delimitação do estudo e fonte de dados

Tomou-se como referência para ilustrar tal pressuposto a base de dados da PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referente ao Estado do Espírito Santo no ano de 2009. Retirou-se dela o perfil socioeconômico da população rural e urbana, com base nas características relativas ao tipo de trabalho realizado, ao acesso às tecnologias de informação, bem como aos bens de consumo e aos serviços por indivíduos de situação censitária rural e urbana.

Tomou-se uma amostra de 6.861 observações, em que 5411 referiam-se à população que vivia na cidade, enquanto que 1450 à que vivia no campo. Dentro desta amostra 59,7% dos 1450 indivíduos que compunham a população rural eram do sexo masculino, enquanto 40,3% eram do sexo feminino. Já na população urbana 55,8% dos entrevistados eram do sexo masculino, enquanto 44,2% eram do sexo feminino. Ou seja, tanto no campo como na cidade, a proporção de mulheres foi menor na amostra utilizada⁶. Realizou-se uma regressão logística com o objetivo de verificar a porcentagem de indivíduos que viviam no campo, mas que tinham, com base nas variáveis selecionadas, um modo de vida urbano, e também aqueles que viviam na cidade, mas que tinham um modo de vida rural. As variáveis independentes utilizadas no estudo estão descritas a seguir:

1. Variáveis relativas ao perfil socioeconômico dos indivíduos: *Idade (idade)*: existe uma tendência de predominância de pessoas mais velhas no “campo ruralizado” em relação ao “campo urbanizado”; *Tipo de família (tipofam)*: um modo de vida rural aponta tendencialmente para um tipo de família com supremacia do homem enquanto chefe da família; *Número de componentes da família (numcompfam)*: em um campo ruralizado as famílias tendem a ser maiores, com mais filhos, devido à importância do tamanho da família para a reprodução da unidade produtiva; *Rendimento mensal*

⁶ Para a descrição dos dados, partiu-se de uma análise exploratória. Posteriormente foram realizados testes de médias para as variáveis métricas e teste *Qui-quadrado* para algumas variáveis nominais, não incluídas no modelo logístico e também uma técnica de correlação (Pearson), adotando-se um nível de significância de 5% para todos os testes. Por fim, realizou-se uma regressão logística, em que a variável dicotômica utilizada foi a situação censitária (*sitcen*) do indivíduo, sendo caracterizados como: 1= urbano e 0=rural. Para a realização desta análise utilizou-se o método *enter* que testa o modelo com todas as variáveis incluídas. O ponto de corte utilizado para classificação dos indivíduos como rurais ou urbanos foi de 0,5.

domiciliar per capita (*rendmensalpercap*): em um campo ruralizado a monetarização das relações de trabalho não se manifesta de forma constante, devido à gratuidade do trabalho dos membros da família e do fato de a unidade produtiva produzir o essencial para o autoconsumo, não sendo tão necessária a presença do dinheiro para a realização das trocas; Anos de estudo (*Anosestudo*): o tempo de estudo é tendencialmente menor em um campo ruralizado que em um campo urbanizado, em função do modo de vida rural se caracterizar por certa “impaciência” em relação ao tempo de estudo necessário a uma formação profissional, não habitual em sociedades rurais e devido as dificuldades de infraestrutura de acesso a educação.

2- Variáveis relativas à questão do trabalho: em um campo em processo de transformação abre-se espaço para a diversificação produtiva e o desenvolvimento de atividades não agrícolas. Trabalha-se mais tempo e sem o estabelecimento sistematizado entre as horas de trabalho e de não trabalho como determina a lei, em função de se ser o trabalhador-proprietário. Ademais em um campo marcado por um modo de vida rural atribui-se extrema importância ao adjetivo trabalhador, então, começa-se a trabalhar mais cedo. Elencou-se, portanto, neste item as seguintes variáveis para análise: Atividade principal desenvolvida (*ativprin*); Número de horas habitualmente trabalhadas na semana de referência (*horastrabalho*); Idade em que o respondente começou a trabalhar (*idadetrabalho*).

3- Variáveis referentes ao acesso a tecnologias de informação e comunicação: em um campo urbanizado espera-se uma maior presença das tecnologias da informação e comunicação, bem como maior intercâmbio em termos de troca de informações. Assim, as variáveis elencadas para análise neste item foram: Acesso a internet nos últimos três meses (*Internet*); Posse de telefone móvel celular (*Celular*) e Posse de televisão a cores (*TVcores*);

4- Variáveis referentes ao acesso a bens de consumo e serviços públicos: o processo de urbanização instaura no campo um modelo de consumo citadino, voltado para a compra de bens materiais e para a busca de acesso aos confortos urbanos, expressos neste estudo pelas seguintes variáveis: Posse de veículo automotor (*carramoto*); Posse de geladeira (*geladeira*); Material predominante na construção (*matconstru*); Posse de água canalizada (*aguacanalizada*); Posse de iluminação elétrica no domicílio (*ilumidom*).

3.3 O uso da regressão logística para a análise do modo de vida rural e urbano

A técnica de regressão logística foi utilizada para enquadrar aqueles modos de vida que poderiam ser caracterizados como rural e urbano. A variável dependente foi a razão de chance de um indivíduo ser considerado rural e urbano em função das variáveis elencadas anteriormente, como variáveis independentes.

De acordo Hair *et al* (2005), Barbetta (2008) e Corrar e Filho (2009), a regressão logística é uma técnica utilizada quando a variável dependente de um estudo é qualitativa (dicotômica). Para Hair *et al* (2005) a técnica possui ampla aplicação em situações nas quais se deseja identificar o grupo ao qual um objeto pertence, sendo esperado que a pertença a um grupo possa ser prevista ou explicada por um conjunto de variáveis independentes selecionadas pelo pesquisador. De acordo com Filho e Corrar (2009) quando se identifica uma relação significativa entre elas obtêm-se um modelo que pode servir para estimar o referido resultado em função de futuras observações das variáveis independentes. Dessa forma, a regressão logística atende a dois objetivos: identificar a probabilidade de ocorrência de determinado evento e classificá-lo em categorias (CORRAR E FILHO, 2009)⁷. A partir da análise exploratória dos dados das variáveis métricas em função da situação censitária, obteve-se os resultados dispostos na Tabela 2.

⁷ Existem algumas particularidades da regressão logística que a distingue dos demais modelos de regressão, o fato de a variável dependente ser dicotômica (aceitar ou rejeitar). Em que, segundo Gujarati (2000) uma variável *dummy*, assumi valores 1 ou 0, em função do tipo de resposta: sim ou não.

TABELA 2: Análise exploratória das variáveis métricas, de acordo com a situação censitária (S.C.).

Variáveis		Análise Exploratória dos Dados							
		S.C.	Média	Desvi o- padrã o	Var.	Mín.	Máx.	Media na	Curtos e
Rural	Idade	39,58	15,58	242,69	10	86	38	- 0,54	0,35
	Tam. família	3,61	1,48	2,19	1	9	3	1,76	1,08
	Anos estudo	4,88	3,815	14,55	0	15	4	- 0,35	0,61
	Rend. mensal	326,6	197,7 9	39121, 53	22,0 0	1000 ,00	273,0 0	1,06	1,14
	Idade trabalho	10,94	3,152	9,94	4	22	10,00	0,097	0,65
Urba na	Idade	36,63	12,95	167,65	10	77	35	- 0,54	0,43
	Tam. família	3,39	1,26	1,59	1	9	3	0,30	0,50
	Anos estudo	8,55	3,99	15,97	0	15	10	-0,60	- 0,41
	Rend. mensal	616,1	427,7 2	18294 0,7	11,0 0	2000 ,0	500,0 0	0,96	1,23
	Idade trabalho	14,29	3,96	15,69	5	30	14,00	0,19	0,16

Fonte: Resultados da pesquisa, 2012.

Percebeu-se que a média de “idade da população rural” foi de 39,58 anos, variando de 10 a 86 anos, com desvio - padrão relativamente alto de 15, 58. Por meio do teste de médias independentes, observou-se que a média de idade da população urbana, que foi de 36, 63 anos era estatisticamente menor que a da população rural, e variava de 10 a 87 anos, apresentando desvio padrão também inferior (12,94), indicando uma menor variação em torno da média. Esses dados revelaram assim, que para a realidade estudada existia uma predominância de pessoas mais velhas no campo. No que se refere ao “nível de escolaridade”, observou-se que a população urbana apresentou uma média de 8,55 anos de estudo, com desvio padrão de 3,99. Enquanto a população rural apresentou uma média numericamente inferior, de 4, 88 anos de estudo, com desvio padrão de 3, 8 anos. Pelo teste de médias, observou-se que a média de anos de estudo das pessoas que vivem no campo era estatisticamente menor que a dos habitantes da cidade.

Quanto à variável “*tamanho das famílias*”, a média de componentes para as famílias que vivem no campo foi de 3,61, enquanto que as famílias urbanas apresentaram uma média estatisticamente inferior, de 3,39 componentes. Em ambas o número de componentes variou de 1 a 9 membros. Todavia, o desvio padrão no campo foi numericamente superior. Assim, pode-se observar que no quesito número de filhos a influência dos padrões citadinos se fez notar de modo evidente. Quanto ao tipo de família, percebeu-se que a categoria *casal com todos os filhos de 14 ou mais anos* era a mais expressiva tanto no campo, perfazendo uma porcentagem de 27,3%, quanto na cidade, correspondendo a uma porcentagem de 25,6%. Em seguida, encontrou-se, tanto no campo como na cidade, famílias compostas pelo *casal com todos os filhos menores de 14 anos*, perfazendo 26,9% para a população rural e 21,8% da população urbana. Já com relação aos *casais sem filhos* estes compuseram 19,2% das famílias rurais e 15,8% das famílias urbanas. No que diz respeito à porcentagem de *famílias chefiadas por mães* esta foi maior na cidade do que no campo: 16,0% contra 6,4%, respectivamente.

Quanto ao rendimento mensal domiciliar per capita, observou-se uma média de R\$326,57 para a população rural, variando de um rendimento mínimo de R\$ 22,00 e máximo de R\$1000,00. Já a população urbana apresentou uma média estatisticamente superior, de R\$ 616,11, com desvio padrão também superior, variando de R\$ 11,00 a 2000,00. Percebeu-se, então, uma discrepância em relação à renda entre as duas sociedades, o que se justifica, segundo Rambaud (1973) pela gratuidade do trabalho dos membros da família no caso da sociedade rural e também pela menor valorização e conseqüentemente remuneração atribuída ao trabalhador rural. Observou-se através da *Correlação de Pearson*, que existia uma associação positiva entre a renda e a escolaridade: aproximadamente 19,4% da variação em uma variável estava associada com a outra.

No que se refere à idade com que o respondente começou a trabalhar, percebeu-se que a média de idade da população rural foi de 10,94 anos, variando de 4 a 22 anos, enquanto que a população urbana apresentou uma média estatisticamente superior de 14,29 anos, com desvio padrão superior, variando de 5 a 30 anos. Portanto, a idade média de começar a trabalhar para os que vivem na cidade foi estatisticamente maior do que para aqueles que viviam no campo. Segundo Rambaud (1973), tais dados poderiam ser explicados pelo fato da cultura rural valorizar o status de trabalhador em detrimento

à escolarização e se voltar para a busca do trabalho rápido, levando a entrada mais precoce no mundo do trabalho. No que diz respeito às horas de trabalho no campo e na cidade os dados mostraram a seguinte situação:

TABELA 3: Carga horária de trabalho no campo e na cidade.

Horas de trabalho/semana	Campo	Cidade
Até 14h/semana	9,7%	5,1%
De 15h a 39h/semana	28,6%	17,8%
De 40 a 44h/semana	25,5%	42,6%
De 45h a 48h/semana	19,2%	17,4%
49h ou mais	17,0%	17,1%
Total	100%	100%

Fonte: Resultados da pesquisa, 2012.

Em termos de horas de trabalho, os dados mostraram que um percentual maior de habitantes da cidade estava se dedicando por mais tempo ao trabalho por semana do que os habitantes do campo: 77,1% dos habitantes da cidade trabalham 40 horas ou mais, contra 61,7% do campo. Em relação ao tipo de trabalho que era desenvolvido pelos habitantes do campo e da cidade, percebeu-se que 76% da população que vivia no campo desenvolviam atividades agrícolas. Porém, percebeu-se, também, que as atividades não agrícolas estavam presentes no campo, sendo desenvolvidas por 24% dos seus habitantes. Já em relação à população urbana percebeu-se que 93,9% exerciam atividades não agrícolas. Porém 6,1% dos indivíduos que viviam na cidade exerciam atividades agrícolas.

Assim, apesar da supremacia da execução de atividades agrícolas pelos moradores do campo e da execução de atividades não agrícolas pelos moradores da cidade, o fato de morar no campo ou na cidade não era, em todos os casos, determinante do tipo de atividade exercida. Segundo Rambaud (1973), o nível de escolaridade estaria diretamente relacionado com o tipo de trabalho exercido, assim sendo, em termos teóricos pode-se dizer que o menor nível de escolaridade no campo estaria relacionado ao fato da atividade agrícola ser aprendida no fazer passado de pai para filho, não exigindo profissionalização.

Em relação às variáveis referentes ao acesso às tecnologias de informação e comunicação percebeu-se discrepâncias entre o campo e a cidade, exceto quanto a posse

de televisão. No que se refere ao acesso à internet, no campo 88,8% disseram não ter tido acesso a internet no período perguntado, enquanto que na cidade essa porcentagem caiu para 50,0%. Quanto à posse de telefone celular, observou-se que apenas 36,7% dos indivíduos que viviam no campo disseram possuir este aparelho, enquanto que na cidade essa porcentagem subiu para 75,9%. Em relação à posse de televisão, percebeu-se que 95,3% dos indivíduos que viviam no campo e 98,4% daqueles que residiam na cidade tinham acesso a essa tecnologia, o que aparentemente revelaria uma baixa diferenciação dessa variável. Notou-se, portanto que o acesso à informação e possibilidade de comunicação ainda eram menores no campo.

Quanto à posse de bens de consumo e serviços a frequência foi alta tanto no campo como na cidade. Observou-se que a posse do eletrodoméstico como *geladeira* foi de 96,6% no campo e de 98,9% na cidade. O acesso à iluminação elétrica foi de porcentagem de acesso rural de 99,3% e urbano de 99,9%. Quanto ao tipo de material predominante nas habitações, percebeu-se que em 98,9% das habitações citadinas e 97,4% das habitações do campo o material predominante foi o mesmo: a alvenaria. Em relação ao acesso a água canalizada, percebeu-se que em 99,4% das habitações do campo e 99,9% das habitações citadinas, tinha-se acesso à água encanada no domicílio. No que se referia à posse de meios de transporte, observou-se que 60,4% da população rural possuíam veículos, contra 48,4% da população urbana. Estatística essa que explicita a importância do meio de transporte no campo, mas que também explicita a carência de transporte público, fazendo com que os habitantes necessitem de um meio de locomoção próprio. Dessa forma, os resultados apresentados corroboram a teoria, já que para Rambaud (1973), Carneiro (1998) e Favareto (2007) uma das principais características do campo é a transformação do agricultor, que deixa de ser apenas produtor e torna-se também consumidor de bens e serviços urbanos.

Com base nos dados supracitados foram selecionadas as seguintes variáveis independentes para a realização do modelo logístico: idade, anos de estudo, atividade principal desenvolvida, número de componentes da família, acesso à internet, posse de celular, idade com que começou a trabalhar, acesso a iluminação elétrica, tipo de material predominante na construção, acesso à água encanada, posse de televisão à cores, posse de geladeira e posse de veículo. Variáveis essas analisadas em função da variável dependente: Situação censitária (dicotômica): em que o zero (0) foi utilizado para representar o estado de rural e o (1) para representar o urbano.

Ao iniciar a análise, o modelo forneceu os resultados aleatórios de classificação dos indivíduos baseando-se apenas na situação em que se enquadrava a maioria dos casos envolvidos na amostra. Assim, com uma amostra de 1450 do campo e 5411 da cidade, todos seriam classificados à priori como urbanos. Isso significa que o modelo classificaria corretamente aqueles que de fato são urbanos, mas incorretamente os rurais. Nesse caso, a porcentagem geral de acerto seria 78,9%. Em seguida, a partir do resultado da *estatística Wald*, avaliou-se a significância da constante. Como a significância foi de 0,00, concluiu-se que a constante é diferente de zero e pode ser usada no modelo. A tabela 4 (Teste de *Omnibus*) mostra os resultados referentes ao teste do modelo como um todo.

TABELA 4: Teste de Omnibus.

	Qui-quadrado	Grau de liberdade	Significância
Step	3454,98	14	0,00
Block	3454,98	14	0,00
Model	3454,98	14	0,00

Fonte: Resultados da pesquisa, 2012.

Como a significância foi igual a 0,00, assumiu-se que pelo menos um dos parâmetros estimados não era nulo, contribuindo, assim, para a inferência de que o modelo utilizado era apropriado para determinar a chance de um indivíduo ser rural ou urbano. A próxima tabela fornece-nos outros indicadores que contribuem para a avaliação geral do modelo. São eles o *-2Log likelihood*, o *Cox & Snell R-Quadrado* e o *Nagelkerke R-Quadrado*.

TABELA 5: Testes *Cox & Snell Nagelkerke*

-2 Log likelihood	Cox & Snell R-Quadrado	Nagelkerke R-Quadrado
3621,812 ^a	0,396	0,615

Fonte: Resultados da pesquisa, 2012.

O valor de *Likelihood (-2LL)* tem como principal objetivo verificar se a regressão como um todo era estatisticamente significativa e facilitar a comparação entre modelos alternativos (CORRAR e FILHO, 2009). Porém, no presente caso não se tinha como comparar, visto que se está utilizando o método *enter*. O *Cox & Snell* e o

Nagelkerke são considerados *Pseudo R-Quadrados*. O *Cox & Snell* está indicando que cerca de 39,6% das variações no *log* da razão de chance de ser classificado como rural ou urbano são explicadas pelo conjunto das variáveis independentes. O *Nagelkerke*, ao adaptar os resultados entre 0 e 1, considera que o modelo é capaz de explicar cerca de 61,5% das variações registradas na variável dependente. A tabela 6 refere-se ao Teste *Hosmer e Lemeshow*, que testou a hipótese de que não havia diferenças significativas entre os valores preditos pelo modelo e os observados na realidade.

TABELA 6: Teste Hosmer e Lemeshow

Qui-quadrado	df	Significância
11,26	8	0,20

Fonte: Resultados da pesquisa, 2012.

O cálculo da distribuição do *Qui-quadrado* levou a uma estatística de 11,02 e a um nível de significância de 0,20, que era maior do que 0,05. Assim, percebeu-se que os valores preditos não eram estatisticamente diferentes dos valores observados, indicando que o modelo parecia ser apropriado para determinar a razão de chance do indivíduo ser classificado como rural ou urbano, apresentando um bom poder de previsão. A tabela 7 revela o percentual de acerto do modelo, ao se considerar as variáveis independentes:

TABELA 7: Classificação do modelo de regressão logística

Observados		Preditos		Porcentagem de acerto
		Situação censitária Rural	Urbana	
Situação censitária	Rural	1056	394	72,8
	Urbana	276	5135	94,9
Porcentagem Total				90,2

Fonte: Resultados da pesquisa, 2012.

Inicialmente, a previsão geral do modelo, pela atribuição arbitrária era de 78,9%. Pôde-se observar a eficiência do modelo que previu 11,3 pontos percentuais a mais, o que reforçou o poder de discriminação das variáveis em estudo. Percebeu-se que o modelo previu 72,8% dos habitantes do campo como rurais e 27,2% como urbanos, em função das variáveis independentes. Já no que se referia à população urbana, observou-se que o programa previu 94,9 % dos habitantes da cidade como urbanos e apenas 5,1% como rurais. No total, o modelo previu corretamente 90,2% dos indivíduos em função da situação censitária.

Cabe destacar aqui, em função do objetivo do estudo, que essas diferenças entre valores previstos e esperados revelam que parcela importante dos habitantes do campo (27,2%) apresentam um modo de vida urbano, e que pequena parcela dos habitantes da cidade (5,1%) possuem um modo de vida rural, em função das variáveis independentes, o que permite afirmar que o modo de vida rural ou urbano não pode ser determinado somente a partir do local onde o indivíduo reside, mas que deve-se levar em conta variáveis como o trabalho, a renda, a escolaridade, o consumo, o acesso à informação e outras. Ademais, a porcentagem de 27, 2% de residentes do campo que possuíam um modo de vida urbano, traduzia o próprio processo de transformação da sociedade rural, a partir da constatação da força expansiva do modo de vida urbano, que permitia a vivência de um tempo único por parcelas das duas sociedades.

Por fim, para avaliar a significância de cada coeficiente em particular, recorreu-se a estatística *Wald*.

TABELA 8: Variáveis na equação

Variáveis	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Idade	0,019	0,004	25,987	1	0,000	1,019
Anosestudo	0,042	0,014	8,621	1	0,003	1,043
Ativprin	3,000	0,098	938,700	1	0,000	20,086
Numcompfam	0,065	0,036	3,249	1	0,071	1,067
Rendmensalpercap	0,002	0,000	89,368	1	0,000	1,002
Internet	0,595	0,129	21,355	1	0,000	1,814
Celular	0,629	0,092	46,813	1	0,000	1,875
Idadetrabalho	0,096	0,014	47,799	1	0,000	1,101
Ilumidom	-1,621	0,816	3,951	1	0,047	0,198
Matconstru	0,377	0,354	1,134	1	0,287	1,458
Aguaencanada	0,442	0,675	0,429	1	0,513	1,556
Tvcores	0,135	0,245	0,304	1	0,581	1,145
Geladeira	-,032	0,295	0,012	1	0,913	0,968
carromoto	-1,237	0,096	167,056	1	0,000	0,290
Constante	-3,165	0,984	10,358	1	0,001	0,042

Fonte: Resultados da pesquisa, 2012.

Observou-se, em função do nível de significância, que as variáveis: anos de estudo, atividade principal, rendimento mensal domiciliar per capita, acesso a internet, posse de celular, idade com que começou a trabalhar e posse de veículo, poderiam ser utilizados no modelo a fim de prever *o modo de vida* do indivíduo, já que seus coeficientes não eram nulos, ou seja, essas variáveis exerciam influência no fato do

indivíduo possuir um modo de vida rural ou urbano. Já as variáveis: número de componentes da família e acesso a bens de consumo como: material predominante da construção, água encanada e geladeira, tinham os seus coeficientes nulos. Nesse sentido, essas variáveis não se mostraram determinantes para caracterizar diferenças nos modo de vida do indivíduo como rural ou urbano.

Além disso, observou-se, também, que as variáveis: anos de estudo, atividade principal, rendimento, acesso à internet, posse de celular e idade com que começou a trabalhar apresentaram coeficientes positivos, ou seja, uma variação positiva está relacionada ao aumento da chance de o indivíduo ser urbano. No entanto, a variável acesso à veículo, tem sinal negativo, assim, uma variação positiva nessa variável contribui para diminuir a chance de um indivíduo ser urbano, resultados esses coerentes com as análises de frequência.

Porém, duas variáveis apresentaram resultados de caráter contraditório, devido provavelmente a um problema de multicolinearidade, sendo elas idade e acesso a energia elétrica. A variável *idade* apresentou um coeficiente de sinal positivo, no entanto, a partir da realização do teste de médias, observou-se que a média de idade da população rural foi de 39,58 anos sendo estatisticamente superior a da população urbana que ficou em 36,73 anos. Com algumas simplificações, a partir da equação (*), pode-se chegar à equação que descreve a probabilidade do indivíduo ser classificado como rural ou urbano:

$$P = \frac{1}{1 + e^{(-3,165 + 0,042(An) + 3,000(At) + 0,002(Rm) + 0,595(In) + 0,629(Ce) + 0,096(It) - 1,237(Cm))}}$$

Variáveis como anos de estudo, tipo de atividade exercida, rendimento, acesso à internet, posse de celular e idade com que começou a trabalhar foram variáveis que influenciaram na condição de o indivíduo poder ser classificado como tendo um modo de vida rural ou urbano. Como já foi dito, a transformação da sociedade rural caracteriza-se enquanto um processo em que o modo de vida urbano adentra o campo, trazendo consigo mudanças de valores e hábitos tradicionais, refletindo-se nas condições materiais de vida das populações, em termos da diminuição das diferenças entre rural e urbano. Porém, os indivíduos se apropriam de maneira particular dessas influências, incorporando algumas mudanças em detrimento de outras, em função de seus interesses e possibilidades.

Nesse sentido, este capítulo evidenciou o processo de mudança e a forma como esse processo relaciona-se com variáveis referentes a trabalho, renda, escolaridade, consumo de bens e serviços e acesso a tecnologias de informação e comunicação, buscando destacar permanências e rupturas inerentes a esse processo de transformação. De forma geral, alcançou-se o objetivo proposto para este capítulo, visto que o modelo regressão logística evidenciou que um modo de vida rural ou urbano não é determinado apenas em função da área geográfica, devendo-se levar em consideração variáveis referentes à trabalho, renda, perfil socioeconômico, escolarização, consumo e informação, dado que, observou-se que com a inclusão das variáveis independentes, o modelo melhorou seu poder de previsão. Evidenciando-se que cerca de 27,2% dos indivíduos que viviam no campo tinham um modo de vida urbano, revelando que este não está circunscrito aos habitantes da cidade.

No próximo capítulo, iniciaremos as discussões teóricas acerca de como este processo de transformação da sociedade rural vem afetando, especificamente, as mulheres que nele vivem.

CAPÍTULO 4

TRABALHO E AUTONOMIA DA MULHER RURAL

A fim de analisarmos a temática relativa às transformações das condições de vida e trabalho das mulheres em sociedades agrárias que vão modificando os seus *modos de vida*, mapeou-se duas abordagens teóricas: uma que considera as transformações socioeconômicas como fatores determinantes para a aquisição de maior autonomia por parte da mulher, e outra que considera que os fatores geradores das desigualdades de gênero estão inscritos na ordem das coisas, estando, portanto, arraigados nos costumes e na ordem moral. Posteriormente mapeou-se trabalhos que objetivaram compreender as condições de vida, trabalho e autonomia das mulheres em contextos agrícolas e não agrícolas.

4.1 As concepções relativas ao poder da estrutura

Bourdieu (1999) ao discutir as questões de gênero, trabalha com uma perspectiva de que as diferenças anatômicas são utilizadas socialmente para inscrever na ordem das coisas a *dominação masculina*. Essa se torna uma disposição incorporada inconscientemente sob a forma de *habitus sexualizado*. Esse *habitus* é inculcado por meio da educação e dos processos de socialização, em geral, através dos quais homens e mulheres, de acordo com o seu pertencimento de classe, aprendem como devem usar o seu corpo e qual deve ser o seu lugar e a sua postura na sociedade. A separação entre o mundo feminino e o masculino, segundo o autor, começa com a própria socialização das crianças, devendo as meninas serem criadas “*mais presas*” e os meninos “*mais livres*”. A socialização feminina deve voltar-se para a contenção de comportamentos, domesticação da sexualidade e delimitar-se ao espaço privado. A socialização masculina se daria voltada para o espaço público. Dessa forma, segundo Bourdieu, o uso de uma característica biológica para justificar algo que é socialmente construído, ratificaria a *dominação masculina* e a separação de espaços de homens e de mulheres.

O autor atribui ênfase ao poder das instituições como forma de reproduzir a “doxa”, *ou seja*, a força do senso comum, ao absorver as comoviões advindas da religião, por exemplo, com seu conjunto de normas, que estabelecem um modelo oficial de feminino e masculino. Contudo, essa abordagem é percebida pelos pós-estruturalistas como vitimizando homens e mulheres, já que os mesmos são percebidos como agindo em função da pressão das instituições da sociedade. Bourdieu (1999) destaca que as mulheres são vítimas de uma “submissão encantada”, que aconteceria sem que elas se dessem conta de que as representações femininas sobre a sua sexualidade e seu papel na sociedade lhe colocam em uma situação de objeto e não de sujeito.

O autor, ao trabalhar com a expressão “*arma dos fracos*”, argumenta que determinados artifícios utilizados pelas mulheres contra os homens como os ciúmes, as cobranças financeiras, a gravidez proposital, as fofocas, as chantagens e a greve de sexo, continuam dentro de um contexto de dominação masculina, em que elas se posicionam em função do interesse em ter um homem e não em função de buscar ser alguém. Assim o conjunto de armas que as mulheres poriam em ação, ou os objetivos que elas buscariam, como o amor do homem, teriam em seu princípio uma visão androcêntrica de mundo (BOURDIEU, 1999).

4.2 A concepção relativa ao poder de agência: a ação das mulheres na sociedade

Nesta concepção pode-se inserir a feminista Simone de Beauvoir (1980) que trabalha com as relações de gênero e o papel da mulher na sociedade dentro de uma perspectiva de projeto, de *vir a ser*. Ao estabelecer uma relação entre a mulher e a fêmea, argumenta que o corpo biológico existe (existem diferenças entre os sexos), mas que ele não é o destino, dado que a vida em sociedade possibilita que a mulher transcenda o biológico, realizando escolhas e rompendo com as barreiras, diferentemente da fêmea que está presa a sua condição de espécie.

A autora valoriza a liberdade e a não vitimização da mulher, defendendo que a libertação é um processo individual, em que a mulher pode escolher entre a afirmação de sua transcendência ou sua alienação como objeto. Nesse sentido, Beauvoir (1980) defende uma atitude de ator social para as mulheres, em que apesar das marcas de gênero, elas têm a possibilidade da transcendência, ainda que não de forma desencarnada, sem as marcas do historicamente construído. Segundo Beauvoir (1980),

essa capacidade de transcendência não se dá no vazio, mas dentro dos condicionantes relativos à situação econômica e social da época em que se vive.

Elisabeth Badinter (2005), também critica a perspectiva de vitimização das mulheres face a suposta opressão e violência masculina. Badinter (2005), denomina de “lógica do amálgama” a falta de distinção por parte de muitas feministas entre situações de assédio sexual, estupro, violência verbal e violência física. Tal amálgama revelaria estatísticas mais políticas do que científicas, a serviço da ideologia da vitimização da mulher (BADINTER, 2005). A autora traz à tona aspectos do cotidiano e da história que desconstroem a idéia de que a violência é inerente ao sexo masculino. A autora relata a participação das mulheres em dois grandes genocídios, mostrando que Hitler contava com um grande número de mulheres a seu serviço e que elas participavam ativamente do regime nazista, humilhando e torturando outras mulheres nos campos de concentração. A autora também relata o aumento da violência realizada por grupos de garotas adolescentes, que cometiam atos bárbaros, deixando a todos que compartilhavam da representação da mulher como dócil e delicada, perplexos diante dos atos por elas realizados.

Badinter (2005) entende o poder de maneira relacional. Para a autora não existe a oposição binária entre o “homem mal” e a “mulher boazinha”. Badinter (2005) defende que por mais que as diferenças entre os sexos traduzam-se em uma hierarquia do masculino em todas as sociedades, não se pode deixar de perceber que este é um fenômeno cultural, e como tal é possível de ser modificado. Ela também coloca que há muito menos diferenças entre um homem e uma mulher da mesma classe social do que entre mulheres e homens de classes sociais diferentes. Segundo Badinter (2005), “*a mãe desempregada com dois filhos não tem as mesmas prioridades da mãe tecnocrata ou diretora de empresa*” (p. 159).

Sen (2000), em seu livro “*Desenvolvimento como liberdade*” afirma que o desenvolvimento não está descolado da condição de agente dos indivíduos. Ao trabalhar com a questão das mulheres, o pesquisador afirma que o movimento feminista durante muito tempo, focou sua atenção apenas nas questões de bem-estar das mulheres, entendendo-as como receptoras passivas das políticas do Estado, deixando de fora de suas pautas a condição de agente das mulheres, ou seja, a capacidade das mulheres enquanto promotoras de dinâmicas de transformações sociais. Assim, para Sen (2000) entender que o ser humano precisa de bem-estar é um reconhecimento importante, no

entanto, não se pode deixar de entender a condição de agente de homens e mulheres, os quais são concebidos como tendo a capacidade de assumir responsabilidades por fazer ou não fazer as coisas. Assim, de acordo com o autor o bem estar da mulher deve vir acompanhado de outras variáveis importantes como: capacidade das mulheres de auferir renda própria, trabalho, direito de propriedade, educação e participação nas decisões dentro e fora da família. Variáveis essas que de acordo com trabalhos empíricos tem contribuído para fortalecer a autonomia e condição de agente das mulheres, por meio da sua independência e do seu ganho de poder.

Bourdieu (1999) apesar de ter uma perspectiva em que a estrutura (o modelo a ser seguido) exerce uma enorme coerção sobre os agentes, não deixa de relatar que existe uma certa flexibilidade nessa estrutura, reconhecendo uma margem de ação para o sujeito. Nesse sentido, segundo o autor, uma forma de desestabilizar a divisão androcêntrica do mundo seria a partir do crescente acesso das mulheres à instrução e ao trabalho assalariado, o que conseqüentemente a levaria à independência econômica e com isso à maior inserção da mulher na esfera pública. Tal processo seria capaz, também, de modificar a estrutura familiar. Assim, quanto maior o capital cultural e econômico, maior seria a possibilidade da mulher de se contrapor ao modelo androcêntrico instituído.

4.3 A situação da mulher na agricultura: trabalho e autonomia

Brumer (2004), Paulilo (2004), Alves (2006), Melo e Sabbato (2006) e (2009), Faria (2009), ao estudarem o trabalho da mulher na agricultura, comprovaram, por meio de seus estudos, a sua desvalorização dentro da realidade rural, visto que este é tido como um trabalho improdutivo, simples ajuda ou complemento ao trabalho do marido. Melo e Sabbato (2006), utilizando-se de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostraram a invisibilidade do trabalho da mulher no campo. Segundo os autores, essa invisibilidade decorreria de uma ideologia patriarcal que legitimaria padrões de desigualdade entre homens e mulheres, tais como: um grande número de trabalhadoras sem remuneração e envolvidas em atividades de autoconsumo; bem como a diferenciação em relação aos direitos à herança e à propriedade da terra e bens em geral. Ainda, segundo as conclusões do estudo de Melo e Sabbato (2006), a mulher dedica mais tempo que o homem às atividades não remuneradas na agropecuária e as poucas

que possuíam rendas monetárias, estas ainda eram bem inferiores as dos homens. Ademais o trabalho doméstico seria ainda realizado predominante por mulheres.

Melo e Sabbato (2009) em outro diagnóstico sobre o trabalho da mulher no campo realizado a partir da utilização de microdados da PNAD e do IBGE entre os anos de 1993 e 2006 observaram que houve uma tendência decrescente na ocupação de pessoas em atividades agropecuárias de 27,4% em 1993 para 19,3% em 2006. Essa queda estaria, em parte, relacionada, segundo eles, a diminuição da participação das mulheres em atividades agrícolas no campo: a taxa de participação caiu de 24% em 1993 para 15% em 2006. Notou-se assim que a distribuição da ocupação feminina pelos setores econômicos alterou-se, acentuando-se a participação das mulheres nas atividades não agrícolas. Nesse mesmo estudo, Melo e Sabbato (2009) ressaltaram ainda que a proporção de mulheres ocupadas sem remuneração era significativamente mais elevada na agropecuária, em comparação com os demais setores da economia: 2/3 das mulheres que trabalham na agricultura ainda continuam trabalhando apenas para “ajudar” a família, na forma de trabalho sem remuneração ou para o autoconsumo.

Segundo os pesquisadores essa situação decorreria do fato de as atividades de autoconsumo estarem diretamente vinculadas ao que seria concebido como fazendo parte do cotidiano da mulher. É como se a família em uma sociedade rural mantivesse uma visão de mundo ancorada em práticas pré-capitalistas, na qual a produção dos alimentos continuasse como uma produção de valor de uso, diferentemente da separação ocorrida na cidade. A produção de autoconsumo seria vista como uma extensão do seu papel de mãe/esposa/dona de casa, provedora das necessidades da família, dentro de uma cosmovisão pré-capitalista. Outro dado relevante levantado por Melo e Sabbato (2009) foi em relação à chefia das famílias. Os autores perceberam um aumento paulatino da chefia das mulheres nas famílias brasileiras. No entanto, nas atividades agropecuárias observou-se que ainda havia uma forte presença da família nuclear, composta por pai, mãe e filhos, em que o homem ocupava a posição de provedor e chefe da família.

Brumer (2004), por meio de dados de uma pesquisa feita pela EMATER/RS e estudos específicos realizados em alguns municípios do Estado, ilustra que a maior proporção de emigrantes rurais é do sexo feminino. Segundo a autora, a migração majoritária das mulheres do campo para a cidade se deveria à desigualdade na divisão do trabalho por sexo e geração, em virtude de na sociedade rural se conceber o trabalho

das mulheres e dos jovens como complementar ou como ajuda, cabendo-lhes uma posição subordinada na estrutura familiar. Para Brumer (2004) dois aspectos poderiam explicar a divisão de trabalho que se estabelece entre homens e mulheres em sociedades rurais. O primeiro estaria relacionado ao fato de que a unidade familiar de produção se caracterizaria por reunir os esforços de todos os membros da família com vistas ao benefício de todos, havendo uma indissociação entre a unidade de produção e de consumo. O segundo diria respeito ao caráter patriarcal da sociedade rural, na qual se atribuiria ao homem maior importância em relação às atividades realizadas (BRUMER, 2004). Paulilo (2004) constatou que a classificação de trabalho “pesado” feito pelos homens e trabalho “leve” feito pelas mulheres não estaria, verdadeiramente, ligada ao esforço na realização do trabalho, mas ao sexo de quem o executa, evidenciando mais uma vez a subordinação da mulher nas relações de gênero.

Faria (2009), ao fazer a discussão sobre a divisão sexual do trabalho em sociedades rurais, destaca que nelas se concebe o homem vinculado à esfera produtiva e a mulher à reprodutiva, concepção esta baseada em uma visão androcêntrica. De acordo com Faria (2009), nem mesmo a presença das mulheres no trabalho assalariado ou na agricultura seria capaz de alterar a responsabilização a ela atribuída pelo trabalho doméstico e pelo cuidado com os filhos. A realização do trabalho doméstico e os cuidados relativos aos familiares é colocado como parte da identidade primária da mulher, sendo a maternidade considerada seu principal legado. Essa identidade é introjetada de forma intensa pelas mulheres e sua vivência está marcada pela avaliação das funções maternas e valores associados com a docilidade, a fragilidade, a compreensão e o afeto.

Para Faria (2009) na sociedade rural a divisão sexual do trabalho também se reproduziria em outras duas estruturas binárias: a casa e o roçado. Dessa forma, historicamente, muitas das atividades produtivas realizadas pelas mulheres seriam consideradas uma extensão do trabalho doméstico. No entanto, a autora percebeu que à medida que aumentava o nível de escolaridade e renda, diminuía a jornada de trabalho doméstico para as mulheres. Mas, ainda assim, o trabalho doméstico parecia se constituir como um *núcleo duro*, pois mesmo em situações em que ocorriam algumas mudanças, como, por exemplo, a conquista de autonomia econômica, as mulheres continuavam realizando o trabalho doméstico e ainda o consideravam como sua atribuição.

Alves (2006) ao estudar o acesso ao PRONAF por parte das agricultoras do oeste Potiguar mostrou que o incentivo ao crédito para a agricultura familiar ao longo dos anos tem significado pouco em termos de melhorias nas condições de vida das mulheres. Alves (2006) argumenta que embora as mulheres se encontrem contempladas no programa de crédito para a família rural, na prática, o crédito do PRONAF é acessado e empregado quase sempre segundo as necessidades e interesses dos homens, tidos como chefes das famílias. O trabalho assalariado das mulheres em atividades agropecuárias quase sempre é restrito. Segundo Alves (2006) devido à invisibilidade do trabalho produtivo e reprodutivo no cotidiano da unidade familiar rural, o acesso ao crédito ao oportunizar às mulheres gerir a sua própria atividade pode contribuir efetivamente para o aumento da sua autonomia e para a sua maior participação na esfera pública.

No entanto, Alves (2006) percebeu em seu estudo inúmeras dificuldades enfrentadas pelas mulheres no acesso ao crédito rural. As principais dificuldades no acesso ao crédito pelas mulheres rurais, elencadas no estudo de Alves (2006) foram: a divisão sexual do trabalho na família que representa um entrave fundamental para a participação das mulheres em atividades produtivas remuneradas e conseqüentemente no acesso ao crédito por estas; o temor das mulheres de se endividarem e de terem que lidar com instituições tais como bancos e órgãos governamentais, identificadas com a figura masculina, principalmente no universo rural; a falta de conhecimento e domínio por parte das mulheres dos trâmites relacionados às instituições públicas; a falta de documentação civil e trabalhista, base para sua participação pública e essencial para o acesso ao crédito e; o viés de gênero presente ainda hoje na atuação da assistência técnica rural.

4.4 O lugar e o papel das mulheres no rural em transformação

Rimbaud (1973) destaca que o processo de urbanização do campo traria conseqüências para a vida das mulheres, dentro do contexto de aproximação entre a sociedade urbana e rural através do turismo rural. Essas conseqüências podem ser percebidas em termos das condições de trabalho, de vida e da autonomia das mulheres rurais. Se voltarmos à história de formação do Brasil, recorrendo a obra de Freyre (2004), “*Sobrados e Mucambos*”, com a decadência do patriarcado rural durante o processo de urbanização pelo qual o Brasil passou na primeira metade do século XIX,

com a vinda da Coroa Real portuguesa e com o ciclo de exploração do ouro, anteciparam-se, segundo ele, condições de vida urbana, numa sociedade, até então, rural. Essa urbanização culminou na formação de cidades com vida própria, independentes das grandes propriedades, e isso teve como consequência a diminuição do poder dos patriarcas rurais, o surgimento de várias profissões e de uma nova classe, a dos burgueses e comerciantes.

Esse primeiro processo de urbanização introduziu mudanças nos modos de vida, nos valores, nos hábitos de consumo e nas relações de gênero e geração, trazendo consequências para a vida das mulheres brasileiras. Devido ao diálogo com o modo de vida europeu, a dona de casa patriarcal que, em sua maioria, não sabia ler, nem escrever, foi se transformando em um tipo de mulher menos servil e mais mundana, com menor devoção religiosa. Acordava tarde, frequentava teatros e bailes, lia romances, estudava música, piano, dança e francês. Na segunda metade do Século XIX, por exemplo, tornaram-se comuns as *fugas* de moças, tanto das casas-grandes, quanto dos sobrados, visto que não mais se sujeitavam como antes à escolha do marido pela família (FREYRE, 2004).

Na pesquisa realizada por Rambaud (1973), na França, na década de 1960, a urbanização da mulher se expressaria através da sua mentalidade: mais de 60% das garotas rurais escolarizadas na cidade pensavam que a mulher teria que ter uma profissão e ser economicamente independente. Thompson (1998), ao fazer a descrição da passagem de uma sociedade ancorada nos costumes para outra estruturada com base no mercado, nos mostra conflitos de uma sociedade em transição, ajudando-nos a entender como se modificaram as relações sociais nessa trajetória. O autor traz evidências que contestariam os estereótipos da submissão feminina, da sua suposta timidez ou do seu confinamento ao lar, trazendo evidências da importância do papel da mulher no mercado e nos motins da fome, na Inglaterra do século XVIII.

De acordo com Rambaud (1973) as mulheres em um contexto rural agrícola e tradicional seriam percebidas em função da sua capacidade de trabalho, de procriação e pela sua riqueza em terras. Já em um campo influenciado por um modo de vida urbano as mulheres passariam a estar desvinculadas da sua condição de “objeto” nas trocas patrimoniais. Ademais, segundo Rambaud (1973), o processo de urbanização do campo possibilitaria que o caráter de *bricolage* do trabalho da mulher na agricultura ganhasse um status de profissão, por exemplo, quando vinculado ao turismo. De acordo com o

autor, a possibilidade das mulheres serem reconhecidas por elas mesmas, passa pelo abandono do trabalho agrícola, trabalho esse em que as mulheres não teriam um papel diferenciado na produção, não sendo, também, remuneradas e, por isso, são inferiorizadas. Thompsom (1998) amplia a percepção em torno das mudanças nas formas de dominação feminina. Segundo o autor, a unidade doméstica de produção no século XVII contribuiu para a reprodução das atitudes e relações patriarcais que permeavam toda a sociedade. Com o advento da industrialização as relações de poder tenderiam a ser substituídas pelas relações de trabalho assalariadas, ocorrendo, então, uma mudança na forma de dominação, ampliando a condição de autonomia das mulheres.

A realização por parte das mulheres de atividades não agrícolas, no campo, se constituiria em outro indicador importante decorrente do processo transformação da sociedade rural. Já em um campo marcado pela tradição e pela agricultura, o trabalho em seu caráter familiar, indivisível, a deixaria sob o julgo do poder do homem: pai, marido, cunhado, sogro, irmão, compadre ou vizinho. No entanto, com o processo de urbanização, o trabalho se diferencia, abrindo espaço para a realização do trabalho individualizado, dentro e fora da propriedade, bem como para o ganho próprio, aumentando a possibilidade de independência da mulher e dos filhos.

4.5 Trabalho e autonomia da mulher nas atividades não agrícolas em sociedades rurais em processo de transformação

Kageyama (2008), Boni (2008), Staduto *et. al.* (2008), Carvalho (2008), Peralta e Alencar (2008), Lunardi (2006), Nogueira (2004), têm apontado que o mundo rural brasileiro vem passando, de forma mais acentuada, a partir da década de 1990, quando se configuram de forma mais nítida os fenômenos típicos do pós-fordismo, como a descentralização industrial, por transformações nos modos de vida dos habitantes do campo e das pequenas cidades. Staduto *et. al.* (2008), em seus estudos sobre as ocupações e rendas das mulheres rurais paranaenses, entre os anos de 2001 e 2005, perceberam que a renda advinda das atividades não-agrícolas passou a adquirir mais importância dentro das rendas obtidas pelas famílias rurais do Estado e que eram as mulheres as principais responsáveis pelo desenvolvimento destas atividades. Constataram, também, que dentre essas atividades não agrícolas, o número de mulheres envolvidas com atividades domésticas diminuiu.

Os estudos de Staduto *et. al.* (2008), nos mostram que as várias atividades desenvolvidas pelas mulheres, tais como artesanato, turismo, agroindústria, produção de leite, etc., antes consideradas complementares passaram a ter um papel relevante na renda da familiar. Nesse sentido, Staduto *et. al.* (2008) afirmam que a renda proveniente da ocupação das mulheres em atividades não-agrícolas poderia alterar a divisão social do trabalho estabelecida na agricultura familiar. Boni (2008) em um artigo sobre o doméstico e o produtivo na agroindústria familiar, utilizando-se de citações de outros autores, faz uma discussão de gênero direcionada para o contexto rural, no que se refere à divisão sexual do trabalho, herança da terra, hierarquia, acesso a políticas públicas, a masculinização do mundo rural, ao trabalho doméstico e a utilização do tempo pelas mulheres.

A autora defende que o trabalho na agroindústria familiar não modifica de forma significativa a posição da mulher na família, pois, segundo ela, quando os produtos originados da produção doméstica das mulheres passam a ter valor comercial, a sua administração passa para as mãos dos homens. Assim poucas eram as mulheres que participavam da comercialização dos produtos por elas elaborados e da administração do negócio. Além disso, a proximidade entre o trabalho doméstico e o trabalho na agroindústria acabava por indiferenciá-los, fazendo com que as atividades na agroindústria fossem consideradas uma extensão do papel da mulher no lar. Assim, para Boni (2008), a inserção das mulheres em atividades não agrícolas não alteraria a condição do homem como chefe da família e, portanto, manteria intactas as tradições patriarcais e os desequilíbrios nas relações de gênero.

Lunardi (2006), ao estudar o turismo rural da região dos Campos de Cima da Serra (RS) e as falas de agricultores familiares, afirma a importância das novas estratégias de desenvolvimento rural, destacando a atividade turística enquanto modo de reprodução das famílias rurais e de ampliação das possibilidades de trabalho para mulheres e jovens. Ao descrever o turismo rural na região, a autora enfatiza o papel da mulher nessas atividades e as conquistas por elas alcançadas através dessa nova atividade. Lunardi (2006) constatou que o turismo rural trouxe vários benefícios para o campo, tais como: a revalorização do mundo rural, a geração de novos postos de trabalho, a capacitação para as mulheres e a afirmação da posição da mulher no mercado de trabalho. Porém, afirma que as desigualdades de gênero ainda permaneceriam devido à similaridade entre as atividades do turismo e as atividades

domésticas. Estas desigualdades se manifestariam, inclusive, nas linhas de crédito, pois mesmo quando os recursos eram destinados a projetos voltados para o turismo, eram os homens que os acessavam.

Quanto à escolaridade e à formação das mulheres envolvidas com o turismo, Lunardi (2006) percebeu que a maioria tinha completado o ensino médio, e que 75% das entrevistadas buscaram se profissionalizar, realizando cursos de capacitação ligados ao turismo. Contudo, na maioria das vezes, esses cursos não eram percebidos dentro do grupo familiar como uma forma de profissionalização, em decorrência de tais atividades serem concebidas como próprias de mulheres, como os cursos de camareira e culinária. Assim, segundo a autora, o trabalho no turismo continuava sendo visto pelas próprias mulheres como extensão do trabalho doméstico. No entanto, algo novo parece estar se configurando a partir deste envolvimento das mulheres com o turismo. As próprias agricultoras ao falarem das motivações que as levaram ao envolvimento na atividade turística citaram a necessidade de diversificação de fonte de renda familiar, mas, também, o fato de estarem buscando atividades que permitissem construir maiores níveis de autonomia frente às relações desiguais entre homens e mulheres. A mudança mais significativa foi que a renda obtida pelo seu trabalho no turismo passava a ser contabilizada dentro da economia familiar de forma específica, como uma contribuição econômica sua para a renda da família, deixando, portanto, o seu trabalho de ser visto como ajuda, como na atividade agrícola (LUNARDI, 2006).

Para Lunardi (2006), quando a mulher participava da atividade turística, ocupando o posto de “*empreendedora do turismo*”, haveria um ganho de status e autonomia para ela. Para as mulheres que vivem no campo, a autonomia econômica seria o primeiro passo para a sua emancipação e para a superação da sua condição de subordinação em relação aos pais e maridos. Portanto, a autonomia gerada pela atividade lucrativa do turismo asseguraria a liberdade e a independência financeira às mulheres para poderem comprar o que quiserem sem pedir recursos financeiros ao marido. As mulheres passaram a participar de atividades que antes não participavam, como as reuniões de associação, antes direcionadas apenas aos homens (LUNARDI, 2006).

Nogueira (2004), a partir de um estudo de caso realizado no município de Venda Nova do Imigrante/ES, procurou analisar na sua dissertação de mestrado as mudanças trazidas pelo agroturismo no que se refere às relações de gênero e a histórica situação de subordinação da mulher na sociedade rural. Para tal considerou variáveis como a

dimensão étnica italiana e a religiosidade católica, ambas arraigadas na cultura local. Para analisar os níveis de autonomia das mulheres e as relações de gênero, Nogueira (2004) considerou algumas variáveis, tais como: identidade profissional da mulher (trabalhadoras rurais e donas de casa); o caráter de ajuda atribuído ao trabalho agrícola realizado pela mulher; as práticas sociais comuns no meio rural, como a mudança da esposa para a casa dos sogros após o casamento, e por fim; as mudanças e permanências trazidas pela atividade do agroturismo para a vida das mulheres no que se refere à divisão sexual do trabalho e a relação da atividade de agroturismo, femininas, com a agricultura, concebida como atividade masculina.

Segundo Nogueira (2004), as atividades do agroturismo por se assemelharem ou até mesmo coincidirem com as desvalorizadas atividades domésticas, passam assim a ser representadas como femininas e, em função disso, exercidas na maioria das vezes pelas mulheres. Seria, assim, pelo fato do agroturismo ser visto como uma atividade complementar e de menor importância, que esse trabalho seria concebido como de mulheres. Segundo a autora, os poucos estabelecimentos nos quais os homens estavam à frente teriam características diferentes dos demais, dado que estariam ligados a atividades culturalmente tidas como masculinas, como a pescaria ou eram estabelecimentos de grande porte, de caráter empresarial.

No que se refere à divisão sexual do trabalho Nogueira (2010) concluiu que essa persistia dentro da atividade do agroturismo. Assim, o agroturismo estaria apenas trazendo de forma resignificada a velha divisão sexual do trabalho em que o homem estaria ligado à agricultura e a mulher às atividades domésticas. Ademais a autora questiona o fato de ser um homem o presidente local da Associação de Agroturismo, o que remetia a uma idéia de que mesmo as atividades sendo desenvolvidas pelas mulheres eram os homens que as representavam, no espaço público. Nogueira (2004) percebeu, também, uma dificuldade por parte das mulheres de encararem o turismo como um trabalho ou profissão. Devido à concepção do turismo como atividade complementar, este era encarado como uma continuidade das atividades domésticas e dos cuidados com os filhos. Em relação aos aspectos positivos trazidos pela atividade de agroturismo destacou-se, segundo a autora, a questão da atividade proporcionar acesso à renda de forma independente, além de possibilitar o estabelecimento de contatos com outras pessoas e realidades. No entanto, para a autora essas mudanças são gestadas dentro de uma estrutura de dominação masculina.

Carvalho (2008) em sua dissertação de especialização buscou analisar o papel da mulher como uma das principais responsáveis pelo desenvolvimento do turismo rural em pequenas propriedades a partir de dados secundários obtidos junto ao IBGE, a ABRATURR (Associação Brasileira de Turismo Rural) e ACT (Atividades Características do Turismo). Segundo Carvalho (2008) das quase 5.000 propriedades elencadas pela ABRATURR que trabalhavam com turismo rural em 2000, constatou-se que 92% das mesmas eram geridas por mulheres. Para a autora a maior inserção das mulheres na atividade turística se devia ao fato de essa atividade exigir baixa escolaridade e formação, além do fato de que no turismo haveria muitos trabalhos tidos como atividades femininas. No entanto, para a autora, isso não impediria que o turismo rural proporcionasse alterações significativas na vida dessas mulheres, dado que elas passam a ter uma renda própria, que lhes proporciona perceber e desejar coisas que antes não poderiam. Ademais, o contato com os turistas e com outras culturas, também se constituiria em um fator decisivo para as mudanças gestadas. Destaca a autora, ainda, que existiria a valorização do trabalho da mulher, já que o turista elogiaria e pagaria por esse trabalho.

Peralta e Alencar (2008), ao estudarem o ecoturismo em duas comunidades da Amazônia perceberam que com o aumento da inserção das mulheres no mercado, através da realização de trocas comerciais diretas, elas ocupavam novos espaços na família e na comunidade, por possuírem uma fonte de renda controlada por elas mesmas. Com o acesso à renda elas adquiriam maior poder de decisão sobre os gastos do orçamento doméstico, antes controlado pelo homem, manifestando maior poder de decisão na esfera doméstica, maior acesso à informação e as redes de apoio e autovalorização. Os autores perceberam, ainda, que o acesso à renda alterou o grau de importância do papel da mulher e do poder aquisitivo da família devido à conquista da independência financeira pela mulher, ameaçando o papel do homem como provedor, gerando, inclusive, conflitos na esfera doméstica, e às vezes, até a separação entre os casais. Assim, percebeu-se pelas pesquisas realizadas, uma constatação de que há uma tendência de ganho de poder da mulher ao trabalhar com turismo rural. Apresenta-se, a seguir, uma síntese com os indicadores de autonomia da mulher retirados da literatura discutida.

QUADRO 2: Indicadores do processo de autonomia da mulher

Formação	- Realização de cursos na área
Renda	- Acesso a renda
Acesso ao crédito rural	- Agricultura - Turismo rural
Registro da posse do empreendimento	
Poder de decisão	- Agricultura - Turismo rural
Atividades domésticas	- Principal responsável - Contribuição da família - Empregada doméstica - Percepção sobre a responsabilidade da atividade doméstica
Poder de decisão e escolha	-Percepção
Autonomia pessoal e econômica	-Percepção
Chefia da família	-Percepção
Diferenças de oportunidades entre mulheres urbanas e rurais	-Percepção
Valorização do trabalho feminino	- Turismo rural - Agricultura

Fonte: Elaboração dos autores com base na teoria, 2012.

Antes de aprofundarmos a questão da autonomia da mulher, analisando a situação daquelas que trabalham com turismo rural nas montanhas capixabas, analisaremos as próprias mudanças ocorridas nas sociedades rurais, mediante o desenvolvimento das atividades vinculadas ao turismo rural.

CAPÍTULO 5

TURISMO RURAL: DE VOLTA AO CAMINHO DA ROÇA?

O presente capítulo teve por objetivo descrever o perfil socioeconômico da população envolvida com o turismo rural na região serrana do Espírito Santo, identificando também as características das propriedades e da atividade de turismo rural.

5.1 A Evolução do turismo rural

O turismo no espaço rural pode ser entendido como uma maneira de visitar e conhecer o campo, voltado para a busca e valorização das “raízes”. De acordo com a Associação Brasileira de Turismo rural (ABRATURR) o turismo rural no Brasil apresenta quatro aspectos: incremento de receitas, geração de emprego, preservação do meio ambiente, e preservação do patrimônio rural. De acordo com Graziano da Silva (1998), o turismo rural consistiria em todas as atividades praticadas no “meio rural” tendo como base o lazer, podendo ser definidas de acordo com a modalidade do que seria ofertado: turismo rural, agroturismo, ecoturismo ou turismo ecológico, turismo de aventura, turismo de negócios, turismo de saúde, turismo cultural e turismo esportivo.

As atividades turísticas no campo se constituiriam da oferta de produtos, serviços e equipamentos, tais como: hospedagem, alimentação, recepção, visitação em propriedades rurais, recreação, entretenimento, atividades pedagógicas vinculadas ao contexto rural e outras atividades complementares às demais citadas que existam em função do turismo rural. Mendonça *et al* (2002) fazem uma retrospectiva histórica do turismo rural em nível internacional e nacional. Segundo os autores a atividade teve início com a urbanização da antiga nobreza fundiária na Europa, que vivendo nas cidades passaram a tirar férias no campo como forma de fugir da rotina das cidades e descansar ou mesmo para se recuperarem de alguma doença. Até então sem nenhum fim lucrativo.

Em países como os Estados Unidos, Nova Zelândia e Irlanda, são oferecidos “*farm houses*”, “*country houses*” (quartos no campo), “*village in hotels*” (vilas) e “*manor house hotels*” (velhos castelos, casas senhoriais e pavilhões de caças). Na

França, existem os “*gîtes*”, os “*chambres d’hôtes*” (aldeias) e os “*campings*”. Essas modalidades surgiram do hábito dos rancheiros de cederem espaço em suas terras para acolher viajantes, visitantes e pescadores. Esse acolhimento era anteriormente gratuito, mas, com o decorrer do tempo, os rancheiros perceberam que essa poderia ser uma atividade lucrativa. No caso de países como a França, Portugal, Espanha, Alemanha, Hungria e Itália é habitual receber turistas no campo, nos famosos “paradores”, como o de Santiago de Compostela, na Espanha, que oferecem abrigos a viajantes e caçadores, a baixo custo. Em Portugal, o turismo rural, caracterizado pelo acolhimento familiar é chamado de turismo de habitação; quando ocorre em palácios ou residências de riquezas arquitetônicas no campo é chamado de turismo rural; quando a hospedagem é em casas rústicas de fazendas no meio rural é chamado de agroturismo, aquele diretamente integrado a uma exploração agrícola, da qual o turista pode, inclusive, participar diretamente (MENDONÇA *ET AL*, 2002).

No final da década de 1970, houve o interesse na Europa de se recuperar o patrimônio e o valor histórico encontrado no meio rural, como as casas rústicas, as aldeias, as pousadas e os edifícios burgueses. No decorrer do tempo, o crescente interesse pela atividade de turismo no campo gerou melhoras no produto oferecido. Houve remodelação de construções velhas, construção de alojamentos independentes com cozinhas e banheiro, construção de hotéis rurais e foram criados parques e campings. Essas iniciativas foram de agricultores, não agricultores e de alguns empresários que foram além, construindo restaurantes e oferecendo atividades esportivas e de recreação. Em seguida, houve uma crescente procura por compra de casas para férias no meio rural que por sua vez, também passaram a oferecer alojamentos (CAVACO, 2001).

De acordo com Mendonça *et al* (2002) o turismo no espaço rural brasileiro iniciou-se oficialmente em 1985 e a região pioneira na prestação desses serviços foi Lages, em Santa Catarina, no sul do país. Essa região era ponto de parada na travessia entre o planalto serrano catarinense e o estado do Rio Grande do Sul. A base de sua economia era a pecuária e a exploração da madeira. Com a escassez da madeira nativa, foi necessário buscar alternativas de mudanças e, em 1986, alguns produtores resolveram abrir as suas propriedades rurais para visitantes que vinham de todos os lugares passar o fim de semana e vivenciar o dia-a-dia da fazenda. Segundo o pesquisador, no Espírito Santo, o turismo rural iniciou-se na região de montanha

(Afonso Cláudio e Domingos Martins), com o objetivo de melhorar a ocupação de hotéis do município nos dias de semana e oferecer uma renda complementar aos produtores rurais pela comercialização de seus produtos: vinhos, queijos, embutidos, doces, etc.

Diante dos esclarecimentos e histórico da atividade citados acima, cabe ressaltar que a análise da atividade de turismo rural no presente estudo se apoiará no fato de que dentre todas estas transformações pelas quais o campo vem passando, autores como Rambaud (1973) e Carneiro (1998), dão destaque especial aos impactos trazidos pela atividade turística no processo de reestruturação do campo. Segundo Rambaud (1973) o turismo rural se inscreveria na teoria geral da urbanização, devido à atração que a natureza e a ruralidade exerceriam sobre os habitantes da cidade. O turismo rural, nesse sentido, manifestaria uma expectativa urbana, levando parte dos agricultores a se tornarem “vendedores de férias”, modificando, assim, a organização da sociedade rural, em virtude da produção agrícola deixar de ser o seu centro. Com o advento do turismo os pequenos vilarejos, muitas vezes, mortos, ganhariam em *ambiance*, ou seja, em movimento, em mais dinâmica, enchendo-se de vida em determinadas épocas do ano, tornando-se assim “cidades eclipses”, durante o período de férias dos cidadãos (RAMBAUD, 1973).

Carneiro (1998) destaca que com o movimento ecológico, que ganhou força nos anos 1990, o “ar puro” e o “contato com a natureza” passam a ser vistos pelos cidadãos como uma espécie de “purificação”, já que estes viveriam dentro de uma sociedade industrial “destruidora do meio ambiente”. Dessa forma, os cidadãos transformam a natureza e o modo de vida rural em bens de consumo, por meio do turismo. E, conseqüentemente, o campo estaria sendo transformado em um lugar de vida mais do que em um espaço de produção, já que a agricultura, em alguns casos, tornar-se-ia coadjuvante, servindo como um atrativo para ajudar a manter o clima de ruralidade atraindo os turistas.

Williams (1989) *apud* Nunes e Pinto (2009) percebeu essa nostalgia atribuída pelos cidadãos ao “campo”, nos escritos literários, nos quais sistematicamente o campo adquiria a conotação “de um passado mais feliz”, contrastando com os problemas urbanos. Assim sendo, o rural era sempre evocado com saudosismo, lembrado nos poemas como um modo de vida melhor, associada à natureza e a inocência, porém morto, extinto pelo advento da urbanização. Também, atualmente, o campo tem sido

visto como um lugar de refúgio de todos os problemas ligados à urbanização, sendo tomado como “remédio para todas as feridas”. Ele não seria mais o lugar do trabalhador rural, mas do habitante desocupado, que cansado da vida na cidade lhe atribuiria uma função terapêutica e temporária.

Segundo Rambaud (1973), o turismo, também, acarreta um processo de diferenciação dos rurais, a partir do contato com os citadinos. A inovação turística incitaria os rurais a se renovarem, mas isso não significa que teriam que abrir mão de suas tradições (RAMBAUD, 1973). O autor defende que o turismo rural terminaria com o etnocentrismo urbano, já que o próprio rural teria um lugar ativo face ao citadino, por forjar um produto, “o rural estilizado”, para ser vendido ao turista. Carneiro (1998), também, verificou a partir dos casos de turismo rural por ela estudados, que as “festas camponesas” vinculadas ao turismo tinham como objetivo “espetacularizar” o rural, combinando o antigo com o moderno para atrair os turistas, como pode ser observado nas festas tradicionais, em que os camponeses se apresentam fantasiados com roupas rústicas e exibindo instrumentos antigos. Esse tipo de festa apontaria para reconstrução de uma identidade aldeã a partir de valores e lógicas urbanas, mas tal identidade seria de certa forma manipulada como forma de se recriar uma sociabilidade local.

Froehlich (2003) fez uma análise do rural enquanto suporte de um imaginário e de práticas sociais e como substrato para o estabelecimento de novas configurações e identidades sócio-espaciais, a partir de festas e espetáculos vinculados ao turismo e que tem o rural como tema e cenário. Segundo o autor uma das características da contemporaneidade seria a mobilidade espacial e simbólica, que possibilitaria ao indivíduo se mover entre vários universos culturais e diferentes escalas de espaços e tempos, permitindo a constituição de identidades híbridas e plásticas, em que o campo se apresentaria como um espaço plural. Dessa forma, o autor pensa a ruralidade como um conjunto de categorias referidas a um universo simbólico, orientador de práticas sociais distintas em ambientes culturais heterogêneos. Nesse sentido, defende que esse processo permite a re-apropriação de elementos das culturas locais a partir de uma releitura possibilitada pela emergência de novos códigos (FROEHLICH, 2003).

Ao analisar a Festa dos Carreiros de São Valentim vinculada ao turismo rural, o autor percebeu que o próprio cartaz da festa trazia elementos que mostravam a vida dos antigos carreiros, agora reinventadas em forma de festa e espetáculo. Assim sendo, a vida de dureza e privações dos carreiros foi reelaborada enquanto alegoria,

por meio de uma festa que reconstruía o passado no presente e que destacava atributos tipicamente rurais como a simplicidade e a rusticidade, que eram bastante admirados e usados pela cultura contemporânea para qualificar a sociabilidade rural, relacionando-a à imagem idealizada de uma vida próxima da natureza.

Para dar materialidade ao tema da festa os moradores da comunidade utilizavam-se de instrumentos de trabalho antigos, que antes tinham um sentido de utilidade, transformando-os em símbolos utilizados para construir uma narrativa histórica, em que o objeto configurava-se como uma peça de museu representativa de um tempo passado. O que importava não era o objeto em si, mas a representação que ele evocava. Nesse caso muitos objetos antigos foram reconstruídos com a tecnologia moderna. Percebeu-se assim que a Festa do Carreteiro configura-se com uma estratégia de reativação da sociabilidade local a partir da reinvenção “espetacularizada” de uma tradição (FROEHLICH, 2003). Assim, por meio dos estudos apresentados acima se pôde perceber a ligação entre o turismo rural e os processos de mudança pelos quais o campo vem passando.

5.2 O turismo rural na região serrana do Espírito Santo

Durante a realização da pesquisa de campo foram aplicados questionários a 88 indivíduos prestadores de serviços relacionados ao turismo rural. Do total de respondentes da amostra 34,1% residiam e realizavam atividades turísticas no município de Venda Nova do Imigrante, já os outros 65,9% eram do município de Domingos Martins. Essa diferença se justifica em decorrência do fato de o município de Domingos Martins apresentar um maior número de empreendimentos de turismo rural quando comparado ao município de Venda Nova do Imigrante. Quanto ao sexo dos respondentes, 80,7% eram mulheres e 19,3% homens, ou seja, os que trabalhavam com turismo rural na região pesquisada eram, em sua grande maioria, as mulheres.

O maior número de questionários aplicados às pessoas do sexo feminino se justifica, ainda, pela abordagem do trabalho que busca conhecer as transformações pelas quais vem passando as mulheres em um campo em processo de transformação. O turismo rural se constitui em uma atividade, na qual além desse processo mudança do rural se evidenciar, nele as mulheres encontravam-se, também, envolvidas de forma majoritária: 72,7% das mulheres entrevistadas se identificaram como gestoras dos empreendimentos turísticos. Do total de 88 questionários aplicados 89,8% foram

aplicados aos próprios gestores do empreendimento, mas em 6,8% dos casos os respondentes se definiram com filhos (as) dos gestores, em 2,3% os respondentes foram os gerentes do empreendimento e em 1,1% quem respondeu o questionário se identificou como nora do gestor.

Quanto à idade dos respondentes, essa variou entre o mínimo de 18 e o máximo de 74 anos, apresentando um desvio-padrão de 12,76 e uma média de 45,14 anos. Ou seja, a população envolvida com as atividades relacionadas ao turismo rural compreende desde jovens em plena idade produtiva até idosos já aposentados. No que se refere ao estado civil, 75% dos respondentes eram casados, 15,9% solteiros, 4,5% divorciados, 2,3% viúvos e outros 2,3% viviam uma união estável. Em relação ao tempo de casamento, esse variou entre 3 e 52 anos, apresentando uma média 24,18 anos. O número de filhos variou de 0 a 7, sendo a média de 1,92 filhos por respondente. Em relação ao número de filhos que ainda moram no mesmo domicílio que os pais a média caiu para 0,93 filhos, variando de 0 a 4 filhos. Por fim, o número de pessoas por domicílio variou de 1 a 6 pessoas, ficando a média em torno de 3,16 pessoas por domicílio. Assim, observou-se que as famílias rurais não eram mais tão numerosas quanto no passado.

A família extensa nas sociedades rurais, segundo Rambaud (1973), era a célula base para o trabalho agrícola voltado ao autoconsumo e ancorado sobre a gratuidade da mão de obra familiar. Portanto, uma das qualidades primordiais que deveria ter uma esposa de agricultor era a fertilidade, o poder de gerar muitos filhos para ajudar no trabalho da terra. Assim, as famílias menores encontradas na região turística pesquisada, apontam para uma realidade que não está mais restrita à cidade, mas se generaliza no campo, também, como uma influência do modo de vida urbano que se expande. A concepção de trabalho para os habitantes do campo deixa de ser vista apenas pelo cunho agrícola e de subsistência. Essa mudança em torno do tamanho da família e da sua função fica bem claro no depoimento que se segue:

“Meu pai tinha 10 filhos, eu era a terceira, a mais velha tinha que ficar em casa com mamãe pra ajudar a fazer o serviço, eu acompanhava meu pai em tudo. Depois que eu casei fazia horta, quintal, plantas, serviço da casa. Eu costurava pros filhos por que a gente não tinha condição. Eu criava galinha, porco. Eu sempre trabalhei muito. Tem que trabalhar com amor. *Antigamente* quem casava era pra tomar conta da casa e ter filho. Quem não tinha filho, Deus me livre. Tinha que ter muito filho pra ajudar a trabalhar, tinha que ter família grande. Ninguém trabalhava fora na minha época.” (Depoimento 1, agricultora aposentada, 79 anos)

A tendência atual ao menor número de filhos, quando decorrente do planejamento familiar pode ser considerada como um indício da ampliação da autonomia da mulher, em virtude de lhe possibilitar decidir sobre o que deseja para a sua vida e sobre o seu próprio corpo. No tocante a religião, 81,8% dos respondentes se declararam católicos, 10,2% evangélicos, 5,6% se distribuíram entre outras religiões e 2,3% declararam não possuir nenhuma religião. Quanto à descendência dos respondentes, 80,7% se declararam descendentes de algum país de origem européia:

TABELA 9: Distribuição dos respondentes entre seus países de descendência.

País de descendência	Frequência	(%)
Itália	47	66,2
Alemanha	12	16,9
Espanha	1	1,4
Portugal	1	1,4
Itália e Alemanha	6	8,5
Itália e França	1	1,4
Itália e Portugal	1	1,4
Alemanha e Polônia	1	1,4
Alemanha e Pomerania	1	1,4
Total	71	100,0

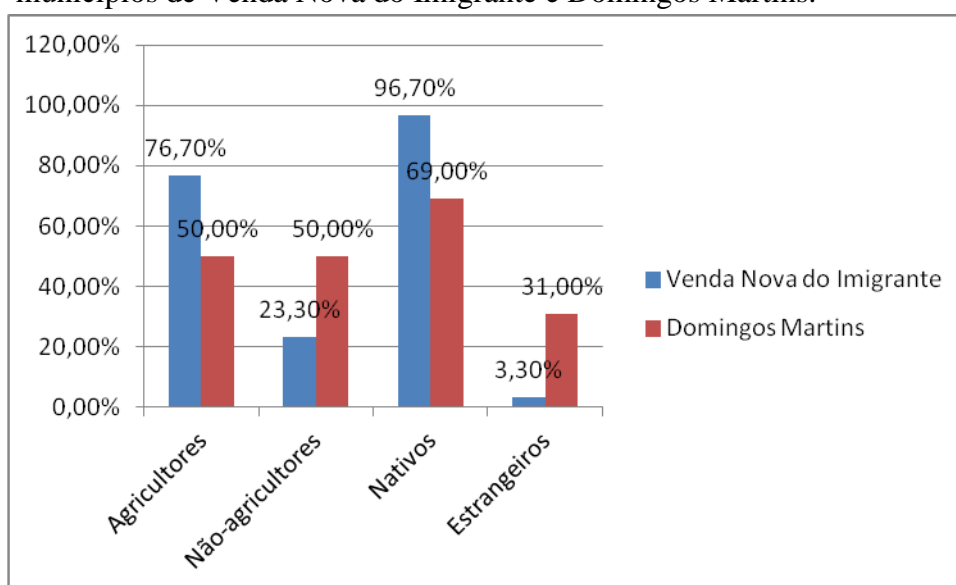
Fonte: Resultados da pesquisa, 2012.

Observou-se, portanto, que a maioria dos respondentes, 66,2%, eram de origem italiana, enquanto que 16,9% eram de origem alemã. Foi encontrada, ainda, a mistura de duas descendências. A maior presença de descendentes italianos foi encontrada no município de Venda Nova do Imigrante, enquanto que em Domingos Martins destacou-se a presença de descendentes de alemães. A descendência dos respondentes foi uma variável de interesse nesse estudo, dado que as tradições culturais se constituem em um dos atrativos mais valorizados no turismo rural.

Quanto à origem dos respondentes 55,7% eram naturais do próprio município, 22,7% vieram de municípios vizinhos, 8,0% de outros municípios do Estado, 4,5% da capital e 9,1% de outros Estados. Assim, 78,4% da amostra foi composta por pessoas do município ou da região e 21,6 % por pessoas de fora da região, os quais denominaremos de estrangeiros, apenas devido a este fato. No entanto, quando se analisa os dois municípios isoladamente observa-se que em Venda Nova do Imigrante 96,7% dos respondentes eram naturais da região, enquanto que em Domingos Martins essa porcentagem cai para 69%.

No que diz respeito ao local de residência dos respondentes 84,1% viviam no campo, sendo que 83% viviam na mesma propriedade em que trabalhavam com turismo rural, enquanto 15,9% residiam na cidade e trabalhavam no campo. Assim, a tradicional junção entre o mundo do trabalho e o mundo da casa continuava fortemente arraigada no modo de vida dos gestores das atividades de turismo rural. No que diz respeito ao histórico de atividades desenvolvidas na propriedade constatou-se que em Venda Nova do Imigrante 76,7% dos gestores de atividades de turismo rural vinham de uma trajetória de trabalho na agricultura, enquanto que em Domingos Martins essa trajetória de trabalho na agricultura caía para 50% dos gestores.

GRÁFICO 1: Trajetória na agricultura e naturalidade dos respondentes nos municípios de Venda Nova do Imigrante e Domingos Martins.



Fonte: Resultados da pesquisa, 2012.

O município de Domingos Martins apresenta algumas características peculiares que explicam a ida mais expressiva de pessoas de fora da região para trabalhar com atividades relacionadas ao turismo rural. O município se localiza próximo à Vitória, capital do Estado; possui muitas belezas naturais e um ritmo de vida calmo, sem agitação. Em 2004, o número de loteamentos e condomínios fechados já chegava a 2.244, ocupando uma área de 5.587.038 metros quadrados, dividindo espaço com a agricultura e com o turismo (BERTOCCHI, 2006). De acordo com Bertocchi (2006), os condomínios fechados localizados na região estão a cerca de 60 minutos da capital, são espaçosos, possuem segurança, acesso à natureza, saneamento e infraestrutura, boas estradas e áreas de lazer.

A presença de pessoas de fora da região, *estrangeiros*, e de não-agricultores no campo é entendida por autores como Rambaud (1973), Graziano da Silva (1997), Favareto (2007) como ocasionando transformações no campo, como a perda da centralidade da atividade agrícola e a exploração das amenidades, que atraem empresários da cidade que passam a ver no campo uma boa opção para o desenvolvimento de seus negócios e investimentos. Além disso, a presença desses novos grupos no campo contribuiria para a diversificação ocupacional de uma população que antes se caracterizava por sua homogeneidade agrícola. No entanto, de acordo com Wanderley (2009) e Rambaud (1973) essa diversidade de grupos sociais, de mentalidades e de interesses pode gerar conflitos entre os moradores locais e aqueles que vêm de fora. Obteve-se na pesquisa alguns relatos desses tipos de conflitos, como pode ser observado pelas declarações que se seguem. Nos casos citados, as gestoras do turismo rural que vieram da cidade e nunca haviam trabalhado na agricultura relataram a sua dificuldade em aceitar a submissão da mulher nativa em relação ao marido e a vida fechada dos agricultores:

“(...) eu tive dificuldade de aceitar, de aprender a conviver com essa realidade, ainda tenho um pouco de dificuldade, porque em determinadas reuniões eu *subo nas tamancas* e falo um monte de coisas, depois eu chego em casa e penso assim, não meu Deus, isso não cabe na cabeça delas, é fora do contexto delas, é muito forte pra elas assimilarem isso. Eu já aprendi que eu tenho que moderar a minha linguagem e tenho que ter sabedoria pra tá colocando algumas opiniões pra não agredir, porque as vezes agride, você entende? Eu levei um tempo pra entender isso.” (Respondente 33, mulher, estrangeira, 51 anos).

“(...) porque quem trabalha na lavoura não tem reconhecimento nenhum, eles não tem relacionamento com pessoas diferentes, o máximo que eles fazem de bom, que eles acham, da vida deles é ir a Igreja aos domingos pra encontrar a comunidade e bater um papo, não tem lazer nenhum.” (Respondente 32, mulher, estrangeira, 49 anos)

Por outro lado, observou-se na fala de um gestor de atividades relacionadas ao turismo rural, nativo da região e com uma trajetória de trabalho na agricultura, que o mesmo critica os empreendedores do turismo rural que não são da região:

“(...) a coisa mais interessante do turismo é que os donos estejam presentes, porque, sei lá, dá mais liberdade pro turista. Muitos chegam e perguntam cadê o dono daqui? “*Ah, tá lá em Vitória*” (silêncio). Então, já entra aquela barreira. Eu falo isso porque já teve uns 4 ou 5 na região que abriram achando que ia ser um alto negócio e fecharam, (...) fecharam porque não tinha conteúdo do turismo. Então eles (os turistas) querem aquela conversa, aquela brincadeira, liberdade. Porque é a família recebendo a família.” (Respondente 4, homem, nativo, 57 anos)

Notou-se pela fala do empreendedor que *os de fora, os estrangeiros*, denominados pela literatura como novos rurais, que vêm das cidades interessados em abrir grandes negócios na região, não são bem vistos, nem pelos nativos, nem pelos turistas, que não reconhecem neles o *verdadeiro homem do campo*, e em consequência disso podem falir, já que não possuem o *conteúdo* exigido pelo turismo rural.

5.3 Características da atividade turística e das propriedades rurais

A fim de descrever as características do turismo na região considerou-se: o tamanho das propriedades, a presença ou não de atividade agrícola, os principais tipos de atividades agrícolas presentes, o pertencimento a circuitos turísticos, o tipo de turismo rural oferecido, a existência de registro do empreendimento, as motivações que levaram a decisão de trabalhar com atividades voltadas para o turismo rural, a perspectiva acerca das vantagens e desvantagens da atividade.

Quanto ao tamanho das propriedades este variou de 0,03 a 356 hectares, sendo a média de 30,58 hectares e a mediana 9 hectares. A média dos tamanhos das propriedades em Venda Nova foi de 54,29 hectares enquanto que em Domingos Martins foi de 17,35 hectares⁸. Resultado esse que segue a tendência nacional, corroborando o estudo de Carvalho (2008), que observou que 43% das propriedades turísticas no Brasil possuem área de até 50 hectares (CARVALHO, 2008). Em 63,6% das propriedades havia a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas. Em Venda Nova essa porcentagem foi de 80%, enquanto que em Domingos Martins foi de 55,2% das propriedades.

Das 53 propriedades que trabalhavam com a atividade agrícola e turística 53,6% consideravam o café como a cultura de maior importância econômica para a família. O feijão despontou como a segunda cultura de maior importância para 20,9% das propriedades, o mesmo percentual alcançado pelas hortaliças e os legumes, que foram apontados como segundo cultivo de importância pelos mesmos 20,9% de propriedades, já o abacate foi considerado o segundo cultivo mais importante por 16,3% das 53 propriedades que trabalhavam com agricultura e turismo.

No que se refere à vinculação das propriedades aos circuitos e às rotas de turismo rural, observou-se na região a presença de oito circuitos, sendo os circuitos de

⁸ No entanto pelo teste T não se pode afirmar que o tamanho das propriedades de turismo rural de Domingos Martins eram estatisticamente menores que as de Venda Nova do Imigrante.

agroturismo de Venda Nova e de Pedra Azul os que apresentavam maior número de propriedades oferecendo atividades relacionadas ao turismo rural, como mostra a tabela que se segue:

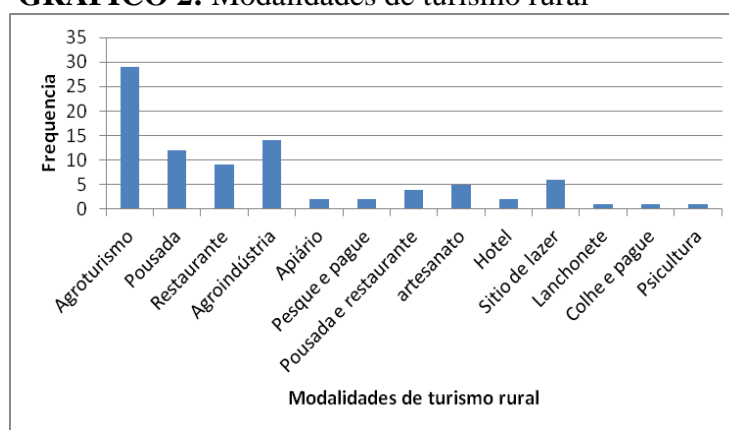
TABELA 10: Porcentagem dos empreendimentos visitados de acordo com o circuito turístico ao qual pertencem.

Identificação do circuito turístico	Porcentagem (%)
Circuito do Agroturismo de Venda Nova	34,1
Circuito turístico de orgânicos e naturais de Pedra Azul	4,5
Circuito turístico de Pedra Azul	30,7
Circuito turístico de Paraju	20,5
Circuito turístico do Galo	2,3
Circuito turístico do Vale da Estação	1,1
Circuito turístico do Chapéu	3,4
Circuito turístico da Sede	3,4
Total	100,0

Fonte: Resultados da pesquisa, 2012.

Quanto às modalidades ou tipos de turismo rural praticados, esses estavam divididos em 13 modalidades diferentes (Gráfico 2). A classificação foi feita pela pesquisadora a partir das informações passadas pelos respondentes.

GRÁFICO 2: Modalidades de turismo rural



Fonte: Resultados da pesquisa, 2012.

Observou-se no gráfico anterior que o agroturismo⁹ era a principal modalidade de turismo rural praticada na região, perfazendo um total de 29 empreendimentos, seguido por 12 pousadas, 14 agroindústrias e 9 restaurantes. A seguir, pode-se visualizar

⁹ Modalidade de turismo rural que combina o processamento de matérias-primas da propriedade rural com a visitação às lavouras e participação do turista nas etapas de fabricação dos produtos.

dois tipos de empreendimentos turísticos diferentes, na figura 6 apresenta-se a loja de uma propriedade de agroturismo, já a figura 7 mostra um restaurante rural:

FIGURA 6: Loja de agroturismo *Tia Cila*



Fonte: Resultados da pesquisa, 2012.

FIGURA 7: Restaurante *Dom Lorenzoni*



Fonte: Resultados da pesquisa, 2012.

Quanto ao número de pessoas da família do proprietário e contratadas que trabalhavam com o turismo rural e com agricultura nas propriedades, observou-se, como indica a tabela que se segue, que a média das pessoas envolvidas com o turismo rural foi de 6,07 trabalhadores por propriedade, enquanto que para a agricultura a média foi de 2,38 trabalhadores por propriedade.

TABELA 11: Média do número de trabalhadores do turismo e da agricultura nos empreendimentos de turismo rural.

Número de trabalhadores	Valor mínimo	Valor máximo	Média
Pessoas da família que trabalhavam com o turismo rural	0	8	2,93
Pessoas contratadas que trabalhavam com o turismo rural	0	63	3,14
Total de pessoas que trabalhavam com o turismo rural	1	67	6,07
Pessoas da família que trabalhavam com a agricultura	0	8	1,18
Pessoas contratadas que trabalhavam com a agricultura	0	10	1,19
Total de pessoas que trabalham com a agricultura	0	13	2,38

Fonte: Resultados da pesquisa, 2012.

Embora a atividade turística estivesse empregando maior número de trabalhadores do que a agricultura nos empreendimentos pesquisados, vale lembrar que

apenas 28 dos 88 empreendimentos turísticos trabalhavam de forma exclusiva com atividades não agrícolas. Por outro lado, quando comparou-se o número de pessoas da família do proprietário que trabalhavam com o turismo rural, considerando-se os empreendimentos não agrícolas e os pluriativos, observou-se que a média de integrantes da família envolvidos com turismo rural nas propriedades não agrícolas foi de 2,47 trabalhadores, enquanto que nas propriedades pluriativas foi de 3,20 trabalhadores. Pelo teste de médias para amostras independentes, verificou-se que as médias entre os grupos eram diferentes e que, portanto, os empreendimentos que contavam com a presença da agricultura tendiam a utilizar mais a mão de obra familiar do que aqueles que trabalhavam apenas com o turismo rural. Ou seja, o turismo proporcionava a geração de empregos, para além do núcleo familiar, enquanto que a agricultura ainda tinha por base o trabalho da família.

A questão da suposta concorrência entre as atividades não agrícolas com a agricultura de forma a prejudicar e acabar com a última, ou, pelo contrário, a sua contribuição para a manutenção da agricultura de pequeno porte na atualidade tem sido bastante discutida na literatura. Pelos relatos observou-se que de uma forma geral, nas propriedades pluriativas o turismo contribuía para a manutenção da atividade agrícola, seja fixando os preços dos produtos agrícolas que independente da época ou das oscilações do mercado eram vendidos aos turistas pelo mesmo valor, seja pelo aproveitamento de produtos que se perdiam na época da safra, e que com o turismo eram transformados em geleias, doces e compotas, tendo, portanto, valor agregado e maior tempo de prateleira, como pôde ser averiguado pelos relatos abaixo:

“É assim o morango que a gente vendia antes de mexer com o turismo ele tinha um preço, um preço do geral, com o turismo nos colocamos o nosso preço. Então ele é vendido lá na roça com o preço que a gente tem aqui. Que é o dobro. O turismo que deu o preço.” (Respondente 25, mulher, pluriativa, nativa, 40 anos)

“Teve uma época que meu marido plantou de não colher nada, de não poder colher porque não dava preço. Então não compensava tirar. A gente pagava as contas com o dinheiro da loja (de turismo).” (Respondente 45, pluriativa, nativa, 52 anos).

“Na agricultura a gente perdia muito, tinha muito desperdício. Agora a batata que é pequena vira picles, ai vende mais. O pequeno você perdia, agora vira geléia, licor.” (Respondente 59, mulher, nativa, 30 anos)

Em apenas três dos casos estudados o abandono da agricultura se deu em função da atividade turística, nesses casos em particular a atividade turística tomou uma proporção tão grande que fez com que a família optasse por abandonar a agricultura e

dedicar-se somente ao turismo devido ao maior rendimento do último, como se verificou na fala do ex-agricultor:

“(…) se tinha uma perspectiva que ía ser difícil criar família se a gente continuasse naqueles 150, 200 litros de leite por dia, vender duas, três mil caixas de tomate por ano. E a gente entrou nessa atividade (turismo) e foi dando certo. Daí a gente desativou a pecuária de leite e de corte e ficou só com o turismo.” (Respondente 52, homem, nativo, 68 anos)

Quanto à regularidade dos empreendimentos de turismo rural averiguou-se que 73,9% deles possuíam algum tipo de registro, seja em nível municipal (33,0%), estadual (2,3%) ou mesmo enquanto empresa jurídica (38,6 %). Quanto ao apoio de órgãos públicos, 71,6% dos empreendedores disseram receber apoio do poder público, sendo que esse apoio vem: INCAPER (47,7%), SEBRAE (52,3%) e Prefeituras municipais (28,4%), o que corrobora o estudo de Lunardi (2006) que identificou instituições similares no Sul do país como parceiros do turismo rural.

O tempo da atividade de turismo rural variou consideravelmente, sendo que a mais recente teria completado 1 mês de funcionamento na data da aplicação do questionário e a mais antiga tinha 47 anos, ficando a média em 10,26 anos. Destaca-se aqui que dois empreendimentos, um hotel com 47 anos de funcionamento e um restaurante com 29 anos de funcionamento, ambos localizados no município de Domingos Martins, iniciaram as suas atividades antes do ano de 1985, que é tido como o ano em que oficialmente começou a se desenvolver o turismo rural no Brasil, de acordo com estudo realizado por Mendonça *et al* (2002). No que se refere aos motivos que levaram os respondentes a iniciarem a atividade não agrícola de turismo rural no campo, foram citados:

TABELA 12: Motivos que levaram os respondentes a iniciarem a atividade de turismo rural

Motivações que levaram ao turismo	(%)
Motivação econômica (Dificuldades encontradas na agricultura, agregar valor ao produto, aproveitamento de toda a propriedade; aumentar a renda da propriedade e a da mulher)	50,0
Fatores subjetivos (Necessidade de não ficar parado depois da aposentadoria, Sonho do respondente e/ou demais membros da família, Tradição de família, Região favorável para o turismo)	43,2
Influência externa (Incentivo de amigos e/ou vizinhos)	6,8
Total	100

Fonte: Resultados da pesquisa, 2012.

Pode-se perceber com base na tabela anterior, que as influências socioeconômicas não estavam circunscritas apenas às motivações econômicas, mas, também, aos fatores subjetivos, como aquele relacionado a considerar a região como favorável ao turismo rural, obviamente, em virtude, da importância socialmente atribuída às amenidades relacionadas à natureza na atualidade.

Quanto ao apoio dos membros da família para iniciar a atividade de turismo rural observou-se que em apenas 10,2% dos casos não houve apoio de algum membro da família, sendo que 2 em cada 3 dos que não apoiaram eram do sexo masculino. Os motivos alegados estão dispostos na tabela abaixo:

TABELA 13: Motivos que levaram algum membro da família a não apoiar a atividade de turismo rural

Motivo do não apoio	Frequência
Acreditava que iria dar muito trabalho	3
Não queria viver no campo	3
Não tinha afinidade com a atividade	2
Não gostaria de trabalhar nos finais de semana	1
Total	9

Fonte: Resultados da pesquisa, 2012

O relato que se segue ajuda a ilustrar as formas de resistência encontradas pelos empreendedores das atividades turísticas:

“Foi difícil sair da agricultura e ir pro turismo. O pai da gente não passou tino comercial pra gente. O que ele passou pra gente era pecuária, leite e corte. Então quando a minha esposa veio do sul falando que viu lá aquelas fazendas que se transformavam em pousadas, e eu pensei, mas aqui não tem como, não tinha asfalto, isso aqui há 16 anos era bem diferente de hoje, mas ela foi muito insistente, então me convenceu (...)” (Respondente 52, nativo, homem, 68 anos)

Observou-se, ainda, na pesquisa que a maior parte das desvantagens da atividade turística estava relacionada ao fato de se trabalhar muito, não ter folgas nos finais de semana, como se nota na tabela 14.

TABELA 14: Desvantagens do turismo rural

Desvantagens do turismo rural	Frequência	(%)
Não tem folga	29	33,0
Trabalhar durante finais de semana e feriados	23	26,1
Muito trabalho	16	18,2
Dificuldades com a legislação	10	11,4
Falta de mão de obra no campo	10	11,4
Atividade de caráter sazonal	5	5,7
Perda de privacidade	5	5,7
Ausência ou pouco apoio dos órgãos públicos	4	4,5

Fonte: Resultados da pesquisa, 2012.

Para exemplificar melhor as desvantagens presentes na atividade de turismo rural, elencou-se alguns relatos dos respondentes:

“Muito serviço, pouca folga, porque é pouca gente né. Às vezes você tá até almoçando ali e tem uma pessoa querendo ser atendida naquele horário. Você tem que tá ali, tem que deixar o prato lá e vim.”
(Respondente 1, mulher, 41 anos)

“Falta de tempo pra você descansar, sair. Você acaba ficando prisioneira do seu próprio serviço.” (Respondente 2, mulher, 61 anos)

“Hoje a gente vê muita resistência ainda das famílias de abrir a propriedade é por causa da liberdade. Você tem que mudar a sua rotina, passar os finais de semana trabalhando.” (Respondente 25, mulher 40 anos)

“Por exemplo, você tem um compromisso familiar e não pode ir, nem toda a família aceita, respeita. Perdemos a missa das nove todo domingo. Meu pai às vezes fala: Mais cêis vão abrir hoje? Não entende, não aceita.” (Respondente 12, mulher, nativa, 49 anos)

Observou-se, ainda, que o turismo era visto pelos respondentes como provocando a modificação ou a adaptação dos seus antigos costumes à nova realidade, podendo gerar algumas resistências por parte da população rural em abrir mão da sua liberdade e dos seus domingos e dias santos ou mesmo do momento sagrado da refeição, dias esses que no passado eram tidos como dias de descanso, dias de não trabalho. Essas resistências são comuns de acordo com Rambaud (1973) visto que o processo de urbanização instauraria um processo de conflito e negociação em nível interno e pessoal.

As dificuldades com a legislação também se constituíram em uma desvantagem citada pelos respondentes. Esta era percebida como uma barreira, em função de, segundo eles, não existir uma legislação específica para o turismo rural. Ao mesmo tempo em que a legislação exigiria que as agroindústrias se adequassem aos padrões de higiene e qualidade gerais, os empreendedores precisariam manter um ambiente

tipicamente rústico, para atrair os turistas. Por exemplo, a legislação não permitiria que visitantes entrassem na área de manipulação de alimentos, no entanto, os turistas desejariam participar do processo produtivo. Os padrões sanitários, também, descaracterizariam os produtos tradicionais, como vem acontecendo com o queijo que não pode mais ser maturado em prateleiras de madeira e com o socol¹⁰ (Figura 8). Esses conflitos ficam mais claros nas falas dos próprios respondentes:

“Outro problema aqui é com a carne. O IDAF aqui no Espírito Santo ele exige que tem que comprar carne no frigorífico. Aí, o socol já perde um pouco da característica. A carne de socol tem que ter gordura, o porco criado em granja tem a carne diferente, já vem modificada, perdi as características.”
(Respondente 1, mulher, nativa, 44 anos)

FIGURA 8: Socol em período de maturação



Fonte: Resultados da pesquisa, 2012.

No entanto alguns empreendedores garantiram que estavam conseguindo contornar o problema a partir da adoção de novas práticas e técnicas de preparo, como exemplificado pela fala que se segue:

“(…) a gente tá sempre atento, como fazer a carne de porco como o meu pai comia antigamente guardada na banha, a gente desenvolveu isso com o trabalho do dia a dia. A gente não conserva mais na banha, frita ela, prepara, mas ela fica com o mesmo sabor de antigamente, em função de práticas, né.”
(Respondente 4, homem, 57 anos)

A preocupação ambiental também é muito exigida dos empreendedores da região, especialmente por se tratarem de municípios turísticos, esses devem proporcionar aos turistas e aos habitantes o acesso a uma natureza bem conservada e protegida. O município de Domingos Martins, por exemplo, possui uma unidade de

¹⁰ Embutido fabricado com carne de porco típico da culinária italiana.

conservação ecológica, um dos atrativos turísticos mais visitados da região, o Parque Estadual da Pedra Azul, que contém uma gigantesca (1822 metros de altitude) formação de gnaiss e granito de coloração azul esverdeada (Figuras 9 e 10) criado em 1991 e administrado pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal, ocupando uma área de 1240 hectares (BERTOCCHI, 2006).

FIGURA 9: Pedra Azul - Formação de gnaiss e granito



Fonte: Resultados da pesquisa, 2012.

FIGURA 10: Pesquisadora escalando a Pedra



Fonte: Resultados da pesquisa, 2012.

FIGURA 11: Vista do Parque



Fonte: Resultados da pesquisa, 2012.

FIGURA 12: Sede do Parque



Fonte: Resultados da pesquisa, 2012.

A preservação desse parque teve efeito sobre todas as comunidades vizinhas, afetando assim os dois municípios da pesquisa. Nesse sentido, as exigências feitas por órgãos ambientais iam contra o conhecimento prático e a utilização que os agricultores faziam da terra e da natureza, gerando assim alguns problemas, como pode ser observado nos relatos que se seguem:

“(...) Eu falo que eles aprenderam debaixo de laje, debaixo de telhado, num sabe a prática. Em vez deles ver a realidade. Os deputados também faz a lei lá encima pra um Brasil que é tudo diferente. Você acha que vai deixar 30 metros de cada lado de um córrego? Eu já falei, eu num sei como que anda as coisas, no meu pensamento, não vai 10 anos que o povo da cidade vai passar fome. Mas nós, nós vamos bater o pé, eu não aceito, não.” (Respondente 9, homem, nativo 68 anos)

“(...) falaram que eu tava roubando areia, a minha areia. A gente toda vida usou (areia), hoje não pode mais, mas antigamente era assim, por a gente tá na área próxima do parque, de 98 acho que foi a lei, que não pode mexer nessa parte (...) só que a gente não sabia (...) daí a pouco o Juiz me chamou com um processo disso aí, aí agora eu tô esperando o que quê eu vou pegar pra fazer, qual que vai ser a minha sentença, e assim de inocente que eu tô, se eu tivesse errado. Aí eu fiquei muito revoltado com aquilo. (...) Quando eu fui falar com o Coordenador do Conselho do parque, explicando a situação do agricultor, ele falou que saiu no diário oficial e que: *você não leu, porque não quis*. Uma coisa que eu sempre falei é que as comunidades vizinhas do parque tem que participar, porque que vocês vão fazer as leis, sem saber se tá prejudicando o produtor. (Questionário 24, homem, nativo, 42 anos).

Assim, verificou-se pelos relatos um processo de conflito no que se referiam às leis ambientais. Na perspectiva desses respondentes, os governantes fariam as leis sem conhecer a realidade e as particularidades de cada região e sem se preocupar com o futuro do pequeno agricultor. Isso aconteceria porque a representação que esses governantes têm do rural estaria ancorada apenas nas novas amenidades rurais, nas questões ambientais, pensando os agricultores enquanto jardineiros da natureza. Essa representação ainda estaria descolada das necessidades produtivas desses agricultores. Ademais, essas leis esbarrariam na questão da autonomia do agricultor, de poder gerir a sua propriedade da forma que lhe convier e parecer mais adequada. Já no que se refere às percepções dos respondentes em relação às vantagens de se trabalhar com o turismo rural, obteve-se as seguintes respostas, dispostas na tabela 15.

TABELA 15: Vantagens do turismo rural

Vantagens do turismo rural	Frequência	(%)
Ter uma renda melhor e mais segura	72	81,8
Interação e comunicação com o turista	57	64,8
Aquisição de conhecimentos e habilidades	50	56,8
Agregação de valor ao produto e/ou propriedade	29	33,0
Continuar vivendo no campo	25	28,4
Trabalhar próximo de casa	21	23,9
Venda a vista/sem necessidade de atravessador	15	17,0
Ser dono do próprio negócio	12	13,6
O turismo é um trabalho mais leve que o da agricultura	5	5,7
Promoção do desenvolvimento regional	4	4,5

Fonte: Resultados da pesquisa, 2012.

A vantagem citada mais vezes pelos respondentes foi o fato de ter uma renda melhor e mais segura, haja vista que na agricultura a renda seria menor e os riscos maiores, já que se estaria exposto às oscilações da natureza e da economia. As falas dos respondentes ilustram estas questões:

“(…) a gente trabalhava muito em família. Trabalhava com verdura. E verdura, sabe como é que é, tem as fases, né! Uma hora tá bom de preço, outra hora tá ruim de preço. E a gente pegou umas fases meio difícil.” (Respondente 5, nativo, homem, 50 anos)

“(…) é possível morar na roça com dignidade, nessa época que nós entramos (no turismo) já estava todo mundo saindo pra cidade, porque a gente não via mais opção, a gente plantava uma cenoura, vinha a chuva estragava tudo ou senão via o vizinho plantar um monte de repolho e fazia um dinheirão, a gente ia lá enchia a vargem de repolho, moral da historia ninguém comprava, né, você planta uma coisa que já tá cheio e a gente não tinha essa visão de mercado.” (Respondente 8, nativa, mulher, 54 anos)

“É uma coisa mais certa, você vendeu, você colocou seu preço, você atendeu, não é aquela coisa que você planta espera, espera alguém por preço no seu produto.” (Respondente 25, nativa, mulher, 40 anos)

Outra vantagem bastante repetida entre os respondentes foi a comunicação com pessoas e culturas diferentes e a abertura que se estabelecia a partir dessa comunicação:

“Crescimento, o jeito de chegar numa pessoa, a timidez, eu melhorei muito esse lado. Pra mim, pros meninos. Porque ajuda você tomar decisões, o outro tá fazendo outra coisa você tem que resolver. A gente era muito tímido.” (Respondente 12, mulher, nativa, 49 anos)

“Quando tá em contato com a visita fica com a mente mais aberta. (Respondente 29, homem, nativo, 31 anos)”

“Você sai da mesmice, convive com mais pessoas, tem mais contato com as pessoas.” (Respondente 23, mulher, nativa, 51 anos)

“(…) a se socializar com o público, porque às vezes a gente fica aqui na roça, e como é rural a gente fica meio isolado do mundo e como vem mais gente você acaba conversando mais, aprendendo mais, você tá sempre aprendendo alguma coisa.” (Respondente 55, mulher, nativa, 43 anos)

As estatísticas e as falas acima corroboram com as interpretações de Rambaud (1973) acerca das sociedades rurais. Para o autor, uma das características das sociedades rurais era a economia de palavras. Os indivíduos viviam isolados, fechados sobre si mesmos, dado que o trabalho pesado na lavoura e o pouco contato com os de fora, tornava-a uma sociedade do silêncio. O turismo, no entanto, provocaria uma mudança nessa estrutura, permitindo aos habitantes do campo estabelecer uma rede maior de contatos e como consequência permitiria uma maior abertura através da comunicação.

Constatou-se na pesquisa, que o número de turistas por mês variou de 10 a 6000 dependendo do empreendimento, do tempo na atividade e da época do ano, ficando a média em torno de 549,4 turistas por mês, com um desvio-padrão alto de 927,9, e a mediana de 100 turistas por mês. A época do ano de maior movimento era o inverno. Nessa estação do ano a região é tida como um dos lugares preferidos para o lazer por se

valorizar as montanhas, o clima frio e as tradições culturais. Segundo 73,9% dos respondentes o inverno e os feriados eram os períodos de maior movimento.

O perfil dos respondentes, as características das propriedades e da atividade de turismo rural traçadas no presente capítulo subsidiaram as análises realizadas nos próximos capítulos.

CAPÍTULO 6

TRABALHO, ESTUDO E MODOS DE VIDA NAS MONTANHAS CAPIXABAS: as transformações advindas com o turismo rural

A progressiva passagem do trabalho no campo da *bricolage* para o *métier* se constitui no ponto central através do qual se estabelecem todas as outras mudanças em torno dos modos de vida no campo. Esse é o tema central deste capítulo. A fim de realizar essa análise trabalhou-se com as seguintes variáveis: tipos de trabalho realizados pelos gestores de turismo rural, formação, tipos de aprendizagem, escolaridade, renda, consumo e tempo.

6.1 A diversificação produtiva e as combinações de trabalho

A pesquisa de campo nos dois municípios da região serrana do Espírito Santo constatou em 36,4% dos empreendimentos visitados a realização de apenas atividades não agrícolas. No entanto, a maioria, 63,6%, se dedicava a combinação de duas atividades. Nesses empreendimentos turísticos visitados, 40,9% dos respondentes nunca haviam trabalhado antes com a agricultura. Todavia 59,1% vinham de uma trajetória de trabalho na agricultura. Assim, ao estabelecer uma relação cruzada entre essas duas variáveis do estudo, observou-se a seguinte situação:

TABELA 16: Relação entre trajetória na agricultura e tipos de atividades desenvolvidas na propriedade

		Tipos de atividades desenvolvidas na propriedade		Total
		Apenas atividades não agrícolas	Atividades agrícolas e não agrícolas	
O respondente já trabalhou com agricultura/afins	Não	20	16	36
	Sim	12	40	52
Total		32	56	88

Fonte: Resultados da pesquisa, 2012.

Os dados apresentados mostraram que ter uma trajetória de trabalho com a agricultura influenciava na sua manutenção, mesmo mediante o desenvolvimento do turismo rural. Aqueles que não vieram de uma trajetória de trabalho na agricultura se dedicavam mais a trabalhar de forma exclusiva com atividades não agrícolas¹¹. Ainda em relação aos tipos de trabalho desenvolvidos, constatou-se que 44,3% dos respondentes realizavam mais de uma atividade. Dentre estes, 64,1% combinavam o turismo rural com a atividade agrícola. No entanto, também foram citadas outras atividades, a saber: comerciante (7,7%), artesão (ã) (5,1%), consultor (a) (5,2%); professora (5,1%); feirante (2,6%), cozinheira (2,6%), pedagoga (2,6%) e por fim observou-se um caso de tripla atividade (2,6%) em que a empreendedora do turismo era também agricultora e costureira. Percebeu-se também que em 69,2% dos casos essas profissões estavam ligadas ao campo, enquanto que em 30,8% dos casos estavam ligadas a cidade. Percebeu-se, assim, uma tendência a diversificação produtiva do campo.

Em relação às respostas relativas ao desejo de permanecer ou sair do campo. Quando indagados a esse respeito, 97,7% dos respondentes disseram estar satisfeitos com o trabalho voltado para o turismo rural e que não pretendiam abandoná-lo, mesmo considerando-se que a média de horas trabalhadas ficava próxima das 9 horas de trabalho por dia¹². Com relação aos tipos de atividades que desempenhavam no turismo rural, observou-se que a variedade de atividades era grande, dado que os empreendimentos possuíam, em sua maioria, um número pequeno de trabalhadores, ficando o respondente responsável por várias tarefas, como pode ser observado na tabela que se segue:

¹¹ Constatou-se, que 20 dos 36 respondentes que não vieram de uma trajetória de trabalho na agricultura se dedicavam exclusivamente às atividades não agrícolas. Já dos 52 respondentes que vieram de uma trajetória de trabalho agrícola 12 abandonaram a agricultura, enquanto que a maioria (40 respondentes) passou a combinar atividade agrícola com não agrícola. Diante dos resultados obtidos acima realizou o teste de independência do *qui quadrado* que constatou que as variáveis eram dependentes ($p=0,02$) indicando que ter ou não uma trajetória de trabalho na agricultura estava relacionado com o tipo de atividade desenvolvida na propriedade.

¹² A carga horária dedicada ao turismo rural variou de 2 a 16 horas, sendo a média 8,98 horas por dia, com desvio padrão de 3,6, levando-se em consideração os 7 dias da semana. Essa carga horária pode ser considerada alta, quando se leva em conta que eles trabalham também nos finais de semana e feriados.

TABELA 17: Atividades desenvolvidas no turismo rural

Atividades desenvolvidas	(%)
Limpeza	51,1
Embalagem	51,1
Produção	76,1
Atendimento	94,3
Administração e gerência	86,4
Compras	78,4
Venda/comercialização/caixa	86,4

Fonte: Resultados da pesquisa, 2012.

Os dados anteriores mostraram que quando a atividade apresentava maior status e importância existia uma maior tendência dos respondentes a realizarem-na. No entanto, quando as atividades estavam voltadas para a limpeza e a embalagem de produtos essa incidência de realização era menor. Os dados mostraram, ainda, que não havia uma especialização do trabalho, sendo essa uma característica típica, também, do trabalho na agricultura pouco tecnificada. No entanto, diferente da agricultura vinculada ao setor primário da economia, o turismo realizado nas propriedades rurais combina diferentes dimensões econômicas, as quais extrapolam o vínculo com o setor primário da economia, envolvendo, antes, atividades relativas ao setor secundário e terciário da economia, como se percebe com a agroindústria caseira e com a prestação de serviço aos turistas. Assim, através do turismo rural as redes de comunicação e de negociação se ampliam e passam a ser estabelecidas com o mundo exterior de forma direta. Tais aspectos se diferenciam do fechamento na atividade agrícola, na qual muitas vezes o atravessador acabava por se constituir no elo da família rural com o mundo exterior. Com o turismo rural os empreendedores assumem a função de prestadores de serviços turísticos, mas, também, assumem o papel cada vez mais de consumidores de bens e serviços urbanos, diluindo as fronteiras entre o modo de vida no campo e na cidade.

Quando se destaca a passagem do trabalho realizado enquanto *bricolage* para o trabalho realizado como *métier*, o que se quer evidenciar, segundo Rambaud (1973), é que a *bricolage* se caracterizaria por ser uma prática herdada, passada de pai para filho, em que o imprevisto e a falta de precisão eram características marcantes, enquanto que o *métier* exigiria uma formação, uma preparação mais formal. Segundo Rambaud (1973), a *bricolage* se caracterizaria pela adaptação, pela aplicação de técnicas e ferramentas antigas em projetos novos, de forma improvisada. No *métier* a técnica assumiria

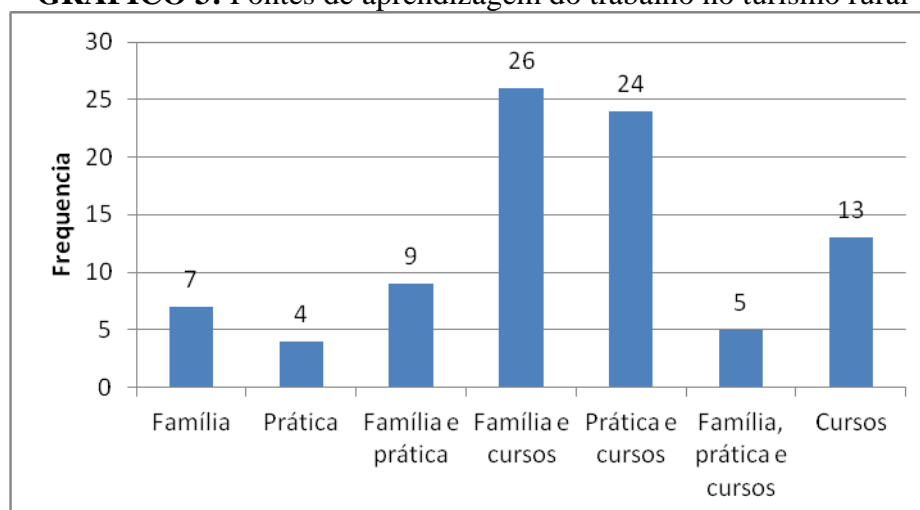
contornos precisos e preditivos em relação aos resultados a serem alcançados, permitindo, inclusive, uma maior segurança em relação aos resultados a serem obtidos e alcançados no futuro. Na pesquisa realizada na serra capixaba, os dados mostraram que as fontes de ensinamento eram muitas, no entanto as que mais prevaleceram foram as formas híbridas de aprendizagem, em que os conhecimentos advindos do saber-fazer passado pela família se combinavam com aqueles adquiridos através também de cursos, como pode ser observado pela tabela 18 e pelo gráfico 3 expostos a seguir:

TABELA 18: Fontes de aprendizagem do trabalho no turismo rural

Fontes de aprendizagem	Porcentagem (%)
Família	8,0
Prática	4,5
Família e prática	10,2
Família e cursos	29,5
Prática e cursos	27,3
Família, prática e cursos	5,7
Cursos	14,8

Fonte: Resultados da pesquisa, 2012.

GRÁFICO 3: Fontes de aprendizagem do trabalho no turismo rural



Fonte: Resultados da pesquisa, 2012.

Assim, se levarmos em conta apenas o tipo de formação obtida, percebe-se que essa sociedade rural está no meio do caminho, no que se refere à passagem de um ao outro, mesclando assim permanências e mudanças. Porém, vale destacar 94,3% dos respondentes disseram ver o seu trabalho no turismo rural como a sua profissão e 95,5% já realizaram algum tipo de curso para trabalhar com o turismo rural. A seguir

apresenta-se a fala de uma empreendedora ao afirmar que o seu trabalho no turismo era uma profissão:

“No momento em que você abre a propriedade, o turista vem e se não tiver aquele *produto* fica ruim. Então eu vejo que eu não posso deixar faltar o produto. Então vira assim a minha profissão.” (Respondente 18, mulher, nativa, 40 anos)

Percebeu-se que para essa gestora a palavra produto tem relação com a exigência de se oferecer algo com qualidade para o turista, sendo essa oferta encarada como exigindo o aprimoramento do seu saber-fazer a fim de que se consiga manter no mercado. Os cursos realizados pelos respondentes variam desde culinária, boas práticas de fabricação, passando por formação de preços, contabilidade e atendimento aos turistas, cursos esses que são oferecidos por órgãos como: INCAPER, SEBRAE, Prefeituras e SENAR. Não houve diferenciação entre os cursos realizados por homens e mulheres, todos passavam pelos mesmos processos de treinamento, o que contraria os resultados de Nogueira (2004) que observou que quando as mulheres do turismo realizavam cursos, esses eram apenas voltados para a culinária e a limpeza, atividades tidas tipicamente como femininas.

Percebeu-se na pesquisa que as atividades desenvolvidas pelas mulheres não se referiam apenas ao âmbito reprodutivo, mas, antes, elas participavam de todas as etapas do processo, e em alguns casos em que o empreendimento tomava proporções maiores, elas passavam a se dedicar apenas às atividades administrativas e financeiras, deixando a cargo de outros as atividades referentes à produção e a limpeza. Essa constatação contraria as abordagens de Boni (2008) e Nogueira (2004). Boni (2008) observou que as atividades não agrícolas não modificavam a posição da mulher na família, pois quando os produtos originados da produção doméstica das mulheres passavam a ter valor comercial, a sua administração passava para as mãos dos homens; já para Nogueira (2004) as atividades do agroturismo eram exercidas na maioria das vezes por mulheres, por se assemelharem ou até mesmo coincidirem com as atividades domésticas.

Ainda segundo Nogueira (2004), quando essas atividades eram desenvolvidas por homens tratava-se de empreendimentos de grande porte, ligados às áreas tidas como masculinas. No entanto, observou-se a presença de homens como chefes de cozinha, enquanto suas esposas cuidavam da parte administrativa. Foram entrevistados, também, homens que trabalhavam com artesanato. Em um caso em especial, a mulher trabalhava na agricultura enquanto o homem era responsável pela confecção dos artesanatos.

Conheceu-se, também, casais em que ambos se dedicavam à produção e à comercialização dos produtos. Outro aspecto a se destacar foi o fato de todos os homens entrevistados terem dito que também iam para a cozinha e para a limpeza. Assim, não se identificou dentro da atividade de turismo uma rígida divisão do trabalho que separasse o trabalho produtivo do reprodutivo e que atribuísse o lugar de cada sexo nessa separação. A fim de constatar se, para além desta flexibilidade na realização das tarefas por ambos os sexos, ocorreram outras mudanças nas práticas de trabalho advindas com o turismo, indagou-se aos entrevistados acerca desse aspecto, obtendo-se as seguintes respostas:

TABELA 19: Mudanças na forma de realizar o trabalho

Mudanças	(%)
Qualidade dos produtos e serviços	81,8
Apresentação/aparência	59,1
Estrutura física	51,1
Técnicas de preparo, ingredientes e medidas	46,6
Máquinas e equipamentos	45,5
Higiene e boas práticas	33,0

Fonte: Resultados da pesquisa, 2012.

Pelo exposto observou-se que ocorreram várias mudanças na forma de fazer as atividades, mudanças essas advindas de uma exigência do mercado e do público consumidor, corroborando assim a idéia de que o trabalho no turismo rural tem adquirido um caráter de *métier*. Abaixo, cita-se alguns relatos dos empreendedores sobre como aconteceram essas mudanças:

“Mudou a estrutura, a gente fazia num fogão a lenha, numa tapagem toda aberta. Hoje a gente já reformou a parte de produção que é toda telada, toda azulejada, e o fogo já não é mais direto, a gente montou uma caldeira pra tá fazendo pra poder ter um pouco mais de higiene na parte da produção (...). A máquina de bater o açúcar também, eu sou bem musculosa assim (mostra os braços) de tanto bater o açúcar no tacho porque você tinha que mexer ele a mão pra poder ele açucarar. Hoje a gente já inventou uma máquina de mexer, então já facilitou um pouco mais também.”(Respondente 1, mulher, 42 anos)

“Nós usamos as mesmas peças de carne, os mesmos invólucros, a mesma pele. A forma de fazer é a mesma, mas a gente foi fazendo alguns ajustes. Por exemplo, antigamente a gente amarrava com embira, que é uma tira de uma árvore, depois era com um barbante muito forte, depois foi com tira de náilon. Aí veio a rede (...) e hoje a gente já faz com rede. (...) A questão do sal, antigamente não pesava, a minha mãe botava na mão, via e dava sempre certo. Mas pra mim eu já uso o peso, balança, cálculo e é aquilo, tenho certeza que vai ficar bom e é por aí. (...) também uso o ar condicionado por causa da mudança do tempo, antigamente era mais frio não precisava.” (Respondente 6, mulher 64 anos)

“Mudou a carne, porque eles (os nonnos) faziam com a carne do pescoço do suíno, essa carne é muito fibrosa e gordurosa e nós mudamos porque nós percebemos que os turistas que passavam queriam pra tira gosto e esse socol dos nossos *nonnos*, eles usavam como comida principal, pra mesa mesmo, eles davam até um nome, era sagrado. Pra você entender eles faziam o socol no início do ano, toda família descendente de italiano daqui tem filhos padres ou freiras, eles não tinham dinheiro pra comprar presente, eles presenteavam com socol quando eles vinham, todo ano eles vinham passear, então eles tinham o socol como uma coisa sagrada. No entanto, se alguém comesse fora de hora, fora de hora assim pra tira gosto, era motivo de briga. Por isso que nós mudamos, porque eles usavam então essa parte do porco ali e quando nós começamos a oferecer pro turista e eles falavam era muito gostoso porém tinha muita gordura, aí nos tínhamos que ter uma opção e nós fomos pro lombinho. Mas conservando o mesmo jeito de fazer, aquela mesma pelinha que é o peritônio do porco que envolve, o mesmo tempo de cura que é de 4 a 6 meses, o tempero também.” (Respondente 8, mulher, 54 anos)

“(…) esse cesto aí (aponta o dedo para o cesto) é do meu pai, ele que fazia. O meu sobrinho mais velho apreendeu com o papai. Porém o papai você pode ver, ele aproveitava esses arames velhos, porque italiano tinha muito desse negócio de aproveitar. Ele ia lá onde o moço mexia com cabo de energia, pegava esses arames, vinha a pé e ele aproveitava tudo. Mas o meu sobrinho já usa só taquara, ele é mais técnico.”(Respondente 2, mulher, nativa, 61 anos)

Assim, no primeiro relato notou-se como o uso da tecnologia e de equipamentos veio para facilitar o trabalho. No segundo relato faz-se também alusão ao uso de equipamentos, como o ar condicionado, devido às mudanças no clima. Citou-se, também, a mudança em torno do uso de medidas e pesos, que segundo Candido (1964) revela uma racionalização da vida material. No terceiro relato, foram citadas as mudanças em torno de um dos alimentos mais típicos da região e que atrai também a curiosidade do turista, o socol. De acordo com a respondente 8 o alimento passou por uma série de mudanças devido às mudanças na sua própria função, de alimento sagrado dentro da cultura rural tradicional, o socol passou a ser um tira gosto para os turistas e assim acabou tendo que se adaptar as exigências dos mesmos. Por fim, no último relato, cita-se a substituição da idéia de adaptação do cesto, que antes era confeccionado a partir de restos de materiais que tinham outra finalidade principal, mas que eram reaproveitados no feitiço do cesto. Atualmente, utiliza-se o material “adequado” para o acabamento do cesto.

Um aspecto citado pela respondente “1” merece destaque. Refere-se à capacidade de invenção dos rurais. Presenciou-se durante a realização da pesquisa quatro casos em que os respondentes disseram ter inventado algum tipo de máquina ou equipamento em função das especificidades dos trabalhos que executavam, estando essas invenções muito ligadas à inteligência prática dos rurais e às necessidades

impostas pelo trabalho no dia a dia, mostrando assim a permanência de formas de *bricolage*. Entre as invenções estavam: uma máquina de peneirar o fubá; uma máquina de prensar aipim; uma máquina de ferver caldo de cana a partir de um motor de carro (Figura 13); uma bateadeira para mexer o açúcar adaptado de uma betoneira (figura 14) uma porta de correr (figura 15):

FIGURA 13: Máquina de ferver caldo



Fonte: Resultados da pesquisa, 2012.

FIGURA 14: Bateadeira de açúcar



Fonte: Resultados da Pesquisa, 2012.

FIGURA 15: Porta de correr



Fonte: Resultados da Pesquisa, 2012.

As falas que se seguem ilustram este caráter inventivo face às necessidades sentidas:

“(…) hoje existe máquinas pra pequenas indústrias, mas para uma quantidade (produção) um pouco maior e acaba ficando um pouco caro, aí o que a gente consegue vai inventado. Dá aquele jeitinho, dá uma porrada pra lá, uma batidinha pra cá.” (Respondente 1, mulher, nativa, 42 anos)

“(...) as máquinas fui eu que desenvolvi também. Uma máquina pra *banar* (peneirar) fubá. A gente acaba copiando alguma coisa dos outros. Eu fui no Rio Grande do Sul, vi uma lá. Cheguei aqui e fiz a minha. Fiz também uma máquina de misturar o aipim cozido. Compra os materiais em ferro velho. Porque na verdade a gente trabalha tanto, o trabalho da gente é tão cansativo que se a gente não inventar nada pra facilitar fica difícil. Essa do aipim é tudo em inox. Eu imagino na cabeça e vou fazendo.”(Respondente 5, homem, nativo,50 anos)

De acordo com Rambaud (1973) os rurais distinguem saber de cultura. O saber está ligado a capacidade de “pensar bem”, de refletir. E nesse ponto, eles mesmos se reconhecem superiores, mais “espertos”, que os citadinos, devido ao seu espírito criador diante de situações complexas que os obriga a resolver por eles mesmos vários problemas, enquanto que os citadinos têm certa passividade procurando soluções fáceis para as dificuldades cotidianas. Mas se a *bricolage* se constituía em um fator de permanência nas práticas cotidianas dos empreendedores de turismo rural, outros aspectos foram introduzidos ou incrementados, como as práticas associativas.

A participação em associações e sindicatos ligados ao trabalho constituiu-se em mais um indicador do processo de transformação das práticas de trabalho dos empreendedores de atividades relacionadas ao turismo rural. As associações voluntárias, fundadas na busca de interesses comuns, foram originalmente fundadas nas cidades, como afirma Wirth (1979). Assim, a participação dos empreendedores de turismo rural em associações, sindicatos e cooperativas pode ser tomado como um indicativo de abertura para práticas típicas do processo de transformação da sociedade rural. A tabela que se segue apresenta um panorama da participação dos mesmos nestas instituições coletivas:

TABELA 20: Participação em sindicatos, associações e cooperativas

Tipo de organização	Porcentagem (%)
Associações e/ou grupos de turismo rural	89,8
Sindicato de produtor e/ou trabalhador rural	38,6
Cooperativa de crédito	27,3
Grupos de Igreja/oração	26,1
Cooperativa e/ou associação agrícola	18,2
Sindicato e/ou associação ligadas ao tipo de atividade que desenvolvem no turismo	11,4
Associação de moradores	4,5
Associações/grupos de mulheres	2,3

Fonte: Resultados da pesquisa, 2012.

Observou-se que todas as associações, sindicatos e cooperativas, exceto os grupos de oração que sempre estiveram presentes na cultura rural, estão fundados na busca de interesses comuns, que se estabelecem independentemente dos laços de parentesco ou amizade e tinham como foco a melhora na produtividade e qualidade do trabalho.

Ademais a participação feminina nesses tipos de associações representa um avanço para as mulheres rurais que historicamente, em contextos agrícolas, sempre foram excluídas das instâncias coletivas de participação e decisão.

6.2 Entre a escola e o trabalho

A escolaridade da população rural é um dos quesitos importantes na mensuração do processo de transformação da sociedade rural. De acordo com Rambaud (1973) a população que vive no campo, ou pelo menos parte dela, está mais ciente da importância do estudo na sociedade contemporânea. Na presente pesquisa constatou-se que o número de anos de estudo variaram entre 4 e 21 anos, ficando a média em 10,32 anos. A maioria dos respondentes (35,2%) possuía o ensino médio completo, outros 21,6% possuíam o ensino fundamental incompleto, como pode ser observado na tabela que se segue:

TABELA 21: Nível de escolaridade dos respondentes

Nível de escolaridade	Porcentagem (%)
Ensino fundamental incompleto	21,6
Ensino fundamental completo	10,2
Ensino médio incompleto	3,4
Ensino médio completo	35,2
Ensino técnico incompleto	6,8
Ensino técnico completo	5,7
Ensino superior incompleto	1,1
Ensino superior completo	9,1
Pós-graduação especialização	5,7
Pós-graduação doutorado	1,1
Total	100,0

Fonte: Resultados da pesquisa, 2012.

No que diz respeito, especificamente, ao tipo de formação, observou-se que 5,7% dos entrevistados tinham ensino técnico em: edificações, turismo rural,

agropecuária, contabilidade e enfermagem; 15,9% tinham formação superior em: economia, ciências contábeis, pedagogia, turismo, farmácia, educação física, letras, direito e engenharia. De acordo com Rambaud (1973) a formação dos habitantes do campo no nível técnico e superior ampliaria a possibilidade de mobilidade social, cultural e espacial dos mesmos. No entanto, existiriam fatores culturais autóctones que contribuiriam para reduzir o seu nível de escolaridade, tais como: a falta de “paciência” dos mesmos para esperar o tempo necessário para o término de uma formação superior; bem como a grande importância que essa sociedade atribuiria ao trabalho, fazendo com que os indivíduos começassem a trabalhar muito cedo. No caso da pesquisa, a idade com a qual o respondente começou a trabalhar variou entre 5 e 36 anos, sendo a média de 11,5 anos. Para exemplificar essa cultura do trabalho como elemento central e importante para a população que vive no campo, cita-se abaixo o relato de um casal de empreendedores do turismo rural que sempre trabalharam na agricultura falando sobre a lei que proíbe, atualmente, as crianças de trabalharem:

“Marido: “eu acho que a lei hoje tá muito errada. Proibir criança de aprender! Eu já vi família que segue rigorosamente a lei, um rapaz, uma moça tá com 18 ano num sabe nem lavá um prato.” Esposa: “por exemplo, nossos filhos, eles estudam, eles brincam, eles tem as obrigações deles desde criança, tem que ter obrigação pra crescer um adulto com compromisso, responsabilidade, caráter, é desde criança.” Marido: “Não, assim, quando eu era pequeno eu trabalhava direto, eu não tinha folga, só domingo brincava. Contava as horas pra chegar domingo ou a hora que chegava em casa a noite, ia brincar um poquinho.”” (Questionário 13, nativos, pluriativos, homem 40 anos, mulher 39 anos)

Um segundo casal de empreendedores do turismo rural que também vinha de uma trajetória de trabalho agrícola manifestou a sua indignação contra a atual legislação que proibia as crianças de trabalharem, defendendo a importância do trabalho para a formação moral de uma pessoa:

“Marido: “Quando criança a gente tinha que fazer alguma coisa, capiná o quintal, catar frutas pros animais. Eles (os mais velhos) não deixavam a gente na folga não. Não é igual hoje que só pode trabalhar depois que tá maconhado, porque se botasse trabalho neles, as criança não iam atrás disso (drogas). Então é muito triste isso daí, né. Faz umas leis eu acho, absurdas e depois quem trabalha é que tem que pagar né. Tanto trabalho que a pessoa poderia aprender.” Esposa: “e depois com 16 anos, você acha que uma pessoa que nunca trabalhou vai querer trabalhar?” Marido: “aquele que quer fazer, que recebeu uma idoneidade, né, esse vai pra frente, agora aquele que não aprendeu fica aí no cabide de emprego porque não consegue fazer por conta própria.” (Questionário 9, nativos, pluriativos, homem 68 anos, mulher 66 anos)

Na fala destacou-se também certa aversão do agricultor pluriativo em relação ao trabalho assalariado, denominado por ele de *cabide de emprego*, essa opinião ilustra

bem uma racionalidade rural em que o trabalho por conta própria é o mais desejável e ocupa lugar de destaque, já que a noção de assalariamento é de origem urbana e pressupõe a existência de um patrão e de um tempo de trabalho rígido, contrários a noção de autonomia típica do modo de vida rural.

Ao se utilizar a correlação de Pearson, a fim de mensurar a existência de correlação entre anos de estudo e idade com que a pessoa começou a trabalhar percebeu-se que existia correlação entre elas e que ela era positiva, ou seja, quanto maior a escolaridade, maior a idade com que o respondente começou a trabalhar e vice-versa. Ainda, quanto à idade com que começou a trabalhar, os respondentes que não trabalharam com agricultura começaram a trabalhar com a média de 14, 61 anos, já os que já haviam trabalhado com a agricultura apresentaram uma média de 9,35 anos¹³. Essa condição pareceu se agravar quando dizia respeito à escolarização das mulheres rurais. Essas como eram vistas apenas através de seu papel de mãe e esposa, na maioria das vezes, eram liberadas e até mesmo proibidas de continuar os estudos, fator observado no relato de algumas mulheres que compuseram a amostra:

“Eu estudei muito pouquinho, quase nada. Eu não passei do primeiro ano. Aí eu fui crescendo, eu cresci muito rápido, eu lembro sempre que meu pai falou assim: Você precisava estudar um pouco, mas você tá aí uma moçona, andar pelo caminho é feio. Naquele tempo era feio. Não esqueci nunca disso.” (Depoimento 1, agricultora aposentada, 79 anos)

“(…) quando eu era criança eu tinha muita vontade de estudar, mas infelizmente eu não pude, meus pais não deixaram. Era meu sonho, eu pedi até minha professora quando eu terminei a quarta série pra pedir o papai, mas ele não deixou eu estudar. Eu chorei muito, eu queria ser professora de matemática. Aí depois casei veio os filhos, mas não me arrependo não, eu fui uma boa mãe, meus filhos são adultos, bem casados, centrados.” (Respondente 84, mulher, agricultora, 55 anos)

“(…) tudo era muito fechado naquela época. Você vê no tempo que eu trabalhava em casa, eu sou a filha mais velha da casa e a minha mãe me tirou da aula porque não tinha quem ajudava com aquele monte de criança que ela tinha. Eu estudava, eu tinha notas boas e tudo, mas eu não pude continuar a estudar. E meu pai sempre tomou conta daquilo. Eu acho assim que são muito machistas, eram, né. A mulher era muito sacrificada, não tinha essa abertura que tem agora. (Questionário 9, mulher, nativa 66 anos)

¹³ A fim de saber se as médias eram estatisticamente diferentes, realizou-se o teste T para as duas amostras independentes, entre os que trabalharam e os que não trabalharam com agricultura. Assumindo - se que as variâncias não eram iguais ($p = 0,018$), percebeu-se que as médias das idades entre a população que trabalhou e que não trabalhou na agricultura eram diferentes. Portanto, pode-se dizer que a média da idade com que se começou a trabalhar com agricultura era estatisticamente menor do que a da população que não trabalhou, ou seja, os que já trabalharam com agricultura começaram a trabalhar mais cedo do que os outros, afirmando assim novamente o poder do trabalho na sociedade rural agrícola.

“Eu gostaria muito de ter estudado, mas como eu era a mais velha da família tinha que ficar em casa, deixar de estudar pra poder criar meus irmãos.”
(Respondente 25, mulher, nativa, 40 anos)

Em todos os casos fez-se referência à figura paterna, que enquanto provedor da família e da unidade produtiva decidia sobre o destino e o papel de cada membro da família, sendo que às mulheres, não cabia outra alternativa, a não ser aceitar o destino *natural* de suas vidas de se tornarem mães e esposas de agricultores. Assim, começavam desde cedo a ajudar a mãe nas tarefas domésticas e a cuidar dos irmãos mais novos.

6.3 Do trabalho pela subsistência ao trabalho pelo lucro e pelo consumo: o poder do dinheiro

Partindo da questão da produção para a subsistência, verificou-se que na grande maioria das propriedades (79,5%) até existia produção para o autoconsumo. No entanto, essa produção era pequena, dado que aproximadamente 80% das propriedades compravam mais de 50% dos alimentos que consumia fora da propriedade, como pode se observar na tabela 22:

TABELA 22: Porcentagem de alimentos comprados fora da propriedade

Alimentos comprados fora	Frequência	(%)
Menos de 25%	5	5,7
De 26 a 50%	13	14,8
De 51 a 75%	7	8,0
Mais de 76%	23	26,1
Quase 100%	22	25,0
100%	18	20,45
Total	88	100,0

Fonte: Resultados da pesquisa, 2012.

A constatação de que na maioria dos empreendimentos a maior parte dos alimentos era comprada fora, corrobora Candido (1964), que ao estudar as mudanças nos modos de vida do caipira paulista diante da urbanização descreveu que os bens de consumo antes produzidos em nível doméstico passavam cada vez mais a serem substituídos por itens comprados fora da propriedade. Esse fator por sua vez também contribuiria para a diminuição dos encargos femininos na propriedade, dado que segundo a literatura, a mulher se constituiria na principal responsável pelas atividades ligadas à subsistência e ao autoconsumo.

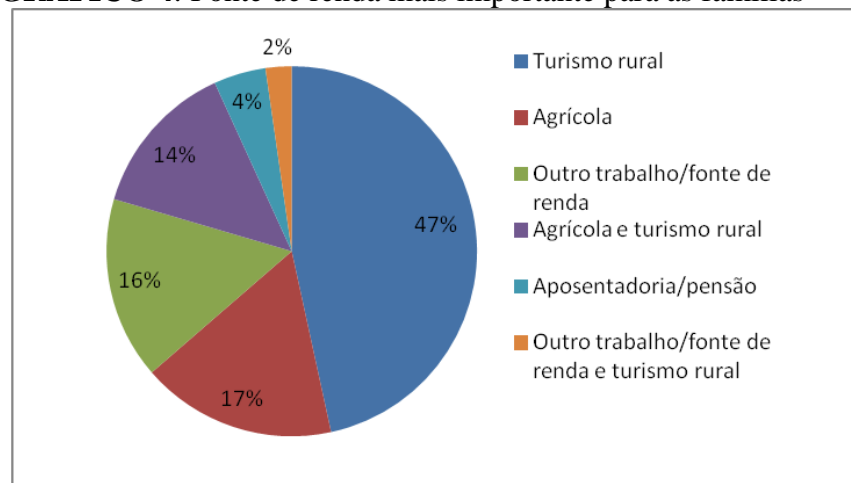
Já quando se considera a variável renda, essa, de acordo com Rambaud (1973), ganharia cada vez mais importância numa sociedade em processo urbanização, em que as relações produtivas se monetarizam. O trabalho para subsistência vai aos poucos sendo substituído pelo trabalho com segurança de ganho, ou seja, assalariado. Esse aspecto do processo de transformação das relações sociais no campo pode ser claramente vislumbrado na fala de uma empreendedora do turismo rural: *“Nosso meio de vida, hoje é muito melhor do que era antigamente, hoje todo dia você vê dinheiro”* (Respondente 10, nativa, mulher, 41 anos).

Para Candido (1964) com a modernidade os bens de consumo se tornaram cada vez mais obtidos através da compra, substituindo a produção realizada no nível doméstico. Dessa forma, de uma fase em que o dinheiro era quase ausente, sucedeu outra, em que esse assumiu caráter cada vez mais poderoso, pelo incremento da compra e da venda. Essa mudança pode ser compreendida melhor através do depoimento de uma agricultora aposentada que descreveu o tempo de antigamente, em termos de produção:

“Só comprava açúcar, trigo e arroz, o resto era tudo feito em casa: fazia biscoito, broa. Pra 11 filhos precisava fazer muito né? A gente comprava trigo a saco, não era a quilo não. Porque até que ia na cidade comprar mais, tinha que comprar um saco. Era difícil porque não se tinha dinheiro e se tinha que fazer tudo.” (Depoimento 1, agricultora aposentada, 71 anos)

A pesquisa constatou, como tantas outras, que a monetarização era uma constante nas relações estabelecidas pelas famílias que trabalhavam com atividades relacionadas ao turismo rural. Assim, quanto à renda mensal total das 87 famílias que a declararam, esta variou de R\$1.000,00 a R\$25.000,00 reais, ficando a média em torno de R\$5.180,00. Considerando-se todas as fontes de renda constatou-se que 18,2% dos respondentes declararam ter renda advinda de aposentadoria e/ou pensão, 57,7% declararam possuir renda advinda da agricultura e 37,5% declararam obter renda através de outro trabalho ou fonte de renda exterior a propriedade. Quanto à fonte de renda mais importante para a família observou-se a situação exposta pelo gráfico 4.

GRÁFICO 4: Fonte de renda mais importante para as famílias



Fonte: Resultados da pesquisa, 2012.

Para 47% dos respondentes a renda mais importante era o turismo rural, enquanto que 17% dos respondentes ainda têm como a atividade mais importante a agricultura, mas para 14% da amostra o turismo rural e a atividade agrícola quando combinadas eram ambas atividades mais importantes da propriedade, para outros 16% dos respondentes a renda mais importante era a de outro trabalho ou fonte de renda. Ainda em relação à renda mensal aferida apenas com a atividade de turismo rural esta variou de R\$124,00 a R\$17.500,00 reais, ficando a média em torno de R\$2782,50 reais, como se observa pela tabela 23 que segue:

TABELA 23: Renda familiar total e do advinda do turismo rural

Renda	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-padrão
Renda mensal familiar	1000	25000	5180,00	4856,319
Renda mensal do turismo rural	124	17500	2782,49	3147,026

Fonte: Resultados da pesquisa, 2012.

Passando a questões subjetivas relativas à renda advindas das atividades relativas ao turismo rural, perguntou-se aos respondentes se a renda familiar havia melhorado com a inserção da família no turismo rural, tomando-se como referência de mensuração uma escala likert de 1 a 5, em que o 1 era piorou muito e o 5 melhorou muito. Assim, 9,1% dos respondentes disseram que a renda não melhorou, nem piorou; 30,7% disseram que a renda melhorou parcialmente e 60,2% disseram que a renda melhorou muito. Quando a mesma pergunta foi feita em relação à qualidade de vida, 2,3% dos respondentes disseram que piorou parcialmente, 4,5% que não melhorou, nem piorou; 27,3% que melhorou parcialmente e 60,2% que melhorou muito. Os 2,3% que

disseram que a qualidade de vida piorou parcialmente, justificaram a resposta em função de ter quer trabalhar nos finais de semana.

Observou-se, ainda, que o turismo rural, dentro da realidade estudada deixou de ser considerado uma atividade de cunho acessório, visto apenas como complementar à agricultura, contrariando o que foi observado em outros estudos sobre turismo rural no país, como os de Nogueira (2004) e Lunardi (2006). Outra diferença encontrada pela presente pesquisa em relação a das autoras anteriormente citadas, se refere ao fato de que nas situações por elas estudadas as mulheres que trabalhavam com turismo rural não conseguiram galgar maiores níveis de autonomia através da atividade, e desse ter permanecido como uma atividade acessória e de menor valor social dentro da propriedade, ficando sob a responsabilidade da mulher. Diferentemente, nessa pesquisa observou-se que o turismo não era considerado como uma atividade complementar e inferior à agricultura, e que ele era gerido, na maioria das vezes, pelas mulheres.

Também vale destacar que o fato da maior parte dos respondentes terem elegido a renda do turismo como a mais importante pode ter sido, no caso daqueles respondentes que trabalhavam também com a agricultura, em decorrência do turismo rural ter contribuído para estabelecer os preços dos produtos agrícolas independente das oscilações do mercado. Esses eram vendidos dentro das propriedades para os turistas, bem como em feiras semanais de agroturismo, que elevavam consideravelmente a renda familiar. Esse papel de centralidade e importância do turismo rural foi destacado na fala de uma gestora:

“(...)a agricultura pára e o turismo continua. A agricultura é muito instável. Tá muito difícil você falar eu vivo de agricultura. Não vive, gente! Tá muito difícil.” (Respondente 12, mulher, nativa, 49 anos)

Quanto ao destino que as famílias davam ao dinheiro proveniente do trabalho com o turismo rural, observou-se a situação disposta na tabela 24.

TABELA 24: Destino do dinheiro adquirido com o trabalho no turismo rural

Destino do dinheiro do turismo	Porcentagem (%)
Despesas de casa	79,5
Itens pessoais	72,7
Investimentos na atividade e na propriedade	67,0
Educação e despesas com os filhos	53,4
Compra de eletrodomésticos e móveis	28,4
Poupança	19,3
Pagamento de financiamento	15,9
Saúde	13,6

Fonte: Resultados da pesquisa, 2012.

Os dados apresentados anteriormente nos permitem visualizar uma situação típica de pluriatividade, segundo a compreensão que dela tem a pesquisadora Maria José Carneiro. Segundo Carneiro (2006), a pluriatividade não se caracterizaria pela combinação de atividades agrícolas e não agrícolas, que se constituiria em um fenômeno antigo e típico de sociedades rurais. Antes, a pluriatividade se caracterizaria por um cenário típico de sociedades rurais marcadas pela diversificação econômica e por uma aplicação de recursos não agrícolas na propriedade, como a tabela anterior demonstra, com os 67% dos respondentes que afirmaram investir a renda auferida das atividades turísticas na propriedade. Assim, a pluriatividade antes de se constituir em um fenômeno que apontaria para a vulnerabilidade da propriedade, apontaria, sim, para o fato de ela estar imersa em um ciclo virtuoso. Apresenta-se, a seguir a fala de duas mulheres empreendedoras do turismo rural, que ilustram a situação de prosperidade advinda com a pluriatividade da sua propriedade:

“(...) banco o meu filho na faculdade, se não fosse o agroturismo eu não teria condições de estudar meu filho, porque na faculdade ele não pode esperar, ele precisa de dinheiro. E na lavoura o dinheiro é só uma vez por ano.”
(Respondente 25, mulher, 40 anos)

“Eu nunca tive assim muitas ambições, não aprendi a ser ambiciosa. Mas nós compramos um carro. No mais pra minha casa, uma televisão, um computador. Roupas e estudos para os filhos. Pra mim assim tem um ano que eu comecei a fazer unha, que antes eu não fazia, fazer unha, pintar cabelo, assim sempre que precisa. Comecei fazer agora, por exemplo, umas massagens. Meu marido faz academia. Antes nós não podia fazer isso, nós não tinha dinheiro pra fazer isso. Então, entendeu? São pequenas coisas. Agora que eu comecei a fazer a drenagem linfática, coisa que pros outros é comum, mas eu não sabia o que era isso, marquei agora até o fim do ano, pagar pra alguém mexer no meu corpo. Gosto de comprar um vestidinho. Quando tem um casamento vou no salão, compro roupa, compro sapato. E fico feliz que eu posso realizar alguma coisa com o dinheiro daqui.”(Respondente 8, nativa, mulher, 54 anos)

De acordo com Candido (1964) essas mudanças seriam comuns em um campo em transformação, já que com a introdução do dinheiro e a partir do contato com os citadinos se criariam novas necessidades que antes eram pouco conhecidas, ou mesmo desconhecidas pelos habitantes do campo, como é o caso da massagem citada pela respondente 8. Ademais se observou que essas mulheres do turismo rural possuíam liberdade para gastar o dinheiro com o que quisessem, sem ter que pedir dinheiro aos seus maridos, mesmo nos casos em que relataram que a renda não era dividida, afirmaram que possuíam liberdade para pegar o dinheiro e gastar com o que julgassem necessário, dentro dos limites financeiros da família. Realidade essa exemplificada pelo relato que se segue, em que uma das mulheres envolvidas no turismo rural afirma que foi a necessidade de ter uma renda que a motivou a iniciar a atividade:

“Surgiu da necessidade da gente mulher ter o próprio dinheirinho da gente. A gente assim ajudava o marido na roça, ou lá no gado né, fazia queijo e tudo, mas na hora do dinheiro, então aquele dinheirinho acabava voltando lá pra roça de novo. Você me entende? A gente como mulher sempre tem que ter as linhas pra fazer os bordados da gente, um batom, um shampoo, depois vem as crianças que quer sempre uma roupa diferente. E aí você tinha que ir lá (pedir o marido). Não que os homens sejam ruins, mas sempre você tinha que ir lá, hoje eu preciso disso, amanhã eu preciso daquilo. Essa que foi a necessidade (...) poder ganhar o meu dinheiro aqui dentro, com que a gente tem, agregar valor também nos produtos que a gente colhe. (Respondente 18, mulher, nativa, 40 anos)

Pela fala anterior observou-se que o trabalho no turismo tem possibilitado a conquista de maior independência econômica por parte das mulheres rurais. Outro fator que vem modificando os modos de vida dentro de casa e a forma de realização das tarefas domésticas são os eletrodomésticos e o acesso à infraestrutura básica.

Quanto à posse de alguns bens e serviços que eram originalmente considerados como citadinos, observou-se que itens e serviços como: energia elétrica, água encanada, fogão a gás, geladeira, máquina de lavar e/ou tanquinho, televisão estavam presente em 100% das propriedades. Quanto à posse de computador, 86,4% dos respondentes disseram possuir computador em casa. Quanto ao tipo de fogão mais utilizado no domicílio, em 65,9% dos casos o que predominava era o fogão a gás e em 19,3% combina-se o uso de fogão a lenha e fogão a gás, enquanto que apenas 14,8% dos respondentes utilizavam principalmente o fogão à lenha, mesmo tendo o fogão a gás em casa. As falas a seguir ilustram a questão do uso do fogão:

“É porque tem muito pouca gente, né. Tem o fogão a lenha aí, mas a gente nem usa mais. Antigamente a gente usava muito né, porque tinha a serpentina pra aquecer a água, principalmente antes da energia, porque a energia ela

veio pra cá em 70. Porque não tinha rede de energia, né.” (Respondente 9, homem, nativo, 68 anos)

“(…) pra quem é acostumada no fogão à lenha é difícil. Sem fogão à lenha eu não fico, sem fogão a lenha pra mim não é cozinha, não posso morar em apartamento, né (risada). Os meninos (filhos) ri de mim, eles fala: “mãe, não faz fogão mais, a senhora tá velha mãe, porque a senhora vai fazer fogão à lenha?”. Mas é uma delícia né, pra você fazer um doce, é outra coisa” (Respondente 6, mulher, nativa, 74 anos)

“Sou prática. Essa geração do fogão a lenha ficou pra traz. Eu amo de paixão, mas no dia a dia não dá tempo não. Não sei se é o jeito da casa também, como é que você coloca um fogão á lenha aqui dentro.” (Respondente 12, mulher, nativa, 49 anos)

Percebeu-se assim, através do uso ou não uso do fogão a lenha a coexistência de fatores de mudanças e permanências em termos dos modos de vida. Outro fator impactante nos modos de vida no campo está relacionado à acessibilidade aos meios de transporte. O automóvel se constituiu em 94,3% dos casos no principal meio de locomoção utilizado pela família, seguido da moto (3,4%) e do ônibus (2,3%). Os meios de locomoção tradicionais como charrete e cavalo, ou mesmo a falta de meios de transporte, não foram citados uma única vez. O acesso às TICs se constitui, sem dúvida, em um dos principais fatores de impacto sobre os modos de vida. No que se refere ao acesso às tecnologias de comunicação observou-se que 76,1% dos respondentes possuíam telefone fixo, 98,9% possuíam celular e 78,4% possuíam internet em casa:

“Eu gosto do lugar que eu moro. Aqui tem conforto, tem de tudo, até internet hoje já tem. Hoje em dia você não vive sem o celular. Você fica perdida se você não tiver em contato com alguém.” (Respondente 19, mulher, nativa, 42 anos)

“A vida aqui é mais tranqüila e não é tão difícil igual o pessoal fala, aqui você tem acesso também.” (Respondente 73, mulher, nativa, 20 anos)

Esse acesso da população que vive no campo a bens e serviços produzidos na cidade se constitui em um dos mais expressivos retratos da transformação dos modos de vida no campo, esse acesso se traduz de acordo com Wanderley (2009) e Rambaud (1973) em termos de *paridade social e econômica* entre habitantes do campo e da cidade. De acordo com Rambaud (1973) essa paridade seria fruto, em parte, da integração da sociedade rural à economia e sociedade global.

No entanto, essa integração não se estabelecerá de forma uniforme no campo, já que existiriam desigualdades e diferenciação entre os grupos sociais que habitam o campo. Ou seja, para Rambaud (1973) a diferença entre os grupos sociais que habitam o campo seriam mais importantes e viriam antes mesmo da própria dicotomia campo e

cidade. Nesse sentido, vale destacar que nesse estudo se retrata dois grupos diferenciados: um que combina atividade agrícola com o turismo e o outro que se dedica apenas ao turismo rural ou ao turismo e alguma outra atividade não agrícola. Portanto, seria de se esperar que entre estes grupos se manifestassem nuances diferentes em termos dos modos de vida.

6.4 A lógica do *mais ou menos* e o poder da previsão

Outro indicador utilizado para mensurar as mudanças nos modos de vida no campo se refere ao uso da contabilidade na condução dos empreendimentos de turismo rural. De acordo com a teoria, a realização da contabilidade do negócio indicaria mudança de mentalidade. Nesse sentido, observou-se que 61,4% dos empreendimentos realizavam a contabilidade, enquanto que 29,5% disseram fazer a contabilidade *mais ou menos*, ou seja, a contabilidade era feita, mas não de forma precisa. Segundo Rambaud (1973), esse *mais ou menos* expressaria um conhecimento aproximativo, tipicamente rural, tal como os 9,1% que declararam não ter qualquer controle, ou fazer qualquer contabilidade do negócio. Os motivos que levaram os respondentes a realizarem a contabilidade do negócio, a realizarem *mais ou menos*, ou a não realizarem estão destacados nas tabelas dispostas a seguir:

TABELA 25: Motivos que levaram os empreendedores realizar a contabilidade do negócio

Motivos que levam a fazer a contabilidade	Frequência
Saber se está tendo lucro	22
Ter um controle	22
Ter uma noção exata de como está o negócio	3
Necessidade de ter um parâmetro	2
Aprendeu nos cursos	1
Gerenciar melhor a propriedade	1
Obrigações enquanto empresa	1
Saber o que tem que melhorar	1
Ver se o trabalho está valendo a pena	1
Total	54

Fonte: Resultados da pesquisa, 2012.

De uma forma geral, todos os motivos citados apontam para o reconhecimento da utilidade do controle. As motivações indicariam, assim, uma mentalidade em que não existiria mais o medo de calcular. Isso se daria de acordo com Rambaud (1973) porque

a produção deixaria de ser apenas para a subsistência e passaria a adquirir uma conotação econômica, de lucro. Para Candido (1964) a necessidade de compra e venda cada vez maior exigiria a construção desse orçamento.

TABELA 26: Motivos pelos quais os respondentes realizam a contabilidade *mais ou menos*

Motivos	Frequência
Falta de hábito	17
Não vale a pena anotar pouca coisa	2
Ter uma base em relação ao ano anterior	2
Dificuldade de separar a despesa da casa com a do turismo	1
Falta de tempo	1
Medo de desanimar	1
Ter um controle	1
Total	25

Fonte: Resultados da pesquisa, 2012.

TABELA 27: Motivos pelos quais os empreendedores não realizam a contabilidade

Motivos	Frequência
Falta de tempo	2
Não vale a pena anotar pouca coisa	2
Nunca deram importância	2
Dificuldade de separar a agricultura do turismo	1
Falta de hábito	1
Medo de desanimar	1
Total	9

Fonte: Resultados da pesquisa, 2012.

De acordo com Candido (1964) a necessidade da construção de um orçamento seria algo imposto pelas transformações da sociedade e representaria uma situação diferente para o homem do campo, já que como os bens seriam produzidos em casa e haveria poucas trocas essa situação condicionaria os habitantes do campo a um comportamento econômico instintivo em que o cálculo, no sentido restrito do termo, quase não existiria. Assim, compreendem-se melhor as justificativas dos 29,5% dos empreendedores que relataram realizarem a contabilidade *mais ou menos* e dos 9,1% que nunca a realizavam, em função da falta de hábito, da falta de tempo, do medo de desanimar, da dificuldade de separar o dinheiro, como se pode observar nas falas que se seguem:

“(…) é muito difícil (fazer a contabilidade), já tentei fazer umas três vezes, eu sou muito ruim pra mexer com isso (...) Eu não tenho tempo, tem tanto trem pra você olhar e mexer não sei nem que hora você vai parar pra fazer a contabilidade. Tem um ditado que fala *quem trabalha muito não tem tempo de ganhar dinheiro*. Mas a gente tem que tá de frente, não tem jeito” (Questionário 83, homem, nativo, 43 anos)

“(…) não adianta ir atrás de pouca coisa. Se a gente for olhar fica maluco. Faz assim um gasto geral com a comida, gasolina, óleo pro trator. Esses gastos assim. Mas se for pra falar assim quanto custa uma saca de café, fica difícil porque é muita coisa pequena que você tem que anotar. Porque se é uma propriedade grande que a pessoa trabalha com empregado, com máquina, aí é muito mais fácil. Agora aqui é mais difícil. A gente anota assim mais superficial né, porque é difícil separar. (...) e no final se você fica anotando tudo essas coisas a gente fica sem saber o que fazer, no final a gente fica doido e não faz nada.”(Respondente 9, homem, nativo, 68 anos)

Assim, a partir das justificativas apresentadas pelos empreendedores, buscou-se verificar se a racionalidade tradicional, típica de um campo agrícola, se constituiria em um fator que dificultaria a realização da contabilidade. Procurou-se, portanto, identificar se existia uma relação de dependência entre os tipos de atividades desenvolvidas na propriedade e o hábito de se realizar a contabilidade do negócio. Utilizou-se para tanto, o teste *Qui quadrado*, efetuando-se uma tabulação cruzada entre as duas variáveis, como exposto na tabela que se segue.

TABELA 28: Relação entre tipo de atividades desenvolvidas e a realização da contabilidade

		A contabilidade do negócio é feita			Total
		Não	Mais ou menos	Sim	
Tipos de atividades desenvolvidas na propriedade	Apenas atividades não agrícolas	0	8	24	32
	Atividades agrícolas e não agrícolas	8	18	30	56
Total		8	26	54	88

Fonte: Resultados da pesquisa, 2012.

Observou-se pela tabela 28 que todos os que disseram não realizar a contabilidade do negócio e também os 69,2% que disseram realizar *mais ou menos* combinavam atividades agrícolas com o turismo¹⁴. Constatou-se que a presença da atividade agrícola dificultava a realização da contabilidade, seja porque as rendas das duas atividades se misturavam, seja devido à dificuldade de calcular a renda da

¹⁴ O teste de independência qui quadrado confirmou que existia relação de dependência (p=0,04) entre o hábito de realizar ou não a contabilidade e a presença de atividades agrícolas na propriedade.

agricultura. De acordo com Rambaud (1973) essa dificuldade estaria relacionada a instabilidade agrária que interporia sempre uma longa duração entre a terra e o trabalho, período esse cheio de incertezas e acasos, que ameaçariam a renda que foi projetada, dificultando a realização de planejamentos para o futuro. Dentro dessa perspectiva, o futuro seria associado ao medo porque seria incerto. Pode-se observar esse medo na fala de uma empreendedora, ao se remeter à atividade agrícola:

“A gente depende do tempo, a gente luta sempre com essa incerteza, a gente confia em Deus, trabalha e espera. Não é como um empregado que no final do mês, se choveu o se deu sol ele vai tirar 5 mil, por exemplo.” (Respondente 49, nativa, mulher, 47 anos).

De acordo com Rambaud (1973) essa conduta expressa na fala da empreendedora pluriativa seria uma reminiscência da sociedade rural tradicional que não imporia a técnica sobre os fenômenos naturais, interpretados como vontade de Deus. Já a atividade turística oferece uma perspectiva de maior confiança e de menos medo diante do futuro e da natureza, como observa-se pela fala abaixo:

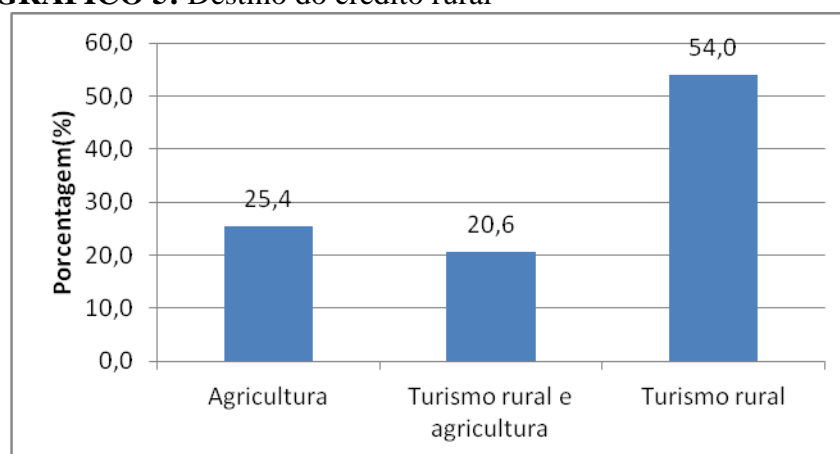
“Desde que você tenha um negócio que seja aceito, você tem uma renda, não com tanta certeza, mas você tem uma perspectiva que você não vai depender tanto da natureza, como a gente via na agricultura. Você tem dinheiro todos os dias, você pode fazer uma programação pro ano que vem, você tem uma perspectiva, na agricultura você tá sempre sujeito as intempéries da natureza e perdi tudo.” (Respondente 52, nativo, homem, 68 anos)

A remuneração econômica permitiria o planejamento. Segundo Rambaud (1973) o dinheiro ampliaria o horizonte temporal em direção a um futuro onde os rurais poderiam encontrar um lugar para os seus projetos, visto que os meios existiriam e permitiriam a eles imaginar e realizar planos. 84,1% dos respondentes disseram ter planos para o empreendimento. Esses planos se referiam em 56,7% dos casos a reforma ou ampliação do espaço físico, em 17,6% a construção de hospedagem e em 9,5% a compra de equipamentos e máquinas.

Outro aspecto relacionado ao planejamento para o futuro seria a procura pelo acesso ao crédito. De acordo com Rambaud (1973) dentro de uma cultural rural típica pegar dinheiro emprestado significaria dizer que não se era capaz de sustentar a si mesmo e a sua família. Na pesquisa realizada, observou-se em relação ao acesso ao crédito rural que 71,6% dos empreendedores já havia acessado algum tipo de crédito. As fontes de crédito foram: PRONAF (74,7%), agência bancária (19,0%) e cooperativa de crédito (6,3%). Dos 74,7% que já havia acessado o PRONAF, apenas 11,1% havia

acessado a modalidade PRONAF mulher. As formas de utilização do crédito estão apresentadas no gráfico 5:

GRÁFICO 5: Destino do crédito rural



Fonte: Resultados da pesquisa, 2012.

O turismo rural mostrou-se, assim, constituir-se em uma razão motivadora maior para a busca do crédito que a agricultura. Talvez em função dos riscos naturais serem menores, bem como o tempo de contabilidade ser melhor do que seria necessário anotar em termos de custos em um ano agrícola, facilitando, assim o planejamento a fim de quitar o empréstimo.

6.5 A vivência do não trabalho: “No verão aqui a nossa venda é fraca, aí da pra descansar.”

Outro indicador sobre as mudanças do trabalho no campo se refere ao hábito de tirar férias. Na sociedade rural agrícola existia dias de trabalho e de não trabalho, mas não se tinha o hábito de tirar férias. Esse traço da cultura rural fica bem claro na fala de um agricultor pluriativo, quando perguntado se tirava férias. Ele simplesmente respondeu: “*Só quando chove, né!*” (Respondente 9, homem, 68 anos). Como ele, 59,1% dos respondentes disseram não tirar férias; enquanto 40,9% disseram ter o hábito de fazê-lo. Os motivos destacados pelos empreendedores para não tirar férias foram vários, como pode ser observado na tabela 29.

TABELA 29: Motivos que levam os empreendedores do turismo a não tirar férias

Motivos de não tirar férias	Porcentagem(%)
Falta de tempo	28,3
Próprio negócio	22,6
Falta de hábito	13,2
Pouco tempo de funcionamento	7,5
Família pequena	5,7
Falta de mão de obra	3,8
Muito trabalho	3,8
Não faz falta	3,8
Animais não podem ficar sozinhos	1,9
Devido a agricultura	1,9
Falta de planejamento	1,9
Não gosta de ficar parado	1,9
Não tem com quem deixar o negócio	1,9
Período de férias a procura aumenta	1,9

Fonte: Resultados da pesquisa, 2012.

Entre os motivos mais citados estão: a falta de tempo, o fato de serem eles os donos do próprio negócio e a falta de hábito. Estas motivações ficaram mais bem ilustradas nas falas de alguns empreendedores:

“(…) a propriedade não espera, você sai quem que vai cuidar? A gente não consegue.” (Respondente 25, mulher, nativa, 40 anos)

“Não consigo, não acostumei. É hábito, é a cultura da gente. Quem é empregado chega a época das férias já se programa pra ter aquele mês de férias. (Respondente 19, mulher, nativa, 42 anos)

Assim, o hábito de tirar férias e a vivência do tempo de não trabalho permanece como uma característica forte da sociedade rural. No entanto, essa mentalidade já não seria mais exclusiva entre os atuais habitantes do campo, já que uma parcela menor, 40,9%, vem adquirindo o hábito de tirar férias.

CAPÍTULO 7

A VENDA NOVA DO TURISMO: O RURAL REINVENTADO

O presente capítulo apresenta uma análise da Festa da Polenta, que acontece no município de Venda Nova do Imigrante, no Espírito Santo. Analisou-se através desta festa as potencialidades conceituais para se pensar o *rural* abertas pelo estreitamento da distância entre campo e cidade propiciada pelo turismo rural, a partir de uma abordagem ancorada na teoria das representações sociais. Optou-se por se trabalhar com panfletos, notícias de jornal e sites, em virtude de serem estes os principais meios de divulgação do turismo rural no contexto estudado. Além destes meios de divulgação da representação do rural, utilizamos, também, o site e o jornal local para a descrição e análise da festa local que acontece em função do turismo. Os panfletos e folders são instrumentos utilizados como propaganda pelas propriedades que recebem os turistas.

No site, foram selecionadas as interfaces que descreviam as atrações da Festa, que remetiam ao modo de vida rural. Por fim, analisou-se através das entrevistas feitas com gestores de turismo rural da região as suas representações sobre o rural. Foram utilizados 31 panfletos/folders de divulgação do turismo na região. De maneira geral, os panfletos traziam imagens das propriedades e informações sobre os serviços e produtos fabricados.

7.1 A festa camponesa

A *Festa da Polenta* acontece desde 1979 no município de Venda Nova do Imigrante. No início tinha um caráter de improvisado, porém a partir de 1991, com o aumento do número de frequentadores, em sua maioria, de origem urbana, organizou-se uma Associação (Associação da Festa da Polenta – AFEPOL), para cuidar dos preparativos durante todo o ano (AFEPOL, 2011). A festa modifica a pacata vida do município do interior, enchendo-o de vida e movimento.

Os cartazes utilizados para divulgar a festa se constituem em importante estratégia de marketing da mesma. Ao observá-los percebeu-se que eles trazem três

símbolos principais da festa: o tacho de polenta, o milho e o vinho, sendo composto por uma mistura de elementos novos e antigos, tradicionais e modernos. Os cartazes valorizam, ainda, atrações simbolizando a convivência das tradições com a modernidade, como se notou em um cartaz com um grupo de homens idosos vestidos com trajes antigos, tocando instrumentos musicais em uma roda de música e dois cantores de pop rock, vestidos com trajes modernos. O objetivo central é resgatar e divulgar a cultura e o modo de vida rural dos imigrantes italianos que colonizaram a região, a partir de elementos ancestrais como a alimentação, a música, as danças, as vestes, entre outros.

A festa conta com inúmeras atrações: Tombo da polenta, Queijo gigante, Paiol do *Nonno*, Casa da *Nonna* e o desfile da Rainha da festa. O Tombo da polenta (FIGURAS 16 e 17) se constitui no grande espetáculo da festa e refere-se ao momento em que um caldeirão gigante entorna mais de uma tonelada de polenta, sob o olhar atento dos turistas. São preparados 1.200 quilos de polenta; em um caldeirão que tem 1,60 metros de diâmetro, 1 metro de altura e foi fabricado em aço fundido por uma grande companhia siderúrgica. O objeto é uma réplica perfeita das panelas usadas antigamente. A polenta fica quase cinco horas cozinhando na presença do público, com um mecanismo de roldanas e manivelas, o caldeirão gira e verte o alimento em um tabuleiro grande. Essa mesma polenta vai para a cozinha e é servida para os turistas (AFEPOL, 2011).

FIGURA 16: Caldeirão vertendo a polenta



Fonte: cordelcontos.flogbrasil.terra.com.br

FIGURA 17: Preparo da polenta



Fonte: all-tur.blogspot.com

Além da polenta, outro alimento, fabricado e exibido enquanto parte do espetáculo é o queijo gigante, de aproximadamente uma tonelada. O queijo desfila pela cidade, acompanhado de um cortejo. Vários objetos antigos servem de enfeite e são exibidos nos carros de bois e tratores, devidamente guiados e acompanhados por pessoas com trajes típicos e ao som de músicas antigas. A corte passa pela cidade sob os aplausos dos visitantes e moradores. Posteriormente, o queijo é fatiado e distribuído ao público. Já o Paiol do *Nonno* é uma réplica do cotidiano das famílias nas primeiras décadas da colonização e da rotina de trabalho duro na agricultura. O Paiol representa o local onde o milho da polenta fica armazenado. Além do fogão à lenha, ferramentas como machado, foice, grupião e cangalha ficam expostos para os turistas, que ainda podem ver nos cantos do paiol, uma “galinha choca”, uma casa de abelha e outras curiosidades típicas do modo de vida rural (AFEPOL, 2011).

O Paiol do *Nonno* também representa as diferenças de gênero presentes nessa sociedade, dado que o paiol, local onde se guarda os instrumentos de trabalho e os alimentos que são fruto desse trabalho está sob a guarda de uma figura masculino, o *nonno*, assim o trabalho rural apresentou-se estreitamente ligado a imagem masculina, do homem enquanto patriarca, provedor e chefe da família e da unidade produtiva.

Tem-se também o desfile da Rainha da Festa, em que jovens descendentes das famílias imigrantes vestem roupas e adornos usados pelas ancestrais. O desfile tem o objetivo de mostrar às novas gerações elementos do vestuário, típicos do período entre 1725 e 1900, usados pelas mulheres, e eleger a jovem que melhor consiga tornar presente a imagem da típica mulher italiana. A Casa da *Nonna* também foi criada para mostrar como as mulheres viviam antigamente. A casa é uma réplica reduzida, em que objetos antigos

compõem a decoração dos cômodos. Na sala, mulheres mais velhas, representando as *Nonnas* fazem trabalhos manuais. No local é possível comprar biscoitos, ovos, doces caseiros e outros alimentos da culinária típica (AFEPOL, 2011).

A Casa da *Nonna* é também uma representação do lugar e do papel que as mulheres desempenhavam nessa sociedade rural, a imagem da mulher está vinculada ao âmbito privado e ao campo reprodutivo, ligada a casa e aos trabalhos manuais e domésticos, diferentemente da imagem do homem que está vinculado ao campo produtivo.

A seguir, apresenta-se algumas fotografias retiradas durante a realização da pesquisa de campo de objetos antigos expostos enquanto peça de decoração nas propriedades:

FIGURA 18: Objetos antigos pendurados na parede



Fonte: Resultados da pesquisa, 2012.

FIGURA 19: Ferro de passar à brasa



Fonte: Resultados da pesquisa, 2012.

FIGURA 20: Panelas antigas enfeitando o jardim



Fonte: Resultados da pesquisa, 2012.

FIGURA 21: Moedores de café manuais



Fonte: Resultados da pesquisa, 2012.

Percebeu-se que todas essas atrações trazem em si a representação de um modo de vida passado, em que se exagerou e estilizaram-se características e elementos representativos do rural. Segundo Carneiro (1998), as festas camponesas ligadas ao

turismo teriam como objetivo “espetacularizar” o rural, combinando o antigo com o moderno para atrair os turistas. Esse tipo de festa, segundo a autora, simularia uma identidade aldeã, como forma de reviver o passado (CARNEIRO, 1998). Neste sentido, segundo Rambaud (1973) o turismo rural transforma os moradores do campo em atores, visto que eles “forjariam” um conceito de ruralidade combinando tradição e inovação, em um processo em que a inovação seria capaz de trazer de volta a tradição de forma transformada. No caso do queijo gigante e do tombo da polenta, percebeu-se a necessidade de combinação de elementos antigos ligados à tradição de um lado, mas também o uso de tecnologias modernas para tornar possível a realização do espetáculo.

Outras formas de combinação de elementos antigos e atuais estão presentes na decoração das propriedades, como observou-se pelas imagens abaixo que são de um restaurante rural adaptado a partir de um antigo paiol da propriedade. O restaurante combina o passado e o presente, o luxo e a simplicidade na decoração e nos pratos servidos:

FIGURA 22: Mesa feita de rodas de carro de boi e tampo de vidro



Fonte: Resultados da pesquisa, 2012.

FIGURA 23: Lavabo misturando elementos rústicos em madeira com um bojo de louça



Fonte: Resultados da pesquisa, 2012.

Observou-se, também, uma inversão de papéis, dado que os moradores do campo desempenham o papel de atores sociais, enquanto que os cidadãos se comportam como espectadores, flexibilizando o etnocentrismo urbano. A festa manifestaria um processo de negociação entre as duas sociedades, a partir de uma interação face a face. Esse processo de interação contribuiria para o entendimento de como se forjariam as representações coletivas, dado que essa interação só faria sentido dentro de um conjunto de eventos que ocorrem durante a co-presença e por causa dela. Dessa forma, se estabelece a “fachada”, em que uma imagem do eu (rural) seria delineada em termos de atributos sociais aprovados pelo outro (urbano). A “fachada” não seria algo inerente aos

moradores do campo, mas algo localizado no encontro, que no caso estudado toma lugar na festa, na qual a sociedade rural incorporaria papéis sociais que lhe serviriam de guia para agir a partir da expectativa que o outro (turista) teria dela.

O clima para a festa da polenta é previamente preparado em termos emocionais e afetivos. Poucas semanas antes da realização da festa, o jornal local (Folha da Terra) lançou uma edição comemorativa que trazia memórias da infância dos primeiros imigrantes que chegaram à região, com relatos das dificuldades enfrentadas pelos *nonnos* quando crianças. As histórias retratavam uma infância protegida e ao mesmo tempo restrita em função das condições de vida, rudimentares e totalmente voltadas para o trabalho, para a subsistência. “*Tudo faltava na comunidade*”. As histórias relatadas misturavam palavras em português com a utilização de termos em dialeto. Segundo Rambaud (1973), o dialeto seria uma linguagem típica do modo de vida rural. O dialeto representaria uma economia de palavras, típica da sociedade rural. Antes, visto como símbolo de atraso rural, pelo modelo urbano, hoje, passou a ser visto e representado de maneira positiva, como uma forma de reviver e valorizar a identidade nativa.

A festa também conta com alguns projetos voltados para o Resgate da Cultura e o Ritual de plantio e colheita do milho. O Projeto Resgate da Cultura consiste em ministrar aulas de música nas escolas do município para promover o Festival de Música Italiana. Este projeto vislumbra nas crianças a grande oportunidade de difundir os valores culturais. As crianças eram tidas como a oportunidade de resgatar o passado, garantindo a manutenção da história local no futuro. Em todas as atrações da festa percebeu-se que os jovens, as crianças e os idosos eram os atores que ganhavam maior destaque. Talvez porque se atribuisse aos idosos o papel de depositários da memória da comunidade, concebendo-os como a presença viva do passado, enquanto que nas crianças e nos jovens se depositaria a expectativa de que não deixassem a tradição morrer. Cria-se, assim, através da festa, um elo intergeracional.

Reconstrói-se, na festa, uma história a partir do Ritual de Plantio e colheita do milho, ritual esse que compõe uma alegoria. O ritual girava em torno do milho, alimento que compunha o prato principal e tema da festa. A Associação e os moradores promoviam a publicidade acerca das etapas anteriores à festa, as quais eram compostas pelo plantio, o cultivo e a colheita do milho. O plantio acontecia em abril e reproduzia a mesma simplicidade dos tempos antigos: nas roupas, nas comidas e na música (AFEPOL, 2011). Já a colheita era realizada em outubro, uma semana antes da festa e

servia para trazer um pouco do clima do aguardado evento. Um grupo de voluntários, vestidos como camponeses, ficava responsável por colher o milho, enquanto cantavam canções tradicionais. Posteriormente, o milho colhido era armazenado no Paiol do *Nonno*, onde era moído em um moinho movido a água. Após a moagem, esse mesmo fubá ia para o caldeirão gigante e era usado para preparar a polenta servida na festa. Mais uma vez percebeu-se a ruralidade representada por meio de uma teatralização (AFEPOL, 2011).

Na realidade estudada pode-se perceber a inter-relação entre a memória e identidade do grupo. A imagem do rural descrita na festa remonta a uma imagem romantizada e idealizada do rural, construída a partir de objetos e costumes antigos que se transformam em relíquias a serem admiradas. Os nomes das propriedades, muitas vezes, remetem aos sobrenomes das famílias que colonizaram a região ou a alguma beleza natural, transmitindo uma idéia de acolhimento e intimidade. Também, os panfletos apresentavam hotéis fazendas, campings, propriedades e restaurantes maquiados de rústico luxo: associavam-se imagens voltadas para o contato com a natureza e a simplicidade, mas sem a necessidade de abandonar os confortos da vida urbana.

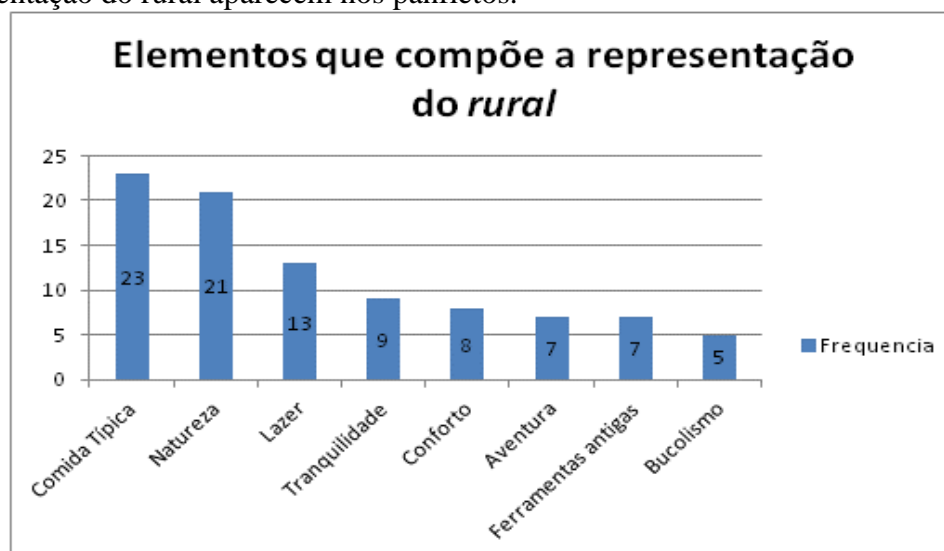
A partir de uma análise detalhada dos panfletos, elencou-se os elementos centrais vinculados ao modo de vida rural, representados nos mesmos, mensurando a frequência com que esses elementos foram observados (Gráfico 6). O Quadro 3 mostra uma síntese das idéias centrais que se referem ao rural e das palavras encontradas nos folhetos que traduziam essas idéias e o Gráfico 6 mostra a frequência com que esses elementos/ideias centrais apareceram.

QUADRO 3: Palavras que compõem os elementos centrais da representação do rural vinculadas pelos folders e panfletos de turismo rural

Elementos centrais	Palavras que compõem os elementos centrais
Comida Típica	Pratos típicos, alimentos sem agrotóxicos, produtos orgânicos, produtos caseiros e artesanais
Natureza	Belezas naturais, cachoeiras, águas cristalinas, mata nativa, ar puro, espaço verde
Lazer	Passeios a cavalo, caminhada ao ar livre, trilha ecológica para caminhadas, passeios turísticos, campo e salão de jogos, passeios de charrete, pedalinhos e barquinhos no lago, piscinas, passeio de teleférico, pesque-pague, esportes
Conforto	Suítes com água natural direto da fonte, TV a cabo, internet, frigobar, vista panorâmica, bica d'água massagedora, banheira
Aventura	Esportes ligados a natureza: rafting, rapel, arvorismo, tirolesa
Ferramentas antigas	Fogão a lenha, carros de boi, moinho de pedra tocado a água
Tranquilidade	Relaxamento
Bucolismo	Suítes temáticas, romantismo, simplicidade, volta ao passado

Fonte: Resultados da pesquisa, 2011.

GRÁFICO 6- Frequência com que os elementos centrais que compõe a representação do rural aparecem nos panfletos.



Fonte: Resultados da pesquisa, 2011.

Observou-se a partir da sistematização realizada (Gráfico 6), que a comida típica feita artesanalmente no fogão à lenha, a partir de matérias-primas “livres de contaminações”, colhidas na hora, às vezes, com a participação do próprio turista se constituía no mais frequente elemento atrativo dos folders, seguidos por: contato com a natureza, lazer, tranquilidade, conforto, aventura, ferramentas antigas e bucolismo. Percebeu-se também que os lugares eram apresentados aos moradores da cidade como espaços de fuga, de refúgio, aos quais eles poderiam recorrer em momentos de estresse relativos à vida urbana. O rural era evocado nas imagens com saudosismo, lembrado como um modo de vida melhor.

Sendo o campo concebido como o lugar do sagrado e da pureza, os citadinos encontravam no turismo rural um meio de purificar-se de toda a poluição inerente ao modo de vida citadino, acreditando que a partir do contato com a natureza, com uma alimentação “natural” e com um modo de vida marcado pela simplicidade iriam se purificar, para posteriormente voltarem revigorados e sentindo-se capazes de enfrentar novamente a vida citadina.

7.2 As Representações do rural dos gestores do turismo

A pesquisa buscou ainda verificar se a representação do rural que aparecia nos panfletos seria a mesma partilhada pelos rurais que trabalham com o turismo rural, visto que poderiam, antes, ser uma elaboração de publicitários citadinos atendendo a uma demanda por divulgação dos empreendimentos relacionados ao turismo rural, solicitada pelos próprios rurais. Ou seja, os panfletos poderiam circular uma representação de rural que não seria correspondente, de fato, a representação daqueles que trabalhavam com turismo rural. De acordo com Rambaud (1973) seria a partir das representações que os habitantes do campo tentariam elaborar conhecimentos, que por sua vez, orientariam os seus julgamentos, os quais servem de guia e de justificação para os seus comportamentos. Então, a fim de analisar a representação que os empreendedores de turismo tinham acerca do rural perguntou-se a eles, se gostariam de viver no campo e por que.

TABELA 30: Representações do rural relacionadas ao gosto por viver no campo

Gosto do campo porque:	Porcentagem(%)
Mais tranquilidade, menos barulho e violência	60,2
Contato com a natureza, ar puro, clima fresco	46,6
Costume, “nasceu e cresceu ali”	29,5
Mais liberdade	14,8
Relações de amizade e reciprocidade mais fortes	14,8
O campo também oferece conforto e acesso a cidade	13,6
O campo oferece trabalho	2,3
No campo o custo de vida é mais barato	1,1

Fonte: Resultados da pesquisa, 2012.

Pela tabela verificou-se que o gosto pelo campo relacionava-se de maneira recorrente à ideia de tranquilidade, tanto em termos de silêncio quanto em termos de projeção de menor violência. O contato com a natureza também foi um dos motivos mais citados, sendo compatível com a ideia de liberdade. Destacou-se, ainda a representação do campo como um lugar onde as relações de amizade seriam mais fortes. Tais representações, aliás, estão muito próximas das que apareciam nos estudos dos primeiros sociólogos rurais, que procuravam definir o “rural” em termos de oposição ao “urbano” destacando para tais características idealizadas como a tranquilidade, as relações de amizade, de reciprocidade e parentesco como típicas da vida em comunidade. Observou-se, também, entre os gestores de turismo, que para falar do campo, recorrentemente eles o definiam em relação ou comparação a cidade, como se verificou nos relatos abaixo:

“Pela tranquilidade, pela natureza, pelo ar puro. Aquele barulho da cidade grande já me cansa só de pensar. Eu sempre morei aqui e não tenho a intenção de mudar não. Pela amizade que você tem, aqui você conhece seu vizinho, você conversa com todo mundo. Lá na cidade você não sabe quem tá do seu lado.” (Respondente 15, mulher, nativa, 44 anos)

“Eu acho que no campo a vida é melhor, o ar que você respira, você não tem tanto estresse igual tem na cidade, a vida é mais tranqüila. Eu não troco isso daqui por nada nesse mundo. Eu particularmente gosto muito daqui. (Respondente 10, mulher, nativo, 41 anos)

“Não sei se é porque eu não conheci outra realidade, porque sem ser aqui eu só fiquei em Colégio de Freira. Vou ser sincera com você, não sei nem como te dizer isso, mas eu tenho pavor de cidade, toda quarta-feira eu costumo ir pra Vitória fazer entrega, eu não sei gente, eu fico doida pra ir embora, aquelas casas tudo colada, aquele monte de gente. Eu tô aqui, aí eu falo assim eu vou lá em casa, não tem ninguém que me atrapalha, eu vou. O ar puro, eu gosto dessa vida, dessa cultura que eu aprendi com os meus pais, que eles me deram. Eu tenho muito orgulho disso tudo que eu vivo.” (Respondente 8, mulher, nativa, 54 anos)

“Porque eu sou daqui, eu gosto da maneira como as pessoas são. Quando eu morei na capital passei muita vergonha, não sabia me vestir, nem falar como

eles. Foi um choque cultural muito grande. Hoje já é diferente, minhas filhas falam inglês, se vestem bem.”(Respondente 3, mulher, nativa, 57 anos)

“Porque você tá assim sempre em contato com a natureza. Às vezes a gente que vivi aqui não dá muito valor, mas o meio ambiente acho que influi bastante, né. A gente ouvi muito do pessoal que vem de fora “ah, vocês vivi num paraíso aqui, pelo ambiente, pelo ar puro.” Então, eu nunca morei na cidade, não posso falar muito como é lá também. Porque de repente né. A gente lá no fundo tinha aquela vontadezinha de conhecer, né (risos). Mas o pessoal da cidade sempre fala que aqui no campo é melhor viver. Acho que você acaba acostumando com o ambiente. Você tendo uma vida assim, um conforto aqui na roça, eu acho que não tem muita diferença não. Lá na cidade acho que muito aquela correria”. (Respondente 1 , mulher, nativa, 42 anos)

Assim, em todos os relatos citados acima os respondentes recorreram também às representações da cidade, isso ocorreria segundo Favareto (2007) porque raciocinaríamos em termos de pares opostos, a partir de uma lógica binária. As falas anteriores revelaram que a cultura e os costumes também se mostraram relevantes no julgamento dos gestores de turismo em termos do gosto em se viver no campo. A fala da respondente 3 revela o choque cultural que a mesma enfrentou quando teve que viver na cidade, pois a respondente não partilhava dos mesmos modos de ser e vestir dos cidadãos. No entanto, ela também revela que já não existem mais tantas diferenças entre o modo de vida rural e urbano, já que na percepção da respondente as suas filhas já não enfrentariam tantas dificuldades se precisassem ir para a cidade. Outro aspecto citado recorrentemente pelos rurais é a questão do acesso a cidade e ao conforto, revelando que ninguém deseja viver no campo de forma isolada, sem acesso as facilidades urbanas.

Respondente: “Hoje eu gosto. Porque há um tempo atrás não era bom não, não tinha nenhum conforto. Por ter uma vida mais sossegada, você pode contar com a ajuda do seu vizinho, porque aqui na roça a gente vivi muito isso.” Marido: “quando tá cansado, deita na sombra, debaixo de um pé de abacate.” Respondente: “isso não é verdade não, se deitar o serviço fica sem fazer.” (Questionário 23, mulher, 51 anos, homem, 52 anos)

“Eu gosto de viver no campo desde que eu tenha acesso a cidade, que eu tenha liberdade de ter acesso a cidade.” (Respondente 33, mulher, estrangeira, 51 anos)

“Qualidade de vida, alimentação, o ar, tudo isso pra mim é importante. Ao mesmo tempo que eu moro aqui e com 10 minutos eu tô na cidade, eu vou lá compro o que eu quero, faço o que eu quero e venho embora. Cê dormi bem, cê comi bem. Tem hora que estressa eu quero sair desse silêncio. Eu quero fazer outras coisas, mas tenho total liberdade pra isso.” (Respondente 12, mulher, nativa, 49 anos)

No entanto, apesar das mudanças em relação a aproximação dos modos de vida e a maior paridade social, econômica e cultural entre os habitantes da cidade e do campo,

ainda existem algumas representações arraigadas na cultura que mostram como são percebidas as diferenças:

“Lógico que na cidade é diferente, a criação do povo da cidade é diferente da roça. É totalmente diferente. A gente conhece uma pessoa da cidade e uma da roça. Você vê, é na mão, é na feição, é no cabelo e no corpo, tudo diferente. A mulher da cidade não carrega peso, então ela tem um corpo muito mais delicadinho. É normal isso.” (Respondente 8, mulher, nativa, 54 anos)

Assim percebeu-se pela fala da respondente 8 que o modo de vida da pessoa era concebido como um fator de diferenciação entre os rurais e os urbanos, se inscrevendo nos próprios corpos dos indivíduos. Os corpos das mulheres rurais foram concebidos como marcados pelo trabalho duro na lavoura, enquanto das mulheres urbanas eram tidos como mais “delicadinhos”. Já os ditos novos rurais tinham as seguintes representações do campo:

“Eu sempre fui criada em Capitais. Eu sempre gostei de cidade, eu nunca me imaginei morando no campo, mas os nossos filhos foram crescendo e as influências negativas de uma cidade grande começaram a me preocupar. Então eu achei que eu ia tá protegendo, que ia tá minimizando o acesso deles a essas coisas ruins. É mentira, é ilusão, porque quando eu cheguei aqui eu descobri que tinha gangues que mexiam com tráficos de drogas também. Mas enfim foi vantajoso.” (Respondente 33, mulher, estrangeira, 51 anos)

“(…) dos anos de 40, 50, que foi a época da indústria no Brasil, que não havia suporte técnico, nem financeiro pra quem fazia a opção de ficar na roça. Então o meu avó tinha 9 irmãos, eles foram arrancados da roça, entendeu, todos infelizes, todos morreram de infarto entre os 60, 70 anos, o único que viveu até 95 foi o que fixou lá em Miradouro (cidade pequena). Então assim, o meu pai eu lembro que a gente tinha um quintal lá em casa de 10 por 5 que ele plantava milho, que fosse 20 pés de milho, mas um dia por ano a gente comia milho cozido. Então eu acho que é meio genético gostar, entendeu, mas eu também acho que hoje em dia é uma opção legal sim, você tem tecnologia, você tem facilidade de comprar um carro, você tem a distância encurtada porque tudo é asfalto. É lógico que eu faço parte de uma minoria que consegue viver bem, viver do próprio negócio, consegue ganhar dinheiro, porque viver na roça debaixo de chuva e sol com uma enxada não é fácil, então o dinheiro ajuda pra que seja satisfatório, talvez se eu tivesse de enxada eu não estaria aqui (Respondente 82, homem, estrangeiro, 44 anos)

No primeiro relato a respondente nunca tinham vivido no campo antes e revela que fez essa opção para proteger os filhos dos perigos ligados à vida na cidade, atribuindo ao campo uma imagem idealizada, como se o mesmo estivesse apartado da sociedade global. No entanto, a respondente revela que percebeu que esses perigos também estavam presentes no campo. Ainda, assim, julga ter sido vantajosa a decisão. No segundo caso, o respondente era um descendente de família rural, que foi expulso do campo na época do forte êxodo rural no Brasil. Decidiu voltar, segundo ele, por uma questão “genética” e porque hoje viver no campo poderia ser uma boa opção, desde que

o indivíduo tivesse acesso a um trabalho, renda e conforto. Ou seja, percebeu-se que os novos rurais vêm para o campo na procura do melhor dos dois mundos, como afirma Carneiro (1998). Eles querem viver no campo, ter espaço, ter contato com a natureza, tranquilidade, saúde, sem abrir mão do conforto e do dinheiro.

Assim o processo de mudanças pelas quais o campo vem passando revela que tal como a cidade, também esse espaço social e as pessoas que nele habitam absorvem de diferentes formas as transformações que são próprias do seu tempo. Nesse processo, uma das faces mais claras do entrelaçamento entre campo e cidade pode ser vista através das demandas geradas pelos cidadãos em termos de lazer e turismo no campo. O crescimento das atividades não agrícolas e pluriativas no meio rural ampliam as possibilidades de reprodução socioeconômica das pessoas levando, gradativamente, a um deslocamento da centralidade da terra como fonte de geração de renda e emprego no campo. Descortinou-se, assim, um campo vitalizado que oferece oportunidades não apenas em termos de novas possibilidades de trabalho, mas da própria transformação dos modos de vida passados de geração para geração.

CAPÍTULO 8

AS QUESTÕES DE GÊNERO, TRABALHO E AUTONOMIA DA MULHER

“Na roça é sempre o nome do marido e nunca o da mulher. O agroturismo valoriza a mulher, você tem mais igualdade.”

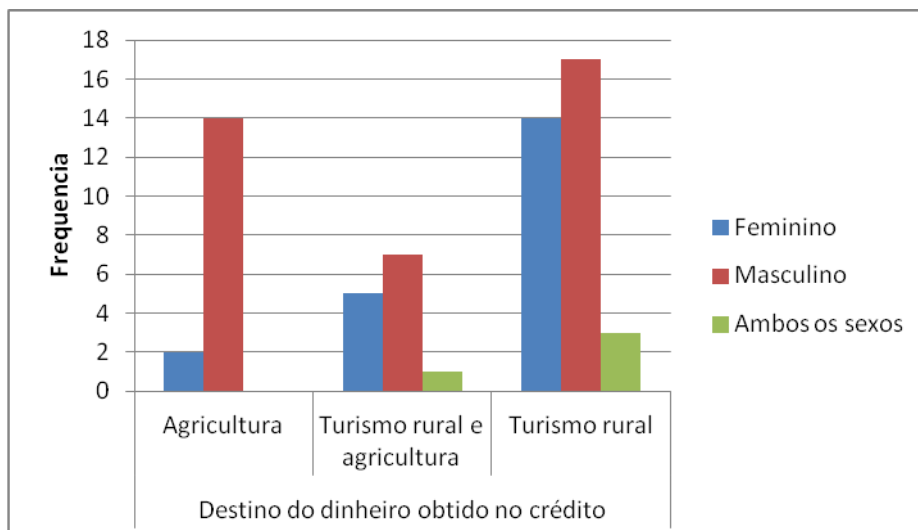
Esse capítulo procura abordar especificamente a questão referente à autonomia da mulher a partir de variáveis mensuradas na pesquisa, como: acesso ao crédito, título de posse do empreendimento, poder de decisão, execução de atividades domésticas, valorização do trabalho feminino e oportunidades de estudo e trabalho. Embora a perspectiva de gênero, a importância das mulheres na atividade do turismo e as mudanças que o turismo vem trazendo para as suas vidas estejam presentes em todos os capítulos, procurou-se, neste capítulo, abordar estas questões mais detalhadamente.

8.1 Os desafios da empreendedora de turismo rural para ampliar a sua autonomia

8.1.1 O acesso ao crédito

Inicia-se esse capítulo apresentando a condição das mulheres frente ao crédito, visto ser esta uma das questões mais apontadas pela literatura como ilustrativa das desigualdades de gênero no campo. O acesso ao crédito rural pelas mulheres é apontado por pesquisadores como Boni (2008) e Alves (2006) como um indicador de autonomia da mulher. Assim sendo, na pesquisa observou-se que dos 63 empreendimentos de turismo rural que acessaram o crédito, em 23,9% dos casos o responsável pelo acesso ao crédito foi a mulher, enquanto que em 43,2% foi o homem e em apenas 4,5% o acesso ao crédito se estabeleceu de forma partilhada entre ambos os sexos. Já nos 34 casos em que o destino do crédito foi apenas para a atividade de turismo rural observou-se uma maior paridade entre homens e mulheres: os homens corresponderam aos responsáveis pelo crédito em 50,0% dos casos, as mulheres em 41,2% e ambos em 8,8%. Essa diferença pode ser mais bem visualizada no gráfico que se segue:

GRÁFICO 7: Frequência de destino do crédito por sexo



Fonte: Resultados da pesquisa, 2012.

Assim, apesar das diferenças e da situação de desvantagem da mulher em relação ao acesso ao crédito, os dados indicam que quando o crédito é acessado apenas para a atividade de turismo rural as mulheres conseguem galgar maior paridade em relação aos homens. Assim, quando comparado à agricultura a situação da mulher de acesso ao crédito no turismo rural apresenta um avanço. De acordo com Alves (2006), o acesso ao crédito por mulheres rurais ainda seria difícil devido a vários motivos, dentre eles: a divisão sexual do trabalho na família; o temor das mulheres de terem que lidar com instituições, tais como bancos e órgãos governamentais, identificadas com a figura masculina; a falta de documentação civil e trabalhista; o viés de gênero presente na atuação da assistência técnica rural; e o título de posse da propriedade que geralmente está no nome do homem. No caso estudado, um dos motivos expostos por muitas mulheres como limitante do acesso ao crédito foi a questão da posse da terra, que na maioria das vezes, ainda não foi dividida entre os herdeiros e está no nome do pai do marido ou de toda família do marido e a dificuldade de comprovação de renda, como observou-se pelos relatos das respondentes abaixo:

“Uma vez eu peguei, mas ohh *Deus me livre!*, foi difícil. Eles falam que é fácil pra provar mas não é nada. Na época meu irmão que teve que entrar, pra garantir pra mim. Em 2001, quando eu fiz isso aqui eu peguei um PRONAF, mas eu sozinha não consegui, não. Aí meu irmão deu como garantia umas sacas de café, aí saiu no meu nome, mas eu sozinha não consegui, não.” (Respondente 2, mulher, nativa, 61 anos)

“Foi na época no nome do meu sogro, porque a terra está no nome dele, então teria que ser ele.” (Respondente 1, mulher, nativa, 42 anos)

“Aqui é uma complicação pra esse negócio de financiamento, porque o sítio tá no nome de todos os irmãos e aí na hora da assinatura que é o vamos ver. Eu fui tentar fazer um PRONAF, agora, ano passado, que a gente queria melhorar a agroindústria. Aí, na hora que eu trouxe a papelada toda pronta pra assinar, eles não quiseram. Ah, nossa, eu fiquei pra morrer. Sem assinatura não tem financiamento nenhum. Infelizmente a gente não pode mandar na cabeça das pessoas.” (Respondente 10, mulher, nativa, 41 anos)

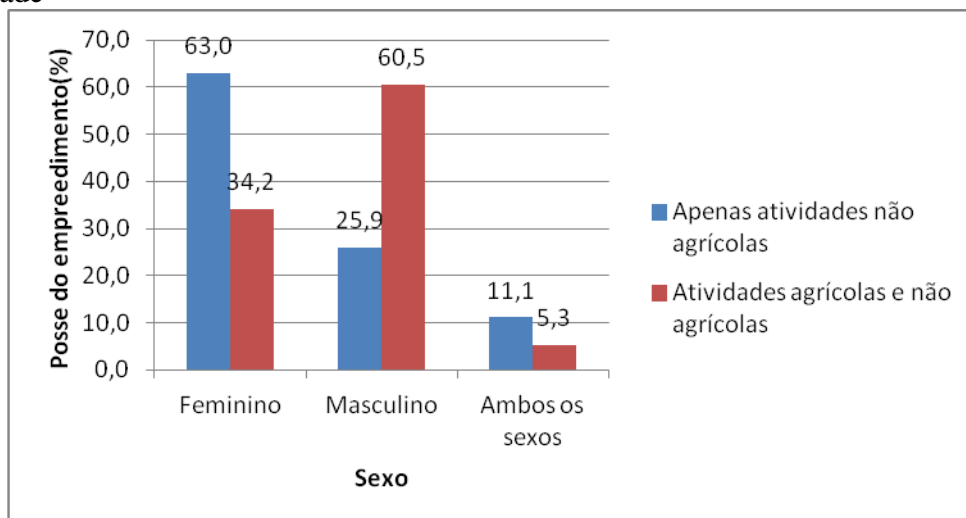
Pelos relatos acima se pode observar que as mulheres rurais enfrentam várias dificuldades para ter acesso ao crédito. Os relatos mostraram a dificuldade da mulher de romper com as situações de dominação, impostas pela própria família, pela falta de título de propriedade da terra e pelas dificuldades burocráticas criadas pelo Estado, em termos da concepção dessas políticas públicas para o campo. A situação de acesso da mulher ao crédito ainda é tão incomum que se torna até matéria de jornal e objeto de admiração por parte das demais mulheres. Dentre as mulheres que já haviam acessado o crédito rural, uma das respondentes, em especial, foi a primeira mulher do Estado a acessar o PRONAF Mulher. A respondente em questão era tida e citada como um exemplo de autonomia feminina pelas outras mulheres da região. A fala a seguir ilustra a satisfação da respondente, quando questionada sobre o acesso ao crédito:

“O primeiro Pronaf mulher do Espírito Santo fui eu que fiz, cê acredita? O cara veio aqui e me entrevistou pra sair no jornal da Gazeta, que é um jornal aqui do Espírito Santo. Ele chegou aqui e falou “*preciso fazer uma entrevista com você fazendo socol, sobre o Pronaf Mulher*”. Eu fui o primeiro Pronaf. Você tem dois anos de carência com os juros muito baixos, com mais 4 anos pra pagar. Esse ano é a última prestação e foi excelente. Porque nós tivemos que construir a parte onde fica o socol e os banheiros. Então foi excelente, pra poder investir na produção, foi um investimento.”(Respondente 8, mulher, nativa, 54 anos)

8.1.2 O título de posse do empreendimento turístico

Quanto ao registro do empreendimento turístico, nos 65 casos em que se constatou algum tipo de registro, observou-se que em 46,2% das vezes a mulher constava como a proprietária, o mesmo percentual apresentado pelos homens que constavam como proprietários. Em 7,7 % dos casos a posse do empreendimento se dava através de uma sociedade entre ambos os sexos. No entanto, quando se comparou os estabelecimentos que desenvolviam apenas atividades não agrícolas com aqueles pluriativos observou-se a situação descrita no gráfico:

GRÁFICO 8: Título de posse do empreendimento turístico por sexo e tipo de atividade



Fonte: Resultados da pesquisa, 2012.

Como se pode verificar pelo gráfico acima, quando a propriedade trabalhava apenas com a atividade de turismo rural, a posse do empreendimento era, na maioria das vezes (63,0%), da mulher e quando existiam as duas atividades, a agrícola e o turismo, a posse do empreendimento turístico era do homem em 60,5% das vezes. Assim, a presença da atividade agrícola parece se constituir em um empecilho para que a mulher tenha o título de propriedade do empreendimento de turismo¹⁵. Isso se explicaria, de acordo com a literatura, pelo fato da agricultura ser caracterizada como uma atividade ligada à figura masculina, em que o homem seria tido como o chefe e provedor da família, estando as formas de dominação masculina mais entranhadas nos modos de vida das famílias. Nesse sentido, fortaleceu-se ainda mais a potencialidade da atividade turística em proporcionar às mulheres maiores níveis de autonomia, como através do título de posse do empreendimento turístico.

8.1.3 Autonomia de escolha quanto à realização do empreendimento

Quanto à iniciativa de trabalhar com o turismo rural, em 46,6% dos estabelecimentos a iniciativa foi da mulher, enquanto que em 31,8% foi do homem e em 21,6% a iniciativa foi de ambas as partes. Logo, a atividade de turismo já em sua

¹⁵ Na realização do Teste de independência do qui quadrado ($p=0,022$), observou-se que existia dependência entre os tipos de atividades desenvolvidas e o sexo do proprietário. Logo, a presença da agricultura se mostrou um fator limitante para a possibilidade mulher de que o empreendimento turístico fosse registrado em seu nome.

concepção inicial foi majoritariamente idealizada e posta em prática pelas mulheres. A fim de verificar se a iniciativa de trabalhar com o turismo rural seria influenciada pelo fato da mulher ter a posse do empreendimento de turismo realizou-se uma tabulação cruzada entre as variáveis, a qual está exposta na tabela 31:

TABELA 31: Relação entre sexo de quem teve a iniciativa e o sexo de quem consta como proprietário do empreendimento de turismo

		Sexo de quem teve a iniciativa de trabalhar com turismo rural			Total
		Feminino	Masculino	Ambos os sexos	
Sexo da pessoa que consta como proprietário	Feminino	23	5	2	30
	Masculino	10	14	6	30
	Ambos os sexos	0	2	3	5
Total		33	21	11	65

Fonte: Resultados da pesquisa, 2012.

Os dados mostraram que nos 33 casos em que a idéia foi da mulher, em 23 deles o nome que constava no registro do empreendimento de turismo também era o da mulher. Logo, pode-se assumir que existiria dependência entre as duas variáveis.

8.1.4 Realização de atividades domésticas

Quanto à realização das atividades domésticas, referentes a casa em que a família habitava, observou-se que nos 72 casos em que alguém da família era o principal responsável pela realização das atividades domésticas em 87,5% dos casos esse alguém era do sexo feminino, em 11,1% dos casos a responsabilidade sobre as atividades da casa eram divididas igualmente entre homens e mulheres, enquanto em apenas 1,1% o principal responsável era o homem. No entanto, em 51,1% dos casos os demais membros da família ajudavam na realização das atividades domésticas e em 48,9% das vezes os empreendedores do turismo contavam com uma empregada doméstica, liberando, assim, parcialmente a mulher dos os encargos domésticos.

Esses resultados corroboram com as argumentações defendidas por Faria (2009), para quem as atividades domésticas se constituíam em um *núcleo duro* na vida das mulheres, visto que mesmo que elas estivessem inseridas em trabalhos remunerados, as atividades domésticas ainda seriam consideradas como uma atribuição feminina. Isso se deveria ao fato de que os trabalhos domésticos seriam vivenciados pelas mesmas como parte de

sua identidade feminina. Nos relatos abaixo, observam-se exemplos em que as próprias mulheres, tomavam a responsabilidade da atividade doméstica para si, liberando assim seus maridos destas funções:

“Se eu tiver que sair de casa ele (marido) faz, ele sabe fazer de tudo. Ele sempre ajudou muito a mãe dele. Mas, como a gente faz, ele acaba se acomodando também.” (Respondente 19, mulher, nativa, 42 anos)

“Porque na verdade ela trabalha muito mais do que ele porque ela tá lá na roça e ela tem preocupação, com os filhos, com a casa, com a alimentação. (...) Porque pra você ter uma idéia, pensa bem, numa pessoa que não tem estudo, não teve a oportunidade de estudar e teve que sobreviver, porque se não encarar o serviço de casa que já é *natural* da mulher e o de roça como que ela vai sobreviver?” (Respondente 25, mulher, nativa, 40 anos)

“Mais é ela. Eu ajudo um pouco, lavo as vasilha, podó a grama. Mas é que ela é teimosa, fala assim, larga as vasilha que amanhã cedo eu lavo.”(Respondente 9, homem, nativo 68 anos).

Assim, percebeu-se, nesses casos, que muitas mulheres acabam por aplicar a si mesmas a responsabilidade sobre as atividades da casa, mesmo quando o marido se dispõe a ajudar. Isso se deveria, segundo Bourdieu (1999), ao fato de que a mulher incorpora estas tarefas sob a forma de “habitus sexualizado”, o qual vai sendo inculcado nas mulheres através da socialização feminina que determina como as mulheres devem se portar e qual o lugar delas na sociedade, legitimando modelos oficiais de masculino e feminino. Dessa forma, faz-se uso de características biológicas para justificar algo que é socialmente construído.

Mas as percepções dos respondentes sobre os deveres no que se refere às atividades domésticas e os cuidados com os filhos, mostraram que as visões acerca dos papéis de homens e mulheres não são estanques. Apesar de em 87% dos casos ter sido a mulher a principal responsável pela realização das atividades domésticas, observou-se que a maior parte dos respondentes não concordavam que essas atividades fossem obrigação apenas femininas, como destaca-se nos relatos que se seguem:

“De jeito nenhum, tá louca! A mulher lava, o homem enxuga, eu acho que hoje a mulher conquistou o espaço dela. Se você tem uma boa vivencia com o marido, um bom diálogo e você conversa, então vamos dividir. Porque igual eu, eu trabalho aqui, meu filho trabalha lá com as máquinas, o meu marido trabalha no campo, quando chega de tarde tem o meu filho pequeno pra dar banho, tem a janta pra fazer, tem a louça pra lavar, tem a roupa pra recolher do varal. Um vai lavar a louça, o outro vai dá banho nas crianças e o outro vai fazer a janta. Eu acho assim a mulher conquistou o espaço dela e o homem tem que reconhecer e ajudar, porque direitos iguais.” (Respondente 55, mulher, nativa, 43 anos)

“Igual minha filha adotiva, o marido dela ajuda muito, ajuda a cuidar da criança, faz almoço. Sabe, então eu acho que tem que ser participativo,

porque só a mulher, né??? Não. De jeito nenhum. (Respondente 2, mulher, nativa, 61 anos)

Respondente: “Eu acho que deveria ser dos dois. Igual se o filho tá passando mal, a criança vai ficar no hospital, ah só pode a mãe, mas as vezes a mãe tem mais serviço em casa pra fazer e o pai fica atoa de bunda pra cima. E a coitada tá lá corre no hospital, vem em casa. Eu acho isso um absurdo, eu acho que isso já devia ter mudado, são umas coisinhas assim que prejudica.” (Respondente 23, mulher, nativa, 51 anos)

Os relatos acima mostram que nem sempre as mulheres estão de acordo com o fato de a mulher ficar com a responsabilidade sobre os filhos e as atividades domésticas. As duas primeiras falas indicam situações em que as mulheres estão conseguindo dividir o peso do trabalho doméstico e dos cuidados com os filhos.

8.1.5 A tomada de decisão na agricultura

A tabela que se segue apresenta a situação relativa à tomada de decisão¹⁶, de acordo com a distribuição por sexo. Na primeira linha considerou-se todos os 88 empreendimentos visitados, independentemente de eles trabalharem com agricultura ou não; na segunda linha apresenta-se a forma como ocorria a tomada de decisão nos 56 casos em que a propriedade combinava atividade agrícola com o turismo; e na terceira e última linha apresentou-se a forma como ocorria a tomada de decisão nas 32 propriedades que trabalhavam apenas com o turismo rural:

TABELA 32: Tomada de decisão no turismo rural por sexo e tipo de atividade

Tipo de atividade	Sexo de quem toma as decisões referentes ao turismo rural		
	Mulher	Homens	Partilhada
Geral (turismo e agricultura ou não)	35,2%	52,3%	12,5%
Turismo e agricultura	26,8%	58,9%	14,3%
Turismo	50,0%	40,6%	9,4%

Fonte: Resultados da pesquisa, 2012.

Quanto ao sexo do responsável pelas “tomada de decisão na agricultura”, nos 56 empreendimentos que combinavam atividades agrícolas com não agrícolas observou-se que em 62,5% dos casos as decisões eram tomadas apenas pelos homens e em 35,7% das vezes a tomada de decisão se dava através de conversas entre ambos os sexos,

¹⁶ A tomada de decisão refere-se a todas as facetas que envolvem um negócio: crédito, produção, distribuição de recursos, planejamento, compras e comercialização.

enquanto que em apenas 1,8% dos casos as decisões eram tomadas apenas pelas mulheres. Portanto, essa variável, *tomada de decisão na agricultura*, mostra mais uma vez, a situação de subordinação da mulher na agricultura, dado serem raríssimos os casos em que elas eram as principais responsáveis pela tomada de decisão. No entanto, verificou-se, também, que em uma porcentagem significativa (35,7%) das propriedades as decisões estavam sendo tomadas de forma partilhada.

No que se refere aos 32 estabelecimentos que se dedicavam apenas às atividades não agrícolas, observou-se que o avanço foi ainda maior: em 50% dos casos as decisões do turismo eram tomadas pelas mulheres e em 40,6% essas decisões eram tomadas de forma partilhada. Enquanto que, nos 56 estabelecimentos que combinavam atividades agrícolas e não agrícolas o poder de decisão feminino caía para 26,8% dos empreendimentos, enquanto que a tomada de decisão partilhada prevalece em 14,3% das vezes, sendo que nessa situação o homem enquanto principal tomador de decisões ocorre em 58,9% dos casos. Portanto, os resultados da pesquisa em relação a tomada de decisão corroboram a perspectiva de que o trabalho feminino no turismo rural está relacionado com maiores níveis de autonomia da mulher e maior paridade em relação aos homens. A tabela que se segue apresenta os dados discutidos:

TABELA 33: Sexo do responsável pela tomada de decisão por setor nas propriedades pluriativas.

Setor da tomada de decisão	Sexo do responsável pela tomada de decisão			
	Mulher (%)	Homem (%)	Partilhada (%)	Total (%)
Agricultura	1,8	62,5	35,7	100
Turismo	35,2	52,3	12,5	100

Fonte: Resultados da pesquisa, 2012.

Assim, observou-se que no turismo a mulher tem um significativo aumento no que se refere a tomada de decisão quando comparado com a agricultura, corroborando o que já foi dito anteriormente.

8.1.6 A questão da contabilidade

A realização da contabilidade na sociedade rural pode indicar uma mudança de mentalidade, de abertura para a cultura urbana. Quando se realiza a contabilidade de determinado negócio busca-se o controle das despesas e a perspectiva do lucro. No que se refere à realização da contabilidade do negócio, dos 80 empreendimentos que

disseram realizar a contabilidade, observou-se que a mulher era a principal responsável pelas finanças em 60,0% deles; o homem em 22,5% e ambos em 17,5%. No caso dos empreendimentos que trabalhavam apenas com o turismo a porcentagem de mulheres que realizavam a contabilidade subiu para 75,0% dos casos, enquanto que nos empreendimentos pluriativos a mulher realizava a contabilidade na metade dos casos, como observou-se pela tabela que se segue:

TABELA 34: Sexo de quem realiza a contabilidade por tipo de atividade

		Sexo de quem realiza a contabilidade			Total
		Feminino	Masculino	Ambos os sexos	
Tipo de atividades desenvolvidas na propriedade	Apenas atividades não agrícolas	24	3	5	32
	Atividades agrícolas e não agrícolas	24	15	9	48
Total		48	18	14	80

Fonte: Resultados da pesquisa, 2012.

Esses dados revelam, portanto, que a mulher, na maioria das vezes, realizava a contabilidade, podendo vir a adquirir conhecimento de todos os aspectos que envolvem o negócio. Isto pode vir a contribuir para uma maior autonomia da mulher dentro do empreendimento.

8.1.7 A atribuição de valor ao trabalho da mulher

Outro aspecto analisado na pesquisa foi em relação ao valor do trabalho da mulher rural, haja vista, que uma das principais questões norteadoras do estudo foi buscar entender as mudanças na vida das mulheres que vivem no campo, em uma sociedade em transformação, tendo como enfoque central o trabalho. Para tanto, questionou-se aos respondentes se o trabalho da mulher no turismo rural teria passado a ser mais valorizado do que o trabalho da mulher na agricultura: 89,8% dos respondentes afirmaram que o trabalho da mulher no turismo era mais valorizado que o trabalho na agricultura. Os motivos alegados pelos respondentes foram:

TABELA 35: Motivos que tornariam o trabalho feminino mais valorizado no turismo do que na agricultura.

Por que o trabalho da mulher no turismo é mais valorizado?	Porcentagem (%)
Possibilita a mulher ter uma renda	30,7
Possibilita a mulher ter contato com os turistas	26,1
É um trabalho mais leve e mais adequado a mulher	5,7
Permite a aquisição de conhecimentos e habilidades	15,9
Existe um preconceito com o trabalho da mulher na agricultura	22,7
É um trabalho que aparece mais, tem mais visibilidade	43,2

Fonte: Resultados da pesquisa, 2012.

Dos motivos citados anteriormente, percebeu-se que dois deles estão diretamente relacionados a passagem do trabalho enquanto *bricolage* para o trabalho visto como *métier*, sendo estes: auferir renda a partir do trabalho e a aquisição de conhecimentos e habilidades novas, o que apontaria para o fato de que o trabalho não se restringiria mais apenas aos conhecimentos herdados, passados de geração para geração. A importância dessas duas variáveis para a autonomia da mulher fica ainda mais bem delineada na fala das próprias empreendedoras:

“(…) porque você apresenta o produto que você tá fazendo. Lá na roça parece que as pessoas não vêem muito aquilo que você fez. Você colheu aquele saco de café, de feijão e vai é pro mercado. Então, às vezes, a pessoa não vê que você produziu aquilo ali. Aqui você expõe o produto que você tá produzindo, né. As pessoas valorizam mais. O pessoal vem aqui e prova, a rapadura, o licorzinho, e fala ai que gostoso. Você se sente assim mais recompensada. Lá na roça você pegava levava a comida pro seu marido, chega lá, ajudava a fazer, no final das contas ele pega vendia o produto, você, você nem via a cara do dinheiro. Você tá ali trabalhando, trabalhando e não tem aquele valor.” (Respondente 1, nativa, mulher, 42 anos)

“Eu falo a verdade, eu tô gostando mesmo de trabalhar com o turismo, tô fazendo cursos, tem cursos que a Prefeitura tá oferecendo, aí todo curso que eu sei que tem, tô eu lá, eu era muito travada né, a gente acostumada nessa vidinha da gente de trabalhar só na roça pra de repente assim mudar, cê pegar de cara assim com o turista é uma coisa muito nova, sabe, pego muito assim de pancada em cima da gente, aí comecei a fazer curso assim, eu achei que os cursos ajuda a gente demais, quero ainda fazer muito curso.” (Respondente 81, mulher, nativa, 46 anos)

A respondente 1 ilustra bem a importância que tem a renda do seu trabalho para a sua autoestima, comparando o seu trabalho no turismo com o trabalho que desenvolvia antes na agricultura. Já a respondente 81 aborda a questão dos cursos de formação de que tem participado depois que iniciou a atividade no turismo, mostrando

como esse tipo de formação profissional tem feito a diferença na sua vida. Outro motivo recorrentemente alegado por mulheres e homens para a desvalorização do trabalho da mulher na agricultura, diz respeito à invisibilidade do mesmo. Segundo Melo e Sabatto (2006) a invisibilidade do papel da mulher na agricultura deve-se ao fato do trabalho da mulher nesse setor ser considerado um trabalho não remunerado, tido como simples ajuda. Nesse sentido, destacam-se os relatos descritos a seguir, muito representativos de como o trabalho no turismo tem feito com que as mulheres se sintam rompendo com essa invisibilidade:

“Porque a mulher que trabalha na roça acorda cedo, trabalha, trabalha, chega de tarde tem alguém reclamando ainda você não fez nada, não é assim que acontece???” (Respondente 2, nativa, mulher, 61 anos)

“Na roça é sempre o nome do marido e nunca o da mulher. O agroturismo valoriza a mulher, você tem mais igualdade. Eu vejo na minha casa, não é porque ele é o homem que ele manda mais que eu, é junto né, igualdade.” (Respondente 13, mulher, nativa, 39 anos)

“Porque o trabalho na roça não é visto como um trabalho.” (Respondente 50, mulher, nativa, 43 anos)

“Porque no agroturismo vem muita gente vê o seu trabalho e reconhece, na agricultura as pessoas nem sabe. Então a pessoa não valoriza o que não vê. Porque só vê quando tá lá no mercado pra ela comprar, mas não vê o passo a passo, no agroturismo tem como a pessoa vê, perguntar, trocar uma idéia e vê o trabalho.”(Respondente 55, mulher, nativa, 43 anos)

“No turismo as pessoas logo fala, te elogiam e na roça não você pode se matar dia e noite, chega em casa faz o serviço da casa, ninguém não reconhece nada não, no outro dia tudo a mesma coisa, aí tanto faz, o dia que você não fizer é porque você tá doente, que nem eles (os homens) falam isso: você tá passando mal? Porque não fez aquilo. Mexer com turismo é outra coisa, você faz uma comida boa todo mundo gosta, *gava*, eles chega aqui vê uma planta, acha bonita, quase que você nem prestava atenção, aí você olha assim é que é bonita e tudo. A gente que tá aqui, ou quem tá por aqui perto da gente nunca fala nada” (Respondente 81, mulher, nativa, 46 anos)

Além do poder aquisitivo e da visibilidade do trabalho, alguns respondentes citaram a questão da vaidade feminina e da ocupação de cargos públicos por mulheres, em função do turismo:

“Eu acho que a mulher na agricultura, primeiro que ela tá escondida, ela tá suja, ela não participa de toda a cadeia, porque se ela plantasse, colhesse, vendesse e ficasse com o dinheiro e administrasse tudo bem. Mas ela planta, colhe aí o marido vai vender e fica com o dinheiro e administra aquilo e não dá nem um tostão pra ela. Agora a mulher do turismo não. A mulher do turismo ela produz, aí ela toma banho, vai toda bunitinha lá pra frente pras lojinhas, cheias de rendinhas, com os potinhos dela e tal, ela vende a própria história, e ela recebe o dinheiro, ela administra.” (Respondente 14, mulher, estrangeira, 55 anos)

“Ficou mais em evidencia. Até porque a mulher aqui, ela não tinha cargos não tá, hoje você vê uma mulher a frente de uma Associação de agroturismo,

como vereadora, você vê uma mulher presidente de uma Associação do Hospital. E eu acho que quem tem mais poder aquisitivo é mais respeitado, né, infelizmente. Porque aí se veste melhor um pouquinho, vai num salão, põe um salto alto (risadas)” (Respondente 17, mulher, nativa, 58 anos)

“Hoje é, ainda é, tem uma diferença sim. Até nela se cuidar, se arranjar, se considerar mais, sabe. Eu digo assim estar mais de *pé no chão*, ser ela mesma, ela pode se manifestar mais.”(Respondente 6, nativa, mulher, 74 anos)

Rimbaud (1973) defende que uma das características da modificação do papel das mulheres nas sociedades em urbanização é a presença da vaidade feminina, uma invenção tipicamente urbana, já que as mulheres dentro de uma cultura tradicional eram “valorizadas” pela sua força de trabalho e pela fertilidade. Outro aspecto que chama atenção na fala da respondente 6 é a expressão utilizada por ela para descrever o processo de autonomia feminina, de que a mulher do turismo pode “*estar mais de pé no chão*”, assim essa expressão faz alusão a teoria de Bourdieu (1999), quando o mesmo coloca que as mulheres muitas vezes vivem numa “submissão encantada”, incorporando “habitus” de forma inconsciente. No entanto, o relato poderia indicar que o trabalho no turismo poderia contribuir para que as mulheres saiam dessa condição e consigam ter mais consciência da situação em que vivem e, portanto, mais voz e poder. Ainda houve respondentes que relacionaram a maior valorização do trabalho da mulher no turismo, utilizando-se de explicações relacionadas às características e funções tidas por elas como sendo naturais da mulher, como exemplificam as falas que se seguem:

“A mulher de uma forma geral ela tem mais compromisso, mais responsabilidade e mais organização dentro da empresa. Não que o homem é ruim, mas ele é muito largadão. A mulher é mais centrada, se preocupa mais com as coisas.” (Respondente 7, nativo, homem,)

“O trabalho de lavoura pra mulher, é um trabalho eu não diria aviltante porque nenhum trabalho é aviltante mas é um trabalho de exigência de um esforço físico muito grande sem a contrapartida de um retorno.” (Respondente 87, homem, estrangeiro, 68 anos)

Contudo, uma das respondentes chamou a atenção para o fato de que o trabalho no turismo muitas vezes era desvalorizado pelos homens quando comparado com a agricultura, por se tratar de um trabalho tido como mais fácil, mais leve, menos importante:

“Ainda tem muita discriminação com a mulher que trabalha na roça. Mas no agroturismo não é fácil também não porque se você não tá com o cabo da enxada na mão eles (homens) acham que você tá na boa, tá na sombra.”(Respondente 28, mulher, nativa, 43 anos)

Outro aspecto citado pelas mulheres como limitante da valorização do trabalho feminino na agricultura foram as questões relacionadas à dificuldade no momento de se aposentar. Segundo as respondentes as exigências eram grandes para as mulheres, pois parece haver uma desconfiança por parte do Estado de que a mulher realmente trabalhou na agricultura, o que geraria o sentimento de humilhação em muitas mulheres:

“Eu acho que lá na roça nem sempre ela é vista, aqui eu sou vista, sou eu que atendo, sou eu que explico. Quando se fala de lavoura acha que é só o homem que tá lá. Porque na verdade ela trabalha muito mais do que ele porque ela tá lá na roça e ela tem preocupação, com os filhos, com a casa, com a alimentação. Nem sempre alguém nota. Aí não tem valor. Aí ela tá com seus 60 anos, cansada, envelhecida, porque o sol prejudica mais a mulher do que o homem, ainda luta pra se aposentar, isso é uma falha muito grande pra nós, porque pra você ter uma idéia, pensa bem, numa pessoa que não tem estudo, não teve a oportunidade de estudar e teve que sobreviver, porque se não encarar o serviço de casa que já é *natural* da mulher e o de roça como que ela vai sobreviver. Então porque tem tanta dificuldade?” (Respondente 25, mulher, nativa, 40 anos)

“A gente pra aposentar quando você tá na roça é uma humilhação, você pra ir lá se aposentar você tem que tá com as mãos calejadas, você não pode usar uma tinta de cabelo, eu já ouvi casos de funcionários aqui, colona nossa, o cara fazendo a pesquisa “*ué, mais você tem dinheiro pra comprar tinta de cabelo?*”, então a pessoa que tá na roça tem que ser suja, não pode ter uma qualidade de vida pra poder se aposentar, que quê é isso? Nos não somos bicho, nem nada não. Então a pessoa que tá na roça ela não tem valor nenhum e já aqui não, aqui é diferente, as pessoas dão valor ao seu produto.” (Respondente 18, mulher, nativa, 40 anos)

Pelas falas anteriores se observou-se que o próprio Estado tem reproduzido a imagem preconceituosa em torno da mulher rural, como *sofrida* e maltratada pelos efeitos do trabalho duro na agricultura e sem qualquer tipo de vaidade. Questionou-se, ainda, aos respondentes sobre os fatores que interfeririam hoje para que uma mulher que vive no campo pudesse ter independência pessoal, econômica e liberdade para gerir sua própria vida. O resultado está disposto na tabela que se segue:

TABELA 36: Variáveis intervenientes na autonomia feminina

Variável	Ordem de importância da variável (%)				
	Primeira	Segunda	Terceira	Quarta	Quinta
Estudo	48,9	30,7	18,2	1,1	1,1
Renda própria	40,9	35,2	19,3	3,4	1,1
Idade dos filhos	4,5	17,0	35,2	26,1	19,3
Trabalho fora	4,5	15,9	22,7	51,1	4,5
Estado civil	1,1	1,1	4,5	18,2	73,9

Fonte: Resultados da pesquisa, 2012.

Pela tabela verificou-se que a variável que foi percebida como influenciando mais a autonomia da mulher rural foi o estudo, com 48,9% dos respondentes; o segundo

fator apontado foi a renda própria (35,2%); a terceira a idade dos filhos (35,2%), a quarta o trabalho fora de casa (51,1%) e a última e, portanto menos relevante para o processo de autonomia feminina foi o estado civil (73,9%). Assim, pelos dados apresentados pode-se verificar que o casamento já não era mais um fator de impedimento para o alcance da autonomia da mulher, tendo mais peso nesse processo a renda própria, símbolo de independência, liberdade e de possibilidade de acesso ao capital cultural e a escolarização, conforme apontaram Rambaud (1973) e Sen (2000). Este último afirma que o bem estar da mulher só pode se estabelecer se vier acompanhado de outras variáveis como a capacidade de auferir renda própria e educação. A importância da renda própria está expressa na seguinte fala: “*Sem uma renda própria você não é nada, você nem sai de casa.*” (Respondente 81, mulher, 46 anos).

Por fim, apresentou-se algumas frases aos respondentes através das quais eles deveriam colocar seu nível de concordância com as mesmas, segundo uma escala de 1 a 5, em que o “1” significava “discordo totalmente” e o 5 “concordo totalmente”. As frases se referiam as seguintes questões: independência econômica da mulher; poder de decisão e escolha; chefia da família; diferença de oportunidades para mulheres rurais e urbanas; responsabilidade sobre as atividades domésticas e cuidados com os filhos. A seguir apresentam-se frases dispostas na tabela com a distribuição das respostas em porcentagem:

TABELA 37: Nível de concordância com assertivas sobre a condição de vida e trabalho da mulher rural

	Discordo totalmente (1)	Discordo parcialmente (2)	Não concordo, nem discordo (3)	Concordo parcialmente (4)	Concordo totalmente (5)
O trabalho no turismo ajudou as mulheres a alcançar maior independência econômica.			2,3%	13,6%	84,1%
O trabalho no turismo contribuiu para as mulheres alcançarem maior poder de decisão e de escolha na família.		1,1%	3,4%	12,5%	83,0%
As mulheres que vivem na cidade têm mais oportunidades de estudar e ter uma profissão do que as que vivem no campo.	31,8%	15,9%		22,7%	29,5%
O chefe da família deve ser homem.	73,9%	12,5%		5,7%	8,0%
As atividades domésticas e o cuidado com os filhos são obrigações apenas da mulher.	71,6%	26,1%		2,3%	

Fonte: Resultados da pesquisa, 2012.

Observou-se que em termos de percepções dos respondentes que os aspectos relacionados à autonomia da mulher apontavam para a valorização da sua autonomia e independência. Em relação à independência econômica e poder de decisão na família, 97,7% dos respondentes acreditam que o trabalho da mulher no turismo tinha contribuído para que ela alcançasse independência econômica e 95,5% acreditavam que a inserção no turismo contribuía também para o poder de decisão e escolha no âmbito familiar. Dentre as explicações, destacou-se a fala citada abaixo:

“Eu conheço muitas mulheres por aí que trabalhava lá na roça, o marido vendia, o marido sempre tomou conta de tudo do dinheiro, ele comprava roupa pra ela uma vez por ano, ele que fazia a compra da casa, ela dava a listinha pra ele, ele ia lá e fazia a compra do jeito dele. Hoje não, hoje as mulheres que estão no agroturismo, por elas estarem recebendo o dinheiro, elas não deixaram de ajudar a família e a casa, mas elas já têm aquela independência de sair um pouquinho, de comprar alguma coisa, de decidir assim eu quero fazer uma reforma na minha casa, eu conheço mulheres que estão fazendo. Eu acho que isso ajudou a decidir sim, pelo fato delas terem o poder de receber o dinheiro.” (Respondente 55, mulher, nativa, 43 anos)

Já no que se referia à chefia da família 73,9% dos respondentes discordaram totalmente que o homem seja considerado o chefe e provedor da família. Em relação a essa frase obteve-se várias declarações dos respondentes, ilustrando esta questão:

“Eu acho que pode ser os dois. Se trabalha no mesmo ramo. Mas geralmente, as descendências de Italiano, geralmente o chefe é o homem né. Mas isso não diz que a mulher também não pode. Antigamente as mulheres eram mais omissas. Elas eram assim, aceitavam tudo que os maridos falavam (...). Mas elas tinham que ficar caladas. Acabavam ficando caladas, né. (Respondente 1, mulher, nativa, 42 anos)

Respondente: “Muito pelo contrário (risadas). Hoje em dia já não existe mais isso de homem ser chefe. Isso era coisa do passado, de antigamente. Hoje em dia ele que fala que eu sou o chefe.” Marido: “verdade!” Respondente: “não porque assim as decisões de mais responsabilidade geralmente eu que tomo. Ele ajuda. Porque assim eu vejo tudo que precisa, né.”(Respondente 10, mulher, nativa, 41 anos)

As estatísticas expostas na tabela e os relatos acima mostram que as mulheres envolvidas com o turismo rural estão conseguindo romper com as barreiras que lhes eram impostas, transcendendo assim as desigualdades entre os sexos. As mulheres rurais estão se afirmando mais como protagonistas de sua própria história. Também fica claro na fala das respondentes, a relação entre o contexto histórico em que se vive e a condição da mulher: “*antigamente as mulheres tinham que ficar caladas*”, ficando claro o contexto temporal face ao qual era muito mais difícil para as mulheres de antigamente romperem com as desigualdades de gênero que lhes eram impostas. Outro depoimento que chamou atenção da pesquisadora foi o do respondente 9, um agricultor pluriativo, que mostrou um outro lado do papel de ser chefe, em que o homem enquanto chefe também tornava-se vítima:

“Não, o homem não tem nada de ser chefe não. Muitas vezes a gente é que tem que tomar as decisão porque joga por cima. Ela mesma joga pra mim e fala você resolve, então eu que tenho que resolver, mais (...) já perdeu, porque esse negócio de decisão isso é muito relativo né, porque se acerta é bom, agora se erra toma paulada. Então é complicado né. Muitas vezes é bão deixar pro outro decidir e a gente acompanhar né.” (Respondente 9, homem, nativo, 68 anos)

Assim, nota-se que a posição de chefe da família nem sempre era algo desejado pelos homens, já que a qualquer erro decorrente do processo de tomada de decisão a culpa recairia sobre eles. Esse ponto de vista foi compartilhado também por algumas mulheres, como se pôde verificar nos relatos abaixo:

“Eu acho que não existe isso mais não. Eu acho que eles tem que ter mais pulso firme, mas ele mandar eu acho que não. Hoje nem dá certo isso mais não, hoje a mulher é muito independente. Igual no meu caso aqui pode ser até que ele seja o chefe da família, mas porque eu deixo ele ser, mas não que isso tem que ser assim. Porque eu acho que na hora que eu quero uma coisa, se eu quero não tem chefe que vai impedir não, entendeu.” (Respondente 19, mulher, nativa, 42 anos)

“Aqui em casa não tem muito isso não, mas eu gosto que o meu marido conduza, ele só não pode passar encima de mim.” (Respondente 12, mulher, nativa, 49 anos)

Pesquisadora: “você acredita que o homem deve ser o chefe da família?”
Respondente: “Na verdade, estou procurando um que queira ser o chefe (risadas)! Estou cansada de ser a chefe, ser chefe é muito difícil.”
(Respondente 27, mulher, nativa, 47 anos)

Pelas falas acima, observou-se que as mulheres também sabem se colocar dentro das relações de poder, pois mesmo nos casos em que atribuíam ao homem a função de chefe, isso não era visto por elas como algo negativo, mas, pelo contrário, elas utilizavam-se do fato de os homens serem os chefes para conseguirem o que desejavam e ainda assim permanecerem em uma situação de conforto, em que se isentavam de qualquer consequência em relação aos problemas que pudessem aparecer. Essa postura de desvitimização da mulher está em consonância com a perspectiva de Badinter (2005), já que a mesma desconstrói a imagem da mulher enquanto vítima. Segundo a autora não seria indicado reduzir as relações de gênero ao binarismo, em que os homens eram vistos como maus e as mulheres como vítimas, já que as relações de poder seriam muito mais complexas e envolveriam sutis negociações. Esta postura anti-vitimização da mulher foi declarada por 47,7% dos respondentes que consideravam, inclusive, que não existiria mais diferenças discrepantes entre as mulheres rurais e urbanas:

“Olha hoje, nem tanto. Poucos interiores não tem meios, porque hoje com a internet, com a informática, você já pode fazer cursos em casa. Não é tão como antigamente. Você pode desenvolver sua vocação em casa.”
(Respondente 6, mulher, nativa, 74 anos)

“Ter oportunidade têm, mas depende da pessoa enxergar a possibilidade de renda. Aqui a minha irmã viu no café que fazia uma possibilidade de ganhar dinheiro. Minhas filhas moram aqui e estudam, sabem falar inglês.”
(Respondente 3, mulher, nativa, 57 anos)

No entanto, a maioria, 52,2%, acreditava que as mulheres urbanas tinham mais condições que as rurais:

“Isso eu acho, nossa. Eu tenho minha irmã que mora no Rio ela já fez muitos cursos. Lá eles têm um campo aberto. A cidade grande te oferece muito mais. Igual se tivesse por aqui uma faculdade de artes plásticas, belas artes, eu faria.” (Respondente 20, mulher, nativa, 47 anos)

“Ainda tem essa diferença pelo horário, pelo transporte, às vezes tem o transporte mas quem mora em São Rafael (comunidade afastada), se a aula começa as 7 ela tem que pegar o transporte as 5, então essas duas horas faz muita diferença pra ela em casa, quem tá na cidade tá mais perto, passa ônibus toda hora. Acho que na cidade tem mais oportunidades, tem mais opção.” (Respondente 55, mulher, nativa, 43 anos)

As mulheres manifestaram autoconfiança em poderem romper as barreiras da desigualdade entre os sexos. Contudo, como afirma Sen (2000) as liberdades substantivas somente são conquistadas com o desenvolvimento das capacidades, que necessitam de condições materiais e ideais para se materializarem.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação buscou analisar a condição de vida e trabalho das mulheres que vivem no campo a partir do crescimento de ocupações rurais não agrícolas, dando ênfase aos contextos marcados pela presença do turismo rural. Perguntou-se a princípio se com as transformações sociais, econômicas e culturais pelas quais vêm passando o campo, as condições de vida e trabalho de mulheres e homens estariam se modificando também. Partiu-se do pressuposto de que o turismo rural enquanto uma atividade não agrícola diferente das tradicionais revelaria novas facetas do trabalho a partir do entrelaçamento entre o rural e o urbano, o campo e a cidade, que vêm acompanhando um processo mais amplo de transformação da sociedade rural, em que o modo de vida urbano adentra o campo sob variadas formas, trazendo consigo mudanças de valores e hábitos rurais, que, por sua vez, refletem-se nas condições materiais de existência dessas populações.

Para tanto a primeira hipótese da dissertação suponha que os processos de *transformação* pelos quais o rural vem passando modifica as relações de trabalho no campo, em função do caráter de *bricolage* presente nas atividades agrícolas tradicionais ganhar a conotação de *métier* (profissão), em atividades não-agrícolas, como o turismo. Hipótese essa que foi investigada, principalmente, a partir do objetivo específico que propôs descrever os indicadores do processo de transformação do campo nos dois municípios investigados.

De forma geral observou-se um hibridismo e uma linha tênue de separação entre as duas formas de se pensar o trabalho, no entanto as estatísticas revelaram uma tendência maior em apontar para o trabalho enquanto *métier*. As variáveis que revelaram mais fortemente o caráter de *métier* do trabalho foram: a realização de contabilidade, a realização de planejamento, a participação em associações, a renda, o acesso ao crédito e o consumo. Verificou-se que a maior parte dos rurais (84,1%) tem realizado planejamentos no trabalho, a contabilidade da propriedade (61,4%) e acessado linhas de crédito para investimentos (71,6%), revelando, portanto, o reconhecimento da utilidade do controle e a perda do medo de calcular, o que mostra também que a produção deixou de ser pensada prioritariamente para a subsistência e passou a adquirir uma conotação econômica de lucro.

A *bricolage* mostrou-se mais forte no caso de outras características e variáveis, como as relacionadas ao poder inventivo dos rurais, ao hábito de não tirar férias e as fontes de aprendizagem do trabalho que realizam. Quanto às invenções, percebeu-se que elas estão ligadas a inteligência prática dos rurais e as necessidades impostas pelo dia a dia de trabalho; em relação ao hábito de tirar férias, este ainda não está tão presente no cotidiano dos rurais devido as imposições do trabalho, dos costumes e da natureza; já quanto as fontes de aprendizado do trabalho, percebeu-se a mescla entre cursos profissionalizantes, conhecimentos passados de geração em geração e conhecimentos adquiridos com a prática do trabalho. Ademais, mesmo não sendo maioria, a lógica do *mais ou menos* em termos de contabilidade da propriedade turística se fez presente em parte significativa da população (38,6%), expressando um conhecimento aproximativo, tipicamente rural.

Constatou-se também que a presença da atividade agrícola na propriedade é um fator que dificulta a realização da contabilidade, seja porque as rendas das duas atividades se misturam, seja devido à dificuldade de calcular a renda da agricultura. Essa dificuldade estaria relacionada a instabilidade agrária que interporia sempre uma longa duração entre a terra e o trabalho, período esse cheio de incertezas que ameaçariam a renda que foi projetada.

Quanto ao objetivo específico de estabelecer diferenças e similaridades entre os modos de vida rurais e urbanos em nível do estado do Espírito Santo, pode-se dizer que objetivo foi alcançado, visto que, o modelo regressão logística evidenciou que um modo de vida rural e urbano não é determinado apenas em função da situação censitária (área geográfica), devendo-se levar em consideração variáveis referentes à trabalho, renda, perfil socioeconômico, escolarização, consumo e informação, dado que, observou-se que com a inclusão dessas variáveis independentes, o modelo melhorou seu poder de previsão. A aproximação dos modos de vida, em função da inclusão das variáveis independentes fez com que 27% dos indivíduos que vivem no campo fossem previstos como urbanos, revelando assim que apesar da permanência de discrepâncias entre as duas sociedades, devido ao poder de apropriação de cada indivíduo e as desigualdades sociais, o modo de vida urbano possui uma força expansiva e não está totalmente circunscrito aos habitantes da cidade. Percebeu-se, também, que o processo de urbanização parecer incidir de forma mais contundente em termos de consumo, no que se refere ao acesso à bens e serviços de origem urbana. Já, em relação às características

como trabalho, acesso a informação e comunicação (internet e celular), renda e escolarização, percebeu-se que ainda persistem diferenças significativas relacionadas à situação censitária do indivíduo.

Quanto ao objetivo de descrever o perfil e as características dos gestores, das propriedades e da atividade de turismo rural vale destacar a influência do turismo na diversificação dos grupos sociais que residem e/ou trabalham no campo, mostrando que esse deixou de ser pensado apenas pelo viés agrícola, tornando-se espaço de consumo, voltado para atividades ligadas a residência e lazer. A presença de estrangeiros e de não agricultores no campo é resultado desse processo de transformação do rural. No entanto, essa diversificação também trouxe conflitos culturais entre os habitantes do campo, como verificou-se através das diferenças de mentalidades e interesses entre estrangeiros e nativos, agricultores e não agricultores modificando, assim, a organização da sociedade rural. Cabe destacar também que, ao contrário, do que indicam alguns estudos, que relatam que o turismo rural compete com a agricultura, nas propriedades investigadas o turismo contribuiu para a manutenção da atividade agrícola, seja fixando os preços dos produtos agrícolas independente da época ou das oscilações do mercado, seja pelo aproveitamento de produtos que se perdiam na época da safra. No que se refere as percepções dos respondentes em relação as vantagens de se trabalhar com o turismo rural, a vantagem mais citada foi o fato de ter uma renda melhor e mais segura (81,8%), haja vista que na agricultura a renda era pequena e os riscos grandes, já que se está exposto às oscilações da natureza e da economia. Outra vantagem repetida entre os respondentes é a comunicação com pessoas e culturas diferentes (64,8%), permitindo aos habitantes do campo estabelecer uma rede maior de contatos e como consequência permitindo uma maior abertura através da comunicação. Em relação às desvantagens da atividade, observou-se que a maior parte delas está relacionada à modificação ou adaptação de antigos costumes a nova realidade, portanto, colocou-se nesse processo algumas resistências por parte da população rural. As dificuldades com a legislação, também citadas, se devem ao fato de não existir uma legislação específica para o turismo rural, visto que, ao mesmo tempo, que a legislação exige que as agroindústrias se adéquem aos padrões de higiene e qualidade gerais, os empreendedores precisam manter um ambiente tipicamente rústico, para atrair os turistas e essas exigências acabam por descaracterizar os produtos tradicionais.

Quanto ao objetivo de interpretar as representações do rural vinculadas ao turismo observou-se a presença de uma ruralidade apresentada enquanto espetáculo. Os moradores do campo incorporavam papéis sociais, tornando-se atores, enquanto que os citadinos se comportavam como espectadores. Percebeu-se, também, que a representação do rural apresentada pelos moradores locais estava ancorada sobre a memória coletiva do grupo. Neste sentido, a hibridização entre tradição e modernidade, conforto e simplicidade, traduzia-se em algo legitimado pelo grupo, revitalizando as relações sociais em nível local. Especificamente em relação aos folders e panfletos de propaganda, percebeu-se que os destinos turísticos eram apresentados a população citadina como lugares protegidos, livre das contaminações e problemas da vida urbana.

A segunda hipótese que foi trabalhada ao longo da dissertação era a de que as atividades voltadas ao turismo rural oportunizam à mulher maior autonomia profissional em relação ao homem, bem como a possibilidade de tomada de decisões por si mesma e a oportunidade de gerenciamento sobre o rendimento advindo do próprio trabalho em comparação com as atividades agrícolas. Hipótese essa vinculada, principalmente ao objetivo de verificar e analisar a presença de indicadores de autonomia das mulheres que trabalhavam com turismo.

Para a mensuração e análises dessa situação utilizou-se variáveis referentes a: escolaridade, formação, tipos de atividades desenvolvidas, acesso ao crédito, título de posse do empreendimento, poder de decisão, execução de atividades domésticas, valorização do trabalho feminino, oportunidades de estudo e trabalho. Quanto à escolaridade, observou-se uma média de 10,32 anos de estudo, sendo que a maioria dos respondentes (35,2%) possuía o ensino médio completo. No entanto, a escolaridade ainda pode ser considerada baixa devido a fatores culturais autóctones que contribuem para reduzir o nível de escolaridade das mulheres rurais, como a grande importância que sociedade rural atribui ao trabalho, visto que se observou que as mulheres que já trabalharam com agricultura começaram a trabalhar mais cedo do que as demais. Vale destacar também que 95,5% dos respondentes já realizaram algum tipo de curso para trabalhar com o turismo e que não houve diferenciação entre os cursos realizados por homens e por mulheres, indicando que todos, independente do sexo, passaram pelo mesmo processo de treinamento. Com relação aos tipos de atividades que desempenham no turismo rural, também não se observou diferenciação entre homens e mulheres, percebeu-se que as atividades desenvolvidas por elas não se referiam apenas àquelas do

âmbito reprodutivo, mas pelo contrário, elas participam de todas as etapas do processo, e em alguns casos em que o empreendimento tomou proporções maiores elas passaram a se dedicar apenas às atividades administrativas e financeiras.

Quanto ao acesso ao crédito, apesar das diferenças e da situação de desvantagem da mulher em relação a essa variável, os dados indicam que, quando o crédito é acessado apenas para a atividade de turismo rural, as mulheres conseguem galgar maior paridade em relação aos homens, indicando assim que quando comparado a agricultura o turismo rural permite um avanço em relação à autonomia feminina. Quanto ao registro do empreendimento turístico, pode-se verificar que a presença da agricultura também é um fator que limita a possibilidade feminina de que o empreendimento turístico seja registrado em seu nome. Isso se explica, de acordo com a literatura, pela agricultura ser caracterizada como uma atividade ligada a figura masculina, em que o homem é o chefe e provedor da família.

Quanto à realização das atividades domésticas, verificou-se que essas se constituem em um *núcleo duro* na vida das mulheres, visto que mesmo que elas estejam inseridas em trabalhos remunerados, as atividades domésticas ainda são consideradas como uma atribuição feminina, assim as próprias mulheres acabam por aplicar a si mesmas a responsabilidade sobre essas atividades, mesmo quando o marido se dispõe a ajudar, é porque essas atividades estão subentendidas por elas e de uma forma geral, pela sociedade, como obrigações e responsabilidades femininas, inculcadas sob a forma de “habitus sexualizado”.

Quanto ao processo de tomada de decisão, observou-se que, nas propriedades que trabalhavam apenas com o turismo rural, as mulheres participam mais do processo, do que quando comparada as propriedades que trabalhavam também com agricultura. Outro aspecto que vale destacar é em relação à posição de chefe da família que nem sempre é algo desejado pelos homens, já que a qualquer erro decorrente do processo de tomada de decisão a culpa recai sobre eles. Observou-se, ainda, que as mulheres também sabem se colocar dentro das relações de poder, pois, mesmo nos casos em que é atribuída ao homem a função de chefe, isso não é visto por elas como algo negativo, pelo contrário, elas utilizam-se do fato de os homens serem os chefes para conseguirem o que desejam e ainda assim permanecem em uma situação de conforto, em que se isentam de qualquer consequência em relação a possíveis problemas que possam aparecer. Essa constatação desconstrói a imagem da mulher enquanto vítima, mostrando

que não é indicado reduzir as relações de gênero ao binarismo, em que os homens são vistos como maus e as mulheres como vítimas, já que as relações de poder são muito mais complexas. Logo, deve-se entender o poder como um jogo em que mulheres e homens sabem se colocar.

Outro aspecto analisado foi em relação ao valor do trabalho da mulher rural, 89,8% dos respondentes disseram que o trabalho no turismo é mais valorizado que o trabalho na agricultura. Dentre os principais motivos alegados pelos respondentes estão: a) possibilidade de a mulher ter uma renda própria, b) possibilidade de ter contatos; c) o turismo é um trabalho mais leve e mais adequado à mulher; d) a aquisição de conhecimentos e habilidades; e) o preconceito com o trabalho da mulher na agricultura; f) a atividade de turismo é um trabalho que *aparece mais*, tem mais visibilidade.

Por fim, as estatísticas expostas e os relatos revelam que a agricultura é um universo que dificulta o processo de autonomia feminina e que as atividades não agrícolas como o turismo rural representam um avanço para a vida das mulheres rurais. Ademais, pode-se concluir ainda, que na situação estudada a autonomia da mulher esteve relacionada com a existência ou não de atividade agrícola na trajetória da propriedade. As mulheres que trabalham em propriedades nas quais a agricultura está presente ou esteve presente em sua trajetória apresentam uma autonomia menor em relação as mulheres que trabalham naquelas propriedades nas quais a atividade agrícola nunca esteve presente. Assim a pesquisa corrobora com a perspectiva de que as mulheres envolvidas com o turismo rural estão conseguindo romper com as barreiras que lhes são impostas, a partir desse novo trabalho, transcendendo assim as marcas de gênero, ou seja, apesar das históricas desigualdades entre os sexos, as mulheres rurais estão se afirmando como protagonistas de sua própria história.

Por fim, pode-se considerar que a presente dissertação contribuiu para os estudos na área de extensão rural ao evidenciar as principais características da atividade de turismo rural e da população que a realiza, identificando assim características, vantagens, desvantagens, potencialidades e conflitos relacionados com a atividade, à medida que contesta a concepção de se entender o campo apenas pelo viés agrícola e que revela as potencialidades ligadas ao turismo rural para o desenvolvimento rural e para equidade de gênero. Em relação, especificamente às questões de gênero no campo evidenciou-se a importância desse estudo, a fim de embasar a extensão rural em termos de produzir conhecimentos para elaboração de planos e políticas públicas que passem a

pensar as mulheres nas áreas tidas como “produtivas” no campo, fomentando assim os projetos e programas de facilitação de acesso ao crédito rural e profissionalização feminina. Por fim, os resultados podem servir como suporte para repensar a extensão rural em termos de teoria e de prática visto que contraria a concepção do campo como um espaço à parte das transformações globais e que entende o rural e o urbano enquanto universos que estão além da fronteira física entre campo e cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada. Rio de Janeiro: 2000.

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

ALMEIDA, F. C.; SIQUEIRA, J. O. **Comparação entre regressão logística e redes neurais na previsão de falência de bancos brasileiros**. Terceiro Congresso Brasileiro de Redes Neurais, 4. Florianópolis, p. 1-6, 1997.

ALVES, M. F. P. **Dificuldades no acesso ao crédito pelas mulheres rurais: Discutindo a experiência do PRONAF mulher no oeste potiguar**. In: VII Congresso latino-americano de Sociologia Rural, 2006, Quito. VII Congresso latino americano de Sociologia Rural, 2006. v. 01. p. 1-23.

ANJOS, F. S. *et. al* . Agricultura familiar e políticas públicas: impacto do PRONAF no Rio Grande do Sul. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 42, n. 3, set. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032004000300007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 jan. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032004000300007>.

ASSOCIAÇÃO DA FESTA DA POLENTA (AFEPOL). **Festa da Polenta**. Site elaborado pela AFEPOL que apresenta notícias e reportagens sobre a festa. Venda Nova do Imigrante-ES, 2011. Disponível em: < <http://www.festadapolenta.com.br/>>. Acesso em: nov. de 2011.

BACKZO, B. **Imaginação social**. In: ENCICLOPÉDIA EINAULDI. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, pp. 296-332.

BADINTER, E. **Rumo equivocado**. O feminismo e alguns destinos. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2005.

BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada às Ciências Sociais**. 7. ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 2008. 315p.

BEAUJEU-GARNIER, J. **Geografia urbana**. 2. Edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

BEAUVIOR, S. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BERTOCCHI, L. P. **Forma de valorização do capital por meio dos loteamentos fechados no município de Domingos Martins/ES**. 131f. Programa de Pós-graduação em Ciências econômicas. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória-ES: setembro de 2006.

BIAZZO, P. P. Campo e rural, cidade e urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em geografia agrária. **ENGRUP**, São Paulo, 2008, p. 132-150.

BONI, V. **Gênero: o doméstico e o produtivo na agroindústria familiar**. 2008. Disponível em: <<http://www.rimisp.org/FCKeditor/UserFiles/File/documentos/docs/pdf/0511-006522-01gtvaldeteboni.pdf>>. Acesso em: abril de 2010

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.

BRANDÃO, C. R. **Os caipiras de São Paulo**. São Paulo, Brasiliense, 1983.

BRASIL. Ministério do Turismo. Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural. 2005.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil**. Brasília: 2003. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Diretrizes_Desenvolvimento_Turismo_Rural.pdf>.

BRASIL. Presidência da República. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008. 236 p.

BRASIL. **Turismo rural**: orientações básicas. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas para o Turismo. Brasília: 2008. 53p.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n. 1, p. 205-227, abr. 2004.

CAMPANHOLA, C. GRAZIANO DA SILVA, J. **O Novo rural Brasileiro**: Uma análise estadual: Sul, Sudeste e Centro oeste. Vol. 3. Jaguariúna-SP: EMBRAPA meio ambiente, 2000. 218p.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 15-50.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1964.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 53-75, out. 1998.

CARNEIRO, M. J. **Ruralidades contemporâneas**. Modos de viver e pensar o rural na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro, Mauad X, FAPERJ, 2012.

CARNEIRO, M. J. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: SCHNEIDER, S. (org.). **A Diversidade na Agricultura Familiar**, Porto Alegre:UFRGS, 2006.

CARVALHO, M. S. **Turismo e a questão de gênero** – o papel da mulher no desenvolvimento do turismo rural no Brasil. Curso de Especialização em Turismo e Desenvolvimento Econômico **Universidade de Brasília**. Brasília – DF: 2008.

CASTRO, E. G.. Estudos de comunidade: reflexividade e etnografia em Marvin Harris, Rev. Universidade Rural (Série Ciências Humanas), Rio de Janeiro, 23, 2: 195-210, 2001.

CAVACO, C. Turismo rural e desenvolvimento local. IN: **Turismo e geografia**. São Paulo: Hucitec. pp. 94-121. 2001.

CHEROBIM, A. P. M. S.; MARTINS, G. A.; SILVEIRA, J. A. G. **Abordagem metodológica qualitativo-quantitativa em pesquisas na área de administração**. Trabalho apresentado no XXVII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. Atibaia - SP: 24 a 27 de setembro de 2003. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/evento.php?acao=trabalho&cod_edicao_subsecao=48&cod_vento_edicao=7&cod_edicao_trabalho=1770#>. Acesso em: 25 set. 2012.

CORRAR, L. J. E.; FILHO, J. M. D. **Análise Multivariada para os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia**. São Paulo: Atlas S.A., 2009.

CUNHA, J. V. A.; JUNIOR, E. B. C.; MARTINS, G. A. Uma aplicação da regressão logística no Inventário de Estilos de Aprendizagem de Canfield (LSI) sob a ótica das reprovações acadêmicas. **RCO – Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 3, n. 2, p. 100 - 112 mai./ago. 2008.

DOUGLAS, M. **Pureza e perigo**. São Paulo: Editora Perspectiva S. A., 1976, p.11-42.

DURKHEIN, E. ; MAUSS, M. Algumas formas primitivas de classificação. IN: MAUSS, M. **Ensaio de Sociologia**. 2 ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1999. 512p. p. 399-455.

ENDLICH, A. M. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (org.). **Cidade e campo**. Relações e contradições entre urbano e rural. 2 ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010, 248p. p. 11-32.

FARIA, N. Economia feminista e agenda de lutas das mulheres no meio rural. IN: BUTTO, A. (org.). **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília: MDA, 2009.168p.

FAVARETO, A. S. A longa evolução da relação rural–urbano: para além de uma abordagem normativa do desenvolvimento rural. **Ruris**, vol.1, n.1, março de 2007, p.157-190.

FAVARETO, A. S. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Editora IGLU, 2007.

FERNANDES, Sirlei Aparecida. **Gênero e Políticas de Crédito: O Pronaf-Mulher em Santa Catarina.** Florianópolis, 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Departamento de Sociologia e Ciência Política, Universidade Federal de Santa Catarina. 2008.

FIGUEIREDO, N. M. S.; CORRÊA, A. M. C. J. O Trabalho Agrícola no Brasil: Educação e Determinantes do Acesso à Internet. **Pensam. Real**, Ano XII — v. 24, n. 1/2009.

FRASER, N. O que é crítico na teoria crítica? O argumento de Habermas e o gênero. In: BENHABIB, Seyla, CORNELL, Drucilla. **Feminismo como crítica da modernidade.** Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1987.

FREYRE, G. (1900-1987). **Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano.** 15ª ed. São Paulo: Global, 2004.

FROELICH, J. M. A reconstrução de identidades e tradições: o rural como tema e cenário. **Antropolítica**, Niterói, n.14, 1 sem., 2003: p.117-132.

GOFFMAN, E. **Ritual de Interação: Ensaio sobre o comportamento face a face.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. 252p. p. 9-50.

GOLDWASSER, M. J. “Cria fama e deita-te na cama”: um estudo de estigmatização numa instituição total. In:VELHO, G. **Desvio e divergência: uma crítica da patologia social.** 5 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. p. 29-51.

GONÇALVES, M. A. Histórias da minha infância: nos meus tempos de escola. **Folha da Terra**, Venda Nova do Imigrante, n 687, 10 out. 2011, p.2-24.

GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. **Nova economia**, Belo horizonte. V.7, n.1, p.43-81, maio de 1997.

GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M.E. Rural nonfarm employment and incomes in Brazil: patterns and evolution. **World Development**, v. 39, n.3, p. 443-453, 2001.

GRAZIANO DA SILVA, . et al. **Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil.** In: Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável. (Org.) ALMEIDA, J. A. et al. Santa Maria: Centro Gráfico,1998.

HAIR, J. F., BABIN, B., MONEY, A. H. E SAMUEL, P. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração.** Porto Alegre: Bookman, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Serviços de informações. **Banco de dados agregados.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: novembro de 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Serviços de informações. Banco de dados agregados. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: maio de 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) referentes ao estado do Espírito Santo**. PNAD-IBGE, 2009.

INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL. Atividades Rurais não Agrícolas. **Incaper em Revista**, ano 1 - nº 1 - Janeiro a Dezembro de 2010. Disponível em: <<http://incaper.web407.uni5.net/revista.php?idcap=986>>. Acesso em: novembro de 2011.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERACIÓN PARA LA AGRICULTURA. **Diagnostico do Turismo rural em el Brasil**: un concepto em construcción. 2009. Disponível em: <www.iica.org.br>.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001, 420p. p.17-44.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural. Conceitos e aplicação ao Caso Brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

KANSO, S. **Utilização da regressão logística para a classificação de famílias quanto à condição de pobreza nas RMs do Rio de Janeiro e Recife nos anos de 1970, 1980 e 1991**. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú - MG – Brasil, de 20-24 de Setembro de 2004.

KATO, P. Y. A. **Gênero e turismo**: Uma análise da mão de obra feminina no mercado de trabalho formal do turismo. Brasília, 2008. Monografia (Especialização em Turismo e Desenvolvimento Econômico) - Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília. 2008.

LANDIM, F. L. P.; LOURINHO, L. A.; LIRA, R. C. M.; SANTOS, Z. M. S. A. Uma reflexão sobre as abordagens em pesquisa com ênfase na integração qualitativo-quantitativa. **RBPS**, 19 (1) : 53-58, 2006.

LEFEBVRE, H. Problemas de sociologia rural. In: MARTINS, J.S. (org.). **Introdução crítica a sociologia rural**. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora, UFMG, 2008.

LEONE, E. T. **Introdução:** Trabalho das Mulheres Residentes Rurais do Estado de São Paulo. 2007. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/mulher/index.php?bole=06&tip=01>>. Acesso em: março de 2009.

LOLIO, C. A.; PEREIRA, J. C. R.; LOTUFO, P. A.; SOUZA, J. M. P. Hipertensão arterial e possíveis fatores de risco. **Rev. Saúde Pública** [online]. 1993, vol.27, n.5, pp. 357-362. ISSN 0034-8910.

LUNARDI, R. **Turismo rural:** a contribuição da mulher. Dissertação (mestrado). Curso de mestrado em Extensão rural da Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria-RS: 2006.

LUNARDI, R.; ALMEIDA, J. A. J. As representações do trabalho no turismo rural para as mulheres da Região dos Campos de Cima da Serra – RS. **Revista Extensão Rural, DEAER/CPGExR – CCR – UFSM**, Ano XV, 2008

LUNARDI, R.; SOUZA, M. Atrizes do turismo rural: o trabalho da mulher na atividade turística na região dos Campos de Cima da Serra (RS). **Agriculturas**, v.6, n.3, p. 15-17, out. 2009.

MATTEI, L. A relevância da família como unidade de análise nos estudos sobre pluriatividade. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 45, n. 4, dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032007000400011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 jan. 2012.

MEDEIROS, S. A.; DANTAS, A. B.; SANTOS, P. C. F.; MINUZZI, J. **Modelagem com regressão logística para a satisfação no trabalho.** Trabalho apresentado no SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, Universidade Federal de Alagoas – UFA, 2007.

MELO, H. P.; SABBATO, A. D. Gênero e Trabalho rural 1993/2006. **Estatísticas rurais e a economia feminista:** um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: MDA, 2009.168p.

MELO, H. P.; SABBATO, A. D. Mulheres rurais – invisíveis e mal remuneradas. In: **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006, 260 p.

MENDONÇA, M. C. A.; BATALHA, M. O. SANTOS, A. C. Turismo no espaço rural: debate e tendência. IN: Organizações rurais & agroindustriais, vol. 4, n. 2, 2002. Disponível em: <<http://revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/viewArticle/259>>. Acesso em: 25 set. de 2012.

MOREIRA, R. J. Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação. **Cadernos CPDA – Ruralidades.** Rio de Janeiro: CPDA/ UFRRJ, n. 1, nov. 2002, 38p.

NASCIMENTO, C. A. Pluriatividade, pobreza rural e serviço doméstico remunerado. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 42, n. 2, jun. 2004 . Disponível

em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032004000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 jan. 2012

NOGUEIRA, V. S. A “**Venda Nova das Imigrantes**”: relações de gênero e práticas sociais do agroturismo. Dissertação (mestrado). Departamento de Sociologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP: 2004.

NUNES, C. C.; PINTO, V. P. S. **Campo, cidade, urbano e rural: Categorias e Representações**. 2009. Disponível em: <<http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completos/Carla%20Cristiane%20Nunes.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2011.

OLIC, N. B. Aspectos do novo rural brasileiro. **Revista Pangea: Quinzenário de Política, Economia e Cultura**, 2001. Disponível em: <http://www.clubemundo.com.br/revistapangea/show_news.asp?n=100&ed=4>.

PAULILO, M. I. S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p.229-252, abr. 2004.

PERALTA, N.; ALENCAR, E. F. Ecoturismo e Mudança Social na Amazônia Rural: efeitos sobre o papel da mulher e as relações de gênero. **Campos**, v. 9, n. 1, p. 109-129, 2008.

PORTAL BRASIL. **Autonomia feminina**. 2012. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/secoes/mulher/desigualdade-de-generos/autonomia-feminina/print>>. Acesso em: 13 de setembro de 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS. Informações sobre o município. Disponível em: www.domingosmartins.es.gov.br>. Acesso em: 13 de maio de 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE. **Informações sobre a cidade e o turismo local**. Disponível em: <<http://www.vendanova.es.gov.br/>>. Acesso em: 14 de novembro de 2011.

QUEIROZ, M. I. P. **Cultura, Sociedade Rural e Sociedade Urbana no Brasil**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Ed., 1978. 314 p.

RAMBAUD, P. **Les fondements de l'Éurope agraire**. Paris: Editions L'Harmattan, 1995.

RAMBAUD, P. **Société rurale et urbanisation**. Paris: Editions du Seuil, 1973, 343 p.

ROSA, L. R.; FERREIRA, D. A. O. As categorias rural, urbano, campo e cidade: a perspectiva de um *continuum*. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. **Cidade e campo**. Relações e contradições entre urbano e rural. 2 ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010, 248p. p.187-204.

SANCHEZ-CASAS, C. La centralidad de El modo de asentamiento durante El predomínio de la contradiccion campo-ciudad. **Sociedad, sistema y habitat**. Madri: Los libros de La Catarata, 2009, p. 198-266.

SANTOS, L. M.; FERREIRA, M. A. M.; FARIA, E. R. Utiliza o de modelos de regressão logística para a previsão de risco de liquidez em micro e pequenas empresas. **ABCustos Associa o Brasileira de Custos**, vol. IV n  3, 62-83 – set/dez 2009.

SANTOS, M. **A urbaniza o brasileira**. 3 edi o, São Paulo, Hucitec, 1996.

SANTOS, M. Por uma outra globaliza o: do pensamento único   consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, T. M. B. B. **Turismo Rural e Sustentabilidade: O caso dos municípios do Espírito Santo**. Niterói, 2004. (Disserta o de Mestrado) Programa de Pós-Gradua o em Ciência Ambiental, Universidade Federal Fluminense, 2004.

SCHNEIDER, S.; CONTERATO, Marcelo Antonio; KOPPE, Leonardo Renner; SILVA, Carolina Castilho. A pluriatividade e as condi es de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. In: SCHNEIDER, Sergio. (org.). **A Diversidade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

SEBRAE. Turismo rural no Brasil cresce   taxa de 30% ao ano. 2010. Disponível em: <<http://www.agenciasebrae.com.br/noticia/11082033/servicos/turismo-rural-no-brasil-cresce-a-taxa-de-30-ao-ano/?indice=420>>. Acesso em: 12 de dezembro de 2011.

SEN, A. A condi o de agente das mulheres e a mudança social. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradu o: MOTA, L. T. São Paulo: Companhia da Letras, 2000.

SILVA, M. F. da; ALMEIDA, J. A. J.; SOUZA, M.. O turismo rural e as organiza es sociais locais no distrito de São Pedro, Bento Gonçalves – RS. **Organiza es Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 7, n. 5, p. 335-344, 2005.

SOBARZO, O. O Urbano e o rural em Henri Lefebvre. IN: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. **Cidade e campo**. Rela es e contradi es entre urbano e rural. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

SOLARI, A. B. O Objeto da Sociologia Rural. In: Szmrecsányi, T. e Queda, O. (orgs.). **Vida Rural e Mudança Social**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

SOTO, W. H. G. **A crise da sociologia rural no Brasil e suas tradi es teóricas**. 2011. Disponível em: <<http://www.ufpel.edu.br/isp/ppgcs/publicacoes/william/15.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2011.

SOUZA, M.; DEL GROSSI, M. E. A evolu o das ocupa es das famílias na região não-metropolitana rural do Estado do Paraná: 1992-99. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Dez 2002, vol.40, no.4, p.807-822. ISSN 0103-2003

SOUZA, R. P.; SOUZA, M. S.; **O debate brasileiro sobre pluriatividade: implicações sobre o desenvolvimento rural e as políticas públicas.** Trabalho apresentado no XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco-Acre: 20 a 23 de julho de 2008.

SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. **Cidade e campo.** Relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo, Expressão Popular, 2010.

STADUTO, J. A. R.; WADI, Y. M.; SOUZA, M.; NASCIMENTO, C. A.; TONDO, I. S. P. **As Ocupações e Rendas das Mulheres das Famílias Rurais Paranaenses.** IN: Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder. Florianópolis, 25 a 28 de agosto de 2008. Disponível em: <http://www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/ST3/Staduto-Wadi-Souza-Nascimento-Tondo_03.pdf>. Acesso em: março de 2009.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TRIOLA, M. F. **Introdução à estatística.** Rio de Janeiro: LTC, 2005.

VEIGA, J. E. Destinos da ruralidade no processo de globalização. **Estudos Avançados** 2004, Vol. 51, n. 18, pp. 51-67.

WANDERLEY, M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. IN: **Una nueva ruralidad en América Latina?** Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. ISBN: 950-9231-58-4. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como espaço de vida** – reflexos sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2009.

WAQUIL, P. D.; FINCO, M. V. A.; MATTOS, E. J. Pobreza rural e degradação ambiental: uma refutação da hipótese do círculo vicioso. **Rev. Econ. Sociol. Rural [online]**. 2004, vol.42, n.2, pp. 317-340. ISSN 0103-2003.

WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. VELHO, O. G. O. **Fenômeno urbano.** 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1979.

XAVIER, L. F.; COSTA, J. G.; COSTA, E. F. **Inadimplência ao Crédito Rural na Fruticultura Irrigada do Polo Petrolina–Juazeiro.** Trabalho apresentado no IV Encontro de Economia Baiana em setembro de 2008.

APÊNDICE A – Modelo de Termo de Consentimento do respondente

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, li e/ ou ouvi os esclarecimentos dados sobre o estudo do qual participarei. A explicação que recebi esclarece os riscos e benefícios do estudo. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento, sem justificar minha decisão. Também concordo com o direito de uso das imagens (fotografias) para o estudo. Sei que meu nome não será divulgado, que não terei despesas e não receberei dinheiro por participar do estudo.

Voluntário (Entrevistado) _____

Equipe:

Prof^a Dr^a Ana Louise de Carvalho Fiúza
(Coordenador da pesquisa)

Patrícia Ferraz do Nascimento
(Estudante entrevistador)

APÊNDICE B – Roteiro do Questionário

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL

Data da entrevista: __/__/2012

Responsável pela entrevista: Patrícia Ferraz do Nascimento

Número de identificação do Questionário: _____

Identificação (respondente): () 1- Proprietária () 2- Membro da família proprietária
() 3- Trabalhadora assalariada () 4- Meeira () 5- Outro. Especifique? _____

Identificação do Perfil das mulheres:

Nome: _____

Idade: _____

Naturalidade: _____

Estado civil: () 1- Solteira () 2- Casada () 3- União estável () 4- Divorciada /
separada () 5- Viúva

Tempo de casada/união estável: _____

Escolaridade (Anos de estudo): _____

Você reside na propriedade? () 1- Sim () 2- Não

Se não, você reside na área rural ou urbana? () 1- Rural () 2- Urbana

Qual a sua religião? () 1- Não possui religião () 2- Católica () 3- Evangélico () 4-
Espírita () 5- Outra Qual: _____

Número de filhos: _____

Número de filhos que residem na propriedade: _____

Você é descendente de imigrantes? () 1- Sim () 2- Não

Se sim, de qual País e região? _____

Ficha de composição dos membros da família:

Caracterização da propriedade:

Nome do sítio: _____

Quantos hectares possui a propriedade? _____

Que tipos de atividades são desenvolvidas na propriedade?

() 1- Apenas atividades não agrícolas (ir para pergunta 19) () 2- Atividades agrícolas e
não agrícolas

Em ordem de importância, que tipos de atividades agrícolas (tipos de plantações,
criação de animais, etc) são realizadas aqui na propriedade ou pela família (listar em
ordem de importância)? _____

Vocês já pegaram algum tipo de empréstimo em bancos/cooperativas/Governo
(PRONAF) para investir na propriedade ou na atividade turística?

() 1- Sim () 2- Não (ir para questão 22)

Se, sim especificar qual tipo de empréstimo: _____

Se sim, em que investiram?

() 1- Atividade agrícola () 2- Turismo () 3- Outro. Especifique? _____

Se sim, o(s) empréstimo(s) foi(ram) feitos no nome de quem?

() 1- No nome da entrevistada

() 2- No nome de uma das mulheres da família. Quem? _____

() 3- No nome de um dos homens da família. Quem? _____

Se não, por quê?

() 1- Porque nunca precisaram

() 2- Por medo de não conseguir pagar

() 3- Porque não gostam de pegar dinheiro emprestado

() 4- Já tentaram mas não conseguiram porque o pedido não foi aprovado

() 5- Outro. Especifique? _____

A agroindústria/ hotel-fazenda/restaurante possui registro? () 1- Sim () 2- Não (ir para questão 25)

Se sim, onde?

Se sim, em nome de quem está registrada?

() 1- No nome da entrevistada

() 2- No nome de uma das mulheres da família. Quem? _____

() 3- No nome de um dos homens da família. Quem? _____

Número de pessoas envolvidas na atividade turística: _____

Número de membros da família: ____ Número de pessoas contratadas ou meeiros: ____

Número de pessoas envolvidas na atividade agrícola: _____

Número de membros da família: ____ Número de pessoas contratadas ou meeiros: ____

Consumo:

Que tipos de alimentos vocês produzem na propriedade para o consumo? Que tipos de alimentos vocês compram no mercado? (*apenas para uma respondente da família*)
(Pedir para listar café da manhã e tarde almoço e jantar)

Qual é a porcentagem (mais ou menos) dos alimentos consumidos por vocês são adquiridos na cidade? (*apenas para uma respondente da família*) () 1- Menos de 25%
() 2- de 25% a 50% () 3 - de 50% a 75% () 4- Mais de 75% () 4- Quase 100%

Posse de bens (*apenas para uma respondente da família*)

Energia elétrica	() 1- Sim	() 2- Não
Água encanada	() 1- Sim	() 2- Não
TV	() 1- Sim	() 2- Não
Celular	() 1- Sim	() 2- Não
Telefone fixo	() 1- Sim	() 2- Não
Computador	() 1- Sim	() 2- Não
Internet	() 1- Sim	() 2- Não
Geladeira	() 1- Sim	() 2- Não
Fogão a gás	() 1- Sim	() 2- Não

Máquina de lavar roupas	<input type="checkbox"/> 1- Sim	<input type="checkbox"/> 2- Não
Tanquinho	<input type="checkbox"/> 1- Sim	<input type="checkbox"/> 2- Não

Em que tipo de fogão você cozinha na maior parte das vezes, para a sua família?

1- Fogão a lenha 2- Fogão a gás

Qual é o principal meio de locomoção da família? (*apenas para uma respondente da família*) 1- A pé 2- Bicicleta 3- Carro de boi 4 - Charrete 5- Moto 6- Ônibus 7- Carro

Você tem acesso à internet? 1- Sim 2- Não , Se sim, quantas vezes por semana?

Perguntas relacionadas ao trabalho no turismo

Como surgiu a ideia de trabalhar com o turismo? Quando foi isso? De quem foi a ideia?

Vocês tiveram o incentivo de alguma Instituição? 1-sim 2-não Qual(is):

Qual(is) as tarefas você realiza na atividade turística?

Em média, quantos turistas vocês recebem por mês? _____

Quais as épocas do ano (ou meses) vocês recebem maior número de turistas? _____

Além das atividades relacionadas ao turismo, você tem algum outro trabalho?

1- Sim 2- Não

Se sim, qual é?

Se sim, onde a senhora exerce sua outra atividade na cidade ou no campo? 1- Campo

2- Cidade

Quantas horas você se dedica por dia na atividade do turismo?

Com que idade começou a trabalhar? _____

No passado, antes de trabalhar na atividade turística, que tipos de atividade você realizava?

Gostaria de ter alguma outra profissão/atividade no futuro? () 1- Sim () 2- Não (ir para a 47)

Se sim, que tipo de atividade/profissão gostaria de ter? _____

Você tem o hábito de fazer a contabilidade do seu negócio? (gastos/receita/lucros) (apenas para um dos membros da família da 47 a 50) () 1- Sim () 2- Não () 3- mais ou menos

Por quê?

Se sim, é você mesma que realiza ou outra pessoa? Quem é essa pessoa?

Quem é o responsável por lidar com o dinheiro e a comercialização do empreendimento?

Você planeja fazer algum tipo de investimento para melhorar o serviço ligado ao turismo?

() 1- Sim () 2- Não

Se sim, quais?

Em sua opinião trabalhar com o turismo tem ajudado a família?

() 1- Sim () 2- Não

Como? Em que?

Os produtos comercializados pelo turismo já eram feitos para o consumo próprio da família?

() 1- Todos os produtos eram produzidos antes para o consumo próprio da família

() 2- Alguns dos produtos já eram produzidos para o consumo próprio, mas outros não

() 3- Nenhum dos produtos eram produzidos antes para o consumo da família

Com quem você aprendeu a fazer os produtos que comercializa (tradicional e aprendidos)?

Com quem aprendeu as atividades que desenvolve hoje no turismo?

Mudou algo na forma como você fazia os produtos/atividades antes para o consumo próprio para como são feitos hoje para o turismo (e em função da legislação e do mercado)? () 1- Sim () 2- Não

Se sim, cite as mudanças e as dificuldades em se adaptar:

Você fez curso de capacitação para trabalhar na atividade de turismo?

1- Sim 2- Não

Se sim, qual(is) tipo(s) de curso(s) você fez, quem promoveu os cursos?

Como o seu trabalho no turismo é visto por você?

1- Como um passatempo 2- Como uma profissão

Você tira férias? 1- Sim 2- Não

Se não, por quê?

A sua vida (em termos de renda) melhorou depois que você começou a trabalhar com o turismo?

1- Melhorou muito 2- Melhorou parcialmente 3- Não melhorou, nem piorou
 4- Piorou parcialmente 5- Piorou muito

A sua qualidade de vida melhorou depois que você começou a trabalhar com o turismo?

1- Melhorou muito 2- Melhorou parcialmente 3- Não melhorou, nem piorou
 4- Piorou parcialmente 5- Piorou muito

Quais são as principais vantagens de trabalhar com o turismo?

Quais são as principais desvantagens de trabalhar com o turismo?

Autonomia

O que você faz nas horas de folga?(dois ou três itens)

O que o seu marido ou pai costuma fazer nas horas de folga?(dois ou três itens)

Quando decidiu trabalhar com o turismo, as pessoas da família apoiaram?

() 1- Sim () 2- Não () 3- algumas apoiaram, outras não

Por quê?

Você participa de festas? () 1- Sim () 2- Não

Se sim, quais festas costuma ir?

Se não, por quê?

Quais são as pessoas da família que ajudam nas atividades domésticas? Quem da família é o principal responsável?

Você tem alguma pessoa de fora que ajuda nas atividades domésticas?

() 1- Sim () 2- Não

Quem da família toma as decisões referentes a produção agrícola?

Quem da família toma as decisões quando se trata do turismo/agroturismo?

O que você costuma fazer com o dinheiro que recebe do trabalho no turismo?

Você concorda com a seguinte afirmação: *“O trabalho no turismo te ajudou a alcançar independência econômica”*

() 1- Concordo totalmente () 2- Concordo parcialmente () 3- Não concordo, nem discordo () 4- Discordo parcialmente () 5- Discordo totalmente

Você concorda com a seguinte afirmação: *O trabalho no turismo aumentou seu poder de decisão e escolha na família”*

() 1- Concordo totalmente () 2- Concordo parcialmente () 3- Não concordo, nem discordo () 4- Discordo parcialmente () 5- Discordo totalmente

Você concorda com a seguinte afirmação: *“As mulheres que vivem na cidade tem mais oportunidades de estudar e ter uma profissão do que as mulheres que vivem no campo”*

() 1- Concordo totalmente () 2- Concordo parcialmente () 3- Não concordo, nem discordo () 4- Discordo parcialmente () 5- Discordo totalmente

Você concorda com a seguinte afirmação: *“O chefe da família deve ser o homem”*

() 1- Concordo totalmente () 2- Concordo parcialmente () 3- Não concordo, nem discordo () 4- Discordo parcialmente () 5- Discordo totalmente

Você concorda com a seguinte afirmação: *“as atividades domésticas e o cuidado com os filhos são obrigações apenas da mulher”*

() 1- Concordo totalmente () 2- Concordo parcialmente () 3- Não concordo, nem discordo () 4- Discordo parcialmente () 5- Discordo totalmente

Você acredita que as mulheres que trabalham com o turismo tem o trabalho mais valorizado pela família e pela sociedade do que aquelas mulheres que se dedicam ao trabalho agrícola?

() 1- Sim () 2- Não

Por quê?

Você participa de alguma dessas Associações/Organizações?

() 1- Sindicato de Trabalhador Rural

() 2- Sindicato de Produtor Rural

() 3- Associação ligada ao turismo

() 4- Reuniões e Encontros do Incaper

() 5- Associações ligadas a Igreja

() 6- Partido Político

() 7- Cooperativa Qual tipo? _____

() 8- Não participa de nenhum tipo de associação

() 9- Outro. Especifique? _____

Liste em ordem de importância (de 1 a 5), o que na sua opinião é mais importante para uma mulher ter independência e liberdade?

() 1- Ser solteira

() 2- Trabalhar fora

() 3- Possuir renda própria

() 4- Ter os filhos crescidos

() 5- Ter estudo

Você gosta de viver no campo? () 1- Sim () 2- Não

Por quê?

Perfil econômico:

Qual é a fonte de renda considerada mais importante para família?

() 1- Renda das atividade agrícolas () 2- Renda advinda da atividade do turismo

() 3- Aposentadoria/pensão () 4- Renda advinda do trabalho de algum membro da família em alguma outra atividade/profissão Especifique? _____

Em média, qual é a renda familiar (domiciliar) mensal? _____

Em média, qual é a renda mensal (ou o salário no caso de trabalhadora contratada) advinda da atividade turística? _____

APÊNDICE C – Pedido de autorização para a realização da pesquisa de campo encaminhado aos prefeitos dos municípios pesquisados



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL

Endereço – Campus Universitário - Departamento de Economia Rural/Programa de Pós Graduação em Extensão Rural - Viçosa/MG-Cep: 36570-000 Telefone: (31) 3899-2214 - Fax: (31) 3899-2219- E-mail: ext@ufv.br

Viçosa, 8 de maio de 2012

Prezado Senhor Prefeito Wanzete Krüger,

Venho por meio desta carta pedir a sua autorização, enquanto representante legal do município de Domingos Martins/ES, para a realização de uma pesquisa de caráter científico e acadêmico no município. A pesquisa em questão está sendo realizada pelo Programa de Pós Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa, a nível de mestrado e conta com o apoio do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural/INCAPER. O estudo intitulado de **Autonomia e trabalho da mulher em um campo em transformação: da “bricolage” ao “métier”**, tem como objetivo principal analisar as transformações trazidas pela aproximação dos modos de vida rural e urbano, engendradas pelo turismo rural, para a condição de vida das mulheres no campo. Os questionários serão aplicados as famílias do município que trabalham com o turismo rural, sendo que a participação é voluntária e o entrevistado tem direito de recusar-se a participar ou retirar-se do estudo a qualquer momento, sem prejuízo ou justificativa. Além disso, acredita-se que essa pesquisa possa contribuir para iniciar uma maior discussão sobre o trabalho feminino no turismo rural, não somente como meio de promover a igualdade de gênero, mas contribuir com políticas de empoderamento da mulher e desenvolvimento rural. Por fim me coloco a disposição para o esclarecimento de qualquer dúvida. Desde já agradeço pela atenção,

Patrícia F. do Nascimento

Patrícia Ferraz do Nascimento
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural
Universidade Federal de Viçosa

Tel: (31) 3885-2419/ epl: (31) 83557228

Ana Louise de Carvalho Fiúza

Professora Ana Louise de Carvalho Fiúza
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural
Orientadora da pesquisa
Universidade Federal de Viçosa

Tel: (31) 3899-1313

Bricio dos Santos Reis

Professor Bricio dos Santos Reis
Chefe do Departamento de Economia Rural
Universidade Federal de Viçosa
Tel: (31) 3899-3172

ANEXO A – Roteiro dos circuitos turísticos estudados

Circuito do Agroturismo - Venda Nova do Imigrante

Sítio Lourenção – Agroturismo

Produção de tomate seco, socol, antepastos e licor.

Endereço: BR 262, KM102, Tapera

Dete Lourenção

Tel / Cel: 28 3546-1130

Sítio Capril – Agroturismo

Produção de sabonetes artesanais de leite de cabra e socol

Endereço: Cesário Altoé, Avenida Domingos Perim, Condomínio Antônio Alberto Feitosa, 593

Carmen Feitosa

Tel / Cel: 28 3546-1239

Raízes da Terra – Agroturismo

Produção de geléias, Paes, bolos e biscoitos

Endereço: Sítio Bela Vista, Alto Tapera

Eliete e Cláudio

Tel / Cel: 28 9938-6112

AGROPE – Agroindústria (leite e derivados)

Endereço: Br 262, km 107, Bananeiras

Luciano Falqueto

Tel / Cel: 28 3546-1611

Sítio Santa Tereza - Agroturismo

Cachaça e doces artesanais

Endereço: Tapera

Alfredo Sossai

Família Falqueto - Agroturismo

Produção de socol

Endereço: Alto Bananeiras

Alvécio Falqueto e Rita de Cássia Falqueto

Tel / Cel: 28 3546-2484

Pousada Bela Aurora

Endereço: Rodovia Pedro Cola, km 8

Maria Elizate Bottacine

Tel / Cel: 28 3546- 6197

Produtos Busatto – Agroturismo

Produção de queijos, puína e iogurte, pó de café, fubá de moinho de pedra

Endereço: Rodovia Pedro Cola, km 4,5, Providência

Carmén Busatto

Tel.: (28) 3546-1956

Café da roça - Agroturismo

Produção de pães, bolos, tortas, doces e biscoitos

Endereço: BR 262, km 106, Avenida Prefeito Nicolau Falqueto, Bananeiras

Lúcio e Maria Altoé

Tel / Cel: 28 9915-9922

Artesanatos da Cláudia

Endereço: Rodovia Pedro Cola, km 1, Providencia

Claudia Maria Altoé

Tel / Cel: 28 9884-1281

Restaurante Dom Lorenzoni

Endereço: Avenida Tapera

Site: <http://www.donlorenzoni.com.br/site/>

Damaris e Fernando Lorenzoni

Tel: (28) 3546-2630

Agroturismo

Produção de massa artesanal de macarrão

Endereço: Alto Bananeiras

Elza Olga Falqueto e Vanio Cleto Falqueto

Tel / Cel: 28 3546-1941/ 9972-5012

Familia Brioschi

Produção de socol, embutidos e defumados, doces, café torrado e moído, fubá, vinho de jabuticaba.

Endereço: Rodovia Pedro cola, km 5, Providencia

Elis Ângela Filete Brioschi

Tel / Cel: 28 3546-1024/ 9886-2073

Família Carnielle

Produção de queijos finos, ricota, doces, café torrado e moído, fubá de moinho de pedra, trabalhos manuais.

Endereço: Rodovia Pedro cola, km 4, Bairro Providência

Albertina Carnielle

Tel / Cel: 28 3546-2484

Agroindústria Produtos Sonia Carnielli

Maria Sonia Galavote Carnielli (doces e biscoitos)

Endereço: Sitio Providencia

Tel / Cel: 28 3546-1042/ 9886-9190

Vinho Tonole

Produção de vinho de uva e de jabuticaba, suco e geléia

Fátima Tonole

Tel / Cel: 28 99868421

Agroindústria Saúde

Produção de aipim, polenta, tomate seco
Endereço: Alto Providencia, fazenda Saúde, caixa postal n 9
Francisco Carlos Calimã
Tel / Cel: 28 9945-9121

Família Busato

Produção da cachaça teimosinha, garapa e açúcar mascavo
Endereço: Rodovia Pedro Cola, Km 4,5, Bairro Providencia
Isabel Fardim Busato e Carlos Busato
Tel / Cel: 28 9945-7015

Sítio Morango Gagno

Produção de morango, geléias, tortas, doces, colhe e pague de morango
Endereço: Alto caxixe frio
Lucilene Dordenone Gagno
Tel / Cel: 9886-0018

Produtos Tia Cila

Produção de biscoitos, pães, bolos, geléias e macarrão
Maria Lúcia Altoé
Endereço: Rodovia Pedro Cola, Km 1, Bairro Providencia
Tel / Cel: 28 3546-1581

Produtos Vó Zima

Produção de fubá e feijão
Endereço: BR 262, km 106, Bairro Bananeiras
Lúcia Falqueto
Tel / Cel: 28 3546-1731

Agroindústria da Luzia

Produção de bolos, pães e biscoitos artesanais
Rua Justo Pizzol, s/ n – São João de Viçosa
Maria Luzia Bermond
Tel / Cel: 28 3546-6496/ 9955-5596

Fazenda Saúde (restaurante e pesque e pague)

Endereço: Alto Providencia caixa Postal n3
Reginaldo Calimã
Tel / Cel: 28 3546-1528

Sítio Ambrosim

Bar, campo de futebol, tirolesa, pesque e pague, passeios na mata
Endereço: Cachoeiro Alegre, São João de Viçosa
Francisco Ambrosim e Sandra Ambrosim
Tel / Cel: 28 3546-6635

Sítio Três lagos – bar e pesque e pague

Endereço: São Joao de Viçosa
Maria e Ângelo Venturim

Sítio Sossai Altoé – agroturismo

Cachaça, pó de café, fubá
Endereço: Rodovia Pedro Cola km 1
Sávio Altoé
Tel: (28) 3546-1786

Pousada Nonno Bepe

Endereço: Rodovia BR-262 - KM.102, Tapera
Site: www.pousadanonnobeppi.110mb.com/
Jaqueline Brioschi
Tel: 28 3546-1965

Sítio Esperança

Produção de queijo, ricota e requeijão
Endereço: Caxixe
Sueli e Paulo Belon

Restaurante e Hotel Venturim

Endereço: Rod BR 262, km 110, São Joao de Viçosa
Tel: 28 3546-6614
Neuza Venturim

Roteiro Circuito Pedra Azul**Restaurante Lago da Lua**

Cozinha Variada
Endereço: São Paulo de Aracê - Rod. ES 164, Km 7
Tel.: (27) 3248-2343

Alecrim Cozinha Artesanal

Endereço: BR 262, km 94, ES 164, km 299 (Rod. Vargem Alta) – São Paulo do Aracê – Aracê (em frente ao condomínio Aldeia Pedra Azul, através da Rota do Lagarto, chegando ao final, vire a esquerda, a 200 m)
Tel.: (27) 3248-2178
E-mail: alecrimcozinhaartesanal@gmail.com
Atendimento às quartas, sextas e sábados de 19h às 22h. Sábado e domingo, de 11h30 às 15h.

Pousada Rabo do Lagarto: Roteiro de Charme (viagem)

Endereço: BR 262, km 94, ES 164, km 295, (Rod. Vargem Alta, 4 km da BR), São Paulo do Aracê – Aracê
Tel.: (27) 3248-2383 / 9942-6121
E-mail: lilia.mello@terra.com.br / rabodolagarto.pousada@hotmail.com
Site: www.rabodolagarto.com.br
Atendimento todos os dias

Pousada Estação Pedra Azul (sábado de manhã)

Endereço: Rod. ES 164, Km 4,8, São Paulo do Aracê
Tel.: (27) 3248-2199

E-mail: estacaopedraazul@uol.com.br

Site: www.estacaopedraazul.com.br

Pousada e Restaurante Lusitânia

Endereço: Aracê - BR 262, Km 90

Tel.: (27) 3248-1184

e-mail: lusitania@pousadalusitania.com.br

Site: www.pousadalusitania.com.br

Monarca Defumado

Venda de lingüiça, socol, lombinho.

Endereço: BR 262, km 91, Pedra Azul – Aracê (entre a Pousada Lusitânia e a Pousada dos Pinhos, basta seguir a estrada de terra por mais 500 m)

Tel.: (27) 3248-1846 / 9242-4155

E-mail: monarcadefumado@uol.com.br

Período de funcionamento: Diário – 8h às 18h Opções de pagamento: Dinheiro

Sítio das Flores (Sergio e Sonia)

Venda de Tomate seco, rolê de berinjela, banana passa, licores, antepastos e geléias.

Endereço: BR 262, km 89,5, Pedra Azul – Aracê (próximo a entrada do Hotel Aroso)

Tel.: (27) 3248-1160 / 8143-8975

E-mail: sonia.modolo@ig.com.br

Período de funcionamento: Diário - 7h às 18h Opções de pagamento: Dinheiro e cheque.

Restaurante Valsugana (Claudia)

Cozinha Italiana

Endereço: Pedra Azul – Rod. BR 262, Km 89

Tel.: (27) 3248-1126

Restaurante Espaço Vellozia

Cozinha de Autor

Endereço: Pedra Azul – Rod. BR 262, Km 89

Tel.: (27) 3248-0097

Massas D' Maria

Produz raviolli de abóbora gongorzola puína e nozes, de bacalhau, de banana da terra e puína, de cordeiro, de frango puína e nozes, de maracujá e puína, de tomate seco, inhoque de batata, capeletti de frango, de legumes, de queijo, caneloni de frango puína e nozes, de presunto e queijo, de espinafre, rondelli de frango e puína, de presunto e queijo, de espinafre e puína e massas recheadas c/ molho.

Endereço: BR 262, km 90, Pedra Azul – Aracê (em frente ao posto dos Morangos, a 1,5 km da BR 262

Tel.: (27) 9232-6138 / 9232-9998

E-mail: massasdimaria@gmail.com / ascondesantos@gmail.com / celso@ibpc.org.br

Período de funcionamento: Diário – 8h às 18h. Opções de pagamento: Dinheiro e Cheque

Sítio Uliana

Venda de Queijos, yogurtes, puínas, pães e biscoitos.
Endereço: BR 262, km 86 – Aracê (400m da BR)
Tel.: (27) 3248-4140 / 8845-9437 / 8831-4141
E-mail: jozizanon@hotmail.com
Período de funcionamento: Diário - 7h às 18h Opções de pagamento: Dinheiro e cheque.

Sítio Herança

Colhe e pague de morangos, venda de licores e geléias.
Endereço: BR 262, km 90 - Pedra Azul – Aracê (1 km da BR, a esquerda do Posto dos Morangos)
Tel.: (27) 3248-1159
E-mail: sitio.heranca@hotmail.com
Período de funcionamento: Diário - 8h às 17h Opções de pagamento: Dinheiro e cheque.

Produtos Ronchi

Venda de morangos e derivados – visita a plantação
Endereço: BR 262, km 90, Pedra Azul – Aracê (Sítio Pedra Azul – primeira entrada após posto de gasolina)
Tel.: (27) 93248-1269 / 8177-8950
E-mail: produtosronchi@yahoo.com.br
Período de funcionamento: Diário - 8h às 17h Opções de pagamento: Dinheiro e cheque

Sabor e Arte (Sítio Pedreiras)

Venda de vinhos e geléias de amora e morango sem agrotóxico.
Endereço: BR 262, km 90 – (Estrada Nossa Senhora do Carmo) Pedra Azul – Aracê
Tel.: (27) 3248-1275 / 9830-8805
E-mail: wiluliana@gmail.com
Período de funcionamento: Diário - 7h às 19h
Opções de pagamento: Dinheiro

Sabores da Montanha

Visita à rotina da propriedade, como são plantadas, podadas e produzidas as frutas, legumes e verduras. Além de poder colher as frutas no pé.
Produzimos além de frutas in natura, compotas, geléias, fermentados, vinhos, batidas, licores, pickles, biscoitos, pães, bolos e tortas. Tudo de forma artesanal e assada em forno a lenha.
Endereço: BR 262, km 90, Pedra Azul – Aracê (em frente ao posto dos Morangos, a 1,5 km da BR 262)
Tel.: (27) 9940-0167
E-mail: saboresdamontanha@hotmail.com
Período de funcionamento: Diário – 8h às 18h. Opções de pagamento: Dinheiro

Produtos Grecco

Venda de licores, geléias, vinhos, feijão, queijo e mel.
Endereço: BR 262, km 93,5, Pedra Azul - Aracê
Tel.: (27) 3248-1236
Período de funcionamento: Diário

Opções de pagamento: Dinheiro

Augusta Colodete Belon

Artesanatos, doces e flores

Endereço: Aracê – Rod. ES 164 – São Paulo de Aracê

Tel.: (27) 3248-2236

Pousada Penhazul: hospedagem, artesanato e produtos orgânicos. (Marilza)

Endereço: BR 262, km 88, Av. Mario Modolo. – Pedra Azul – Aracê (Rota do Lagarto)

Tel.: (27) 3248-1206 / 9945-0932

E-mail: penhazul@hotmail.com

Atendimento com agendamento.

Pousada Peterle

Endereço.: Pedra Azul - BR 262, Km 88

Tel.: (27) 3248-1171

e-mai: reservas@pousadapeterle.com.br

Site: www.pousadapeterle.com.br

Restaurante Peterles

Cozinha Variada

Endereço: Pedra Azul – Rod. BR 262, Km 88

Tel.: (27) 3248-1171

Pousada Tre Fiore

Endereço: Aracê - BR 262, Km 88

Tel.: (27) 3248 1124

e-mail: paulagirardi@uol.com.br

Site: www.pedraazuldoarace.com.br/tre-fiori_pousada.htm

Pousada Recanto da Pedra (Penha)

Endereço: Aracê - BR 262, Km 88

Tel.: (27) 3248-1355

e-mail: recantodap@hotmail.com

Site: www.pedraazuldoarace.com.br/recanto_da_pedra.htm

Pousada Vale da Mata

Endereço: Aracê – ES 164, Km 69

Tel.: (27) 3248-2143

Pousada Aargau

(Sonia) agendado sexta a tarde

Endereço: Aracê – ES 164, Km 08

Tel:(27) 3248-2175

e-mail: atendimento@pousadaaargau.com.br

Site: www.pousadaaargau.com.br

Pousada Aracê

Endereço: Aracê - BR 262, Km 90
Tel.: (27) 3248-1386
e-mail: pousadaarace@gmail.com
Site: www.pousadaarace.com.br

Pousada das Águias (Abgail) agendado sexta a tarde)

Endereço: Aracê – BR 262, Km 87
Tel.: (27) 9976-1516/ 9829-4165
e-mail: pousadadasaguias@hotmail.com
Site: www.pousadasaguias.com.br

Eco da Floresta (Hotel)

Augusta Artesanato – Artes da montanha

Imporium da Roça (Ângela)
Agroindústria: massas artesanais

Pousada Vila Pedra Azul

Pousada e Restaurante Ponta de Pedra

Restaurante e Café São Paulim

Casa do lago - Artesanato

Pousada dos Pinhos

CIRCUITO DO CHAPÉU

Pousada e Restaurante Opashaus

Pousada em casas típicas pomeranas, caminhada, trilhas, piscina, sauna, área para camping, salão de jogos, campo society, pesca recreativa e restaurante com comida caseira.

Endereço: Estrada do Chapéu (3 km da Sede)

Tel.: (27) 3268-3227 / 9886-6829

E-mail: atendimento@pousadaopashaus.com

Site: www.pousadaopashaus.com

Período de funcionamento: Segunda a sexta (com agendamento), sábado, domingo e feriados (11h - 14h30 - Restaurante)

Opções de pagamento: Dinheiro e cheque

Fattoria Tre Bambine

Produção de bombons artesanal.

Endereço: Estrada de Chapéu – Sede (3 km da Sede)

Tel.: (27) 9710-2104 / 9983-6168

E-mail: f3bambine@yahoo.com.br

Período de funcionamento: Diário (8h às 18h)

Opções de pagamento: Dinheiro

Restaurante e Pousada Delícias da Tilápia

Hospedagem em chalés e apartamentos, restaurante com pratos à base de tilápia, pesque e pague, pomar, piscina e passeio ecológico.

Endereço: Estrada do Chapéu – (6 km da Sede)

Tel.: (27) 9983-3006 / 9917-1787

E-mail: deliciasdatilapia@hotmail.com

Site: www.deliciasdatilapia.com

Período de funcionamento: Segunda a quinta (com agendamento), sexta a domingo e feriados (8h - 21h - Restaurante)

Opções de pagamento: Dinheiro e cheque

CIRCUITO VALE DA ESTAÇÃO

Produtos Caseiros Barcelos

Propriedade rural, onde são produzidos doces caseiros, cocadas, pé-de-moleque, palha italiana e bombons – sob encomenda.

Endereço: Estrada Vale da Estação - Santa Isabel (6 km da Sede)

Tel.: (27) 3268-2178 / 9858-7724

E-mail: produtoscaseirosbarcelos@hotmail.com

Período de funcionamento: Quinta-feira e sexta-feira a partir das 16h.

Opções de pagamento: Dinheiro

Sítio Alamá Sonho Meu

Produz produtos caseiros da agroindústria, como: pães, biscoitos Crispim (receita italiana), bolos, doces, geléias e compotas, além de produtos in natura: galinha, ovos caipiras, café da roça e fubá de moinho de pedra.

Endereço: Estrada Vale da Estação, Córrego Costa Pereira - Santa Isabel (13 km da Sede)

Tel.: (27) 9861-7291

E-mail: sitioalama@hotmail.com

Período de funcionamento: Diário, com reserva, (8h às 18h)

Opções de pagamento: Dinheiro e cheque.

Artesanatos Eugênia

Artesanatos confeccionados a partir de bucha vegetal e trabalhos manuais. Venda de tapetes, cachecóis, brincos e buchas de banho.

Endereço: Estrada Vale da Estação – Santa Isabel (10 km da Sede)

Tel.: (27) 9872-4153 / 9963-9663

Período de funcionamento: venda sob encomenda

Opções de pagamento: Dinheiro

Hotel Fazenda Sítio Capitão

(cachoeira iluminada para banho noturno, bica d'água massagedora, campo de futebol de areia, rio com pedra, lagoa para pesca recreativa, trilhas em mata nativa, miniusina hidrelétrica, moinho de pedra tocado a água e quitungo de farinha)

Endereço: BR 262, km 40, Estrada Vale da Estação, Córrego Costa Pereira - Santa Isabel (12 km da Sede)

Tel.: (27) 9772-4449

E-mail: sitiocapitao@gmail.com

Período de funcionamento: Sexta a domingo e feriados, com reserva antecipada.

Opções de pagamento: Dinheiro

CIRCUITO DO GALO

Sítio do Nômade

Com vista panorâmica para a represa de Domingos Martins, culturas orgânicas de café, banana e frutas. Oferece café colonial (Abril a Novembro) com 60 itens e pousada em chalés.

Endereço: Estrada de Panelas – Sede (a 4 km da Rodoviária)

Tel.: (27) 9918-4666 / 9242-9164

E-mail: atendimento@sitiodonomade.com.br

Site: www.sitiodonomade.com.br

Período de funcionamento: Diário

Opções de pagamento: Dinheiro e cheque

Sítio do Galo

Hospedagem em casarão c/ restaurante, auditório, trilhas, área de eventos, piscina, campo society, sauna, sala de jogos, caminhada ecológica, pesca recreativa, pomar e área para camping.

Endereço: Estrada do Galo - Alto Galo – 13 km da Sede

Tel.: (27) 9977-0055

E-mail: leonardo@sitiodogalo.com / lampier5@yahoo.com.br

Site: www.sitiodogalo.com / [www.turismorural-](http://www.turismorural-es.info/apresenta/sitiodogalo/fotos/fotos.html)

[es.info/apresenta/sitiodogalo/fotos/fotos.html](http://www.turismorural-es.info/apresenta/sitiodogalo/fotos/fotos.html)

Período de funcionamento: Sexta a domingo e feriados

Opções de pagamento: Dinheiro

Pousada, Restaurante Rio da Montanha (Esportes de Aventura)

Rafting, ecoturismo, hospedagem, restaurante, recreação e lazer.

Endereço: BR 262, km 34 – Biriricas de Baixo (4,5 km da BR)

Tel.: (27) 3268-1765 / 9983-7902

E-mail: riodamontanha@riodamontanha.com.br

Site: www.riodamontanha.com.br

Período de funcionamento: Diário

Opções de pagamento: Dinheiro e cheque

Sede

Pousada e Restaurante Olhos D'água

Endereço: BR 262, km 34, Rua Principal (Projetada) s/n - km 13 - Biriricas de Cima

Tel.: (27) 9836-6407 / 9983-0171

E-mail: contato@pousadaolhosdagua.com.br

Site: www.pousadaolhosdagua.com.br

Período de funcionamento: Somente finais de semanas e feriados

Opções de pagamento: Dinheiro e cheque

Pousada na Montanha

Endereço: Estrada do Galo, km 1 - Sede

Tel.: (27) 3268-1036

E-mail: jaquenb@uol.com.br

Período de funcionamento: Diário
Opções de pagamento: Dinheiro e cheque.

Pousada Arco Íris

Endereço: Soído de Cima - Sede (7 km da Sede)
Tel.: (27) 9926-4240
Site: www.turismorural-es.info/apresenta/arcoirispousada/ /
www.arcoirispousada.com.br
Período de funcionamento: Diário
Opções de pagamento: Dinheiro

Restaurante Italiano

Endereço: Estrada do Soído, Soído de Cima - Sede
Tel.: (27) 3268-1977 / 9975-1645
E-mail: restitaliano@elonline.com.br
Período de funcionamento: Sexta a domingo e feriados (11h – 24h)
Opções de pagamento: Dinheiro e cheque

Pousada e Restaurante Vista Linda

Endereço: BR 262, km 35 – Santa Isabel
Tel.: (27) 3268-1323
E-mail: pousadavistalinda@lojasantos.com
Período de funcionamento: Diário
Opções de pagamento: Dinheiro

Restaurante Sombra da Serra

(cozinha variada, lanchonete, artesanato, playground e passeios de charrete)
Endereço: BR 262, km 36 - Santa Isabel
Tel.: (27) 3268-3434 / 3268-3440
E-mail: sombradaserra_restaurante@hotmail.com
Site: www.restaurantesombradaserra.com.br
Período de funcionamento: Segunda a sábado (7h - 18h), domingo (7h - 19h30)
Opções de pagamento: Dinheiro, cheque e cartões (Visa, Master, Dinners, American Express e Banescard)

Circuito Turístico Paraju

Uma mistura de cores, flores e sabores.

BR 262, km 56, Paraju (trevo de Paraju)

Sítio Recanto da Floresta (Hospedagem para grupos fechados)

Sítio de lazer rural com hospedagem para grupos (até 24 pessoas) em suítes. Possui: piscina aquecida, sauna, campinho de futebol, churrasqueira, pula-pula, sala de jogos e TV.

Endereço: BR 262, km 64, (entrada do Rocamandu), Alto Nova Almeida - Marechal Floriano.
Tel.: (27) 9809-7809 / 3319-9160
E-mail: sitiorf@gmail.com
Site: www.alugositio.com
Contato: Demétrio ou Terezinha Colombiano

Período de funcionamento: Atende de terça a domingo com agendamento.

Opções de pagamento: Dinheiro

Piscicultura Schunk

Criação e venda de alevinos e juvenis de tilápias, carpas, pintados, traíras, entre outras espécies. Venda de filé de tilápia. Visita guiada ao processo de criação.

Endereço: BR 262, km 56, ES-470, km 05 - Paraju (a 6 km da BR)

Tel.: (27) 9939-6411 / 9710-9882

Contato: Dioni G. Schunk

Período de funcionamento: Aberto de terça a sábado de 8h às 17h para venda. Para visitação somente com agendamento até 10 pessoas.

Opções de pagamento: Dinheiro e cheque

Sítio Modelo (Hospedagem para grupos fechados)

Sítio rural com lagos para pesca, pedalinhos, piscina, campinho de futebol, campo de bocha, trilha pela propriedade, cama elástica, salão de jogos e restaurante opcional para hóspedes. Possui hospedagem (300 pessoas), cozinha completa e auditório para 400 pessoas.

Endereço: BR 262, km 56, ES-470, Nova Almeida - Paraju (a 5,5 km da BR, entrar a esquerda na Cachaça Maia Uma)

Tel.: (27) 3346-6044 / 8822-2800

E-mail: contato@sitiomodelo.com.br

Site: www.sitiomodelo.com.br

Contato: Cláudio Gasperazzo e Valmi Gerard

Período de funcionamento: Atende todos os dias grupos por agendamento.

Opções de pagamento: Dinheiro

Sítio Recanto dos Canários (Restaurante e loja de artesanato)

Sítio de Lazer com bar, campo de futebol, piscina e aos domingos comida caseira servida no fogão a lenha. Produção e venda de artesanato e produtos caseiros.

Endereço: BR 262, km 56, ES-470, km 05, Nova Almeida - Paraju

Tel.: (27) 9821-6797 / 9715-9955

E-mail: bsrecantodoscanarios@gmail.com / nairbsimon@gmail.com

Contato: Alcino ou Nair Brandão Simon

Período de funcionamento: Terça a sexta de 8h às 20h e sábados, domingos e feriados de 8h às 22h.

Opções de pagamento: Dinheiro

Estância Hohara (Hospedagem para grupos fechados)

Sítio para lazer rural com hospedagem para grupos em alojamentos. Com campinho de futebol, sala de jogos, sauna, churrasqueiras, trilhas em mata nativa, lagos e auditório para eventos.

Endereço: BR 262, km 56, ES-470, Nova Almeida - Paraju (a 5,5 km da BR, entrar a esquerda na Cachaça Maia Uma, Recanto dos Canários e Água Mineral Paraju)

Tel.: (27) 3026-9625 / 9747 -9625 / 9847-0236

E-mail: sully_hohara@hotmail.com / buenodv.vix@gmail.com / jssaloto@hotmail.com

Contato: Suely e José Salotto

Período de funcionamento: Atende todos os dias por agendamento (capacidade para até 150 pessoas alojadas e espaço para até 30 barracas).

Opções de pagamento: Dinheiro e cheque

Sítio Prata

Sítio para lazer com lagos para pesca, mirante, pomar e venda de café em grão ou moído. (Futuras instalações de hospedagem para grupos)

Endereço: BR 262, km 56, ES-470, km 05, Nova Almeida - Paraju

Tel.: (27) 9858-4863 / 9950-3992

Contato: Danilo Dell Puppo, Deolindo e Anete

Período de funcionamento: Atende finais de semana e feriados por agendamento.

Opções de pagamento: Dinheiro e cheque

Estância Menina dos Olhos (Hospedagem para grupos fechados)

Sítio rural de lazer com hospedagem para grupos (120 pessoas acomodadas em chalés, suítes e dormitórios). Possui trilhas em mata nativa, piscina, salão de jogos, campinho de futebol, parquinho, bocha e jogos de mesa. Área de camping.

Endereço: BR 262, km 56, ES-470, Nova Almeida - Paraju

Tel.: (27) 3349-3917 / 9909-2121

E-mail: ilzenidisa@hotmail.com / vitalinofermo@gmail.com

Site: www.sitiomeninadosolhos.com.br

Contato: Ilzeni, Vitalino Fermo e Lucineide

Período de funcionamento: Atende todos os dias por agendamento (mínimo de 16 e máximo de 120).

Opções de pagamento: Dinheiro

Sítio da Ressaca (Hospedagem para grupos fechados)

Sítio de lazer com hospedagem para grupos em chalés e suítes. Possui: piscina com toboágua, sauna, trilha auto-interpretativa pela propriedade e em mata nativa, campinho de futebol e de vôlei, bocha, boliche, jogos de mesa, churrasqueiras, balanços para crianças e auditório.

Endereço: BR 262, km 56, ES-470, Nova Almeida - Paraju (9 km da BR)

Tel.: (27) 3235-8210 / 9981-5419 / 9933-4073

E-mail: contato@sitiodaressaca.com.br /

Site: www.sitiodaressaca.com.br

Contato: Aureo Bassani e Jacqueline

Período de funcionamento: Atende todos os dias por agendamento (mínimo de 34 e máximo de 150 pessoas).

Opções de pagamento: Dinheiro e cheque.

Sítio da Amizade (Hospedagem para grupos fechados)

Sítio para lazer e eventos, com hospedagem, para grupos. Possui: piscina, churrasqueira, campinho de futebol, pesque-pague, mesa de jogos, fazendinha de animais, trilha ecológica, auditório, cozinha montada e local para acampar.

Endereço: BR 262, km 56, ES-470, Nova Almeida - Paraju (próximo ao Bailão do Mariano)

Tel.: (27) 3249-1246 / 9935-7128

Site: www.sitiodaamizade-es.com.br

Contato: Adilson e Fabiana Hollhunder

Período de funcionamento: Atende todos os dias por agendamento.

Opções de pagamento: Dinheiro e cheque

Cachaça Granfina

Produção e venda de cachaças brancas e amarelas envelhecidas em barris de madeira, aguardentes de frutas e licores.

Endereço: BR 262, km 56, ES-470 – Paraju (Estrada velha de Paraju, a 3 km do centro de Paraju)

Tel.: (27) 3249-1138 / 9935-6700

E-mail: cachacagranfina@hotmail.com / cachacagranfinaes@yahoo.com.br

Contato: Maury Pereira e Anete

Período de funcionamento: Aberto de segunda a sexta de 8h às 17h sábados de 8h às 14h. Atende grupos com agendamento (máximo de 30 pessoas).

Opções de pagamento: Dinheiro e cheque

Artesanato Stein

Confecção de tapetes de retalhos.

Endereço: BR 262, km 56, ES-470, Paraju (Estrada velha de Paraju, ao lado da Cachaça Granfina)

Tel.: (27) 3249-1132 / 9845-7050

Contato: Gleci Luzia Stein de Almeida

Período de funcionamento: Atende por encomenda e pronta entrega por agendamento.

Opções de pagamento: Dinheiro e cheque

Apiário Flor de Mel

Produtos apícolas: mel, pólen, própolis, geléia real, balas, pães, biscoitos, vela de cera e sabonetes. Visita técnica ao processo de produção.

Endereço: BR 262, km 56, ES-470, Paraju (1 km após o portal)

Tel.: (27) 9854-4035 / 9872-5258

E-mail: marcinho.abelha@gmail.com / lais_lpark@hotmail.com

Contato: Marcio e Sandra R. Zene Neves

Período de funcionamento: Aberto de terça a domingo e feriados de 9h às 17h. Atende grupos ate 30 pessoas com agendamento.

Opções de pagamento: Dinheiro

Cachaça Chapelão

Produção e venda da cachaça branca e amarela - armazenada no barril de carvalho.

Visita monitorada ao processo de produção com degustação.

Endereço: BR 262, km 56, ES-470 – Paraju (13,5 km da BR)

Tel.: (27) 3249-1109 / 9969-9805

E-mail: cachacachapelao@hotmail.com

Contato: André Luis Stein Grigio e Andressa

Período de funcionamento: Aberto de segunda a sexta (8h – 17h) para compras. Sábado, domingo e feriados para visita ao processo de produção, por agendamento.

Opções de pagamento: Dinheiro

Artesanato da Ressaca

Loja de artesanatos em geral e trabalhos manuais.

Endereço: BR 262, km 56, ES-470, Praça Pedro Ewald, 04, Centro – Paraju.

Tel.: (27) 9830-0580

E-mail: solibassani@gmail.com

Contatos: Arlaclênia e Solinéa

Período de funcionamento: Aberto todos os dias de 8h às 21h.

Opções de pagamento: Dinheiro e cheque

Lanchonete Delícias da Vovó

(Produção e venda de bombons e ovos de páscoa feitos em processo artesanal, lanches em geral)

Endereço: BR 262, km 56, ES-470, Praça Pedro Ewald, s/n – Paraju

Tel.: (27) 9967-1190 / 9920-1907

Contato: Otacília Maria do Carmo Tomaz e Celiane

Período de funcionamento: Atende por encomenda e pronta entrega de bombom – de segunda a sexta (6h – 21h), sábado, domingo e feriados das 17h às 21h.

Opções de pagamento: Dinheiro e cheque

Restaurante Cori

Restaurante com comida caseira servida no fogão a lenha - self-service.

Endereço: BR 262, km 56, ES-470, Rua Celio Pitanga Pinto, 42 - Centro – Paraju (perto do Central de Compras)

Tel.: (27) 3249-1256 / 9885-7935

E-mail: cynarachrist@hotmail.com

Contato: Iria e Cynara

Período de funcionamento: Aberto todos os dias de 10h às 15h.

Opções de pagamento: Dinheiro

Fazenda Terra Nova (Hospedagem, Fazenda de Árvores e loja de artesanato)

Sítio rural com viveiro de mudas de árvores nativas para venda. Possui estrutura de lazer com: trilhas na mata, passeios de bicicleta e produção e venda de artesanatos diversos. Hospedagem em aposentos para até 10 pessoas.

Endereço: BR 262, km 56, ES-470, Alto Paraju - Paraju

Tel.: (27) 3324-6426 / 9823-5397 / 9991-5957

E-mail: fazendatn@gmail.com / jacobbreda@hotmail.com

Site: www.fazendaterranova.com.br

Contato: Jeanine Kucht e Fabrícia

Período de funcionamento: Atende todos os dias mediante agendamento.

Opções de pagamento: Dinheiro e cheque

Vinhos Gilles

Produção e venda de “vinhos de jabuticaba, limão e laranja” (fermentados). Colha e pague de frutas na época de temporada.

Endereço: BR 262, km 56, ES-470, Alto Paraju - Paraju (estrada do ginásio – Sítio Gilles)

Tel.: (27) 9844-2855 / 9744-3453

E-mail: giselygilles@hotmail.com

Contato: José e Giselia da Gloria Gilles

Período de funcionamento: Atende todos os dias das 7h até 18h com agendamento.

Opções de pagamento: Dinheiro

Biscoitos da Léia

Produção e venda de biscoitos caseiros e rosquinhas.

Endereço: BR 262, km 56, ES-470, Rua Catarina Kuster Hollunder, s/n, Ponto Alto II - Paraju

Tel.: (27) 3249-5049 / 9864-0188

E-mail: karinatozidasilva@hotmail.com

Contato: Léia, Dório ou Karina

Período de funcionamento: Atende todos os dias mediante agendamento e encomendas.

Opções de pagamento: Dinheiro

Sítio Boa Vista

Produção e venda de uvas in natura - dezembro. Visita técnica.

Endereço: BR 262, km 56, ES-470, Ponto Alto – Paraju (estrada velha de Paraju)

Tel.: (27) 9803-2537

Contato: Amoirair

Período de funcionamento: Atende grupos com até 40 pessoas por agendamento.

Opções de pagamento: Dinheiro

Artesanatos Jaqueira

Artesanato de madeira de café e lojinha com degustação de produtos agroindustriais da região.

Endereço: BR 262, km 56, ES-470, estrada de Rio Ponte, Ponto Alto – Paraju (Sítio Jaqueira)

Tel.: (27) 9827- 9072 / 9956-8993

Contato: Ailton Jastrow e Priscila

Período de funcionamento: Atende de terça a domingo das 8h às 18h horas por agendamento.

Opções de pagamento: Dinheiro

Apiário e Meliponário Neblina

Produtos apícolas: mel, pólen, própolis, geléia real, cera. Criação de abelhas sem ferrão e venda de enxames. Artesanatos e reflorestamento nativo.

Endereço: BR 262, km 56, ES-470, Rua dos Pomeranos, s/n - Tijuco Preto – Paraju (Sítio Neblina)

Tel.: (27) 9955-9670 / 9734-3367

E-mail: marcelinodeamorim@gmail.com / marcelinoabelha@hotmail.com

Contato: Marcelino de Amorim

Período de funcionamento: Aberto de segunda a sexta-feira – de 7h às 17h. Atende grupos até 40 pessoas por agendamento.

Opções de pagamento: Dinheiro

Sítio de Lazer Paraju Paradise

O sitio de lazer Paraju Paradise tem uma proposta de aluguéis para atender grupos que antecipadamente fecham contrato para mínimo de 50 pessoas. A nossa infra-estrutura é completa com campo society, campo de bocha, quadra, refeitório, auditório, piscinas adulto e infantil e, play ground, salão de jogos, radio poste, apartamentos, chalés e muitos jardins. Com opção para os grupos escolherem se preferem alimentação pronta ou desejam prepará-la.

Endereço: BR 262, km 56, ES-470, Nova Almeida - Paraju (7,5 km da BR)

Tel.: (27) 3289-2800 / 9971-4382 / 8809-1436

E-mail: contato@parajuparadise.com

Site: www.parajuparadise.com

Sítio Recanto (Hospedagem para grupos fechados)

Sítio para lazer com hospedagem para grupos, com piscina, trilha em mata nativa, campinho de futebol e de vôlei, cachoeira para contemplação, lago para pesca recreativa, churrasqueira, mesa de sinuca, espaço coberto para culto e área de camping.
Endereço: BR 262, km 56, ES-470, Nova Almeida - Paraju
Tel.: (27) 3249-1034 / 9800-1215 / 9840-2131
E-mail: contato@sitiorecanto.com.br / gabriel.schunk@hotmail.com
Site: www.sitiorecanto.com.br
Contato: Manoel Gonçalves (Moroza), Rosangela e Gabriel
- Atende de sexta a domingo e feriados, com agendamento (mínimo de 20 e máximo de 50 pessoas).

Circuito Turístico Orgânicos e Naturais

BR 262, km 90, Pedra Azul - Aracê

Fjordland - Cavalgada Ecológica Pedra Azul

(Turismo de Aventura e Gastronomia)

Passesios de charrete e trilhas ecológicas a cavalo pela encosta noroeste da Pedra Azul, Cafeteria Heimen (Café orgânico) e Loja de Souvenir.

Endereço: BR 262, km 88, (Rota do lagarto), km 2,2 - Pedra Azul - Aracê

Tel.: (27)3248-0076 / 0054 / 9836-3530

E-mail: cavalgada@cavalgadapedraazul.com.br / jorge@cavalgadapedraazul.com.br

Site: www.fjordland.com.br

Contato: Jorge Ichaso

Período de funcionamento: - **Recepção, Biblioteca e Estábulo:** Segunda a Sexta (8h às 17h); Sábado, Domingo e feriados (8h às 18h). - **Cafeteria Heimen e Loja Souvenir:** Segunda a Sexta (8h às 17h); Sábado (8h às 19h) e Domingo (8h às 18h).

Opções de pagamento: Dinheiro, cheque e cartões (Visa, Master e Banescard)

Pousada Vale Du'Carmo

Hospedagem, café típico rural e vista panorâmica.

Endereço: BR 262, km 90, Estrada Nossa Senhora do Carmo - Pedra Azul – Aracê (a 6 km da BR)

Tel.: (27) 3248-3204 / 9842-5781

E-mail: pousadavaleducarmo@gmail.com

Site: www.pousadavaleducarmo.com.br

Contato: Marli Assis e Antonio Carlos

Período de funcionamento: Diário com reserva

Opções de Pagamento: Dinheiro e cheque

Apiário Florin

Venda de mel, pólen, própolis, geléia real, vinho de mel, passeio apícola e cursos de apicultura.

Endereço: BR 262, km 95, ES 165 (Rod. Afonso Cláudio, a 2,5 km da BR), Fazenda do Estado - Aracê

Tel.: (27) 3248-3318 / 9952-2310

E-mail: apiarioflorin@yahoo.com.br / arnowieriga@hotmail.com

Site: www.apiarioflorin.com.br

Contato: Arno Wieringa e Neuza dos Santos
Período de funcionamento: Diário – 9h às 17h
Opções de pagamento: Dinheiro, cheque e cartões de crédito (Visa, Master e Dinners)

Sítio dos Palmitos

Venda de produtos a base de palmitos e visita à plantação.
Endereço: BR 262, km 95, ES 165 (Rod. Afonso Cláudio, 4 km da BR), Alto Jucu - Aracê
Tel.: (27) 3248-3163
E-mail: sitiodospalmitos@hotmail.com
Contato: Mauricio Magnago
Período de funcionamento: Diário – 8h às 18h.
Opções de pagamento: Dinheiro e cheque

Chez Domaine

A Estação Agroecológica Domaine Lle de France é uma vila orgânica que produz alimentos orgânicos certificados da semente ao prato. Pousada com o conforto de suítes e chalés no estilo rural francês. Restaurantes orgânicos no fogão a lenha e espaço para eventos.

Endereço: BR 262, km 95, ES 165, km 138 (Rod. Afonso Cláudio, 7,5 da BR), Fazenda do Estado – Aracê

Tel.: (27) 3248-3124 / 3128

E-mail: domaine@domaine.com.br / reservas@domaine.com.br

Site: www.domaine.com.br

Contato: Joaquim Ferreira e Isabelle Lysiane

Período de funcionamento: - **Agroturismo:** Quinta a domingo e feriados (9h – 18h),
Quinta e sexta para grupos fechados (contato antecipado)

- **Hospedagem:** Diário

- **Restaurantes:** Brasserie Apogeu Orgânicos - À la carte - Quinta a domingo (9h - 17h)

- Metropolitan - Bufê orgânico no fogão a lenha - Sábado, domingo e feriados (9h - 16h)

Opções de pagamento: Dinheiro, cheque e cartões de crédito (Visa, Master. Redshop e Dinners)

Sítio Fim da Picada

Venda de produtos derivados do leite, passeios ecológicos a cavalo ou a pé, trilhas, fazendinha, museu dos tropeiros, café a moda do tropeiro e horta medicinal.

Endereço: BR 262, km 95, ES 165 (Rod. Afonso Cláudio, 9,5 km da BR), Barcelos - Aracê

Tel.: (28) 9939-4244 / (27) 9727-6667

E-mail: sayonarasaleme@hotmail.com

Contato: Sayonara Saleme

Período de funcionamento: Sábado, domingo e feriados (8h – 17h) Quarta a sexta para grupos fechados com contato antecipado.

Opções de pagamento: Dinheiro

Pousada Xodó das Montanhas

Hospedagem, lago para pesque e solte, parreiral de uvas e sítio com curral.

Endereço: BR 262, km 95, ES 165, km 128 (Rod. Afonso Cláudio, 17 km da BR), Fazenda do Estado - Aracê

Tel.: (27) 9967-2279

E-mail: pousadaxododasmontanhas@gmail.com / gamajr@terra.com.br

Site: www.pousadaxododasmontanhas.com.br

Contato: José Soares Gama Junior

Período de funcionamento: Diário com reserva

Opções de pagamento: Dinheiro

ANEXO B – Modelo da declaração de apoio do Escritório do INCAPER de Venda Nova do Imigrante para a pesquisa de campo



Declaração

Declaro para os devidos fins que a estudante Patrícia Ferraz do Nascimento contará com o apoio do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural/INCAPER na execução (coleta de dados) da pesquisa intitulada: **Autonomia e trabalho da mulher em um campo em transformação: da “bricolage” ao “métier”**, do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa.

Venda Nova do Imigrante/ES, 15 de março de 2012

Rita de Cássia Zanúncio Araújo
Economista Doméstica
Agente de Desenvolvimento Rural/INCAPER

ANEXO C - Autorização do Prefeito de Domingos Martins para a realização da pesquisa de campo



Prefeitura Municipal de Domingos Martins

Estado do Espírito Santo
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
Ladeira Francisco Santos Silva, n.º 50, Centro – Domingos Martins – Estado do Espírito Santo
CEP:29.260-000 – Fone (0xx27) 3268-1471
E-mail: sectur@domingosmartins.es.gov.br

AUTORIZAÇÃO

O MUNICÍPIO DE DOMINGOS MARTINS – ES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Rua Bernardino Monteiro, n.º22, Centro, Domingos Martins – ES, CNPJ/MF n.º 27.150.556/0001-10, representado pelo Sr. Prefeito Municipal, **WANZETE KRÜGER**, brasileiro, casado, CPF/MF n.º 488.147.097-34, residente na Rua Adolpho Hülle, n.º81, Centro, Domingos Martins – ES, **AUTORIZA**, a Senhora **PATRICIA FERAZ DO NASCIMENTO**, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa, em realizar sua inserção de campo, por meio de **PESQUISA ACADEMICA**, nesse território. Há de se ressaltar que tal autorização dá direito à inserção de campo / território, cabendo ao sujeito / entrevistado a aceitação quanto à aplicação da entrevista, assim como, a presença do entrevistador / acadêmico em seu território / propriedade.

Domingos Martins, 01 de junho de 2012.


WANZETE KRÜGER
Prefeito Municipal

ANEXO D - Autorização do Prefeito de Venda Nova do Imigrante para a realização da pesquisa de campo



Autorização *

Eu, DALTON PERIM na condição de prefeito do município de Venda Nova do Imigrante no estado do Espírito Santo, declaro para os devidos fins que autorizo a realização da pesquisa com o objetivo de levantar dados para o estudo desenvolvido pelo Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa, intitulado: **Autonomia e trabalho da mulher em um campo em transformação: da "bricolage" ao "métier"**. Tenho ciência de se trata de um trabalho acadêmico sério e que contribuirá para o conhecimento da realidade de nossa região.

Para todos os fins de direito, firmo a presente.

Venda Nova do Imigrante, 01 de junho de 2012

Dalton Perim
Prefeito Municipal de Venda Nova do Imigrante/ES